



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (IEL)
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO (LABJOR)

MARCELO SOARES DA SILVA

**SUBNOTICIANDO A SUBNOTIFICAÇÃO: O USO DECLARATÓRIO DE DADOS
QUANTITATIVOS SOBRE MORTES DE COVID-19 NO NOTICIÁRIO DO JORNAL
FOLHA DE S.PAULO**

CAMPINAS

2023

MARCELO SOARES DA SILVA

**SUBNOTICIANDO A SUBNOTIFICAÇÃO: O USO DECLARATÓRIO DE DADOS
QUANTITATIVOS SOBRE MORTES DE COVID-19 NO NOTICIÁRIO DO JORNAL
FOLHA DE S.PAULO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural na área de concentração de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Sabine Righetti
Co-orientador: Rafael de Almeida
Evangelista

Este trabalho corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Marcelo Soares da Silva, orientado pela professora Dr^a Sabine Righetti

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Ana Lúcia Siqueira Silva - CRB 8/7956

S38s Silva, Marcelo Soares da, 1977-
Subnoticiando a subnotificação : o uso declaratório de dados quantitativos sobre mortes de Covid-19 no noticiário do jornal Folha de S.Paulo / Marcelo Soares da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Sabine Righetti.
Coorientador: Rafael Evangelista.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. COVID-19. 2. Epidemiologia. 3. Jornalismo investigativo. 4. Quantificação. 5. Incerteza. I. Righetti, Sabine, 1981-. II. Evangelista, Rafael, 1975-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Under-reporting underreporting : the he-said, she-said use of quantitative data on Covid-19 deaths in Folha de S.Paulo newspaper

Palavras-chave em inglês:

COVID-19 (Disease)

Epidemiology

Investigative journalism

Quantification

Uncertainty

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Sabine Righetti [Orientador]

Maria das Graças Conde Caldas

Vanessa de Macedo Higgins

Rafael Evangelista

Data de defesa: 27-11-2023

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0000-6431-4023>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0087192783153376>

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELO SOARES DA SILVA

SUBNOTICIANDO A SUBNOTIFICAÇÃO: O USO DECLARATÓRIO DE DADOS QUANTITATIVOS
SOBRE MORTES DE COVID-19 NO NOTICIÁRIO DO JORNAL FOLHA DE S.PAULO

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural na área de concentração de Divulgação Científica e Cultural.

Data de aprovação: 27 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Sabine Righetti – Orientadora
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Profª Drª Maria das Graças Conde Caldas
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Profª Drª Vanessa de Macedo Higgins
Texas State University - TSU

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade

“Esas ambigüedades, redundancias y deficiencias recuerdan las que el doctor Franz Kuhn atribuye a cierta enciclopedia china que se titula Emporio celestial de conocimientos benévolos. En sus remotas páginas está escrito que los animales se dividen en (a) pertenecientes al Emperador, (b) embalsamados, (c) amaestrados, (d) lechones, (e) sirenas, (f) fabulosos, (g) perros sueltos, (h) incluidos en esta clasificación, (i) que se agitan como locos, (j) innumerables, (k) dibujados con un pincel finísimo de pelo de camello, (l) etcétera, (m) que acaban de romper el jarrón, (n) que de lejos parecen moscas.

[...] La imposibilidad de penetrar el esquema divino del universo no puede, sin embargo, disuadirnos de planear esquemas humanos, aunque nos conste que éstos son provisorios.”

(“El Idioma Analítico de John Wilkins”, in: “Otras Inquisiciones”, 1952)

"É bom saber que o governo lê jornais e reage ao que lê. (...) E que isto é obviamente melhor do que um governo que despreza a imprensa porque confia mais nos seus próprios meios de informação ou porque ele mesmo a tornou desprezível. Mas um governo leitor também inquieta na medida em que se torna um governo, em jargão de jornal, pautado. Ou pautável. O que o governo faz em reação a uma notícia é o que deixou de fazer por convicção, compromisso ou precaução. (...) Fica-se pensando que grande hecatombe concentrada na área da saúde pública terá de aparecer nos jornais para que o governo também a considere matéria urgentíssima, já que a tragédia diluída em anos de descaso e desperdício não foi suficiente. Não se pode esperar uma mobilização dos sem-saúde como a dos sem-terra, mas algo espetacularmente jornalístico precisa acontecer para que Brasília se mexa."

Luis Fernando Verissimo, 5.out.1995. Em "Novas Comédias da Vida Pública: A versão dos afogados".

Porto Alegre: L&PM, 1997

Este trabalho é dedicado sobretudo ao jornalista Ygor Salles (1981-2022), amigo e colega leal, que *não* entrou para a estatística dos mortos de Covid-19.

Nos últimos dias de redação da primeira versão desta dissertação, morreu Howard S. Becker (1928-2023), cujo livro “Evidence” deu o insight original do que viria a ser o tema central da pesquisa. Essa e outras de suas obras (“Segredos e Truques da Pesquisa”, “Truques da Escrita”) foram cruciais para iluminar ideias profissionais e acadêmicas

A pesquisa, a escolha da orientadora, a carreira que tive e até a primeira conversa que tive com minha companheira sequer existiriam sem a inspiração trazida pelo mestre Philip Meyer (1930-2023), avô do jornalismo de dados, a quem sou grato todo dia desde 1996, quando encontrei por acaso uma cópia de “The New Precision Journalism” aguardando um leitor atento na biblioteca da Fabico/UFRGS. Após anos enfrentando as crescentes dificuldades trazidas pelo mal de Parkinson, Meyer morreu em 4 de novembro, um ano depois da homenagem que organizei a ele no Coda.BR 2022 e 23 dias antes da data marcada para a defesa da dissertação. Sei que não é usual trajar gravata-borboleta em defesa, mas reservei uma das que lhe pertenceram para usar nesse dia.

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho foi uma jornada pessoal e profissional que, vista em retrospecto a partir deste ponto final, é muito gratificante. Se em algum momento sofri de ansiedade com o trabalho, tema ou metodologia, esqueci ou ao menos finjo bem.

Esta jornada seria impossível sem dividir a vida com uma companheira incrível, Fernanda Campagnucci. Foi ela quem me incentivou a tentar o mestrado e me estimula a sonhar todo dia. Ouvi dizer que um relacionamento é uma longa conversa, que começa quando duas pessoas se conhecem. A julgar pelas ideias, sonhos e planos que fazemos juntos há quatro anos, nunca nos faltará assunto.

Sou grato por meus orientadores, Sabine Righetti e Rafael Evangelista, em quem já confiava muito antes do mestrado. Sou grato pela sua paciência e pelas ideias que trouxeram ao longo desses anos. Sabine foi minha colega na Folha, e conheci Rafael na primeira gestão do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp, o IdEA. Eu dificilmente teria escolhido o Labjor se não fosse pelo seu criador, o incansável Carlos Vogt. Em 2018, ele me convidou para o seminário inaugural do IdEA. Dali surgiu o convite para coordenar as atividades de um grupo de estudos de inteligência artificial, com Vogt, Virgílio Almeida, Jacques Wainer, Demi Getschko, Alcir Pécora, Luciana Alves, Chico Britto Cruz, Magaly Prado, Ivette Luna e Rafael Evangelista, hoje co-orientador deste trabalho. Em 2019, dedicamos uma manhã por mês a trocar ideias naquele espaço aconchegante. Eugênio Bucci, membro do conselho do IdEA, me recebeu na USP e fez generosos comentários sobre o projeto.

Philip Meyer (1930-2023) já está na dedicatória, mas eu lhe agradeço todo dia pela carreira que tive. No final de 2022, tive a alegria de homenagear os 50 anos da primeira edição da obra que mudou minha vida no Coda.BR. Sua filha Melissa Meyer estava comigo na homenagem, e outras duas, Kathy e Sarah, pesquisaram fotos e colheram depoimentos. Todas se tornaram queridas amigas. A vinda de Melissa ao Brasil foi paga pelo Knight Center for Journalism in the Americas, por entusiasmo de seu diretor, o dínamo Rosental Calmon Alves, que me inspirou e aconselhou tantas vezes como amigo e, algumas vezes, chefe.

Na qualificação, tive a honra de ter na banca o professor Marcelo Knobel, com quem cursei uma disciplina remota quando ele ainda era reitor da Unicamp, todas as sextas-feiras às 7h30 da manhã, com um grupo interdisciplinar de alunos. Para mim, essa era a mais perfeita demonstração de imenso respeito pela docência – e seu livro “Reflexões Sobre a Educação Superior”, que guardo autografado na estante, reflete o raciocínio dessa dedicação.

A qualificação também recebeu excelentes comentários da professora doutora de jornalismo Suzana Barbosa, da Universidade Federal da Bahia. Para mim, a presença dela cobria a ausência de uma amiga comum: Luciana Mielniczuk, a Luti, referência brasileira na pesquisa em jornalismo digital e interlocutora de estudos meus que morreu cedo, em 2018.

Knobel e Barbosa estão fora do Brasil no dia desta defesa, e por isso já posso demonstrar a gratidão que tenho aos dois sem soar como conflito de interesses.

O amigo Samuel Lima, da UFSC, me aproximou mais da universidade que visitei pela primeira vez como estudante de jornalismo, em 1996, e à qual agora visito anualmente para falar sobre dados com os novos colegas. O Coral Associação Sabesp e o doutor Gilberto Lopes me ajudaram a conquistar um novo grau de paz de espírito, pelo qual sou muito grato.

E, se você leu até aqui e pretende continuar, agradeço a você também.

RESUMO

Este trabalho analisa como o jornal “Folha de S.Paulo” tratou a questão da subnotificação dos dados de mortes de Covid-19 ao longo da pandemia iniciada em 2020. Para isso, foi analisado um ano de noticiário sobre dados de mortes de Covid-19, especialmente o noticiário que mencionava subnotificação. Como teste da abordagem dos dados, num cenário em que o objeto mudava diariamente, foi analisada a cobertura da contagem de óbitos na pandemia de influenza de 1918, a "gripe espanhola", nos jornais "Correio Paulistano" e "O Combate". Essa análise histórica forneceu *insights* relevantes para a compreensão da pandemia de Covid-19. Foi recuperado o histórico de controvérsias na contagem dos óbitos na Covid-19, relacionando isso à literatura de demografia, epidemiologia e sociologia da quantificação. Para compreender a cobertura dos números, a seção sobre jornalismo explora a evolução da profissão e do seu uso dos dados, bem como os aspectos de negócio que impactam na produção de notícias. O jornal “Folha de S.Paulo” é analisado nesses mesmos aspectos. Na análise do noticiário, concluiu-se que a investigação independente da subnotificação por parte do jornal perdeu espaço a partir da criação do consórcio de imprensa organizado pelas maiores empresas de comunicação brasileiras para coletar dados de Covid-19. As questões relacionadas à integridade dos dados divulgados diariamente permaneceram relevantes, porém, mas o jornal passou a cobri-las apenas por meio de fontes externas ao jornal, apenas quando começaram a sair os estudos a respeito. O trabalho sugere que isso pode estar relacionado à natureza política do consórcio formado pelas maiores empresas jornalísticas brasileiras, do qual a “Folha” fazia parte.

Palavras-chave: Comunicação social da Covid-19. Epidemiologia. Jornalismo de dados. Sociologia da quantificação. Subnotificação. Comunicação da incerteza.

ABSTRACT

This research examines the challenges in communicating the uncertainty inherent to data through journalism, focusing on the coverage of underreported Covid-19 death numbers on “Folha de S.Paulo”, one of the leading newspapers in Brazil. As a test of the data approach, in a scenario in which the object changed daily during the course of the research, analyzed the coverage of the death count in the 1918 influenza pandemic, the "Spanish flu", in the newspapers "Correio Paulistano" and "O Combate". This historical analysis provided relevant insights for understanding the Covid-19 pandemic. To illuminate the analysis of the news items, the history of controversies in counting Covid-19 deaths was recovered and related to the literature on demography, epidemiology and sociology of quantification. To understand the coverage of the numbers by the press, the section on journalism explores the evolution of the profession and its use of data, as well as the business aspects that impact news production. The newspaper “Folha de S.Paulo”, the source of the sample, is analyzed in these same aspects. In the analysis of the news, it was noticed that the independent investigation of underreporting by the newspaper lost ground following the creation of the press consortium organized by the largest Brazilian communication companies to collect Covid-19 data. Issues related to data integrity remained relevant, however.

Keywords: Social communication of Covid-19. Epidemiology. Data journalism. Sociology of quantification. Underreporting. Communication of uncertainty.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Mortes por “influenza espanhola” na cidade de São Paulo em 1918	26
Gráfico 2.2 - Evolução das mortes de influenza por distrito em 1918	27
Gráfico 2.3 - Distritos com mais mortes por influenza em 1918	27
Gráfico 2.4 - Incidência de mortes de influenza por distrito em 1918	28
Gráfico 3.1 - Localizando o sub-registro na notificação de doenças	54
Gráfico 3.2 - Representação visual do modelo do “achato da curva”	58
Gráfico 3.3 - Mortes de Covid-19 registradas no Brasil por dia	60
Gráfico 3.4 - Mortes de Covid-19 acumuladas no Brasil desde o início da pandemia	62
Gráfico 3.5 - Matriz de desconhecimento	63
Gráfico 3.6 - Árvore de decisão sobre suspeita de Covid-19 em março de 2020	64
Gráfico 3.7 - Taxas de mortalidade por sexo/raça e cor da pele, ajustadas pela idade	68
Gráfico 3.8 - Checagens publicadas por agências sobre contagem de mortes	70
Gráfico 3.9 - Evolução das mortes versus previsões de Osmar Terra	72
Gráfico 3.10 - Mortes de Covid-19 registradas por dia nos Estados de SP e RJ	75
Gráfico 3.11 - Mortes de Covid-19 e SRAG no Rio de Janeiro e Minas Gerais	78
Gráfico 3.12 - Fatores que impactam na mortalidade excedente de Covid-19	79
Gráfico 3.13 - Estimativa de The Economist sobre mortes excedentes	81
Gráfico 4.1 - Artefatos usados pelos leitores para ler notícias digitais	96
Gráfico 4.2 - Modelo de influência de Hal Jurgensmeyer	97
Gráfico 4.3 - Confiança na imprensa em geral e em marcas específicas	98
Gráfico 4.4 - Resultado líquido da Folha, ano a ano (2005-2019)	101
Gráfico 4.5 - Evolução mensal dos assinantes da Folha por tipo	102
Gráfico 4.6 - Comparação do total de assinaturas dos jornais de referência	103
Gráfico 4.7 - Gastos da Folha com salários e encargos sociais, ano a ano (R\$ 1000)	104
Gráfico 4.8 - Textos publicados pela Folha, mês a mês	105
Gráfico 4.9 - Proporção de textos mensais na Folha por assunto	106
Gráfico 5.1 - Notícias da Folha citando mortes de Covid-19, por mês	115
Gráfico 5.2 - Compartilhamentos de textos citando mortes, por mês	117
Gráfico 6.1 - Palavras utilizadas nos títulos do balanço do dia	121
Gráfico 6.2 - Textos citando mortes e balanços do dia	121
Gráfico 6.3 - Proporção de textos de balanço por mês	122
Gráfico 6.4 - Compartilhamentos no Facebook dos textos de balanço do dia	122
Gráfico 6.5 - Volume de notícias com “recorde” no título, por semana	125
Gráfico 6.6 - Compartilhamentos de balanços com “recorde” no título, por semana	125
Gráfico 6.7 - proporção de títulos de balanço citando “24h”, a cada semana	127
Gráfico 6.8 - Compartilhamentos de títulos de balanço citando “24h”, a cada semana	128
Gráfico 6.9 - Pesquisas por “subnotificação” e “dados de Covid” no Google	129
Gráfico 6.10 - Textos citando subnotificação, por mês	130
Gráfico 6.11 - Compartilhamento de textos citando subnotificação, por mês	130
Gráfico 6.12 - Textos de balanço citando subnotificação	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Primeira menção a casos na capital, em “O Combate” (10 out. 1918)	30
Figura 2.2 - Texto publicado na pg. 2 do “Correio Paulistano” em 9 nov. 1918, com elementos característicos	32
Figura 2.3 - Metade superior da capa de “O Combate” em 9 nov. 1918, com seus elementos característicos	33
Figura 2.4 - “O Combate” questiona os dados oficiais em 12.nov.1918	39
Figura 2.5 - Gráfico de Macedo Soares no jornal “O Estado de S.Paulo” de 15.nov.1918.	40
Figura 2.6 - Texto publicado ao pé da primeira página de “O Combate” em 16.nov.1918.	42
Figura 2.7 - “O Combate” censurado, em 4.dez.1918	45
Figura 3.1 - Cemitério paulistano na capa do The Washington Post, 2.abr.2020	66
Figura 6.1 - Estimativa da Folha sobre impacto de mudança de critério do governo	139
Figura 6.2 - Avaliação do número de mortes excedentes por mês nos cartórios	142
Figura 6.3 - Proporção de infectados por município no estudo Epicovid	145
Figura 6.4 - Comparando taxa de mortes de Covid e proporção de óbitos SRAG	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - Estrutura da URL de busca	111
Tabela 5.2 - Textos coletados por editoria, após filtragem	114
Tabela 5.3 - Quantidade de textos por tipo	115
Tabela 5.4 - Notícias sobre mortes mais compartilhadas no Facebook	117
Tabela 6.1 - “Recordes” e números redondos por ordem de compartilhamentos	124
Tabela 6.2 - As 12 notícias mais compartilhadas sobre subnotificação	135
Tabela 6.3 - Matriz de desconhecimento da subnotificação no noticiário da Folha	149

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	NOTIFICAÇÃO E SUBNOTIFICAÇÃO NOS DADOS DE MORTES PELA PANDEMIA DE INFLUENZA DE 1918 EM DOIS JORNAIS PAULISTANOS	21
2.1	Objetivos, Justificativa e Metodologia	21
2.2	Os dados e as epidemias	23
2.3	A “hespanhola” em São Paulo	25
2.4	A epidemia nos jornais “Correio Paulistano” e “O Combate”	29
2.4.1	A cobertura do “Correio Paulistano”	31
2.4.2	Características morfológicas da cobertura de “O Combate”	33
2.4.3	Evolução da cobertura ao longo das quinzenas	34
2.4.3.1	<i>Semanas 1 e 2 (15 a 27 de outubro)</i>	34
2.4.3.2	<i>Semanas 3 e 4 (28 de outubro a 10 de novembro)</i>	35
2.4.3.3	<i>Semanas 5 e 6 (11 a 24 de novembro)</i>	38
2.4.3.4	<i>Semanas finais (25 de novembro a 20 de dezembro)</i>	43
2.5	Discussão	46
2.5.1	Tratamento dos dados oficiais	47
2.5.2	Forma de apresentação dos dados	48
2.5.3	Participação da sociedade civil	49
2.5.4	Quando termina a epidemia?	49
2.5.5	Frequência de publicação e seus efeitos	49
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS: A CONTABILIDADE DA MORTE	51
3.1	A contabilidade da morte	52
3.2	Sociologia da quantificação	55
3.3	Os dados e as disputas de significado na pandemia	58
3.3.1	Para ler o gráfico das mortes	59
3.3.2	Critérios de notificação	63
3.3.3	A sociedade civil e os dados de Covid-19	67
3.3.4	Desinformação e disputas sobre os dados no governo	68
3.3.5	Tentativa de censura e apagões	72
3.3.6	Caminhos para verificar a subnotificação: SRAG	75
3.3.7	Caminhos para verificar a subnotificação: mortes excedentes	79

4	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS: O JORNALISMO, OS DADOS E SUAS CRISES	83
4.1	O jornalismo como forma de conhecimento	85
4.1.1	Um jornalismo sem medo dos dados	88
4.2	Três crises: a imprensa na espiral da morte	91
4.2.1	Crise do modelo de negócios	91
4.2.2	Crise do modelo de conteúdo	94
4.2.3	Crise do modelo de influência social	96
4.3	A Folha de S.Paulo e suas crises	99
4.3.1	Transformação do modelo de negócios	100
4.3.2	Transformação do modelo de conteúdo	104
4.3.3	Crise do modelo de influência social	106
4.4	Conectando os dois capítulos teóricos	108
5	METODOLOGIA	109
5.1	A coleta dos dados	111
5.1.1	A busca	111
5.1.2	Editorias e filtragem	113
5.1.3	Coleta de metadados e classificação por tipo	114
5.1.4	Audiência dos textos	116
5.2	Classificação dos textos	118
6	ANÁLISE	120
6.1	O balanço do dia	120
6.1.1	“Recordes” e a disputa pela atenção com títulos superlativos	123
6.1.2	“Nas últimas 24h” e o chavão acima da informação	126
6.2	Em busca da subnotificação	128
6.2.1	A subnotificação nos textos de balanço	131
6.2.2	Nas colunas e artigos	133
6.2.2.1	<i>Colunas de notas</i>	134
6.2.3	Nas notícias e reportagens	135
6.2.3.1	<i>As notícias mais compartilhadas</i>	136
6.2.3.2	<i>O vaivém do governo</i>	137
6.2.3.3	<i>Problemas de registro</i>	141
6.2.3.4	<i>Problemas de diagnóstico</i>	144
6.2.4	“A Folha não lê a Folha”	148

7	DISCUSSÃO: O USO DECLARATÓRIO DOS DADOS	151
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICE A - UMA CRONOLOGIA DA COVID-19	168
	APÊNDICE B - COMPARAÇÃO DE CRITÉRIOS DE MORTE	177

1 INTRODUÇÃO

Embora a morte seja um fato biológico, o diagnóstico das causas é construído na interação entre conhecimento médico, recursos técnicos e relações interpessoais (Saracci, 2019).

Uma morte vira um ponto de dados após uma série de mediações. Esse ponto é uma simplificação do que houve, mas é a agregação de muitos pontos que influi em políticas públicas globais, especialmente ao entrar no debate público por meio da informação jornalística. Esse debate público também influi nas próprias mediações que geram os dados, e muitas vezes a imprensa falha em explicar especialmente o que eles deixam de lado e por quê. A cobertura insuficiente dessa subnotificação é o tema deste trabalho.

No senso comum, sabemos o que é a morte: o fim da existência biológica de alguém (Gawande, 2015). O que haveria de mais complexo nisso? Muita coisa, a começar pelo “morreu de quê?” – o diagnóstico do processo que levou a isso, assinado por profissionais da medicina após examinar o corpo. Esse documento é certificado em cartório, e com isso a morte tem efeito legal. Para a família, o atestado de óbito é o passaporte para a despedida final de um ente querido. Mas os dados constantes dele ainda têm um longo caminho depois disso.

O diagnóstico é codificado pela Classificação Internacional de Doenças (CID), em causas básicas e contribuintes. A CID é convencionada pela Organização Mundial da Saúde, e numa crise como a da Covid-19 foi preciso criar novos códigos conforme a ciência conhecia melhor os contornos da doença. O Ministério da Saúde atualizou por diversas vezes, ao longo dos dois primeiros anos da pandemia, a orientação sobre o preenchimento dos atestados.

Se o prontuário foi preenchido manualmente, algo comum na maioria dos hospitais, alguém que não teve contato com o paciente digitou esses dados nos cadastros apropriados do Sistema Único de Saúde (SUS). Eles alimentarão o Sistema de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe), criado para responder à pandemia de H1N1 e reforçado para a Covid-19, e o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), criado em 1975 para padronizar o registro de mortes no Brasil (Lima; Carrieri, 2020; Laurenti; Jorge, 2013). Todo hospital tem uma Comissão de Revisão de Óbitos para analisar fichas já preenchidas, investigar erros e corrigir a classificação das mortes registradas na unidade (Ferreira, 2020). A contagem dos óbitos registrados nesses sistemas alimentou painéis criados pelos governos federais e regionais para informar a população sobre o avanço da pandemia.

Organizados numa planilha, em linhas e colunas, os números ocultam dúvidas e incertezas envolvidas em sua produção. Não revelam as condições em que o prontuário foi preenchido, que determinam a qualidade dos dados – e, na outra ponta, influenciam decisivamente as conclusões que deles podem ser tiradas (Garfinkel, 1967). Eles também só respondem ao que foi perguntado, e muita sutileza se perde aí (Becker, 2022).

Imagine esse processo repetido 700 mil vezes, no caso da Covid-19 no Brasil.

Este trabalho observa conflitos e tréguas na definição dos dados que o jornalismo busca usar de maneira objetiva, tendo como objeto os números de mortes por Covid-19. Por vício de origem profissional e pela importância do assunto, buscou-se uma linguagem tão acessível ao público geral quanto possível, sem prejuízo do rigor da pesquisa. Especial cuidado foi dedicado à criação dos gráficos utilizados. Citações diretas, especialmente quando longas, foram economizadas; todas as que originalmente eram em inglês foram traduzidas.

A pesquisa se desenvolveu paralelamente ao seu objeto. No início dela, circulavam notícias sobre um vírus mortífero surgido na China e que chegava à Europa. Nas redes sociais, tilintavam relatos de mortes na Lombardia. Em março de 2020, o autor criou o primeiro monitoramento nacional de casos e óbitos por município, no seu estúdio de dados *Lagom Data*. Diariamente, desde 5 de março de 2020, coletou-se dados municipais do espalhamento da doença nas 27 secretarias estaduais de saúde, e cada Estado o fazia de uma maneira diferente. Dessa forma era possível captar variações de critério, relatadas nas redes sociais e, eventualmente, em reportagens publicadas por “Folha de S.Paulo”¹, “O Globo”², “Direto da Ciência”³ e “Época”⁴. Estudar essas variações se encaixava na ideia geral do projeto apresentado originalmente – a comunicação da incerteza embutida nos dados.

¹ SOARES, Marcelo. **Capitais com poucas mortes por Covid-19 têm até 12 vezes mais óbitos por doença respiratória**. Folha de S.Paulo, 9 jun 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/06/mortes-por-sindrome-respiratoria-nas-capitais-chegam-a-quase-12-vezes-as-por-covid-19.shtm>. Acesso em: 7 set. 2023.

² Idem. **Brasil pode ter 21 mil mortes a mais por Covid-19, aponta levantamento inédito**. O Globo, 21 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-pode-ter-21-mil-mortes-mais-por-Covid-19-aponta-levantamento-inedito-24490964>. Acesso em: 7 set. 2023.

³ Idem. **MG não testa 100 mil casos suspeitos de Covid-19 e deixa de publicar o dado**. Direto da Ciência, 15 mai 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200521121105/www.diretodaciencia.com/2020/05/15/mg-nao-testa-100-mil-casos-suspeitos-de-Covid-19-e-deixa-de-publicar-o-dado>. Acesso em: 7 set. 2023

⁴ Idem. **Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid no Brasil**. Época, 3, jul.2020. Em <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 12 set. 2023.

A questão que orienta esta pesquisa é a de como a imprensa, ou no caso o jornal “Folha de S.Paulo”, tratou a subnotificação dos dados de mortes de Covid-19, uma das formas de incerteza dos dados. Para respondê-la, coletou-se automaticamente no acervo do jornal as notícias que mencionavam subnotificação e ideias conexas (“represamento”, “registro” etc). A hipótese de fundo, confirmada, era que a imprensa teria tratado de maneira “declaratória”, ou seja, sem submeter a maior escrutínio além de registrar o anunciado, os dados de mortes na pandemia, especialmente a partir da criação do consórcio de veículos de imprensa em junho de 2020. A **seção 5** detalha a metodologia utilizada para a análise. É uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa. Começa na coleta e classificação do noticiário, por meio de programação. Esse processo está bastante detalhado no capítulo. Havia alguns aspectos importantes a serem localizados nos textos, como a menção à subnotificação, ou nos títulos, como a noção equivocada de “recorde”, que fariam sentido em termos de análise quantitativa. Essa análise também ajudaria a localizar quais textos valeria a pena ler para entender como o jornal tratou a subnotificação.

Como os contornos do tema pesquisado mudavam com frequência durante o desenvolvimento da pesquisa, decidiu-se voltar um século no tempo para analisar o noticiário sobre dados de mortes na pandemia de influenza de 1918, a “gripe espanhola”. Originalmente escrito como um ensaio ou possível artigo, esse teste de conceito para a análise se tornou a **seção 2**. É um estudo de toda a cobertura sobre a “gripe espanhola” nos jornais “Correio Paulistano” e “O Combate”. Dessa leitura veio a problematização da contagem de óbitos e emergiram aspectos que se mantinham relevantes um século depois. Expandida, ela poderia ser uma dissertação por si. Suas subseções espelham o que existe na pesquisa completa.

A **seção 3** trata dos pressupostos teóricos e conceituais que guiaram a análise do noticiário. Queremos entender como se definiu no Brasil o que conta como uma morte causada pela Covid-19 e como as instituições e imprensa compreenderam e comunicaram as incertezas da contagem de óbitos, especialmente a subnotificação. Para abordar as sutilezas desse debate, usou-se uma bibliografia eclética, dos campos do jornalismo, demografia, epidemiologia e sociologia da quantificação. A demografia tem um longo histórico de análise da subnotificação de óbitos em geral no Brasil. A epidemiologia produziu em tempo recorde e condições adversas estudos sobre a Covid-19. A sociologia da quantificação, campo recente, trata de como aspectos demasiado humanos influenciam na forma como os dados são construídos. Também faz parte dessa seção o contexto em que a Covid-19 chegou ao Brasil, com suas implicações políticas e sociais, além da revisão de parte da literatura sobre ela.

Em seguida, a **seção 4** trata do jornalismo. É por meio dele, ainda, que se travam debates na opinião pública, embora as redes sociais tenham perturbado essa função nos últimos anos. Essa perturbação do modelo de influência social veio acompanhada de uma crise do modelo de negócio da imprensa, colocando também em crise o modelo de conteúdo. Então, esta seção procura sintetizar aspectos epistemológicos do jornalismo, essa prática de conhecimento social tão tributária do conhecimento alheio, e o impacto de suas crises no tipo de informação que circula na sociedade. A parte final aplica esse raciocínio todo à compreensão do contexto do jornal “Folha de S.Paulo”, origem da amostra, no momento em que a Covid-19 chega ao Brasil.

Após a metodologia descrita detalhadamente na **seção 5**, a análise dos dados está na **seção 6**. Ela é separada por tipos de informação e temas. Foram analisados à parte os “balanços do dia”, notícias que informam quantos novos casos e mortes foram registrados no sistema de saúde. Depois, foram analisados textos opinativos e reportagens. Um aspecto que sobressai nessa análise é que a celebrada criação do consórcio de imprensa para coletar dados diários de Covid-19 junto aos Estados (seguindo, três meses depois, a iniciativa do estúdio *Lagom Data*, do autor) coincide com a queda nas menções à subnotificação no noticiário. Ela não deixou de existir: o consórcio foi criado no momento de maior tensão sobre os dados.

Este trabalho não tem como explicar o motivo. O fato é que, a partir do momento em que as grandes empresas assumiram protagonismo no papel de fonte das informações, deixaram de questionar a subnotificação. (Como questionar a qualidade de um dado apresentado como próprio e mais correto que o oficial?) Foi uma vitória contra a censura do governo, mas também breiou prematuramente o debate sobre as insuficiências do dado e as desigualdades regionais no ponto em que se estava. É um excelente tema para futuros estudos.

2 NOTIFICAÇÃO E SUBNOTIFICAÇÃO NOS DADOS DE MORTES PELA PANDEMIA DE INFLUENZA DE 1918 EM DOIS JORNAIS PAULISTANOS⁵

Em busca de um parâmetro de comparação das coberturas dos números diários e definição do que conta como morte na pandemia, voltamos um século no tempo para analisar os comunicados diários da Diretoria do Serviço Sanitário de São Paulo e a cobertura de um jornal paulistano de oposição sobre a pandemia de 1918, a “Influenza Hespanhola”. Foram tabulados os casos e mortes informados. O material analisado permite observar como a capital se organizou para tentar refinar as estatísticas de mortalidade.

Antecipando uma possível fonte de confusão, vale observar que esta seção terá o mesmo percurso da dissertação completa, mas com objeto mais antigo. A ideia é entender que padrões se repetem no debate sobre os dados de uma pandemia. Por isso, a discussão teórica que aparece na seção 2.2 resume o que será apresentado nas seções 3.1 e 3.2. A seção 2.3, “A ‘hespanhola’ em São Paulo”, trata a pandemia de 1918 como será tratada a de 2020 na seção 3.3. O começo da seção 2.4, com o contexto da imprensa em 1918, espelha o que se fez na seção 4. As seções 2.4.1 a 2.4.3 são o piloto da análise qualitativa da seção 6.

2.1 Objetivos, Justificativa e Metodologia

Em meio a um cenário que mudava a cada dia, decidimos voltar um século no tempo para observar o debate sobre a definição dos limites dos dados de mortes na pandemia da “gripe espanhola”, que chegou a São Paulo em outubro de 1918. Oficialmente, a grande pandemia do século 20 durou 66 dias na capital, o que facilitou a leitura do noticiário de todo o período.

Nenhum estudo trata só da produção de estatísticas sobre a “gripe espanhola” no Brasil; os próprios números são incertos. Bertolli Filho (2003) e Schwarcz e Starling (2020), observam que não há dados nacionais sobre aquela pandemia. Houve censura no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, Bertolli Filho consultou livros de cemitérios para cotejar os dados com os oficiais, chegando a números diferentes.

⁵ Esta seção foi originalmente escrita como um ensaio para delimitar o tema da dissertação, quando diariamente havia novidades trazidas pelo noticiário de uma pandemia que já se estendia por mais de dois anos. Ler a cobertura de uma pandemia centenária – a da influenza de 1918 em São Paulo – revelaria temas recorrentes. Houve a recomendação de publicar este material na forma de artigo, mas no momento da defesa isso ainda não foi feito.

A leitura dos jornais publicados na época em São Paulo mostra padrões que fazem paralelos com a cobertura jornalística que ocorreu na crise da Covid-19. Temas recorrentes na pandemia de um século depois, como a subnotificação, já apareciam. Segundo Bertucci (2018, p. 51), “o evento epidêmico pode ser percebido como um drama dividido em atos: negação, aceitação, clímax e alívio pelo fim da doença”.

Jornais, ainda mais no início do século 20, não podem ser tomados exatamente como observadores isentos dos fatos. É preciso contextualizar o seu papel em relação ao poder. Por isso, analisamos aqui como a coleta da estatística da pandemia de 1918 foi coberta por dois diários cujo acervo está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁶:

- “Correio Paulistano” (1854-1963)⁷, do Partido Republicano Paulista, conservador e alinhado ao governo estadual. Ele publicava na íntegra os comunicados oficiais da *Direcção de Serviço Sanitario* sobre o andamento da pandemia, sem tecer crítica.
- “O Combate” (1914-1930)⁸, jornal próximo ao movimento operário, que se opunha às versões do governo e por vezes zombava de manchetes dos jornais concorrentes. Dias antes dos primeiros casos confirmados na cidade, noticiou suspeitas. Nos 66 dias da pandemia, questionou diariamente os números oficiais e a postura das autoridades, sofrendo censura no final do período. Em seu último ano, “O Combate” seria arrendado ao Partido Republicano Paulista, que publicava o “Correio Paulistano”, mas encerrou suas atividades após ter sua sede destruída por apoiadores de Getúlio Vargas.

Para este artigo, foram consultadas todas as edições desses jornais publicadas entre 16 de outubro e 20 de novembro de 1918, para localização dos textos sobre a pandemia. Nesses textos, foram analisados os trechos que discorrem sobre a coleta e interpretação dos dados. As observações foram divididas em faixas de duas semanas para facilitar a comparação. Nas próximas seções, trataremos do contexto da pandemia em São Paulo e da cobertura de cada um desses jornais. Para facilitar a leitura, a grafia foi atualizada nas frases transcritas.

⁶ Hemeroteca Digital. **Biblioteca Nacional.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁷ Hemeroteca Digital. **“Correio Paulistano”.** Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁸ Hemeroteca Digital. **“O Combate”.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830453>. Acesso em 14 nov. 2022.

2.2 Os dados e as epidemias

Devido a todas as precariedades do Brasil do começo do século 20, não há números oficiais nacionais confiáveis sobre a pandemia de influenza – e tampouco sobre quase qualquer outro aspecto da vida a respeito de que se espera haver dados hoje em dia.

Identificar a causa de uma morte depende da boa técnica médica, mas toca em fatores políticos, sociais e até interpessoais (Saracci, 2010). Segundo Goulart (2005, p. 112),

[...] o diagnóstico é a chave da experiência com a doença, investindo-a de significado social e desencadeando a necessidade de respostas específicas que acarretaram sua inserção em uma complexa rede de negociações sociais, frequentemente conflituosas.

Em meio a uma pandemia, dados atualizados permitem localizar onde ela cresce ou cai e, a partir disso, tomar decisões de política pública (Barata, 2013). A intervenção visa evitar morbidade e mortalidade excedentes (Checchi; Roberts, 2005). A gravidade da emergência é avaliada comparando a taxa de mortalidade calculada durante a crise à observada em períodos normais. O índice resultante é a “taxa de mortalidade excedente”, ou mortes acima das esperadas usualmente. Dados sobre essas situações podem ser afetados politicamente por limitações à coleta de dados, rejeição dos resultados e problemas associados ao exagero ou minimização dos resultados. “Dados faltantes ou enganosos”, propõem, “podem ser tão mortais quanto projéteis.” (Checchi; Roberts, 2005, p. 33).

Hans Rosling, médico e estatístico sueco, ajudou a combater o ebola na Libéria em 2014 ao orientar a melhoria da coleta de dados nas aldeias (Rosling; Hårgestam, 2017). Nisso, seguiu a tradição iniciada por John Snow, médico da rainha Vitória, que bateu de porta em porta no Soho, em Londres, para mapear a origem da epidemia do cólera em 1854. Ao obter indicações precisas e mapear as concentrações de mortes, localizou o ponto de contágio numa bica d’água onde alguém despejou uma fralda infectada (Johnson, 2007).

Nas omissões em registros de óbitos da peste bubônica em Londres no século 17, Wernimont (2019) viu “**remediação**” dos dados, a “compressão ou elisão da narrativa” em torno das pessoas que morreram. Para uma morte virar um número, precisa ser registrada, abstraída, codificada e categorizada. A primeira mediação é o exame do cadáver. A segunda é a contagem desses documentos, encaixando essa informação em categorias. Conforme os dados são publicados e reprocessados, há novas mediações. Isso dissipa a complexidade de cada caso da vida real, mas os torna comparáveis e passíveis de análise.

Na sociologia da quantificação, isso é chamado de “**comensuração**”, ao encaixar objetos mais ou menos diferentes na mesma métrica. É “*a forma mais socialmente transformadora de quantificação*” (Espeland; Stevens, 2008). Comensurados, os casos são despidos de peculiaridades e reduzidos a aspectos que os tornam comparáveis ao conjunto dos casos, nos fatores convencionados como relevantes à observação. Esse processo causa o “*apagamento dos sujeitos*” (Wernimont, idem) que produziram as estatísticas.

Os boletins diários publicados pela igreja e vendidos ao público só listavam as mortes certificadas por “buscadoras”, viúvas contratadas pelas paróquias que tinham cemitérios. Não se contabilizava mortes de não-anglicanos e indigentes (Slauter, 2011). As “buscadoras” às vezes eram subornadas para não registrar que uma morte se deveu à peste – para a família sepultar a vítima em seu mausoléu e não no cemitério das vítimas da doença.

Até o século 20, não havia padronização de como contabilizar mortes. O rigor na captação e critérios de organização dos dados das “tábuas de vida”, cruciais para o cálculo de prêmios de seguros, variavam entre as cidades europeias (Weisberg, 2014). Captar dados sobre a população era um ato de Estado, e os Estados modernos eram incipientes (Desrosières, 1998; Scott, 2020). Registrar nascimentos, casamentos e mortes era função da igreja e foi gradualmente absorvida pelo Estado, por meio do registro civil.

No Brasil, o regime imperial tentou implementar cartórios, mas foi frustrado por protestos (Senra, 2005). A Constituição republicana de 1891 tornou obrigatório o registro de nascimentos, casamentos e mortes, mas o cumprimento era desigual. Mesmo com a expansão do registro civil pelo Brasil, acelerada nas últimas duas décadas, a subnotificação dos fatos vitais é um tema tradicional dos estudos demográficos brasileiros⁹. Ocorre especialmente em regiões afastadas e pobres. Com a proclamação da República, a vigilância sanitária também passou a ser atribuição de cada Estado, que geralmente não estava equipado.

Com a evolução da medicina, o diagnóstico também passou a ser atribuição quase exclusiva de uma classe profissional, a classe médica. Ainda assim, o registro é problemático até hoje. Garfinkel (1967) observou como funcionários de uma clínica preenchiam os prontuários – primeiro passo para que casos se transformem em dados. Esses profissionais da saúde consideravam a tarefa de preencher registros um fardo burocrático, desconectado do trabalho de cuidar dos pacientes.

⁹ Oliveira, Antonio Tadeu Ribeiro (org.) **Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101575.pdf>. Acesso em 15 nov. 2022.

Os aspectos dos registros preenchidos com mais rigor, diz Garfinkel, tendiam a ser os que documentavam a relação contratual entre paciente e hospital, o que protegia a instituição e o profissional contra eventuais demandas. Dados úteis para estudos de terceiros, como os sociodemográficos, ficavam em segundo plano. Embora todo esse debate estivesse distante no Brasil do começo do século 20, ter em mente os aspectos sociomateriais dos registros clínicos ajuda a compreender o registro de mortes de influenza em São Paulo.

2.3 A “hespanhola” em São Paulo

A chamada “influenza hespanhola”, que na verdade começou nos Estados Unidos, chegou à capital paulista em sua segunda e mais mortífera onda mundial. Na primeira, no começo de 1918, os casos se circunscreviam aos Estados Unidos, entre militares, e eram mais leves. Na segunda, iniciada em agosto, a gripe se espalhou pelos teatros de guerra na Europa e, por meio de navios que levavam soldados, chegou a todos os continentes (Barry, 2020).

Os relatos do período dizem que a doença chegou ao Brasil no navio Demerara, que saiu de Liverpool, fez escala em Lisboa e parou nos portos de Recife, Salvador, Niterói, Santos e Rio Grande, antes de se dirigir a Montevideu e Buenos Aires. Em todos os portos, deixou rastros da doença. No Rio de Janeiro, o diretor do serviço sanitário nacional (equivalente ao ministro da Saúde) Carlos Seidl deixou passar o navio sem maior inspeção, dizendo que não havia detectado problemas. Apenas em Buenos Aires a embarcação foi desinfetada. Seidl foi amplamente criticado pela imprensa (Neto *et al.*, 2022).

Os primeiros casos foram registrados na Bahia (26.set), Niterói (30.set), Pernambuco (8.out), Pará (10.out) e Rio Grande do Sul (13.out)¹⁰. Cabia aos serviços sanitários estaduais levantar dados, caso julgassem razoável. No Rio de Janeiro, militares trataram os dados como sensíveis demais e, na prática, censuraram a coleta (Schwarcz; Starling, 2020).

Cidade em crescimento, mas ainda provinciana, São Paulo registrou seus primeiros casos de influenza em 15 de outubro, depois do Rio Grande do Sul. A tabulação coube à Diretoria do Serviço Sanitário (DSS), nome arcaico da Secretaria de Saúde. Diariamente, de 15 de outubro a 19 de novembro, a DSS publicou comunicados informando o estado da pandemia e orientando a população sobre como proceder para evitar o contágio. Se tudo desse certo, dizia a primeira nota, a partir da sexta semana haveria declínio dos casos.

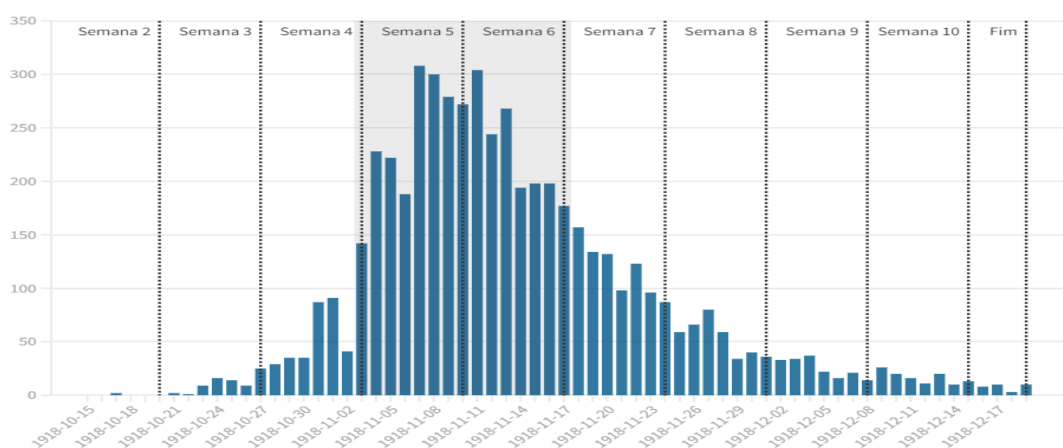
¹⁰ A cronologia está no primeiro comunicado oficial da Diretoria do Serviço Sanitário, publicado pelo “Correio Paulistano” em 16 out. 1918

Na aurora do século 20, o ambiente de informação era radicalmente diferente do atual. Já havia telefones, mas poucos. O rádio chegaria dali a seis anos; a TV, em outras três décadas. Debates públicos eram feitos por meio dos jornais, e a cidade tinha matutinos, sisudos como o “Correio Paulistano” e “O Estado de S.Paulo”, e vespertinos, vibrantes como “A Gazeta” e militantes como “O Combate”). Para estudar a epidemia em São Paulo, Bertolli Filho (2003) consultou oito diários que circulavam na cidade, que também incluíam “A Capital”, “Diário Popular”, “Fanfulla” e “A Platéia”.

No presente trabalho, foram coletados os dados registrados em comunicados oficiais, diários, sobre o andar da pandemia. Não se coletou dados de outras capitais ou do interior de São Paulo. Mesmo na capital havia problemas de coleta, que se tentou remediar com ajuda da sociedade civil. Um dos jornais analisados, “O Combate”, fez críticas detalhadas a esses problemas durante praticamente todo o andar da epidemia em São Paulo.

Ao todo, os boletins oficiais registraram 118.104 casos (ou algo como 22% de uma população de 528 mil habitantes) e 5.443 mortes (ou pouco mais de 1% da população). Mas esses números dificilmente contam a história inteira. Bertolli Filho (2021) vasculhou os livros de cemitérios paulistanos em busca do número mais fidedigno possível de óbitos. Localizou 5.100 funerais onde a causa da morte era atribuída a alguma forma de gripe, lembrando a falta de acesso a médicos e cemitérios nas periferias. Também localizou relatos de sepultamentos sem registro em terrenos particulares e beiras de estradas.

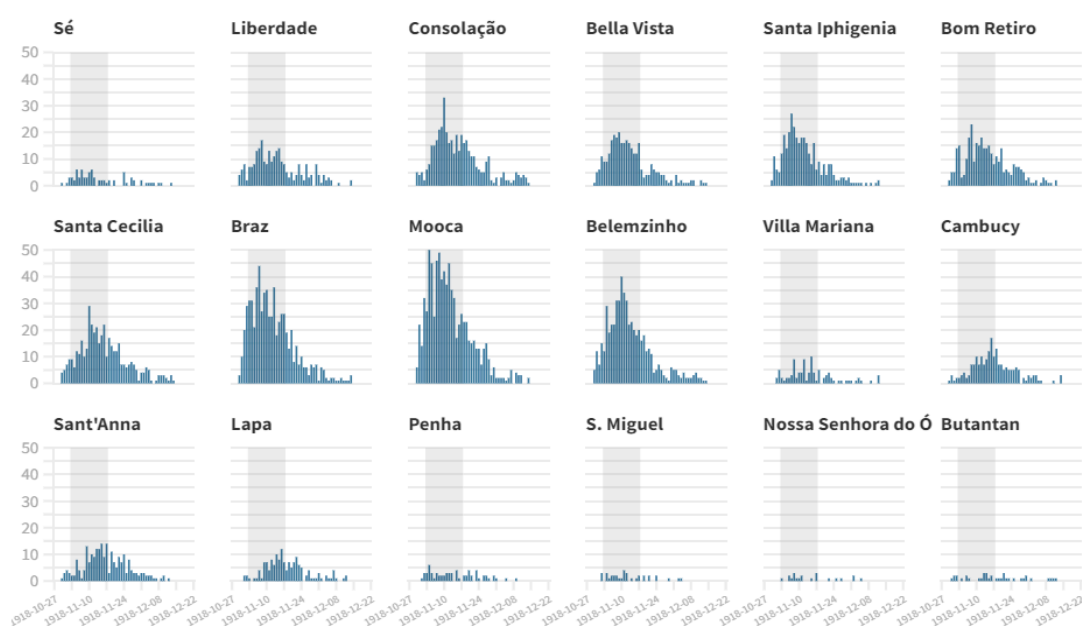
Gráfico 2.1 Mortes por “influenza espanhola” na cidade de São Paulo em 1918



Fonte: Relatórios da Directoria do Serviço Sanitario publicados pelo “Correio Paulistano” em 1918. Elaboração própria (2023)

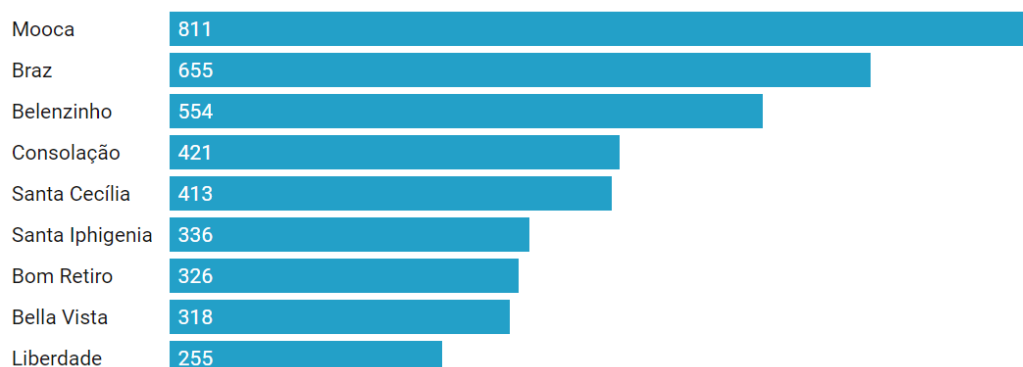
A partir de 30 de outubro de 1918, os comunicados do Serviço Sanitário passaram a informar o número de mortes por distrito. A divisão de São Paulo, na época, era um pouco diferente da que temos hoje – Osasco era um distrito, tendo se emancipado na década de 1960. Partes da zona norte e zona leste eram classificadas como “distritos suburbanos”. No mapa, porém, a região do centro expandido tinha mais ou menos o mesmo traçado de hoje, inclusive com mais ou menos os mesmos nomes de ruas nos bairros mais antigos. Esta foi a evolução registrada:

Gráfico 2.2 - Evolução das mortes de influenza por distrito em 1918



Fonte: relatórios da Directoria do Serviço Sanitario publicados pelo “Correio Paulistano”. Elaboração própria (2023). A área sombreada indica as semanas 4 e 5, auge das mortes registradas na cidade.

Gráfico 2.3 - Distritos com mais mortes por influenza em 1918

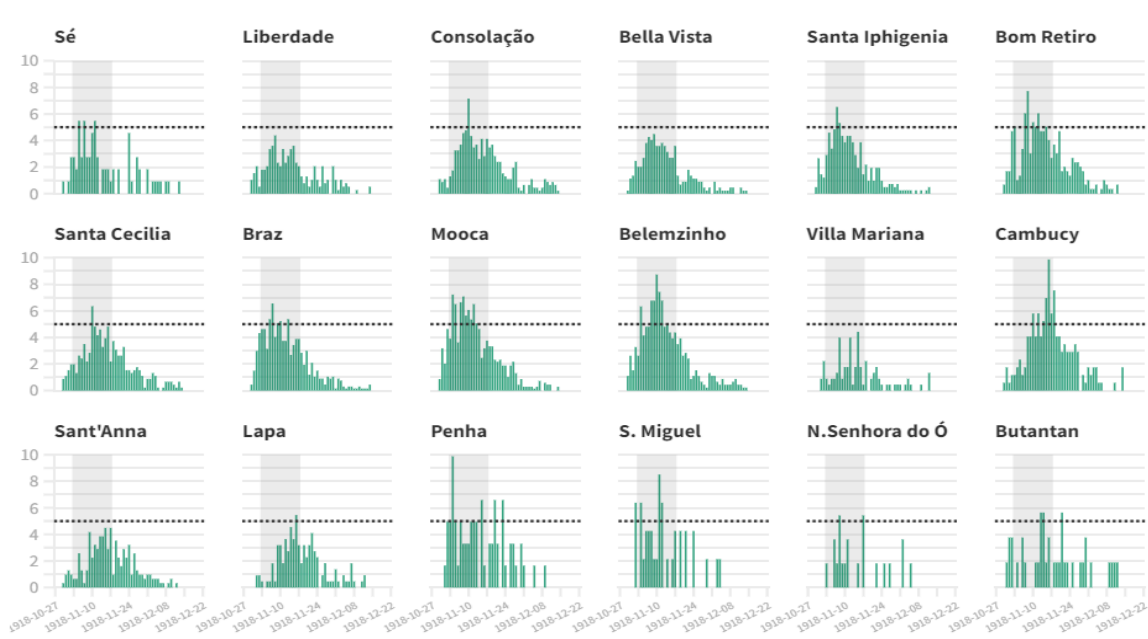


Fonte: Directoria do Serviço Sanitario, via “Correio Paulistano” (2018). Elaboração própria (2023)

Como a população varia por distrito, dados relativos ajudam a compreender a incidência. Não houve Censo em 1910, apenas em 1920, dois anos depois da pandemia. Os dados disponíveis¹¹ permitem calcular a taxa por distrito, levando em conta que a população cresceu e o Censo indica três distritos não citados nos relatórios: Ypiranga, Perdizes e Osasco.

As taxas nos bairros operários da Mooca, Belenzinho, Bom Retiro e Cambuci ficaram por vários dias acima das mais altas taxas registradas em Santa Cecília, distrito que inclui os bairros de Higienópolis (então sede de mansões) e Campos Elíseos (então sede do governo estadual). A taxa de mortalidade observada cai com a distância em relação ao centro da cidade, especialmente nos “distritos suburbanos” (última linha) e na Vila Mariana. Isso pode indicar subnotificação de mortes nesses bairros.

Gráfico 2.4 - Incidência de mortes de influenza por distrito em 1918



Fonte: Relatórios da Directoria do Serviço Sanitario publicados pelo “Correio Paulistano”. Elaboração própria (2023). A área sombreada indica as semanas 4 e 5, auge das mortes registradas na cidade.

A epidemia foi declarada extinta em 19 de dezembro, a tempo dos festejos de Natal. Mas houve novas mortes, noticiadas por “O Combate” a partir dos boletins semanais nos primeiros meses de 1919. O presidente eleito da República, Rodrigues Alves, não tomou posse em seu segundo mandato em 15 de novembro por estar com influenza. Como morreu em 16 de janeiro, ficou fora da estatística oficial do surto de gripe na cidade (Vizeu, 2019).

¹¹ IBGE. **Recenseamento de 1920.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. 1926. Acesso em: 7 set. 2023

2.4 A epidemia nos jornais “Correio Paulistano” e “O Combate”

Impossível pensar em dois jornais tão distintos quanto o “Correio Paulistano e “O Combate” na São Paulo do início do século 20.

O “Correio Paulistano” era um órgão paraoficial, ligado ao conservador Partido Republicano Paulista (PRP) (Pilagallo, 2011), ao qual eram filiados todos os governadores de São Paulo entre 1889 e a Revolução de 1930¹². Altino Arantes governava desde 1916. Na epidemia, o jornal reproduzia o comunicado oficial, também registrado em “O Estado de S.Paulo” e “A Gazeta”. Esta, comprada meses antes por Cásper Líbero, ávida pelo retorno das atividades comerciais, chega a publicar títulos até mais otimistas do que o comunicado oficial.

Coube a “O Combate”, próximo ao Comitê de Defesa Proletária que organizou a greve geral de 1917, o contraponto aos dados oficiais. Com o mote “Independência, Verdade, Justiça”, era dirigido por Nereu Rangel Pestana, neto do primeiro diretor de “A Província de S.Paulo”, Francisco Rangel Pestana (Balsalobre, 2010) e primo de Nestor Pestana, redator-chefe do agora “O Estado de S.Paulo”. Inicialmente, seu sócio era Acilino Rangel Pestana, um dos seus irmãos. Outro era o farmacêutico Bruno Rangel Pestana, pesquisador e assistente da direção do Instituto Bacteriológico de São Paulo (hoje Instituto Adolfo Lutz)¹³. O instituto era responsável por parte da vigilância epidemiológica no Estado.

Quando a influenza chegou a São Paulo, o “Correio Paulistano” reproduzia os boletins da Direção do Serviço Sanitário chefiada por Arthur Neiva, discípulo de Oswaldo Cruz e livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Seus perfis biográficos no CPDOC/FGV¹⁴, na Fiocruz¹⁵ (Fundação Oswaldo Cruz) e no Instituto Biológico¹⁶ não citam o enfrentamento da gripe. Não era peerrepista; próximo ao tenentismo que questionava a “política dos governadores”¹⁷, serviria ao interventor apontado por Getúlio Vargas em 1930.

¹² GOVERNO ESTADUAL DE S.PAULO, **Lista de Governadores do Estado de S.Paulo**. Disponível em: https://infogov.imprensaoficial.com.br/index.php?title=Lista_de_governadores_do_estado_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹³ LEMOS, Fernando Cerqueira, **Contribuição à história do Instituto Bacteriológico, 1892 - 1940**. Revista do Instituto Adolfo Lutz, Vol. 14, número especial, 1954. Disponível em: http://www.ial.sp.gov.br/resources/insituto-adolfo-lutz/publicacoes/rial/50/rial-14especial_1954/ix_89a104.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁴ CPDOC/FGV, **A Era Vargas: biografias - Arthur Neiva**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_neiva. Acesso em: 14 nov.2022

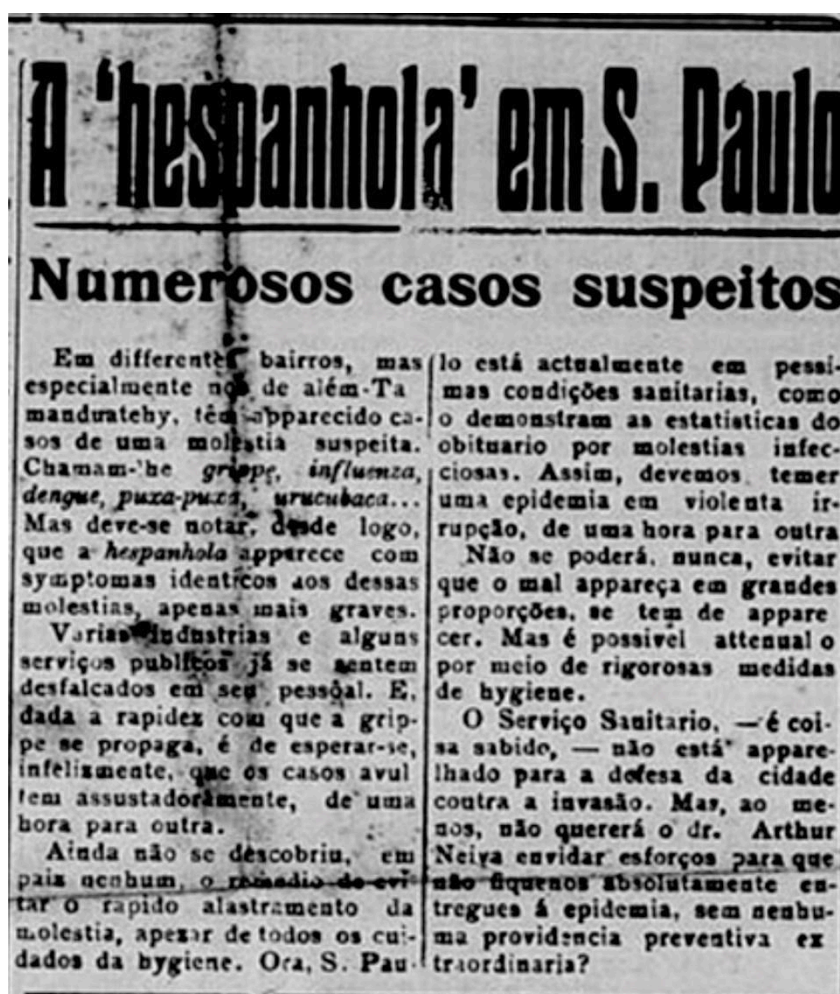
¹⁵ FIOCRUZ, **Arthur Neiva**. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/pages/personalidades/ArthurNeiva.htm>. Acesso em: 7 set. 2023

¹⁶ REBOUÇAS, Márcia Maria, **Arthur Neiva - O idealizador 1880-1943**. Instituto Biológico de São Paulo. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/page/nossa-gente/arthur-neiva>. Acesso: em 7 set. 2023.

¹⁷ CPDOC/FGV, **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Crise política**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica>. Acesso em: 14 nov. 2022.

A imprensa paulistana já acompanhava a epidemia no Rio de Janeiro, com relatos de mortos sendo recolhidos das vias públicas (Schwarcz; Starling, 2020). Nenhum caso havia sido registrado em São Paulo até 10 de outubro, quando correram boatos da infecção de nove jogadores do Flamengo, hospedados num hotel do Largo de São Bento. Foi “O Combate” que publicou, quase cifrada, a primeira notícia de primeira página com a suspeita de casos de influenza na cidade (Figura 2.1). Isso “contribuiu sobremaneira para o verdadeiro horror que os paulistas nutriram pelos cariocas durante a quadra epidêmica” (Bertolli Filho, 2003).

Figura 2.1 - Primeira menção a casos na capital, em “O Combate” (10 out. 1918)



Fonte: O Combate (1918).

O governo nunca reconheceu esses casos. Se os reconhecesse, a epidemia em São Paulo teria iniciado oficialmente junto com o Pará e antes do Rio Grande do Sul. No dia 14, Arthur Neiva reuniu-se com autoridades e, no dia seguinte, decretou estado de emergência epidêmica. Esse primeiro comunicado saiu na página 2 do “Correio Paulistano” do dia 16.

Por fazer as vezes de Diário Oficial, o “Correio Paulistano” foi o único jornal da cidade a noticiar casos e mortes de influenza todos os dias, por meio dos comunicados oficiais. Tais comunicados detalham os números, precauções e providências tomadas pelo poder público e pela sociedade civil paulistana para dar conta dos desafios trazidos pela pandemia. Nas primeiras edições, os casos detectados eram descritos como “benignos” e circunscritos a pacientes vindos do Rio de Janeiro, de onde todo dia vinham notícias de horrores como cadáveres na rua e falta de caixões. Esse otimismo durou poucos dias.

O primeiro comunicado tenta tranquilizar os cidadãos. Orienta que as pessoas se isolem e fechem mais cedo escolas, bares, igrejas e estabelecimentos noturnos. Também pede que médicos e diretores de fábricas avisem por telefone ao saber de novos casos da gripe, “para que [a DSS] possa dar publicidade a dados verdadeiros que impeçam os exageros tão comuns nesta época, e que levam a pânico a população, como se está observando no Rio”.

2.4.1 A cobertura do “Correio Paulistano”

Ao publicar os boletins, quase sempre nas páginas 2 ou 3, o “Correio Paulistano” fixou o padrão de diariamente abrir as notas com o título “A Influenza Hespânica”, com o número de novos casos e mortes no subtítulo (Figura 2.2). O texto abre com comentários e orientações do dia, introduzindo as informações do comunicado no terceiro ou quarto parágrafo. O comunicado inicia com os números de casos e mortes.

Com o andar das semanas, os comunicados se tornam mais padronizados, trazendo menos comentários, menos orientações de conduta e menos informações sobre como estão sendo coletados os dados. Não fica imediatamente mais curto porque outras seções, agregadas ao longo do tempo, detalham o movimento nos hospitais tradicionais e temporários e as ações de entidades filantrópicas da cidade, como a Cruz Vermelha.

Após as considerações iniciais, a partir de 30 de outubro, os dados de mortes também são detalhados por bairro – 12 “distritos urbanos” (Sé, Liberdade, Consolação, Bela Vista, Santa Efigênia, Bom Retiro, Santa Cecília, Brás, Mooca, Belenzinho, Vila Mariana e Cambuci) e seis “distritos suburbanos” (Santana, Lapa, Penha, São Miguel, Nossa Senhora do Ó e Butantã). Quanto mais distantes do centro, mais escassos eram os números.

2.4.2 Características morfológicas da cobertura de “O Combate”

Fugindo à sisudez dos matutinos, “O Combate” dava destaque aos assuntos da cidade, com repórteres nas ruas – algo raro no início do século 20. Por vezes, publicava séries de reportagens sobre casos peculiares, como o do casarão abandonado da rua Bento Freitas que manteve suas luzes acesas dia e noite durante a pandemia ou o caso do pedreiro que quase foi enterrado vivo. O repórter visitou o cemitério, o local de trabalho e a casa do trabalhador.

Sua linguagem era combativa, com os redatores frequentemente se posicionando frente aos acontecimentos (Balsalobre, 2010). Os textos costumavam ter um estilo irônico, com personalidade. Já Bertolli Filho (2009) acusa o jornal de favorecer “o afloramento dos medos da população”. O jornal noticiou a pandemia em sua capa diariamente até o final de novembro de 1918, geralmente com o título “A ‘hespanhola’”, seguido por um subtítulo com chamadas telegráficas dos subtemas mais relevantes (Figura 2.3). Até 21 de novembro, o jornal atualizava diariamente uma tabela com a evolução de casos e óbitos, construída a partir dos dados oficiais. O “Correio Paulistano” publicava só o dado do dia, sem histórico.

Figura 2.3 - Metade superior da capa de “O Combate” em 9 nov. 1918, com seus elementos característicos



Fonte: O Combate (1918).

A tabela, não raro, era seguida por comentários mordazes, como “*inserimos estas cifras porque são as conhecidas oficialmente, mas não confiamos que elas expressem a verdade*” (31 out). O jornal também adotou a praxe de publicar nomes, idades e endereços de todas as vítimas possíveis, em todas as suas edições, geralmente na página 3.

2.4.3 Evolução da cobertura ao longo das quinzenas

Nesta seção, vamos ver como evoluiu a cobertura dos dois jornais a cada quinzena da epidemia da “Hespanhola”. De um lado, está a cobertura oficialista do “Correio Paulistano”, reproduzindo rigorosamente o comunicado das autoridades sanitárias e atendo-se a ele. Do outro, a cobertura crescentemente crítica e eventualmente censurada de “O Combate”. Outros jornais serão referenciados quando pertinente.

2.4.3.1 Semanas 1 e 2 (15 a 27 de outubro)

A primeira morte causada pela influenza foi oficialmente registrada na segunda semana de alerta. Dias depois, uma busca nos cartórios confirmou uma morte ocorrida no dia 15, quando a Direção do Serviço Sanitário publicou seu primeiro comunicado no “Correio Paulistano” – ou seja, a doença já circulava pela cidade há dias. Desde o primeiro informe, a DSS manifesta preocupação com a coleta de dados mais precisos. Neiva apela aos médicos e diretores de fábricas para que informem ao serviço os casos que conheçam.

Logo que a DSS começou a publicar seus comunicados oficiais, “O Combate” passou a alertar para a possibilidade de subnotificação.

O número de enfermos é muito maior do que se pode depreender do comunicado do serviço sanitário. A maioria dos médicos nada lhe participa porque não se trata de moléstia de notificação obrigatória” (18 out). O alerta se repetiria várias vezes: “não lhes custaria nada fazê-lo, porque as autoridades apenas pedem o número e não o nome e residência dos enfermos (21 out).

As mortes sobem dia a dia, chegando a 25 no dia 27. Nesse dia, o comunicado no “Correio Paulistano” aborda as limitações da apuração de mortes. O serviço sanitário consultou os cartórios e descobriu que até o dia anterior havia 49 mortes causadas pela gripe, um terço a mais do que as conhecidas até então. Por isso, listaram números retroativos e levantaram cautelas sobre a provável subnotificação dos diagnósticos. A nota informa que a informação será fornecida diariamente e também sugere o cálculo do excesso de mortalidade.

Em 1916, diz a nota, a média diária na mesma semana do ano havia sido de 24 mortes, em 1917 de 23 e em 1918 de 40. “Esses algarismos demonstram que o estado sanitário atual está bastante agravado, mesmo que se admita que, na ocorrência da epidemia, o diagnóstico de gripe nem sempre tenha sido feito com segurança”, diz o comunicado oficial.

Ocorre, porém, que os médicos de família – às voltas com o atendimento de uma demanda crescente de pacientes – nem sempre conseguiam informar a tempo o que sabiam. Isso estava subentendido nos constantes apelos de Arthur Neiva, publicados nos comunicados e até na forma de anúncios em jornais. No jornal “O Combate”, isso era lembrado com frequência para questionar a integridade dos dados.

2.4.3.2 Semanas 3 e 4 (28 de outubro a 10 de novembro)

Dias de crescimento vertiginoso das mortes diárias, ultrapassando as 300 em 7 de novembro. Sofrendo críticas, a DSS recebe ajuda voluntária da sociedade civil.

Em 28.out.1918, “A Gazeta” comemorava em manchete a diminuição no número de mortes naquele domingo. Um século depois, esse tipo de erro de interpretação foi corriqueiro no início da pandemia de Covid-19, quando se percebeu que finais de semana e feriados prolongados, quando as equipes ficam reduzidas em regime de plantão, diagnósticos acabam sendo deixados para o início da semana. O problema é que o próprio número utilizado pelo jornal de Cásper Líbero, em 1918, estava errado.

Em “O Combate”, no mesmo dia, o artigo sobre a doença observava: os dados demonstram que a DSS dava razão a quem dizia que ela estava sendo otimista demais. Uma das principais críticas feitas pelo jornal à maneira como o DSS estava enfrentando a pandemia tinha a ver com o fato de que a gripe não era uma doença de notificação compulsória. Para os redatores, era crucial que São Paulo determinasse a notificação compulsória para que se passasse a obter números mais fidedignos. Em Minas Gerais isso foi feito, diziam¹⁸.

O comunicado no “Correio Paulistano” de 31 de outubro anuncia uma força-tarefa para visitar clínicas e cartórios em busca de números, com o reforço de escoteiros. O trabalho daria maior capilaridade aos dados. No século 21, seria chamado de *crowdsourcing*¹⁹.

¹⁸Schwarzc e Starling (2020) relatam que, após semanas minimizando os efeitos da gripe, o departamento de saúde de MG determinou notificação compulsória dos casos de gripe. Também ordenou medidas de isolamento social, ao contrário de SP, RJ e RS.

¹⁹ ENDEAVOR BRASIL, **Mil cabeças pensam melhor que uma: saiba tudo sobre crowdsourcing**. 23 set. 2015. Disponível em: <https://endeavor.org.br/estrategia-e-gestao/crowdsourcing/>. Acesso em: 7 set. 2023

Esta Diretoria está convencida de que o número de casos novos não exprime mais a verdade e nesse sentido está organizando um serviço de estatística para poder afirmar com maior segurança o número exacto de pessoas atacadas pois muitos clínicos, ou por excesso de trabalho, ou por não terem o necessário tempo, deixam de fazer a notificação. Esse serviço será feito por intermédio da Associação Brasileira de Escoteiros, sob a direcção do coronel Pedro Dias de Campos, que destacará diversas pessoas, diariamente, à casa dos clínicos, a fim de que elles notifiquem o número exacto de casos que tiverem durante o dia, não lhes dando isso o mínimo incômodo. Para obtermos também o número exato de óbitos, será feito idêntico serviço junto aos cartórios civis e cemitérios, de modo que dentro de alguns dias poderemos ter dados seguros sobre a marcha da epidemia” (Correio Paulistano, 31.out.1918).

“O Combate” se divertiu. Em 31 de outubro, a manchete dizia que a notificação era feita como uma espécie de “obséquio” pelos médicos, que deveriam ter obrigação de notificar, mas não tinham. “A diretoria é a primeira a duvidar dos números”, diz o texto. “A verificação da realidade só se deu depois que a diretoria fez percorrer os diferentes cartórios desta capital, para obter o obituário exato da enfermidade”, diz referindo-se à iniciativa dos escoteiros. O texto lembra que, na gestão de Emílio Ribas, a diretoria tinha um telefone só para receber informações dos cartórios. Ao tomar posse, em 1916, Arthur Neiva o desativou. “Assistimos, agora, às consequências dessa economia mal-entendida”, criticava o texto.

Quem despachava os meninos para bater de porta em porta preenchendo cartões era o coronel da Força Pública (atual PM) Pedro Dias de Campos, atuando como voluntário na condição de diretor da Associação Brasileira de Escoteiros. O comunicado do dia seguinte no “Correio Paulistano” já começa a mostrar os primeiros resultados da empreitada:

Graças aos esforços empregados pelo coronel Pedro Dias de Campos, podemos diariamente, de hoje em diante, dizer o número de óbitos. Esse serviço exaustivo está sendo feito junto aos cartórios de registo que todos os dias, às 13 horas recebem um cartão onde assinalam o número de óbitos registados durante o dia; em seguida são esses cartões recolhidos e entregues ao coronel Pedro Dias, que vai extraindo o número nelles assinalado e passando-os para um outro cartão geral, que é enviado a esta directoria com o total exato de óbitos do dia. O coronel Pedro Dias começará amanhã a fazer idêntico serviço em relação às notificações de casos novos, de maneira que possamos ter uma estatística segura sobre essa questão. (Correio Paulistano, 1 de novembro de 1918).

Uma medida que “O Combate” apoiou foi a abertura de hospitais provisórios para receber a população pobre. “O remédio, repetimos, está na hospitalização dos enfermos de formas mais graves e dos que se achem sem recursos pela generalização da moléstia. Essa medida precisa ser tomada compulsoriamente em certos casos e aconselhada geralmente à população”, diz o texto do dia 1º de novembro. Na edição do “Correio Paulistano” de 3 de novembro, o Serviço Sanitário começa a observar as disparidades regionais da doença, anotando que “a moléstia tem produzido maiores devastações nos distritos do Brás, Mooca, Belenzinho, Bom Retiro e Bela Vista, que somente hoje concorreram com 101 óbitos”.

No dia 4, três dias após a provocação de “O Combate” sobre o fim da linha direta de Emílio Ribas, o serviço pôs o fone 5609 à disposição dos clínicos para informar quantos casos identificaram no dia sem precisar ir a algum lugar ou aguardar a visita dos escoteiros. Estes passaram a visitar os hospitais provisórios para anotar internados, baixas, altas e óbitos.

Com o reforço dos meninos nas ruas, batendo às portas de médicos, hospitais e cartórios, o número de casos captados saltou para 7.786 em 4 de novembro. Por ser um refinamento na detecção, o Serviço Sanitário considerou o número positivo: “Conforme prevíamos, esse serviço deu os melhores resultados, pois já se nota aumento sensível de casos sobre os dias anteriores”, diz o comunicado publicado pelo “Correio Paulistano”.

No dia 5, informa-se que os escoteiros eram coordenados por José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Brasileira de Escoteiros e professor de economia na Escola de Comércio Álvares Penteado. Em 1922, ele estaria no comitê organizador da Semana de Arte Moderna. Sua participação na coleta de dados da influenza não aparece nos perfis publicados pelo IBGE²⁰, CPDOC/FGV²¹, Academia Brasileira de Letras²² e Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB)²³. Ao policial Dias de Campos coube centralizar o recebimento e totalização dos formulários para envio ao serviço sanitário.

Pedimos aos srs. médicos que, ao receberem o impresso para a notificação, dêem apenas o número de casos novos verificados e as altas, não se tornando necessário o nome das pessoas visitadas. Nossa estatística se baseia somente em números e não em nomes, vindo facilitar ainda mais o serviço dos srs. clínicos. (Correio Paulistano, 5.nov.1918)

Em 9 de novembro, “A Gazeta” destaca que a epidemia estava “em vésperas de declínio”. Manchetes mais otimistas que os comunicados oficiais seriam publicadas quase diariamente pelo jornal de Cásper Líbero, ávido pela reabertura do comércio. Esse entusiasmo, porém, passou longe de “O Combate”. Por várias vezes nas semanas anteriores, o jornal registrou os números oficiais, apoiando as iniciativas de melhorar a captação dos dados e apontando possíveis “ralos” como a desativação do telefone dedicado aos cartórios. Ao invés de celebrar o declínio, porém, o jornal começou investigar os dados oficiais para tentar localizar possíveis fontes de subnotificação.

²⁰ MEMÓRIA IBGE. José Carlos de Macedo Soares. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20968-jose-carlos-de-macedo-soares.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

²¹ CPDOC/FGV, A Era Vargas: biografias - José Carlos de Macedo Soares. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_carlos_de_macedo_soares. Acesso em: nov. 2022

²² ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, José Carlos de Macedo Soares. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-carlos-de-macedo-soares/biografia>. Acesso em: 7.set.2023

²³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, José Carlos de Macedo Soares. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jcmsoares.html>. Acesso em: 7 set. 2023

Um cálculo publicado na manchete do dia 8 mostra que, comparando-se o total de mortes ocorridas em São Paulo naquelas semanas ao total ocorrido no mesmo período do ano anterior, mesmo subtraindo as mortes atribuídas à gripe, restava o triplo da média de mortes diárias. Isso continuaria nas semanas seguintes.

2.4.3.3 Semanas 5 e 6 (11 a 24 de novembro)

Sob críticas diárias de “O Combate” às discrepâncias entre os números de mortes divulgados pelo Estado e de sepultamentos divulgados pela prefeitura, o comunicado publicado no dia 12 no “Correio Paulistano” defende a honestidade dos dados divulgados:

Esta Diretoria insiste em afirmar que os dados acima são fornecidos ao público com a máxima lealdade, não tendo sido até hoje sonogado nem um óbito, porquanto esse serviço é feito junto aos cartórios de paz, de onde retiramos o número de mortos registados durante o dia e até as 18 horas. Quanto ao número de casos, como desde o princípio comunicamos, não exprime exatidão absoluta, o que é de se explicar em tal emergência, devido ou a esquecimento ou falta de tempo dos srs. clínicos em nos transmitirem suas observações. Atualmente esse serviço de notificações é feito com a perfeição possível, sendo executado com toda a dedicação pela Associação Brasileira de Escoteiros. (Correio Paulistano, 12 de novembro de 1918)

No mesmo dia, “O Combate” contrapõe os números de mortes do DSS, estadual, aos dados de enterros registrados na capital, e çaoa: “Em três dias, diz o Serviço Sanitário que morreram em S.Paulo 875 pessoas ao todo e diz a Prefeitura que foram enterrados 902 cadáveres. Dar-se-á que 27 pessoas tenham sido sepultadas vivas?” (Figura 2.4).

“Continuam a brigar as cifras oficiais”, diz a manchete de “O Combate” no dia 13, que prossegue na crítica mordaz: “Conhecido o modo por que era feito o serviço de notificação, é claro que as respectivas cifras estavam sempre longe de exprimir a verdade.” No dia 16, a nota questiona se o serviço sanitário “engole” cadáveres, por registrar 1.945 óbitos e 2.100 enterros. No dia 18, o jornal afirma que os médicos “engolem 40 cadáveres ao dia, em média, para fazer crer ao público que a epidemia declina”. Atestados de óbito, diz o texto, são registrados como se a causa da morte fossem outras doenças.

Figura 2.4 - “O Combate” questiona os dados oficiais em 12.nov.1918

A discordancia das cifras officiaes

Já frisamos, por duas vezes, as contradições existentes entre os comunicados do Serviço Sanitario e o boletim semanal da Estatistica Demographo-Sanitaria.

Tambem não concordam aquelle communicado e as informações da Prefeitura, a respeito do numero de obitos:

Dia	Prefeit.	S. S.
9	309	279
10	289	315
11	304	281
Total	902	875

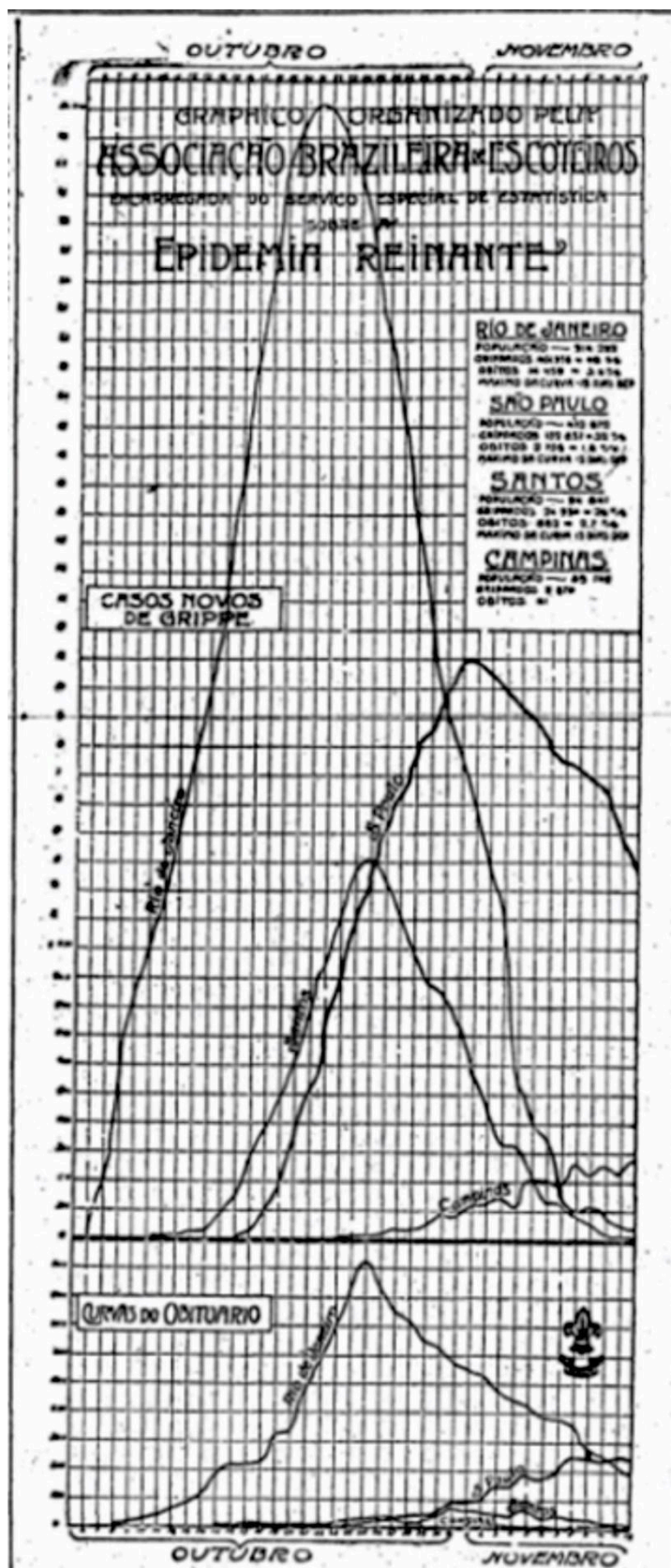
Em tres dias, diz o Serviço Sanitario que morreram em S. Paulo 875 pessoas ao todo e diz a Prefeitura que foram enterrados 902 cadaveres. Dar-se-á que 27 pessoas tenham sido sepultadas vivas?...

Fonte: O Combate (1918).

Em 15 de novembro, Macedo Soares publica em “O Estado de S.Paulo” um gráfico seu, atribuído à Associação Brasileira de Escoteiros, com as curvas de casos e mortes em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Campinas. É um infográfico rudimentar, raro na imprensa naquela época, especialmente no Brasil. É desenhado à mão, com as quatro curvas de casos e quatro de mortes esticadas sobre linhas de grade espessas e escuras, quase prejudicando a leitura do crédito: “Graphico organizado pela Associação Brasileira de Escoteiros, encarregada do serviço especial de estatistica sobre a EPIDEMIA REINANTE”. Quase no pé, está a flor-de-lis internacionalmente conhecida como logomarca do movimento escoteiro. O eixo X mostra os meses de outubro e novembro.

Por ter sido comentado pelos jornais em estudo, embora tenha sido publicado por uma publicação concorrente, esse gráfico é reproduzido aqui (Figura 2.5).

Figura 2.5 - Gráfico de Macedo Soares no jornal "O Estado de S.Paulo" de 15.nov.1918.



Fonte: O Estado de S.Paulo (1918).

No texto que acompanhava o gráfico, Macedo Soares dizia que a epidemia estava em rápido declínio: “o ápice da curva foi atingido no Rio de Janeiro, em Santos e São Paulo no 15º dia a partir das primeiras notificações”. Diante da manifestação, mais otimista do que qualquer comunicado oficial, a Diretoria de Saúde Pública elogia a iniciativa no comunicado de 16.nov no “Correio Paulistano”, mas aponta problemas nos dados das outras cidades.

Esta Diretoria teve o prazer de receber hoje um gráfico, organizado pela infatigável Associação Brasileira de Escoteiros, sobre a marcha da epidemia reinante no Rio de Janeiro, S.Paulo, Santos e Campinas, bem como os obituários respectivos. O número de casos representado na curva do Rio de Janeiro não é oficial, porquanto não se tem recebido os boletins hebdomadários organizados pela Directoria Geral de Saúde Pública dali e por não ter sido, até hoje, organizado serviço idêntico naquela capital. (Correio Paulistano, 16.nov.1918).

“O Combate” critica o gráfico. “Como todas as estatísticas arranjadas com *parti-pris*, não tem valor nenhum”, diz o texto. Sem as luvas de pelica do comunicado oficial, observou que o Rio não tinha estatísticas, “só cálculos feitos a olho”. Schwarcz e Starling (2020) atestam a fragilidade das estatísticas fluminenses, censuradas pelo governo federal.

No dia 17, “O Combate” especulou se o Serviço Sanitário estaria “ocultando” dados de mortes pela gripe ao classificá-las como outras doenças, e checa as estatísticas de maneira comparativa. Primeiro, faz um cálculo simples de mortes excedentes, comparando a média de mortes na semana (175) à média diária de mortes na mesma semana do ano anterior (19,5) e à média de mortes por dia no mês de setembro, antes da chegada da gripe (20,3). “Atualmente morrem, portanto, 15 vezes mais pessoas em S.Paulo do que em épocas normais”, diz o texto, que evoca “a epidemia segundo a demografia sanitária”.

Sozinhas, as mortes oficialmente de gripe não explicavam a diferença. Então, o jornal detalha as causas informadas das ocorridas numa semana pré-pandêmica (16 a 22.set) e na semana de 4 a 10.out. As atribuídas a outras doenças respiratórias dispararam: tuberculose triplicou, de 10 para 30; “afecções do aparelho respiratório” quase quadruplicaram, de 32 a 118; e “moléstias mal definidas” de 0 a 20. Ademais, “afecções do sistema nervoso” foram de 2 a 23, “afecções do aparelho digestivo de 23 a 93 e “debilidade congênita” de 11 a 36. Não é possível dizer que todas sejam a influenza chamada por algum nome mais palatável, embora problemas respiratórios e moléstias mal definidas possam sugerir algo assim.

Nas condições da medicina em 1918, seria esperado ver um alto índice de enganos de diagnóstico. Isso melhorou muito ao longo das décadas que passaram desde então, mas, ainda em 2002, 14% dos óbitos em São Paulo eram registrados com causas mal definidas, especialmente entre os idosos (Costa; Marcopito, 2008).

Interessante observar que o jornal tentou uma maneira rudimentar de cálculo da mortalidade excedente (Figura 2.6). Essa foi uma ferramenta bastante importante para estudiosos da subnotificação da Covid-19 (Santos *et al.*, 2021). Mas há senões: “A mortalidade excedente pode ser difícil de interpretar. As mudanças nas mortes podem se dever ao vírus, ou à lotação do serviço de emergência, ou ao colapso dos sistemas de saúde, ou ao impacto das medidas de combate ao vírus” (Spiegelhalter; Masters, 2021).

Figura 2.6 - Texto publicado ao pé da primeira página de “O Combate” em 16.nov.1918.

A “hespanhola,,

A epidemia segundo a demographia sanitaria

Augmentaram hontem os casos fataes

O Serviço Sanitario occulta o numero de mortes diariamente

Foi hontem publicada a estatística organizada pela Recupla Demographico-Sanitaria, á vista das informações scriptas dos escritórios do Registro Civil, relativas á semana de 4 a 10 do corrente.

Por ella verificamos aquelle que já havíamos suspeitado em virtude da discordancia das informações do Serviço Sanitario com o numero de enterros feitos pela Prefeitura: os medicos angolezes, diariamente, 40 em daveres, em media, para fazer crer ao publico que a epidemia declina, bem assim a alta mortalidade.

Em os alguresmos forçadas nos jorras pela repartição de hygiene como sendo o das chitas per gripe:

dia 4	—	179
5	—	170
6	—	183
7	—	249
8	—	247
9	—	231
10	—	273

1.581

A Recupla Demographico Sanitaria apures 1.528, os numeroes quasi identicos, porque grande numero de casos figuram com sintomas de outras moléstias.

embora a gripe seja a verdadeira causa da morte.

É uma questão toda «técnica», que a demographia não pode corrigir.

Aqui estão as provas. Durante a semana, fallaram nesta capital 1.924 pessoas em 28 vezes mais do que o numero das que fallaram na semana de 16 a 22 de Setembro, data em que chegou ao Rio de Janeiro o «Demerax», que nos trouxe a terrivel peste de Dakar.

Nesta semana, a media diaria dos obitos foi de 17,5 e na correspondente do anno passado foi de 19,5, tendo sido de 20,3 a media diaria de todo o anno do Setembro ultimo.

Arrebatados, mortos, portados, 25 vezes mais pessoas em il. Paulo do que em spoma normal.

Vejam, ainda, como a gripe se occulta ao obituario através das outras moléstias.

Comparar-se os cifras abaixo, em que a primeira colunna se refere á semana de 16 a 22 de setembro e a segunda á de 4 a 10 de outubro:

Surto	0 — 4
Encefalite	6 — 1
Cholera	0 — 1
Dysentria	0 — 2

Felidismo	0 — 1
Tuberculose	10 — 30
Seplicemia	0 — 2
Cancro e outros tumores	8 — 7
Affecções do systema nervoso	2 — 23
Affecções do aparelho circulatorio	14 — 26
Affecções do aparelho respiratorio	22 — 118
Affecções do aparelho digestivo	22 — 93
Affecções do aparelho urinario	7 — 9
Accidentes porperas	0 — 3
Affecções dos ossos	0 — 1
Distúrdio congenito	11 — 26
Insididade	0 — 3
Mortes violentas	3 — 3
Suicídios	0 — 2
Outras moléstias	2 — 1
Moléstias mal definidas	0 — 20
Gripe	2 — 128

Tudo da semana 122 5984

Não é preciso commentar, os numeroes falam por si, deixando claro que a gripe é a grande responsavel por mais de 800 obitos gerados e ainda por outros de 25 moléstias mortaes, pelo o numero destes depõe esta semana.

Ora, comparando a mortalidade desta semana com a de Rio de Janeiro no momento em que a epidemia atingiu ao maximo, verificamos que a severidade da epidemia em il. Paulo é

Fonte: O Combate (1918).

A pressa na totalização de dados por parte de jornalistas sempre pode levar a erros, o que em reportagens críticas pode afetar a credibilidade. Por equívoco da redação, a tradicional tabela diária com a série histórica das mortes, na página 3, usou o total de mortes do dia, e não só as atribuídas à gripe. A errata, na edição seguinte, veio com um chiste:

Ao adicionar ao nosso quadro os óbitos de anteontem, tomamos o número geral, 230, em vez do número referente à gripe, 177. Houve, assim, um excesso de 53 óbitos, que hoje corrigimos. Dizem que Deus escreve direito por linhas tortas. O nosso engano, certamente, corrigiu os do Serviço Sanitário e aproximou a estatística da verdade... (O Combate, 16 de novembro de 1918)

No dia 20 de novembro, “O Combate” começou a aceitar a ideia de que, mesmo subfaturados, os números mostravam uma tendência correta. “*Que assim seja*”, diz o texto.

Em 22 de novembro, “A Gazeta” declarava a epidemia “quase extinta” na cidade. O jornal de Cásper Líbero já não destacava os números havia duas semanas. “O Combate” não atualizou dados naquele dia, mas no dia seguinte caçoou do otimismo do concorrente. Pelas contas do jornal, havia oito vezes mais mortes do que em tempos normais. “Mas o pior é que a convicção, que se está generalizando, de que a epidemia está extinta está fazendo com que enfraqueça a ação das autoridades”, diz o texto. No dia seguinte, o “Correio Paulistano” destaca carta de Macedo Soares informando haver mais altas do que baixas nos hospitais.

2.4.3.4 Semanas finais (25 de novembro a 20 de dezembro)

No dia 25, “O Combate” deixou de publicar os dados de mortes em sua capa. Dois dias depois, publicou uma pensata de “Carl Ayle” (pseudônimo usado em outros artigos opinativos no jornal), sob o título “A Razzia da Peste”. O texto fugia à linha de toda a cobertura anterior e questionava se havia mais pessoas morrendo de medo do que da gripe. O texto critica a “estulta preocupação do furo”, que geraria sensacionalismo, e depois de toda a investigação feita pelo jornal nas semanas anteriores coloca em questão a própria periodicidade da divulgação de dados: “em última análise, que vantagem pública pode resultar da notícia dos casos verificados e óbitos ocorridos?”.

Essa prostração não durou muito tempo. No dia 28, o jornal começou uma série de quatro (de possíveis cinco planejadas) reportagens com o depoimento do pedreiro Eugênio Benzana, dado por morto após um ataque epilético e levado ao cemitério do Araçá dentro de um caixão. Acordou antes de ser enterrado, saiu do féretro e voltou para casa.

Poderia ser apenas um caso curioso, um *fait-divers*, mas o jornal começou a puxar a partir dessa história os elementos que apontavam para a possível subnotificação. A terceira reportagem, em 2 de dezembro, registrou que Benzana foi levado para o cemitério sem passar por qualquer exame para descobrir se ele tinha gripe ou não (ou mesmo se estava morto). Isso poderia indicar que outros casos de morte não estariam passando por qualquer tentativa de diagnóstico, e, portanto, esse desleixo alimentaria a subnotificação.

Na quarta reportagem, o jornal registrou que o Fórum recebia vários casos de viúvas que não podiam comprovar que seus maridos haviam morrido pois haviam sido enterrados sem que fosse emitido o atestado de óbito – fonte dos dados oficiais. Segundo o jornal, teria havido mais de 200 sepultamentos sem atestado. Como a estatística dependia do registro, não registrar alimenta a possibilidade de subnotificação.

No dia 4, o jornal publicou um grande espaço em branco no mesmo espaço ocupado pela manchete sobre a falta de atestados no dia anterior. No centro desse espaço, a palavra “CENSURA” não deixava dúvidas sobre o que houve. Dentre os temas noticiados na capa, o único que não aparece é o da possível subnotificação de óbitos.

Ao lado, começa a cobertura de um outro caso que se tornaria célebre na cobertura do jornal: a de uma casa abandonada no período da gripe, na rua Bento Freitas, cujas luzes misteriosamente estavam ligadas dia e noite, intrigando os vizinhos (Figura 2.7).

Por quatro edições, “O Combate” não publicou comentários sobre a pandemia, só a lista de mortos. A contagem oficial já não saía há mais de uma semana. Com menos mortes confirmadas todo dia, o “Correio Paulistano” manteve a publicação diária dos comunicados, ao contrário de jornais comerciais como “A Gazeta”, apenas mudando um pouco a ênfase no espaço. Ao longo de dezembro, o espaço dedicado pelo “Correio Paulistano” à reprodução do comunicado oficial inicialmente perde a página fixa, depois vai perdendo destaque.

O que faltava a “O Combate” para retomar o assunto era um gancho. Esse veio dia 10, com o relatório do prefeito Washington Luís sobre a pandemia. “Há dados interessantíssimos para o cálculo das devastações feitas pela gripe”, diz o texto, que ocupa um terço da capa e continua na pg. 2. O relatório informa que foram abertas 11.762 covas (o cemitério da Lapa, por exemplo, foi aberto no período) e usadas 8.040, para todas as causas de morte. Isso dava uma média de 161 mortes por dia. Comparando-se a uma média de 20 mortes por dia no ano anterior, havia excesso de cerca de 7 mil mortes, contra as 4 mil contabilizadas pelo serviço sanitário. No dia 11, “O Combate” registrou o convite feito a Neiva para ser o Diretor de Saúde Pública do governo federal, em substituição a Carlos Seidl, visando remodelar os serviços de saúde federais. Criticou seu interino, Eloy Lessa, “um aproveitador”.

“A Gazeta” de Cásper Líbero passou dias longe do assunto. No dia 20 de dezembro, às vésperas do Natal, mancheteou “A extinção da epidemia”. Nesse dia, o “Correio Paulistano” publicou o último comunicado oficial informando que não haveria novos balanços e fazendo um agradecimento oficial a Macedo Soares, “que se incumbiu dos serviços de estatística e de estafetas feitos pelos escoteiros”, e a Dias de Campos, pela “dedicada direção” da colaboração voluntária dos meninos. O comunicado reproduz ofícios enviados por Arthur Neiva aos dois colaboradores. Àquela altura, Neiva já havia sido convidado para o equivalente ao Ministério da Saúde. O convite seria recusado no começo de 1919.

Até o final do ano e no começo de 1919, “O Combate” ainda observou dados de outras doenças. No dia 21 de dezembro, o jornal disse que “as estatísticas demográfico-sanitárias querem tapar o sol com peneiras”. No dia 26, sob a manchete “ainda a mentira na demografia oficial”, comparou os dados de São Paulo aos de Buenos Aires, que usou medidas mais restritivas logo no começo da epidemia e contabilizou 315 mortes. Em 17 de janeiro, com dados oficiais, noticiou que de 30 de dezembro a 5 de janeiro houve 11 mortes de gripe, ainda que a doença fosse oficialmente dada como “extinta” pelas autoridades.

2.5 Discussão

C.W. Anderson, em seu estudo sobre o uso de dados no jornalismo em três épocas (décadas de 1920, 1960 e 2010) observa que, da maneira como eram usados no começo do século 20 por uma corrente de jornalistas, os dados “agiam como o que os estudiosos da ciência e tecnologia chamam de objeto limítrofe, neste caso um objeto simbólico e material que mediava entre o fornecimento de provas quantitativas e a persuasão retórica” (Anderson, 2018). O autor vê conexões entre o significado do uso dos dados na época e hoje. Em tempos de incerteza, diz, o jornalismo busca maneiras mais “objetivas” de contar histórias para legitimar seu papel social, acercando-se da ciência e da tecnologia.

A leitura do noticiário imediato sobre os números da pandemia de influenza de 1918 levanta algumas questões que podemos tentar observar no noticiário sobre os números da pandemia de Covid-19. Embora o trabalho feito por “O Combate” não possa ser exatamente considerado um caso precoce de jornalismo de dados, traz questões importantes sobre como os dados são usados por jornalistas como objetos de evidência.

No material analisado para este artigo, podemos observar os temas abaixo.

2.5.1 Tratamento dos dados oficiais

Os dados fornecidos pelo poder público são fontes, e como tal têm limitações. Os governos conhecem o poder retórico dos dados e a falta de traquejo da maioria dos jornalistas com eles. Apesar de todo o avanço tecnológico, na pandemia de 2020 foi mais raro ocorrer, como em 1918 na redação de “O Combate”, de jornalistas tentarem desvendar o que estava por trás dos dados divulgados.

Naquela época, as técnicas estatísticas atuais estavam ainda sendo desenvolvidas (Madrid Casado, 2014; Salsburg, 2002; Wiggins; Jones, 2023). Jornalistas trabalhavam basicamente com a linguagem; para fazer contas, tinham papel, lápis e aritmética básica do ensino primário, além de algumas intuições importantes. As vistas aqui incluíam:

- **Questionar as lacunas na metodologia de apuração dos dados:** é o que ocorre quando “O Combate” lembra da fragilidade de depender de os médicos informarem voluntariamente os dados do dia. Isso também ocorre quando o jornal lembra que em Minas Gerais a notificação era compulsória. A subnotificação tem diversas origens:
 - O paciente adoeceu e morreu sem ter sido examinado
 - O paciente foi examinado, mas como a notificação não era compulsória isso não foi informado às autoridades
 - Por falta de diagnóstico ou por algum outro tipo de conveniência, a pandemia da vez não foi incluída no atestado de óbito
 - Por lacunas de registro, o óbito é contado onde ocorreu e não onde o paciente vivia. É o que Elza Berquó e colegas chamaram de “invasão de óbitos” (Berquó *et al.*, 1974).
 - O caso foi registrado sob causa provisória (como a Síndrome Respiratória Aguda Grave de 2020) ou por erro de diagnóstico sob uma doença parecida, como pneumonia; em 1918, o Departamento de Higiene de Pernambuco criou a classificação “tanatomorbia” para um volume expressivo de mortes não atribuídas à gripe espanhola (Schwarcz; Starling, 2020).
- **Comparar resultados de fontes de dados distintas, mas relacionadas:** é o que ocorre quando os jornalistas cruzam os dados de mortes, divulgados pelo Estado, e os de sepultamentos, coletados pela prefeitura
- **Comparar dados de períodos distintos:** é o que ocorre no cálculo de excesso de mortalidade geral e atribuída a outros tipos de doença em relação a períodos

pré-pandêmicos. No caso aqui estudado, os jornalistas de 1918 utilizaram aritmética básica escolar, mas os epidemiologistas hoje usam técnicas mais apuradas.

2.5.2 Forma de apresentação dos dados

Os jornais de 1918 usavam, com aprimoramentos apenas de escala industrial, as mesmas técnicas de impressão de Gutenberg. As páginas eram compostas em tipos móveis, e usar imagens dependia de técnicas caras como a litografia. Gráficos eram raros na imprensa brasileira. Na Europa, a infografia já existia (Cairo, 2016; Friendly; Wainer, 2021; Rendgen, 2019) – o grande inovador Charles-Joseph Minard, que documentou a campanha militar de Napoleão em elegantes gráficos impressos a quatro cores, morreu em 1870.

Sem maiores recursos visuais, o material analisado para tem estas características:

- **Texto:** tanto nos comunicados oficiais publicados pelo “Correio Paulistano” quanto nas análises críticas de “O Combate”, os textos procuram contextualizar os dados dentro de sua maneira de produção e seus limites de interpretação. Os textos consultados de “A Gazeta” antes de decidir-se por estes dois jornais não têm tanta contextualização, tratando o dado como algo transparente, que vale por si.
- **Tabela:** maneira tradicional de publicação de dados, introduzida no século 17, é usada aqui de três maneiras: para dividir os dados de um dia por distrito (no “Correio Paulistano”), para compilar uma série histórica de dados e para comparar dados de diferentes dias (no “O Combate”).
- **Gráfico:** a imprensa brasileira ainda não produzia infografias, mas “O Estado de S.Paulo” publicou, de maneira rudimentar, o único infográfico da cobertura da influenza nos jornais de São Paulo. Ele havia sido feito à mão, em papel quadriculado, pelo futuro fundador do IBGE. Sua apresentação era confusa, em parte pelo tracejado do papel, mas gráficos de curvas já eram usados naquele ano quando a gripe passou pelos EUA²⁴. Foi deles que veio a ideia das curvas a serem achatadas, em 2020.

²⁴ Um exemplo é <https://www.archives.nyc/blog/2018/3/1/the-flu-epidemic-of-1918>.

2.5.3 Participação da sociedade civil

Melhor equipada do que noutros Estados, mas ainda mal financiada, a Diretoria do Serviço Sanitário de São Paulo foi pega sem estrutura para produzir dados – e, para complicar, cortou a linha direta dos cartórios, como observou “O Combate”.

Foi por acaso que havia um aspirante a estatístico na presidência da Associação Brasileira de Escoteiros. Aos 35 anos, o futuro fundador do IBGE, José Carlos de Macedo Soares, era professor de economia e teve uma sacada interessante ao coordenar o “crowdsourcing” voluntário dos dados de consultórios médicos e cartórios usando a ajuda desses meninos motivados. O perfil publicado no site do órgão que fundou omite seu trabalho na epidemia de influenza e não menciona qualquer experiência anterior sua na área.

Na pandemia de Covid-19, a sociedade civil também teve um papel importante, embora diferente, na complementação dos dados disponíveis.

2.5.4 Quando termina a epidemia?

Embora o governo de São Paulo tenha decretado o fim da epidemia de gripe espanhola a cinco dias dos festejos natalinos, “O Combate” mostrou novas mortes causadas pela doença ao menos em janeiro e fevereiro de 1919.

O Brasil foi atingido na segunda onda da pandemia, com o vírus vindo da Europa, mas a literatura sobre o período fala em uma terceira onda no hemisfério sul, em 1919 e 1920 (Neufeld, 2020), mais letal do que as anteriores. Não há relatos de restrições sociais de grande escala nesse caso, além de suspensão de atividades comerciais e serviços religiosos, e tampouco os dados estão organizados. Atualmente, muitos pacientes “curados” têm sequelas ou mesmo a chamada “Covid longa”, com efeitos duradouros que podem contribuir com sua morte muito depois de passada a janela de inclusão nas estatísticas oficiais.

2.5.5 Frequência de publicação e seus efeitos

Quando “O Combate” desistiu de publicar as tabelas diárias, publicou um texto fora do seu tom combativo. Pensata assinada com o pseudônimo “Carl Ayle” questionava se o medo não matava mais do que a gripe. Criticou o sensacionalismo e questionou: “que vantagem pública pode resultar da notícia dos casos verificados e óbitos ocorridos?”

Os dados são cruciais em termos de pesquisa epidemiológica e formulação de políticas públicas. A importância de estarem disponíveis a todos os pesquisadores independentes é inegável. Como notícia, porém, viram rapidamente uma rotina. Na crise da “espanhola”, “A Gazeta” tirou a atualização diária da primeira página após um mês. Já não devia vender tanto. Notícias atualizando apenas o ponto novo do dia tendem a se tornar repetitivas, e em última análise podem achatar na opinião pública a diferença entre cem, mil, dez mil ou cem mil mortes. Se nos primeiros dias de uma pandemia o disparo dos números incentiva a adesão a medidas sanitárias, com o tempo essa informação vira pano de fundo.

Em junho de 2020, em reação à tentativa do governo federal de censurar a divulgação diária de dados sobre a pandemia, as principais empresas jornalísticas brasileiras se uniram para criar um consórcio visando não deixar de ter esses dados para noticiar diariamente. A sociedade civil já apurava esses dados mais ou menos da mesma maneira: coletas diárias de informações das secretarias de saúde já eram feitas desde março e abril por *Lagom Data* e *Brasil.io*, e na mesma semana o Conselho Nacional de Secretários de Saúde anunciou exatamente o mesmo.

Rapidamente, fixou-se na opinião pública a ideia de que os dados do consórcio cumpriam o papel de que o governo tentara fugir: “a tentativa de manipulação dos dados da epidemia (...) só não surtiu efeito em virtude da formação de um consórcio de veículos de imprensa para acompanhar os dados diretamente” (Schwarcz; Starling, 2020). “Mas, como em 1918, não sabemos de que maneira esses registros estão sendo produzidos nos estados, qual o tamanho e a extensão das subnotificações”.

Desde a criação do consórcio, sumiu do noticiário o questionamento sobre a subnotificação. Em termos de posicionamento político, se os “nossos” dados são tidos como mais corretos do que os oficiais, não há por que neles procurar lacunas. Mesmo sem ter realmente a autoria ou qualquer possibilidade de aprimorar sua coleta.

O que se poderia ter feito de diferente? E, caso fosse feito, que diferença faria?

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS: A CONTABILIDADE DAS MORTES

A partir de março de 2020, o Brasil recebeu com a regularidade da previsão do tempo, por três anos, atualizações sobre quantas mortes a pandemia de Covid-19 causou. Os dados, compilados pelos governos locais, eram agregados pelo governo federal. Com a recusa da Presidência em apoiar medidas de mitigação da emergência sanitária, houve orientações conflitantes sobre o uso ou não de medicamentos e adesão a medidas de distanciamento social (Ferrari, 2021), prejudicando o combate à pandemia e indiretamente a apuração dos dados.

Em junho de 2020, quando o governo tentou censurar os dados, um consórcio formado pelas maiores empresas jornalísticas do país passou a compilar os dados locais, buscando protagonismo no movimento para cobrar responsabilidade do governo no combate à pandemia. A importância do consórcio foi amplamente reconhecida (Dalcomo, 2021, Gehrke *et al.*, 2023; Barbosa *et al.*, 2022), mas seu papel crítico na investigação de lacunas nos dados deixou a desejar, tomando os registros locais pelo valor de face. Bucci (2019) lembra da distância entre o fato quantificado e o número que o representa: “quando os fatos, em certos discursos jornalísticos, são dissolvidos em favor de massas ultraprocessadas de dados digitalizados, a missão cética da imprensa se desfaz em uma fé que não se sabe fé”.

Propomos que o uso pouco cético dos números se deve a questões da própria natureza dos dados (Desrosières, 2001; Wernimont, 2019), a epistemologia do jornalismo (Martinisi; Lugo-Ocando, 2020; Genro Filho, 1989; Maier, 2003, 2003; Meditsch, 1997) e às mudanças no negócio da imprensa (Meyer, 2009; Hamilton, 2011), que influem no conteúdo. Para compreender a natureza dos dados, mobilizamos ideias da epidemiologia, da demografia e da sociologia da quantificação. Para compreender como dados se tornam notícias, é preciso entender o que os jornalistas identificam como notícia e em que condições usam dados: sua formação, como trabalham e a forma como se organizam as empresas. A parte teórica sobre jornalismo está na **seção 4**.

Também vamos recuperar o histórico dos dados de mortes de Covid-19 e das disputas políticas em torno da definição do que conta ou não como morte de Covid-19.

3.1 A contabilidade da morte

Identificar a causa de uma morte depende da técnica médica, mas também envolve fatores políticos, sociais e até interpessoais (Saracci, 2010). O diagnóstico é “a chave da experiência da doença, investindo-a de significado social e desencadeando a necessidade de respostas específicas que acarretaram sua inserção em uma complexa rede de negociações sociais, frequentemente conflituosas” (Goulart, 2005, p. 112).

Na maior parte dos casos, dados são “a representação simbólica atribuída a manifestações de um evento qualitativo” (Pereira, 2004, p. 21) – são descrições apuradas a partir da necessidade dos pesquisadores ou gestores de monitorar um fenômeno. Registrar fenômenos como números permite usar técnicas estatísticas para localizar e prever tendências, mas lá na ponta os números descrevem coisas do mundo. Numa pandemia, dados atualizados ajudam a focalizar a ação do poder público para controlar o problema, especialmente a morbidade e mortalidade excedentes (Checchi; Roberts, 2005). Epidemiologistas comparam a taxa de mortalidade na crise à esperada em períodos normais. O índice resultante é a “taxa de mortalidade excedente”. A análise, dizem, pode indicar problemas políticos associados à coleta de dados e aceitação dos resultados ou ao exagero/minimização dos resultados.

Na pandemia mais documentada antes do século 20, a da “grande peste” do século 17, registrava-se mortes em livros mantidos pelas paróquias. Foi nessa época que pioneiros como John Graunt começaram a tabular as mortes por idade e causa, gerando as primeiras tábuas de vida usadas para calcular prêmios de seguros (Petty; Graunt; Hull, 2022). Antes de as primeiras gazetas políticas surgirem na Inglaterra, a venda de listas periódicas de mortes criou um público incipiente para o que viria ser a imprensa (Slauter, 2011).

Wernimont (2019) observa que os mortos eram examinados por “buscadoras”, geralmente mulheres viúvas contratadas pelas paróquias. Elas eram encarregadas de certificar a morte e se ela era decorrente da peste ou não. Esses registros eram compilados nas "Bills of Mortality" (Gazetas de Mortalidade), publicadas semanalmente em Londres entre o início do século 17 e meados do século 19. Embora tenham surgido para as autoridades monitorarem o avanço de epidemias, as gazetas viraram um negócio lucrativo quando os impressores foram autorizados a vendê-las ao público. Foi o início da imprensa comercial. Segundo Slauter (2011), Graunt sabia da precariedade da matéria-prima com que trabalhava; suas estimativas eram aproximações. Mas, com o impacto do trabalho feito em Londres, outras cidades europeias passaram a publicar dados de mortalidade (Weisberg, 2014). Conforme criavam burocracias estáveis, os Estados assumiram essa função.

Ao longo do século 20, a morte e seu tratamento saíram do âmbito da fé. Segundo Lima e Carrieri (2020), a contabilidade de óbitos tenta "exercer algum domínio sobre a natureza aleatória da morte" em sociedades secularizadas, com instituições especializadas, rotinas burocráticas, sistemas de registro e refinamento de categorias médicas. No Brasil, o império tentou implementar o registro civil em 1852 e 1872, sob protestos (Senra, 2005). Na República, o registro de nascimentos, casamentos e mortes se tornou obrigatório, mas de alcance restrito. A Constituição de 1891 incluiu a vigilância sanitária como atribuição de cada Estado, mas sem recursos. Mesmo com a expansão do registro civil pelo Brasil no século 20, a subnotificação de nascimentos e mortes é um tema tradicional dos estudos demográficos²⁵. Lima e Carrieri (2020) estudaram a formação dos registros de óbito no país.

O atestado surgiu em 1858, para monitorar mortes criminosas. Sua exigência para sepultamento veio em 1973. Desde 1975, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (Oliveira, 2018), coleta dados detalhados: sexo, idade, ocupação, escolaridade, causa da morte, residência. É o mais completo registro de causas e características das mortes. Padronizado pela Classificação Internacional de Doenças (CID), permite comparações internacionais (Ward, 2004). Em 1991, o preenchimento do SIM passou aos hospitais, unidades de saúde e cemitérios. Melhorou, mas continuou insuficiente.

Na década de 1970, o IBGE passou a coletar dados dos cartórios para publicação sistemática de estatísticas. Até abril de 2020, o IBGE sempre publicou os dados referentes a um ano apenas ao final do ano seguinte. Todo ano, há milhares de nascimentos e mortes de anos anteriores incluídos com atraso. A maior concentração está nos anos mais recentes, mas sempre há registros de nascimentos ou mortes ocorridos décadas antes da publicação (IBGE, 2022). A confecção das certidões de nascimento e óbito é gratuita desde 1996²⁶, para procurar minimizar ao máximo o sub-registro, mas muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para cobrir os custos do deslocamento até os cartórios de registro civil, especialmente quando vivem em regiões mais pobres e de difícil locomoção, o que pode adiar o necessário registro.

A mortalidade infantil é um dos temas cuja investigação tradicionalmente mais sofreu, com a subnotificação chegando a dois terços dos casos neonatais na região Nordeste no início do século 21 (Penteado, 2003). Antes da pandemia, o atraso em registrar mortes de recém-nascidos chegava a quase 13%; para idosos com mais de 80 anos, no Maranhão entre 2016 e 2019 o índice de sub-registro passava de um terço das mortes (IBGE, 2022).

²⁵ Ver, por exemplo, Silveira e Laurenti (1973), Berquó *in* Santos, Levy e Szmrecsányi (1980) e Waldvogel e Ferreira (2003).

²⁶ Presidência da República. **Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19534.htm. Acesso em 26 jun. 2023

Um manual de epidemiologia para vigilância em saúde pública da Organização Panamericana de Saúde (Barbosa; Victoria, 2010) diz que a subnotificação pode ocorrer porque os dados

- a) são gerados por um processo contínuo e sujeitos a mudanças;
- b) são gerados por várias unidades de notificação diferentes;
- c) possuem diversos níveis de qualidade.

O texto adapta um diagrama com os pontos em que um caso deixa de ser notificado:

Gráfico 3.1 - Localizando o sub-registro na notificação de doenças



Fonte: Barbosa e Victoria (2010).

Para doenças notificáveis as razões do sub-registro podem incluir: 1) **falta de conhecimento de que a doença deve ser notificada** (por exemplo, desconhecer que doença deve ser notificada, como e/ou a quem), 2) **atitudes negativas para com a notificação** (tempo consumido, dificuldade, falta de incentivo, falta de retroalimentação ou desconfiança do governo) e 3) **mal-entendidos que ocasionam falta de conhecimentos ou atitudes negativas** (preocupação com confidencialidade, considerar que não notificar não é um problema sério e julgar que

a área de saúde não usa ou valoriza as notificações). (Barbosa; Victoria, 2010, p. 48, **grifo nosso**)

Esses riscos devem ser levados em conta na análise dos dados, dadas as desigualdades no acesso à saúde no Brasil. “A qualidade das informações sobre óbitos no país é muito variável e estreitamente relacionada com as condições sócio-econômicas predominantes nas Unidades da Federação”, observa Vasconcelos (2000) sobre o Sistema de Informações sobre Mortalidade. Àquela altura, o sistema era de boa qualidade para metade da população, mas refletia as desigualdades brasileiras. Estudos da demografia e da epidemiologia documentam problemas com os dados, com altos índices de registro de mortes com causas mal definidas – como mostram Agranonik e Jung (2019), Lima *et al.* (2019) e Costa e Marcopito (2008). Mais recentemente, o IBGE adotou novas técnicas para estimar a subnotificação e estima que seja maior entre crianças e adolescentes (ANOREG-PR, 2022).

Mathers *et al.* (2005) avaliaram a qualidade das estatísticas de mortalidade em 75 países-membro da OMS e concluíram que apenas 23 deles tinham estatísticas de mortalidade com alta qualidade. O Brasil constava no estudo como tendo qualidade média em seus dados.

3.2 Sociologia da quantificação

Com a expansão do uso de dados por parte dos governos e empresas, para administrar vidas de cidadãos e consumidores, a sociologia presta mais atenção ao papel da quantificação na vida dos indivíduos. A sociologia da quantificação cresceu a partir de 2007, segundo Berman e Hirschman (2018). É um campo heterogêneo, mas seu aspecto central é o estudo de como fatos cotidianos viram dados para fins de monitoração – seja da eficiência de políticas públicas, de processos comerciais ou de difusão de mensagens.

Para Scott (2020), os governos coletam estatísticas para tornar “legível” a estrutura do Estado. Eles resumem o que há no território governado aos traços mais relevantes para a finalidade buscada, buscando comparações no tempo e no espaço. Aos olhos do Estado, para tributação, importa o tipo do imóvel (casa, apartamento, terreno), seu tamanho e localização, mas não a cor de suas paredes ou o uso de grades para segurança.

Alain Desrosières observa:

Desemprego, inflação, crescimento, pobreza, fertilidade: esses fenômenos objetivos, e as estatísticas que os medem, apoiam descrições de situações econômicas, denúncias de injustiças sociais e justificativas de ações políticas. São inscritas em práticas rotinizadas que, ao fornecer uma linguagem estável e amplamente aceita para dar voz ao debate, ajudam a estabelecer a realidade da imagem descrita, Mas

isso implica um paradoxo. **Como referências, tais objetos devem ser percebidos como indiscutíveis, acima de qualquer suspeita. (...) Como podemos discutir o indiscutível?** (Desrosières, 1998, p. 1, tradução nossa).

Desrosières aponta uma reciprocidade complexa entre governos e os dados que ditam o que devem fazer e medem o sucesso de sua ação. Manter a comparabilidade das séries é crucial, e ele sabia disso como ninguém: essa era a tarefa com a qual fez carreira no Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), em Paris. Sua obra trata de como as mudanças nas relações entre prioridades institucionais e nas questões que a sociedade propõe a si alteram a forma como dados são coletados e interpretáveis.

O autor vê quatro formas de compreender a “realidade” das estatísticas (Desrosières, 2001). Três são “**realistas**”:

- medem coisas verificáveis no mundo (Chakravartty, 2017);
- são traduzíveis em valores monetários;
- correspondem ao oficialmente registrado.

A quarta forma, considerada mais razoável por Desrosières, é a “**anti-realista**”:

- surgem na interação entre interesses sociais, institucionais e profissionais.

Para tornar comparáveis fenômenos diversos e coexistentes, “encaixa-se” objetos mais ou menos diferentes na mesma métrica. Espeland e Stevens (2008) consideram a **comensuração** “a forma mais socialmente transformadora de quantificação”.

Codificados como dados, casos específicos são despidos de suas peculiaridades e reduzidos aos aspectos que os tornam comparáveis ao conjunto dos casos, nos aspectos convencionados como relevantes. Tais aspectos variam no tempo e no espaço. Por isso, quem tem acesso aos dados apenas após o processo de comensuração perde de vista as características da fonte original a que eles se referem. E esse é apenas o primeiro passo do distanciamento em relação à origem.

Wernimont (2019), ao estudar omissões nos registros de óbitos da peste bubônica que abalou Londres no século 17, viu a “**remediação**” das informações sobre mortes, uma “compressão ou elisão da narrativa” em torno das pessoas que morreram. Para uma morte virar um número, precisa ser abstraída, codificada e categorizada. A primeira mediação é o exame do cadáver. A segunda é a contagem e categorização da descrição em categorias. Isso nubla os detalhes de um caso, mas o torna comparável a outros mais ou menos semelhantes e, assim, passível de análise.

Para a autora, vem daí o “apagamento dos sujeitos”, dos corpos que não cabem na definição prévia do que deve ser contado. Não entravam nas estatísticas mortes de não-anglicanos e indigentes, pois os cemitérios eram administrados pela igreja anglicana. As “buscadoras” também podiam ser subornadas para ignorar que uma morte se deveu à peste – permitindo que o morto fosse enterrado no mausoléu da família e não no cemitério das vítimas daquela epidemia. Essas mortes geralmente sumiam da estatística.

As condições de trabalho de quem coleta dados, portanto, ajudam a compreendê-los. Num estudo fundador da **etnometodologia**, Garfinkel (1967) observou como a equipe de uma clínica preenchia prontuários – primeiro passo para casos virarem dados. Os profissionais consideravam essa tarefa uma burocracia que “rouba” tempo melhor destinado no cuidado aos pacientes. Era documentada com rigor a relação *contratual* entre paciente e hospital, protegendo judicialmente a instituição e o profissional. Dados úteis a pesquisadores não eram prioridade. Jaciane Milanezi, do Cebrap-Afro, estudou o sub-registro da raça/cor no Sistema Único de Saúde, o SUS (Milanezi, 2020). O preenchimento do campo seria negligenciado porque os profissionais acham burocrático; muitas vezes, sequer perguntam ao paciente ou acompanhantes como a pessoa se vê. Quando obrigatório, os profissionais tendem à “**heteroclassificação**”, ou seja, marcam a raça/cor que aos *seus* olhos pareça mais fidedigna.

Koopman (2019) resgata a gênese das certidões de nascimento e argumenta: formulários-padrão, além de garantir a comparabilidade, geram “pessoas informacionais”, mais facilmente “lidas” pelo Estado. A informação, diz, é o exercício do poder pela imposição de formatos ao cotidiano, e com isso as tecnologias de dados formatam os sujeitos. Ele faz um trocadilho de difícil tradução para resumir esse efeito: “fastening”, que significa “apertar o cinto” ou “acelerar”. Formatos *amarram* ao condicionar o que se pode fazer a partir deles. E *aceleram*, ao facilitar a circulação do que é *dadificado*. Isso ocorre em cada momento da entrada, processamento ou publicação dos dados. Essa formatação visa uma “universalidade” que só parece sê-lo porque gerou uma estrutura condicionante e é debatida sem atenção à sua história, apagando a ideia de que já houve outras possibilidades de desenvolvimento.

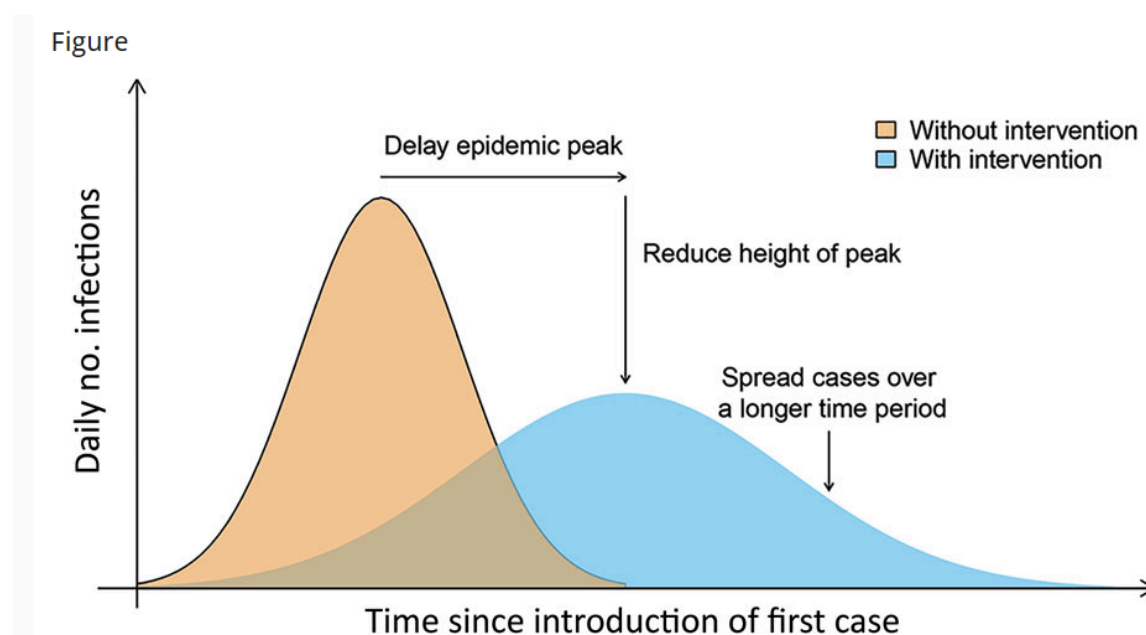
No caso da Covid-19, profissionais da saúde foram agredidos porque escreveram num pedaço de papel uma letra, três números e um ponto: “B34.2”, a classificação internacional de doenças atribuída à Covid-19 (Ribeiro *et al.*, 2021). Ela condicionava de que maneiras a família prestaria suas últimas homenagens a quem morreu. Em última análise, lógico, o que condicionava era a doença e a possibilidade de contágio de uma família inteira pelo cadáver. Mas o que certificava sua existência era o código num documento oficial.

Esses são apenas alguns conceitos que ajudam a problematizar como as mortes foram transformadas em dados e tiveram seu significado disputado na pandemia de Covid-19.

3.3 Os dados e as disputas de significado na pandemia

A onipresença dos dados foi uma marca desde os primeiros dias da pandemia, a partir do infográfico que ilustra o modelo matemático do “achatamento da curva”, publicado pelo Center for Disease Control, órgão oficial dos EUA (Fong *et al.*, 2020) (Gráfico 3.2). O documento orientava o uso de “intervenções não-farmacêuticas” como o distanciamento social para enfrentar uma doença contagiosa altamente letal sem vacina, visando moderar o espalhamento do contágio e com isso evitar o colapso dos sistemas de saúde.

Gráfico 3.2 - Representação visual do modelo do “achatamento da curva”



Fonte: Pentzold *et al.* (2021)

Nunca antes um gráfico parou o mundo. Pentzold *et al.* (2021) avaliaram seu impacto na orientação do público por meio da imprensa. Para eles, foi um raro momento em que jornalistas se viram compelidos a pensar o noticiário em termos probabilísticos.

Camargo *et al.* (2021) veem três momentos do uso dos dados no debate público no primeiro ano da pandemia entre os brasileiros. Primeiro, o debate era **especulativo** – projetando futuros possíveis a partir do pouco que se sabia. A recepção dessas probabilidades se dividia entre o ceticismo e a perplexidade com a mudança das rotinas. No segundo momento, a doença está à solta, os dados sobre casos e mortes aumentam todo dia.

Buscava-se entender o encaixe entre **números empíricos** de qualidade cambiante e as tendências indicadas pelos modelos. No terceiro momento, a **vacinação** já é uma realidade e a dúvida é quando ela permitiria retomar alguma normalidade.

O segundo momento é o cerne deste trabalho. Camargo e seus colegas veem um **aprofundamento analítico** nessa fase para compreender onde os números levavam. “Houve uma multiplicação de indicadores tendenciais que apontavam para situações de melhora ou de piora. Taxas como média móvel semanal e de retransmissão permitiram traduzir em números secundários uma dinâmica apenas indiretamente observável nos números brutos e absolutos”, escrevem os autores. Noções de “ondas” e “picos” frequentam o debate público, muitas vezes sem rigor. Isso embasou tomadas de decisão.

3.3.1 Para ler o gráfico das mortes

No debate público sobre os dados na imprensa, Camargo e seus coautores apontam o sentido de luto ritualístico assumido pelo debate em torno dos números redondos que se sucediam – as primeiras mil, dez mil, cem mil mortes. Entre a publicação do gráfico e a declaração da Organização Mundial de Saúde de que a emergência global de saúde havia acabado, em maio de 2023, passaram-se quase três anos e meio. Na maior parte desse período, os números sobre casos e mortes foram acompanhados com atenção no mundo todo.

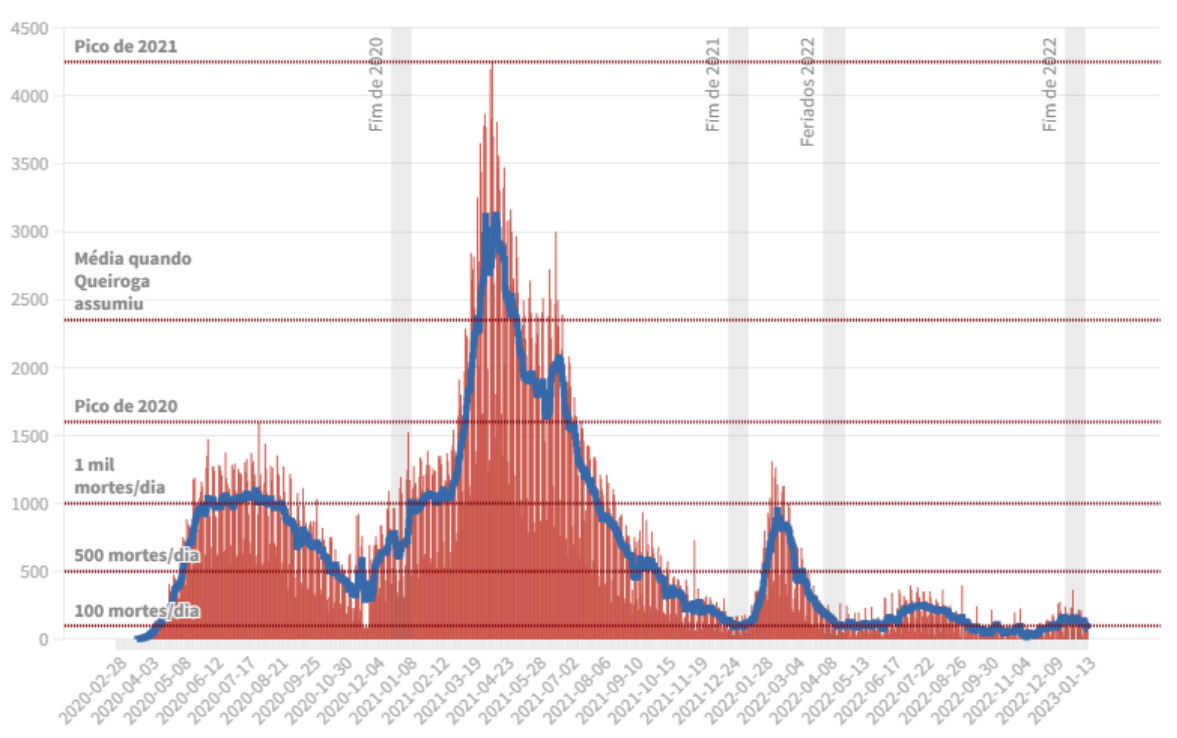
Comensurados e remediados, os dados das mortes de Covid-19 formaram este padrão (Gráfico 3.3), por número de mortes por data de publicação. O gráfico tem sutilezas importantes²⁷. Destacamos alguns aspectos desse gráfico:

Primeiro, as colunas vermelhas mostram as mortes por dia de publicação, e não de ocorrência. Apenas parte das mortes anunciadas havia ocorrido no mesmo dia; sempre havia outras ocorridas em dias ou meses anteriores, cuja confirmação atrasou.

Segundo, há picos semanais. Nos finais de semana e feriados, no plantão de hospitais e cartórios, conta-se menos mortes do que em dias úteis. Depois, coloca-se em dia. Nos primeiros feriados prolongados, alguns sites noticiaram “queda” nas mortes – que não houve.

²⁷ Nos meses em que o levantamento de dados da *Lagom Data* sobre casos e mortes por município era um dos principais do Brasil (ver seção 2.3.2), o autor atendeu a imprensa, acadêmicos e agências de checagem (Soares, 2020a) para explicar os padrões.

Gráfico 3.3 - Mortes de Covid-19 registradas no Brasil por dia



Fonte: *Lagom Data*, a partir de dados estaduais (2023).

Terceiro, a linha azul mostra a média móvel de mortes dos últimos 7 dias. Esse artifício, comum na epidemiologia, tornou-se padrão em como a TV Globo passou a apresentar os dados do consórcio a partir de julho de 2020²⁸.

Quarto, há dois longos “apagões” da transmissão de dados do governo antes das festas de fim de ano, em 2020 e 2021. Foram explicados como falha técnica, mas o governo da vez havia cortado orçamento do Datasus, que gere o sistema²⁹.

Quinto, esses dados são *comensurados*, contando igualmente casos *mais ou menos diferentes*. A OMS só publicou critérios para certificar uma morte de Covid-19 depois de o Brasil enterrar mais de 2,3 mil pacientes. Sem coordenação federal, cada Estado, município, hospital/rede ou profissional pode ter usado critérios mais ou menos diferentes para saber quais mortes eram de Covid-19, por motivos desde a falta de testes até o paciente não caber no único tomógrafo disponível. Isso é comum em conjuntos de dados apurados por muitas pessoas (Becker, 2017), mas questões extra-técnicas acentuam o problema.

²⁸ G1. Entenda como é calculada a média móvel e a variação dos casos e mortes por Covid-19. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/27/entenda-como-e-calculada-a-media-movel-e-a-variacao-dos-casos-e-mortes-por-Covid-19.ghtml>. Acesso em 26 jun. 2023.

²⁹ Poder360. Apagão de dados: governo cortou gasto do Datasus pela metade. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/apagao-de-dados-governo-cortou-gasto-do-datasus-pela-metade/>. Acesso em 26 jun. 2023.

Sexto, esses dados são *remediados* numa versão compilada e organizada de números divulgados por terceiros a partir da contagem do que foi coletado por outrem. Embora estejam organizados em gráfico, estão desconectados dos casos originais.

Sétimo, esses dados não incluem casos de “Covid longa”, em que uma pessoa pode passar meses sofrendo com as complicações da doença e até morrer (Muraro *et al.*, 2023). Esses efeitos têm sido estudados clinicamente, mas não há dados atualizados a respeito e raramente o tema aparece na imprensa. Nos EUA, o Center for Disease Control localizou 3.500 novas mortes relacionadas à condição³⁰. Por aqui, não há dados. Ela entrou na nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que ainda não foi adotada no Brasil³¹.

Oitavo, em março de 2021 se captava uma proporção maior das mortes do que em março de 2020. No mundo inteiro, os casos de infecção sempre foram menos notificados do que as mortes (Li *et al.*, 2020), e no Brasil a escassez de testes foi um fator crucial (Kameda *et al.*, 2021). No início da pandemia, se um paciente não estivesse monitorado como caso suspeito, caíam as chances de sua morte ser contabilizada como causada pela doença, mesmo que fosse (Spiegelhalter; Masters, 2021).

Outra maneira de apresentar a evolução das mortes é num gráfico cumulativo (Gráfico 3.4). Aqui, os períodos de crescimento representam saltos; nas fases com maior controle, a linha fica estável.

Como mostra o gráfico a seguir, a distância no tempo entre as 600 mil e as 700 mil mortes, no período após a massificação da vacinação, foi a maior de toda a série histórica. Mas esses são apenas os casos conhecidos e confirmados. A subnotificação é *o que não entrou na linha*. Para pensar em como encontrar esses casos perdidos, podemos criar uma matriz de desconhecimento (Gráfico 3.5), usada em estudos de administração após a guerra do Iraque³². Sinha (2022) a aplicou à circulação de informações durante a pandemia de Covid-19.

³⁰ CDC. **Vital Statistics: Identification of Deaths With Post-acute Sequelae of Covid-19 From Death Certificate Literal Text: United States, January 1, 2020–June 30, 2022**. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/nchs/data/vsrr/vsrr025.pdf>> Acesso em 26 jun. 2023.

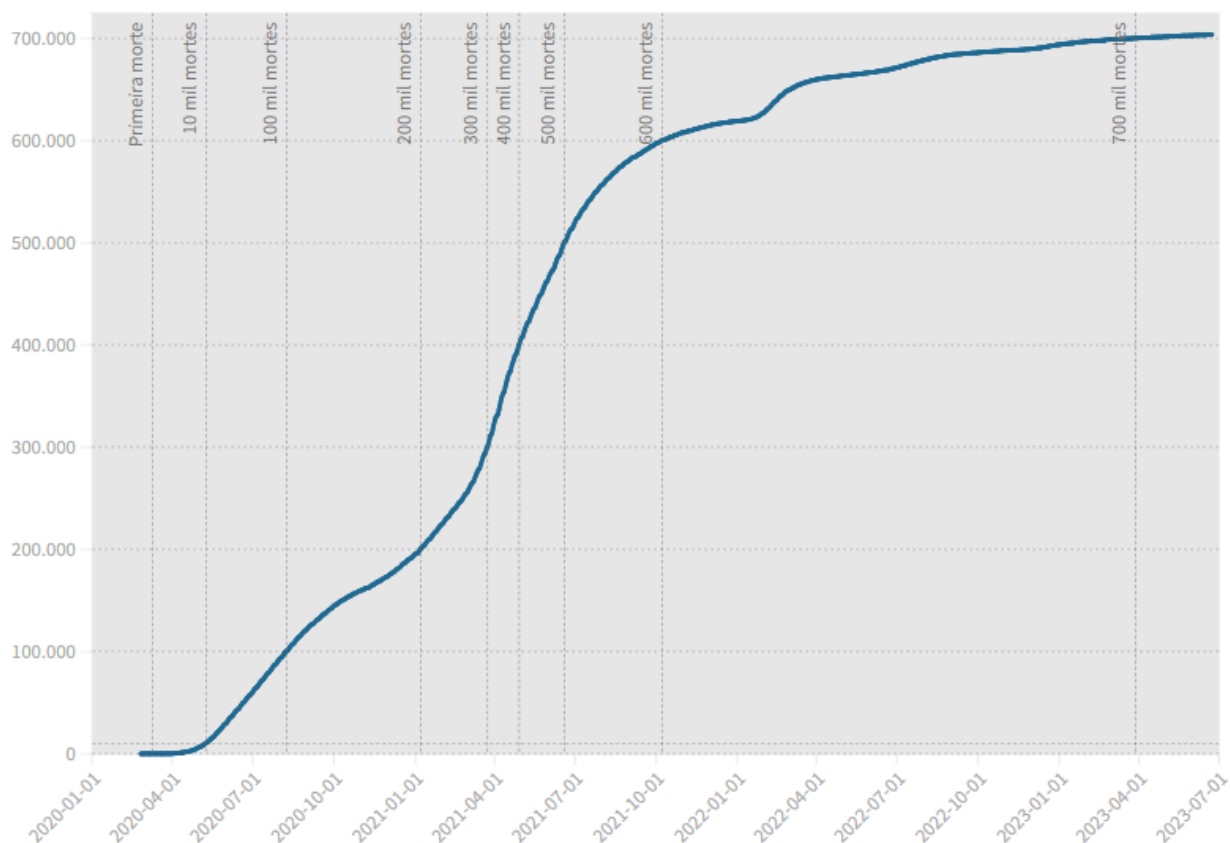
³¹ NAÇÕES UNIDAS. **OMS emite definição clínica oficial da condição pós-COVID-19**. 8.out.2021. Em <https://brasil.un.org/pt-br/150668-oms-emite-defini%C3%A7%C3%A3o-cl%C3%ADnica-oficial-da-condi%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-covid-19>. Acesso em 7 set. 2023.

³² Em fevereiro de 2002, o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, foi questionado sobre as evidências de que o ditador iraquiano Saddam Hussein tinha armas de destruição em massa, justificativa para que o país entrasse em uma de suas mais longas e destrutivas. Para justificar a ida à guerra sem evidências, ele disse uma frase que se tornou célebre, a sério e em sátiras: “Existem coisas que sabemos que sabemos. Também sabemos que há coisas que sabemos que não sabemos. Mas também há coisas que nós não sabemos que não sabemos”. Veja ZAK, Dan, **‘Nothing ever ends’: Sorting through Rumsfeld’s knowns and unknowns**. WASHINGTON POST, 1 jul. 2021. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/rumsfeld-dead-words-known-unknowns/2021/07/01/831175c2-d9df-11eb-bb9e-70fda8c37057_story.html. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 3.4 - Mortes de Covid-19 acumuladas no Brasil desde o início da pandemia

De 100 mil em 100 mil

Nas piores fases da Covid, 100 mil mortes ocorriam rápido; isso desacelerou



Fonte: *Lagom Data*, a partir de dados estaduais (2023).

O modelo da matriz de desconhecimento divide numa matriz o que sabemos saber (o que temos confirmado), o que sabemos que não sabemos (a verificar/confirmar), o que não sabemos que sabemos (informações dispersas) e o que ignoramos não saber (a incerteza completa). Adaptando-se o modelo da matriz para procurar a subnotificação, ele ficaria assim:

Gráfico 3.5 - Matriz de desconhecimento

Sabemos que	
<p>“Known Unknowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas que tiveram o diagnóstico prejudicado por motivos clínicos ou administrativos 	<p>“Known Knowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mortes devidamente diagnosticadas e contabilizadas
<p>“Unknown Unknowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Total incerteza. Mais comum no início de 2020, quando a doença era nova 	<p>“Unknown Knowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casos que chegaram ao sistema de saúde e aguardam confirmação

Não sabemos que

Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir da descrição de Sinha (2022)

3.3.2 Critérios de notificação

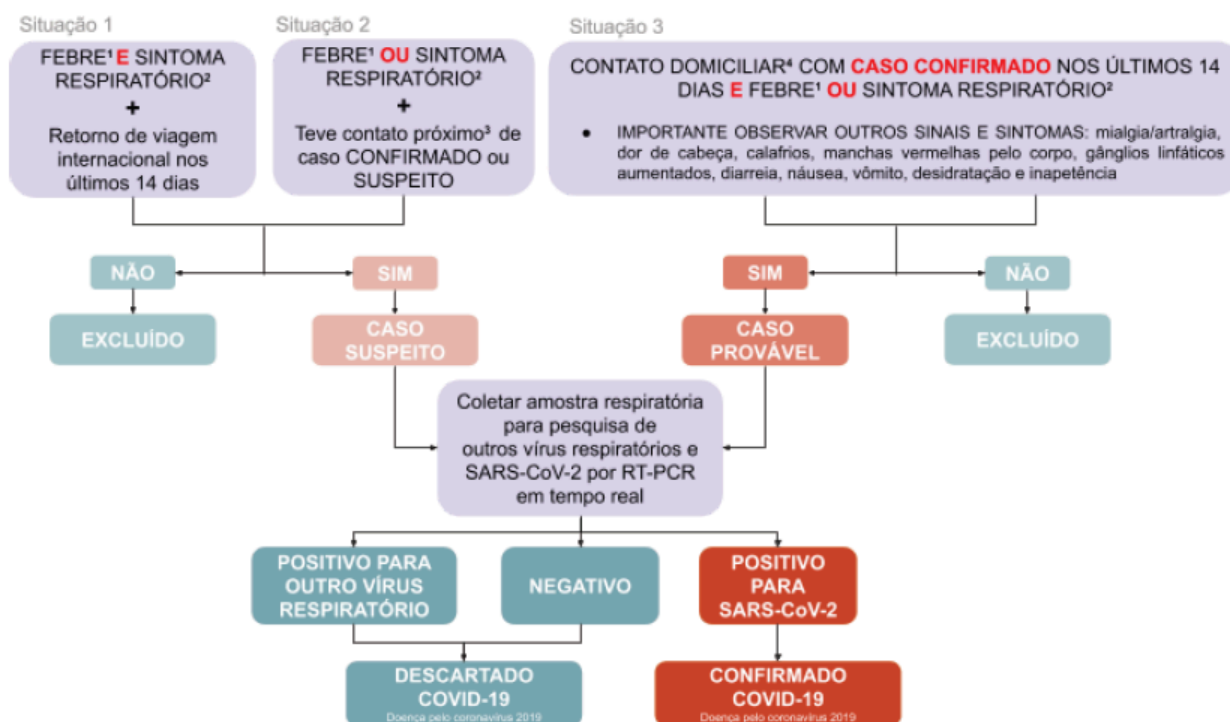
O que contava como uma morte de Covid-19 variava no tempo e no espaço. Entre países, questões locais impuseram critérios variados (ver apêndice 2). Num mesmo país, variaram com orientações e regime de testagem. No Brasil, houve variações até municipais. A OMS, em 20 abr. 2020 (WHO, 2020), definiu: conta-se todo óbito em que a Covid-19, confirmada ou suspeita, seja causa subjacente; exclui-se casos em que a doença não seja causa direta. Mas o mundo já havia enterrado 178 mil vítimas – mais de 2 mil só no Brasil³³.

No segundo nível, as diferenças de definição dificultam comparações diretas de países. Segundo Beaney *et al.* (2020), enquanto a Rússia só contava mortes confirmadas por autópsia (raras), a Bélgica contava todos os óbitos suspeitos, mesmo sem confirmação. A Espanha só contava mortes em hospitais confirmadas por teste, desconsiderando quem morreu em casa e nos asilos. No Brasil, já nas primeiras semanas da pandemia, só se confirmava Covid-19 mediante teste RT-PCR positivo. Mas só se testava pacientes que tivessem saído do país nos últimos 14 dias ou tivessem contato próximo com um turista (Kameda *et al.*, 2021). Este fluxograma (gráfico 3.6) é de um boletim de 14 março de 2020³⁴:

³³ OUR WORLD IN DATA, **Coronavirus (COVID-19) Deaths**, 2020. Disponível em <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 7 set. 2023.

³⁴ SVS/MINISTÉRIO DA SAÚDE. 'Boletim epidemiológico 05'. 13 mar. 2020. Disponível em: http://maismedicos.gov.br/images/PDF/2020_03_13_Boletim-Epidemiologico-05.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 3.6 - Árvore de decisão sobre suspeita de Covid-19 em março de 2020



Fonte: Ministério da Saúde, março de 2020.

A definição focada no contágio internacional expôs a desigualdade nos efeitos da pandemia desde o início. O primeiro caso diagnosticado de Covid-19 apareceu no hospital Albert Einstein; a primeira morte apareceu na rede Prevent Senior – postumamente.

O primeiro paciente notificado era um homem de São Paulo que passara férias na Itália. Mandetta (2020), na época ministro da Saúde, pediu contraprova antes de confirmar o caso na quarta-feira de cinzas. Sob os cuidados de um dos hospitais melhor equipados do Brasil e das maiores autoridades de saúde do país, ele sobreviveu. Um ano depois, recuperado, recusou-se a ser identificado³⁵. Já a primeira vítima conhecida, morta em 19 de março, foi o porteiro Manoel Messias Freitas Filho, 62. Após um mal-estar, foi ao hospital do convênio Prevent Sênior. Teve alta, mas precisou voltar; seu pulmão estava comprometido, e ele foi intubado. Como não havia viajado, nunca contou como caso suspeito.

³⁵ O GLOBO. Recuperado e sem sequelas, primeiro paciente com Covid-19 no Brasil quer seguir anônimo um ano depois. 25 fev.2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/recuperado-sem-sequelas-primeiro-paciente-com-Covid-19-no-brasil-quer-seguir-anonimo-um-ano-depois-24897838>. Acesso em: 7 set. 2023.

Sua irmã soube a causa da morte pela TV, após o enterro³⁶. Passadas 24 horas, os familiares que viviam com ele não haviam sido testados³⁷. Quatro foram internados³⁸. O Ministério Público abriu investigação sobre omissão de diagnósticos de Covid-19 na rede³⁹. Mais tarde, a empresa foi denunciada pela CPI da Covid-19, que funcionou no Senado entre maio e outubro de 2021⁴⁰, por adulterar a causa de morte de pacientes, para reduzir os números de mortes sob escrutínio.

Nos contatos fortuitos de porteiros, como Manoel, ou domésticas, como a primeira vítima do Rio de Janeiro⁴¹, dificilmente eles têm informação suficiente para saber se cumprimentaram alguém que acaba de voltar da Lombardia. Nessas circunstâncias, naquela definição muito estrita do que conta como um caso, é muito fácil uma morte não contar. Nem o porteiro e nem a doméstica tiveram menção no livro de Mandetta.

Nos primeiros dias de registros de casos no Brasil, o governo federal atualizava o número de casos num painel online, por Estado. Segundo o jornal “El País”, o dado era informado pelos Estados, por telefone, ao ministério⁴². No Pará, o repórter Rubens Valente comparou números dos municípios aos compilados pelo Estado (há sistemas diferentes, em muitos casos). Um professor de saúde coletiva da UFOPA, Rui Harayama, disse: “Cada um faz do seu jeito. Esse fluxo não foi pactuado, azeitado. Quando morre um indígena, tem lugares que estão somando como mortes de indígenas e outros que não estão somando”⁴³.

³⁶ UOL, **Família soube pela TV que primeira vítima morreu de covid-19**. 19.mar.2020. Em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/familia-soube-pela-tv-que-primeira-vitima-morreu-de-Covid-19.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.

³⁷ O GLOBO, **Parentes do primeiro morto pelo coronavírus no Brasil revelam que ainda não foram submetidos a teste**. 17.mar.2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/parentes-do-primeiro-morto-pelo-coronavirus-no-brasil-reve-lam-que-ainda-nao-foram-submetidos-teste-24310745>. Acesso em: 7 set. 2023.

³⁸ O TEMPO, **Quatro familiares de porteiro morto em São Paulo com coronavírus são internados**. 18.mar.2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/quatro-familiares-de-porteiro-morto-em-sao-paulo-com-coronavirus-sao-internados-1.2312838>. Acesso em: 7 set. 2023.

³⁹ G1, **MP apura possível omissão de notificação de coronavírus por parte de hospital de SP**. 30.mar.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/30/mp-apura-possivel-omissao-de-notificacao-de-coronavirus-por-parte-de-hospital-de-sp.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁴⁰ Bastidores políticos estão contados em RODRIGUES e COSTA (2022).

⁴¹ UOL, **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. 19.mar.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁴² EL PAÍS BRASIL, **Em um mês de combate ao coronavírus, Brasil corre contra subnotificação e tenta unificar protocolo**. 27.mar.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-27/em-um-mes-de-combate-ao-coronavirus-brasil-corre-contr-subnotificacao-e-tenta-unificar-protocolo.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁴³ VALENTE, Rubens. **Dados de prefeituras e do governo do PA expõem 'buraco' no balanço da Covid**. UOL, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/06/22/covid-para.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.

Para complicar, quando o critério oficial da OMS foi publicado, em abril de 2020, Manaus havia entrado em colapso e a foto de uma ala improvisada no cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, era impressa na capa do “Washington Post” (Figura 3.1).

Figura 3.1 - Cemitério paulistano na capa do The Washington Post, 2.abr.2020



Fonte: Washinton Post (2020).

Na escassez de coordenação federal, coube aos Estados e municípios resolver grande parte do problema da maneira que julgassem mais adequada, dos testes ao tratamento. Isso incluiu a maneira de publicar os dados. Nas primeiras semanas, enquanto São Paulo publicava uma tabela diária com os municípios, casos e mortes, Minas Gerais publicava um documento PDF, Santa Catarina informava os casos num texto corrido divulgado à imprensa e o Pará o fazia num “card” em forma de imagem para publicação nas redes sociais oficiais⁴⁴.

⁴⁴ As observações sobre os formatos foram feitas pelo autor diariamente a partir de 5 de março de 2020, quando começou a coletar dados para o projeto “Coronavírus nos Municípios”, do estúdio de inteligência de dados Lagom Data. Sua versão mais atualizada segue disponível em: <https://www.lagomdata.com.br/coronavirus>. Acesso em: 7 set. 2023.

3.3.3 A sociedade civil e os dados de Covid-19

Com a falta de coordenação federal do combate à pandemia, a sociedade civil tomou protagonismo em tarefas importantes. Elencar todas foge ao escopo deste trabalho, então destacamos algumas que tiveram papel importante na coleta e análise de dados.

Na primeira semana de março de 2020, o estúdio de inteligência de dados *Lagom Data* criou a primeira iniciativa a coletar diariamente os dados por município informados pelas 27 secretarias estaduais de Saúde⁴⁵. Algumas semanas depois, o site Brasil.io reuniu voluntários para coleta semelhante (Gehrke, 2021). Essas iniciativas, cuja metodologia foi mais tarde replicada pelo consórcio de imprensa, permitiram cotejar o dado do governo federal e o dos Estados. Alguns informavam mais casos do que o governo federal. Gargalos semelhantes foram revelados na comunicação entre as secretarias municipais e estaduais.

Em abril, a Open Knowledge Brasil, que trabalha com transparência de dados públicos, viu nisso uma questão interessante sobre a forma como os governos abrem dados. Semanalmente, o grupo passou a publicar um estudo comparando Estados pelos itens de informação e formato de publicação dos dados⁴⁶. No afã de subir no ranking, Estados e depois capitais gradualmente aumentaram sua transparência. Na prática, quem padronizou a transparência dos dados estaduais da Covid-19 foi uma organização não governamental. Em 2021, eles publicaram um e-book detalhando a experiência e coletando depoimentos de servidores que trabalharam na abertura (Open Knowledge Brasil, 2021).

O Instituto Pólis, que trabalha com temas de desigualdade urbana no município de São Paulo, o maior do Brasil, avaliou a desigualdade nos impactos da doença na cidade. Em 2020, o Pólis alertou para o não-preenchimento do item “raça/cor” em fichas dos pacientes de Covid-19 na maior cidade do país. Nos casos disponíveis, a taxa de mortalidade era maior entre os negros (172/100 mil contra 115/100 mil para brancos)⁴⁷. Após dois anos, controlando as taxas por sexo, raça/cor e idade (Gráfico 3.7), o instituto notou que homens morriam mais do que mulheres e nos dois sexos pessoas negras morriam mais do que pessoas brancas⁴⁸.

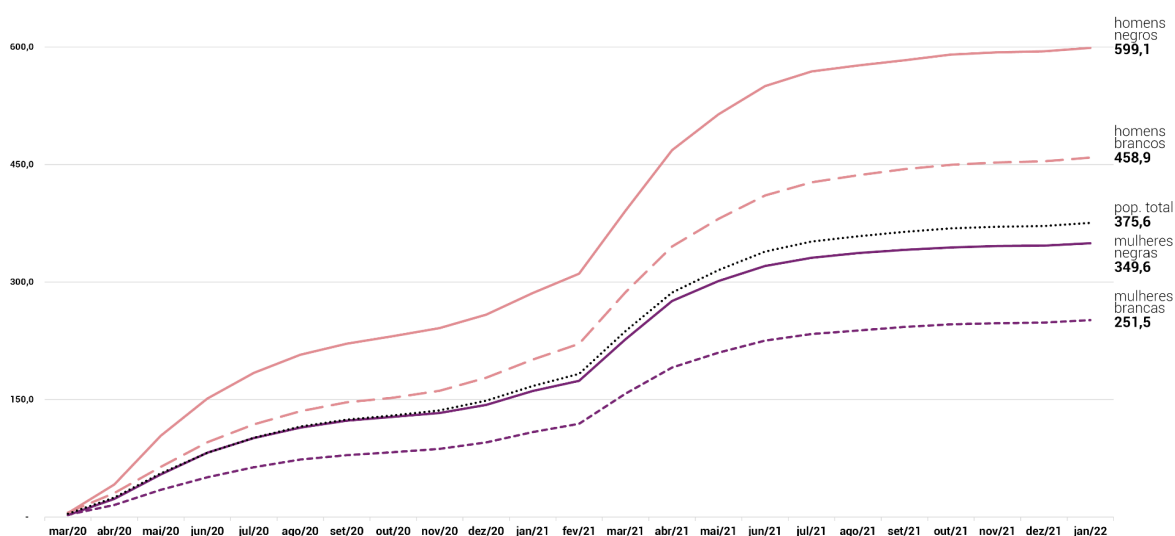
⁴⁵ SOARES, Marcelo. **Dados da Covid: como pesquisadores e imprensa toureiam o Quinto Risco**. BLOGS UNICAMP, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/dados-da-covid-como-pesquisadores-e-imprensa-toureiam-o-quinto-risco/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁴⁶ OPEN KNOWLEDGE BRASIL, **Transparência Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://transparenciacovid19.ok.org.br/>. Acesso em: 7 set. 2023

⁴⁷ INSTITUTO PÓLIS. **Raça e Covid-19 no Município de São Paulo**. jul. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>. Acesso em: 7.set.2023

⁴⁸ INSTITUTO PÓLIS, **Dois anos de pandemia no Município de São Paulo**. fev. 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/dois-anos-de-pandemia-no-msp/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 3.7 - Taxas de mortalidade por sexo/raça e cor da pele, ajustadas pela idade



Fonte: Instituto Pólis, 2022. Mortes por 100 mil habitantes, acumuladas por mês

Já a Rede Nossa São Paulo, grupo que debate questões urbanas da maior cidade brasileira, mostrou em seu Mapa da Desigualdade que num bairro de alta renda uma pessoa negra tinha o triplo da chance de morrer de uma pessoa branca⁴⁹.

3.3.4 Desinformação e disputas sobre os dados no governo

Governos populistas geraram proporcionalmente mais mortes de Covid-19 entre seus cidadãos (Bayerlein *et al.*, 2021). O Brasil foi um exemplo famoso no período, com as constantes falas do então chefe de Estado para minimizar a emergência. Com cinco meses de pandemia, o Brasil era um epicentro emergente (Neiva *et al.*, 2020).

A contagem de mortes de Covid-19 foi um tema constante de desinformação em 2020. Acusações de exagero nos números foram armas no bate-boca entre usuários das redes sociais e nas quedas de braço entre governo federal e Estados (Galhardi *et al.*, 2020). Essa disputa, dizem pesquisadores, abalou o pacto federativo no Brasil (Ferrari, 2021). Após estudar as estratégias discursivas dos apoiadores do então governo, Penaforte (2023) aponta que “[e]ssa engenharia narrativa resultou no aumento da opacidade dos procedimentos para enfrentamento da pandemia e embaraçamento das linhas de responsabilidade”.

⁴⁹ NOSSA SÃO PAULO, **A Covid-19 e as desigualdades**. set. 2021. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Mapa-da-Desigualdade-Especial-Covid-2021.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

O então presidente usou redes sociais para criticar medidas estaduais⁵⁰ e propôs que seguidores invadissem hospitais em busca de pacientes de Covid-19⁵¹. Seu primeiro ministro da Saúde, Luiz Mandetta, foi demitido em abril de 2020⁵², próximo à marca de 2 mil mortes. O segundo, Nelson Teich, saiu com menos de um mês no cargo, antes das 15 mil mortes⁵³. Para Mandetta (2020), a insistência do ex-chefe em receitar cloroquina (considerada ineficaz contra a Covid-19⁵⁴) visava um pretexto para reabrir o comércio.

O terceiro ministro da pandemia foi o general Eduardo Pazuello, por dez meses. Em transmissão de vídeo, após cancelar protocolo para compra de vacinas Coronavac, ele explicou: “É simples assim, um manda e o outro obedece.”⁵⁵ Duarte e Benetti (2022) analisaram a maneira como os aliados do então governo se posicionaram nas medidas de combate à pandemia. O método era “questionar as credenciais da OMS e acusar opositores de politizarem pesquisas sobre formas de contenção da pandemia”, evocando o sofisma de uma “ciência pura” que não prescrevesse qualquer tipo de ação à população antes de uma ilusória certeza absoluta que nunca viria.

A desinformação digital foi usada por apoiadores do então ocupante do Alvorada para tentar deslegitimar o debate sobre a prevenção da Covid-19. Ela circulou na forma de textos, vídeos e memes, identificados e anônimos. Parte desse conteúdo foi alvo de checagem por agências especializadas. Porém, segundo Ball (2017), num ambiente de informação poluído pela “bullshit” (termo dele), as checagens falam apenas a quem já sabia que o dado desmentido era falso, raramente sendo ouvidas por quem aceitava a mentira.

⁵⁰ CONSULTOR JURÍDICO, **Bolsonaro tentou sabotar combate ao coronavírus, diz Human Rights Watch**. 13.jan.2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-13/bolsonaro-tentou-sabotar-combate-coronavirus-ong>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁵¹ UOL, **Bolsonaro incentiva invasão a hospitais para checar ocupação**. 12.jun.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/06/12/bolsonaro-incentiva-invasao-a-hospitais-para-checar-ocupacao.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁵² BBC BRASIL, **Mandetta é demitido do Ministério da Saúde após um mês de conflito com Bolsonaro: relembre os principais choques**. 16.abr.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52316728>. Acesso em: 7 set. 2023.

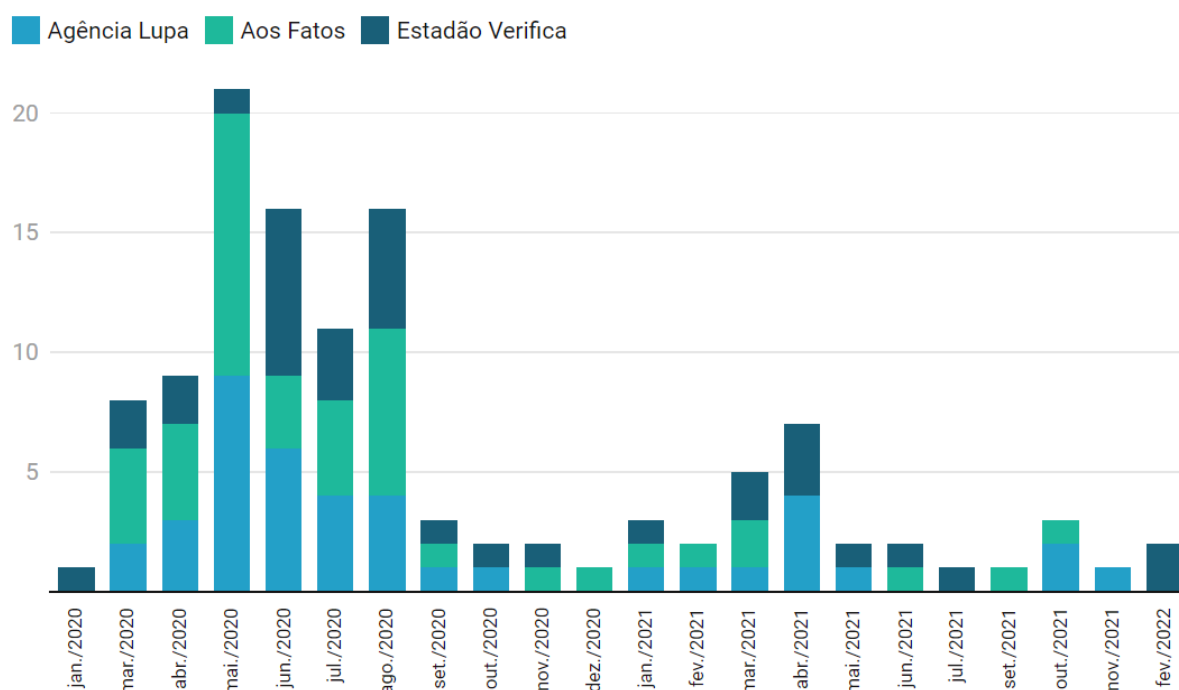
⁵³ G1, **Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro**. 15 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁵⁴ CHADE, Jamil. **OMS: cloroquina não funciona e orçamento investido deve ser redirecionado**. UOL, 1.mar.2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2021/03/01/oms-cloroquina-nao-funciona-e-orcamento-investido-o-deve-ser-redirecionado.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁵⁵ G1, **"É simples assim: um manda e o outro obedece", diz Pazuello ao lado de Bolsonaro**. 22.out.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-a-o-lado-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2022, três agências publicaram 118 checagens sobre o número de mortes de Covid-19 no país. Quase a metade (53) circulou entre março e junho de 2020, meses de crescimento rápido das mortes. Parte desmentia falas do chefe de Estado. Segundo a Agência Lupa, até aquele momento o Brasil era o segundo país em quantidade de checagens publicadas sobre boatos a respeito da contagem de casos e mortes⁵⁶. O resultado pode ser visto no Gráfico 3.8.

Gráfico 3.8 - Checagens publicadas por agências sobre contagem de mortes



Fonte: The CoronaVirusFacts/DatosCoronaVirus Alliance Database⁵⁷. Elaboração própria.

Cronologia da desinformação sobre mortes de Covid-19 em 2020:

- **22 mar.2020:** Médicos incluem ‘suspeita de Covid-19’ em atestados de óbito porque os hospitais recebem R\$ 18 mil⁵⁸ para cada morte registrada (Lupa)

⁵⁶ FOLHA DE S.PAULO. **Brasil lidera desinformação sobre número de casos e mortes por Covid-19 no mundo.** 10.jun.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/brasil-lidera-desinformacao-sobre-numero-de-casos-e-mortes-por-covid-19-no-mundo.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁵⁷ POYNTER INSTITUTE. **The CoronaVirusFacts/ DatosCoronaVirus Alliance Database.** 2020. Disponível em: <https://www.poynter.org/ifcn-Covid-19-misinformation/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁵⁸ Esse boato circulou por diversas vezes, cada vez com valores e destino diferentes, nos meses de maior aumento das mortes. Em maio, o valor no boato caiu para R\$ 16.450 e seria pago aos estados. Em junho, voltou a R\$ 18 mil e seria pago a hospitais. Em julho, subiu para R\$ 19 mil e seria pago às prefeituras. Em abril de 2021, mês com mais mortes durante toda a pandemia, o valor alegado despencou para R\$ 8 mil e seria pago às prefeituras. (Os títulos constam na tabela acima.)

- **28 mar.2020:** Decreto do governador de São Paulo aumenta artificialmente o número de mortes de Covid-19 (Estadão Verifica)
- **29 mar.2020:** Mecânico que morreu em acidente enquanto trocava um pneu é incluído nas estatísticas de mortes de Covid-19 (Aos Fatos)
- **2 abr. 2020:** Mortes no trânsito são contadas como se fossem de Covid-19 em São Paulo (Aos Fatos)
- **12 abr. 2020:** Número de mortes de Covid-19 caiu desde que a Polícia Federal começou a investigar o caso (Estadão Verifica)⁵⁹
- **29 abr. 2020:** SP, RJ e CE, cujos governadores se opõem ao presidente, registram 10 vezes mais mortes do que MG, com governador aliado (Lupa)
- **4 mai. 2020:** Dados oficiais do registro civil mostram que houve menos mortes de Covid-19 (Aos Fatos)
- **6 mai. 2020:** Em vídeo, dois homens dizem que foram forçados a mudar a causa da morte de sua mãe, de parada cardíaca para Covid-19 (EV)
- **7 mai. 2020:** Em Belo Horizonte, caixões de mortos atribuídos à Covid-19 tinham pedras ao invés de cadáveres (Aos Fatos)
- **8 mai. 2020:** Dados oficiais do registro civil mostram que houve menos mortes em 2020 do que em 2019 (Lupa)
- **11 mai. 2020:** Ceará teve mais mortes de doenças respiratórias em 2018 e 2019 do que em 2020 (Aos Fatos)

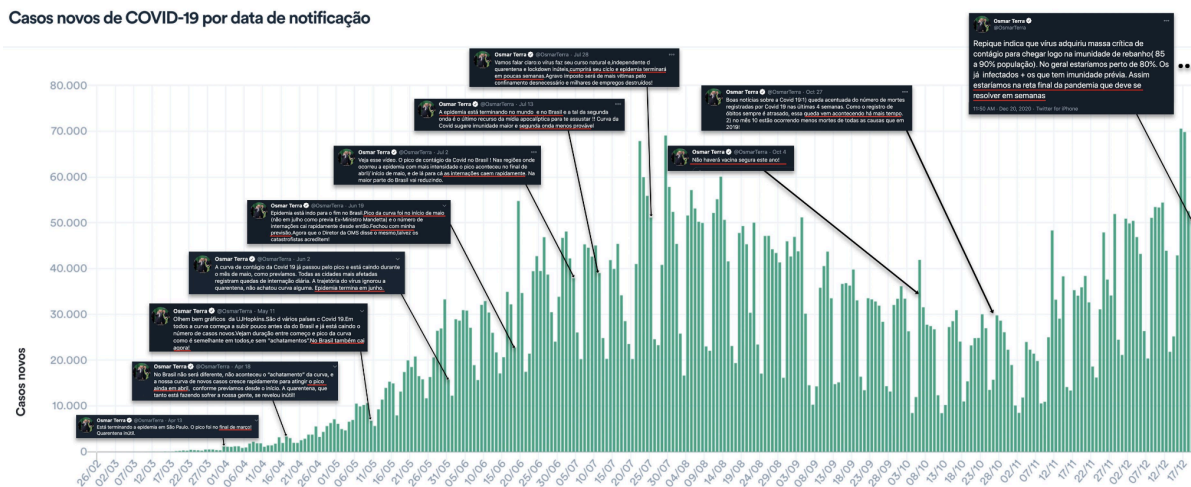
Em 13 checagens, o boato cita dados oficiais do registro civil. No início de 2020, havia muito mais atraso nas notificações, pela desigualdade no registro e pela novidade da publicação em tempo real. Os cartórios nunca antes haviam publicado essas estatísticas, que foram a principal fonte usada pelo deputado Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro e cotado a assumir o cargo a cada vez em que caía um ministro da Saúde. Em artigos na imprensa e em suas redes sociais, Terra usou gráficos dos cartórios mostrando menos mortes a cada dia, repetindo de maneira otimista que o vírus “está indo embora”. Como a cada dia os cartórios atualizam os dados de dias e semanas anteriores, o dado mais recente por dia de ocorrência era sempre baixo, o que permitiu ao deputado polir dezenas de vezes sua bola de cristal.

⁵⁹ A mesma alegação voltou a aparecer em outras formas. Entre o final de maio e começo de junho, foram desmentidos boatos de que após uma investigação da PF as mortes no município do Rio caíram a 1.177. Outro boato alegava que no Ceará (ou sua capital, Fortaleza) houve corte de 90% nas mortes após investigação.

Terra calou temporariamente quando esteve na UTI com Covid-19, em novembro de 2020, mas logo voltou. No Twitter, suas falas eram o “osmar-terraplanismo”. O cientista de dados e divulgador científico Marcelo Oliveira, que teve papel importante analisando dados da Covid-19 em sua conta @capyvara no Twitter (hoje X), atualizou gráficos comparando as previsões do deputado aos dados oficiais (Gráfico 3.9). Em dezembro de 2020:

Gráfico 3.9 - Evolução das mortes versus previsões de Osmar Terra

Casos novos de COVID-19 por data de notificação



Fonte: Twitter @capyvara, dezembro de 2020

A Agência Lupa contabilizou 610 tweets do político com dados e previsões errados sobre Covid-19 até junho de 2021⁶⁰ – dois terços de tudo o que ele postou sobre a pandemia. As mensagens enganosas tiveram 3,2 milhões de interações, nunca moderadas. Sobre números de mortes, foram 57 tuítes enganosos, com 224,9 mil interações.

3.3.5 Tentativa de censura e apagões

No início de junho de 2020, com mil mortes diárias, o governo federal interveio nos dados do ministério (Barbosa *et al.*, 2022; Garcia, 2020), atrasando a divulgação para evitar o “Jornal Nacional”. Tentou ocultar o acumulado de mortes, preferindo um “painel da vida”⁶¹ e quis contar só as mortes ocorridas no dia da divulgação.

⁶⁰ AOS FATOS. **Osmar Terra teve 3,2 milhões de interações em 610 tweets com dados e previsões errados sobre Covid-19.** 22.jun.2021. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/osmar-terra-teve-32-milhoes-de-interacoes-em-610-tweets-com-dados-e-previsoes-errados-sobre-covid-19/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁶¹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA SAÚDE, **Como o negacionismo e omissões levaram à tragédia de 100 mil mortes por Covid no Brasil.** 10 ago. 2020. Disponível em:

As duas primeiras medidas confundiam o debate; a última minimizaria artificialmente a magnitude do problema, pois a confirmação laboratorial podia levar dias. “Paradoxalmente, o governo instaurou a desconfiança sobre a veracidade das estatísticas que ele próprio produz, insuflando uma controvérsia que somente arrefeceu com a mudança de protagonismo no circuito de produção dos números”, escrevem Camargo *et al.* (2021).

Foram anunciadas duas iniciativas para tentar tomar esse protagonismo, fazendo o mesmo que já faziam *Lagom Data* e *Brasil.IO*. Uma era do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS), que reunia os gestores a cargo da política sanitária nos Estados⁶². A outra foi uma união inédita entre as principais empresas de comunicação do Brasil para coletar os dados junto aos Estados e publicá-los diariamente (Barbosa *et al.*, 2022)⁶³. Havia diferenças importantes entre as duas. Sendo uma ligada às secretarias de saúde, poderia *potencialmente* corrigir a omissão do governo federal em definir padrões para os dados de Covid-19. Mas, para que esse protagonismo fosse efetivo, precisava aparecer no debate público. Como os meios de comunicação brasileiros passaram a fazer a *sua* compilação de dados, idêntica na superfície, a visibilidade do protagonismo nunca chegou ao Conass.

A partir de junho de 2020, o consórcio de veículos de imprensa foi tratado como a principal fonte de dados do país. “Os números da pandemia tornam-se capital político e simbólico do jornalismo quando vivia (e vive) uma de suas maiores crises de confiabilidade em função de um complexo contexto em que se destaca o valor positivo das crenças cegas”, escrevem BARBOSA *et al.* (2022). “Desse modo, o consórcio de imprensa possui também valor estratégico na configuração do lugar de fala do jornalismo, permitindo que se construa não apenas como um mero sistematizador de dados dispersos”, diz o texto.

Sem poder interferir na maneira como os dados são registrados nas unidades de saúde, porém, qualquer compilação só pode ser tão precisa quanto suas fontes, no caso os sistemas de saúde locais. Estes usam os sistemas do Ministério da Saúde para organizar seus dados – os dados compilados pela sociedade civil eram na origem os mesmos do governo.

<https://cnts.org.br/noticias/como-o-negacionismo-e-omissoes-levaram-a-tragedia-de-100-mil-mortes-por-covid-no-brasil/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁶² MONEY TIMES, **Conselho de secretários estaduais lança painel com números da covid-19**. 7.jun.2020. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/conselho-de-secretarios-estaduais-lanca-painel-com-numeros-da-covid-19/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁶³ Foi anunciada uma terceira, da Câmara dos Deputados. A ideia, porém, não saiu do papel.

É por isso que o Brasil ficou às cegas nos “apagões” dos sistemas oficiais, em novembro de 2020⁶⁴ e entre 10 de dezembro de 2021 e 12 de janeiro de 2022 (Villela; Gomes, 2022) – em ambos os casos, os números saíram de cena antes das festas de fim de ano. Os sistemas regionais foram afetados, prejudicando as iniciativas da sociedade civil⁶⁵.

Entre março e junho de 2020, com pico em maio, a palavra “subnotificação” foi pesquisada como nunca no Google (ver gráfico 4.9). Também apareceu nos jornais, em reportagens que buscavam investigar o que não estava sendo dito pelos governos.

A subnotificação foi um dos assuntos mais importantes da pandemia, que, embora tenha dado origem a importantes controvérsias entre o primeiro e o segundo momento, virtualmente desapareceu do debate público na sequência. É nesse primeiro passo que se encontram os profissionais da quantificação que não se entendem e não são vistos como tais. É o caso de enfermeiros e médicos que preenchem prontuários, tabelas e relatórios como parte acessória do seu trabalho, orientados por protocolos de observação em geral distantes das interações e negociações envolvidas no exercício do seu ofício. (Camargo *et al.*, 2021).

Nos três primeiros meses da pandemia, as buscas no Google pela ideia de subnotificação e pelos dados da pandemia andavam juntas. A partir da criação do consórcio, a subnotificação foi gradualmente desaparecendo do debate público e das buscas. A demanda pelos dados continuou a existir, com picos nos períodos de crescimento de mortes, como no primeiro trimestre de 2021 e no início de 2022 (ver gráfico 5.1, na **seção 5**).

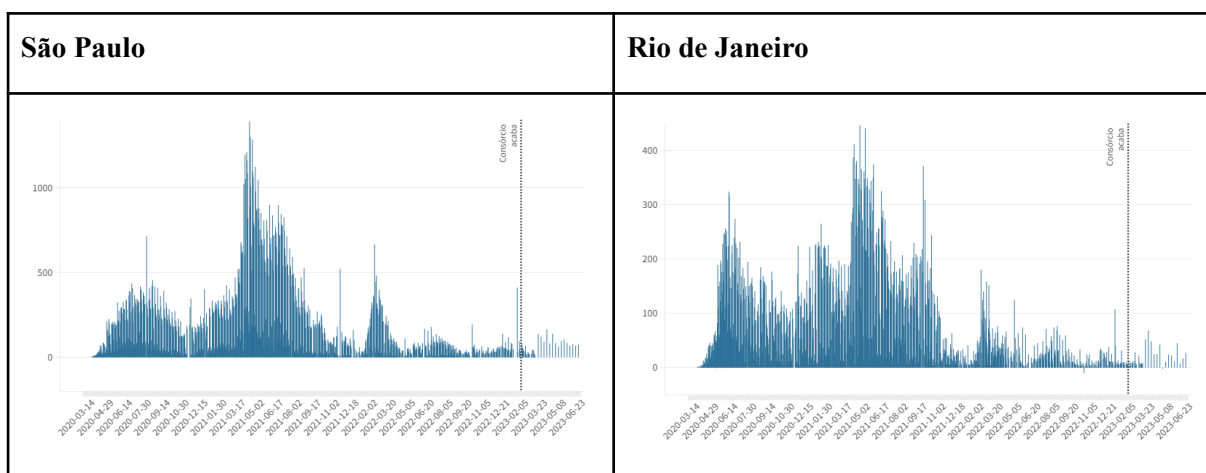
O consórcio esteve ativo até 28 de janeiro de 2023⁶⁶. Desde então, os Estados passaram a divulgar novas mortes uma vez só por semana, mesmo em fases de crescimento. Isso aconteceu também em SP e RJ, maiores populações do Brasil (Gráfico 3.10).

⁶⁴ CNN BRASIL, 'Apagão de dados do Ministério da Saúde deixa monitoramento da pandemia à deriva'. 7 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/apagao-de-dados-do-ministerio-da-saude-deixa-monitoramento-da-pandemia-a-deriva/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁶⁵ EXTRA CLASSE, 'Apagão de dados dificulta tomada de decisões sobre pandemia'. 23.dez.2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/saude/2021/12/apagao-de-dados-dificulta-tomada-de-decisoes-sobre-pandemia/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁶⁶ Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/articles/consortium-of-news-outlets-formed-to-disseminate-Covid-19-data-in-brazil-ends-with-legacy-of-collaboration-and-transparency/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 3.10 - Mortes de Covid-19 registradas por dia nos Estados de SP e RJ



Fonte: *Lagom Data*, a partir de dados estaduais.

3.3.6 Caminhos para verificar a subnotificação: SRAG

Nos primeiros meses da pandemia, Iser *et al.* (2020) observaram que a proporção de pessoas assintomáticas e com sintomas leves nunca seria captada completamente pelo sistema de vigilância. A luta para identificar *todos* os infectados estava perdida de saída, sem busca ativa. As mortes, em princípio, seriam mais fáceis localizar.

Como os dados notificados são falhos, estimar a subnotificação depende de obter dados mais granulares, com passos anteriores à comensuração e remediação. Esses dados também são potencialmente falhos, como quaisquer dados. Alguns conjuntos de dados têm consolidação mais lenta e mudam com o tempo, muitas vezes sem documentação (Leonelli, 2022). A pressa imposta pela Covid-19 não se encaixava nos ritmos tradicionais de consolidação de dados – ao mesmo tempo acelerados pela demanda causada pela pandemia e prejudicados pelas restrições de movimento também causadas por ela.

Ao final de março de 2020, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz localizou um pico alarmante de internações classificadas como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) sem causa definida (Niquini *et al.*, 2020). "É um número dez vezes maior do que a média histórica, de cerca de 250 casos de hospitalização nos meses de fevereiro e março, em anos anteriores", disse à "Folha de S.Paulo" Marcelo Gomes, da Fiocruz⁶⁷, pesquisador do projeto Infogripe⁶⁸. O projeto analisa internações e mortes por síndromes gripais, com modelos matemáticos, para ajudar o SUS a se preparar.

⁶⁷ FOLHA DE S.PAULO, **Brasil tem explosão de internações por problemas respiratórios, diz Fiocruz**. 26.mar.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/brasil-tem-explosao-de-internacoes-por-problemas-respiratorios-diz-fiocruz.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁶⁸ FIOCRUZ. **Projeto Infogripe**. Disponível em: <http://info.gripe.fiocruz.br/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Desde 2009, na epidemia de gripe H1N1, o Brasil reforçou o sistema de vigilância epidemiológica de síndromes gripais por meio do sistema Sivep-Gripe⁶⁹, alimentado por formulários preenchidos nos hospitais. Como gripes são agravos de notificação compulsória imediata⁷⁰, o sistema foi projetado como a fonte mais precisa para captar surtos de casos graves. O formulário é atualizado periodicamente com novos critérios. Isso aconteceu em 2012, 2019, julho de 2020 e março e outubro de 2021.

Todos os pacientes de Covid-19 que chegaram ao sistema de saúde até abril de 2020, após o alerta do Infogripe, foram inicialmente classificados como sendo de SRAG não especificada. Exames levaram à reclassificação de milhares de casos como sendo de Covid-19. Outros foram reclassificados muito depois, e em 2022 ainda se avaliavam casos que mantiveram a classificação genérica desde 2020. França *et al.* (2022) estimam que, no período estudado, se mantidas as proporções observadas em 1.365 casos analisados pela equipe, deveriam ser contabilizadas 37.163 mortes a mais, especialmente entre os idosos.

Causa “garbage” (Lima *et al.*, 2019), ou mal definida e provisória, que depende de investigação clínica, a SRAG foi descrita pela primeira vez por Ashbaugh *et al.* (1967) no caso de 12 pacientes que não respondiam a tratamentos usuais em casos respiratórios.

Quando um paciente chega ao SUS com sintomas compatíveis com os de possível gripe, pneumonia ou Covid-19, antes de ter confirmação laboratorial, ele se torna automaticamente um paciente de SRAG; o que varia é a classificação final, que depende de uma série de exames. O Sivep-Gripe prevê estas classificações:

- SRAG por influenza (1)
- SRAG por outro vírus respiratório (2)
- SRAG por outro agente etiológico (3; neste caso, é detalhado qual foi)
- SRAG não especificado (4)
- Covid-19 (5, adotado em abril/2020)

⁶⁹ SISTEMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA GRIPE – SIVEP-GRIPE, **Casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) – Dados completos - Nota Técnica**. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022. Disponível em: http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnetbd/sivep_gripe/SIVEP_Gripe.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

⁷⁰ CIEVS-MS, **Protocolos e Tratamentos de Doenças de Notificação Compulsória Imediatas**. SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO MATO GROSSO DO SUL, set. 2021. Disponível em: <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Protocolos-DNCI-Doencas-de-Notificacao-Compulsoria-Imediata.-CIEVS-MS-1.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

Ao final de junho de 2020, 21,3 mil mortes davam a SRAG como causa, além das 50 mil oficialmente de Covid-19⁷¹. Como as disfunções na coordenação central do combate à pandemia pelo Ministério da Saúde deram espaço para que cada Estado e município definisse suas próprias políticas de testagem, alguns entes poupavam testes e alardeavam estar “vencendo” a Covid-19 enquanto registravam até 12 vezes mais mortes de SRAG⁷².

Os “vencedores” diziam que aquela doença com todos os sintomas de Covid-19 seria uma moléstia misteriosa, inédita no mundo. Em Minas Gerais, a secretaria de saúde local classificou 100 mil casos suspeitos não testados de Covid-19 como gripe genérica⁷³ e resolveu que testes só serviam para satisfazer curiosidade acadêmica, devendo ser guardados para quando realmente fossem necessários⁷⁴.

Assim, racionando testes, Minas Gerais obteve números mais baixos do que outros Estados. A baixa testagem mantinha baixos números de casos e mortes, favorecendo o marketing do governador na suposição de que ele não seria questionado⁷⁵. Os dados do Sivep-Gripe, publicados semanalmente desde maio de 2020 no sistema OpenDataSUS, permitem estimar o tamanho da subnotificação mineira.

Pelo critério da Fiocruz, adotado em maio de 2020⁷⁶, eram suspeitos os casos de SRAG de causa não especificada acompanhados de febre e um ou mais destes sintomas: tosse, dor de garganta, desconforto respiratório, dispneia (falta de ar), baixa saturação de oxigênio no sangue, perda de olfato ou de paladar. Em Minas Gerais, os óbitos nessas condições foram 85% do total de mortes nos meses em que o Estado racionou testes.

⁷¹ SOARES, Marcelo. **Brasil pode ter 21 mil mortes a mais por Covid-19, aponta levantamento inédito.** O Globo, 21 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-pode-ter-21-mil-mortes-mais-por-Covid-19-aponta-levantamento-inedito-24490964>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁷² SOARES, Marcelo. **Capitais com poucas mortes por Covid-19 têm até 12 vezes mais óbitos por doença respiratória.** Folha de S.Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/06/mortes-por-sindrome-respiratoria-nas-capitais-chegam-a-quase-12-vezes-as-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁷³ SOARES, Marcelo. **MG não testa 100 mil casos suspeitos de Covid-19 e deixa de publicar o dado.** Direto da Ciência, 15 mai 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200521121105/www.diretodaciencia.com/2020/05/15/mg-nao-testa-100-mil-casos-suspeitos-de-Covid-19-e-deixa-de-publicar-o-dado>. Acesso em: 7 set. 2023

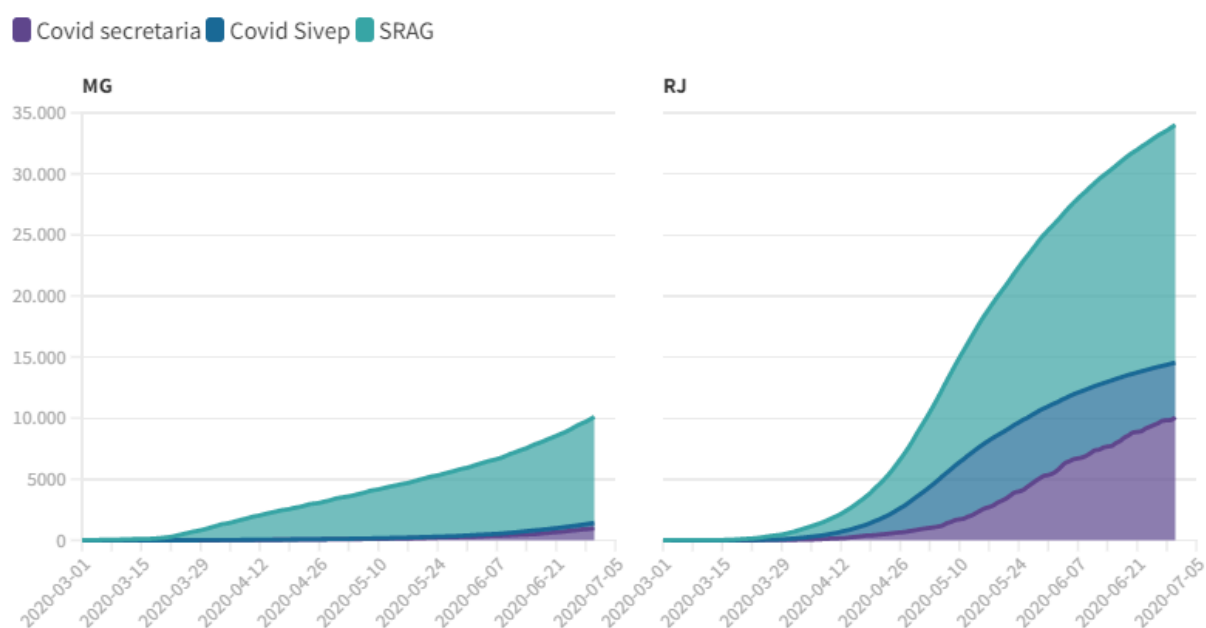
⁷⁴ G1, **"Me parece precoce e imprudente sairmos testando muita gente", diz secretário de Saúde de MG.** 18 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/18/me-parece-precoce-e-imprudente-sairmos-testando-muita-gente-diz-secretario-de-saude-de-mg.ghtml>>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁷⁵ SOARES, Marcelo. (Direto da Ciência). Idem.

⁷⁶ AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, **InfoGripe confirma retomada da aceleração de casos de SRAG.** 6 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/infogripe-confirma-retomada-da-aceleracao-de-casos-de-srag>. Acesso em: 7 set. 2023.

Em ao menos 4.466 casos no Rio e 457 em Minas, o paciente foi reclassificado como tendo morrido de Covid-19⁷⁷. O gráfico abaixo compara os dois Estados. Vale lembrar que Minas Gerais (21 milhões de habitantes) e Rio de Janeiro (17 milhões) têm características físicas diferentes, que colaboram com densidades demográficas e graus de urbanização diversos, impactando nos fatores de dispersão do vírus no território (Gráfico 3.11).

Gráfico 3.11 - Mortes de Covid-19 e SRAG no Rio de Janeiro e Minas Gerais



Fonte: OpenDataSUS e secretarias de Estado da Saúde (2020). Elaboração própria. A série “Covid-19 Sivep” traz as mortes excedentes de pacientes de Covid-19 além do divulgado oficialmente. A série “SRAG” conta mortes de pacientes internados com SRAG não especificada, apresentando sintomas da Covid-19: tosse, perda do olfato e queda na saturação de oxigênio.

Considerando-se os óbitos atribuídos à SRAG, as mortes do Rio quase dobravam; em Minas, nonuplicavam. A consultoria Vital Strategies publicou em 2021 uma estimativa, com dados de SRAG, de que a classificação “garbage” ocultaria até 30% das mortes⁷⁸. Já um boletim publicado por pesquisadores da Fiocruz em fevereiro de 2021 informava que mais de 70% das mortes atribuídas à SRAG em 2020 eram realmente causadas pela Covid-19⁷⁹.

⁷⁷ Com pouca capacidade de testagem no começo da pandemia, os resultados de testes mesmo sem problemas de coleta poderiam demorar vários dias para serem liberados. Os que tivessem problemas de coleta estariam prejudicados. REVISTA SAÚDE, **O beabá dos testes para coronavírus**. 19.jun.2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/o-beaba-dos-testes-para-coronavirus/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁷⁸ FOLHA DE S.PAULO, **Subnotificação dos casos de Covid esconde até 30% das mortes, mostra estudo**. 4 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/subnotificacao-dos-casos-de-covid-esconde-ate-30-das-mortes-mostra-estudo.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

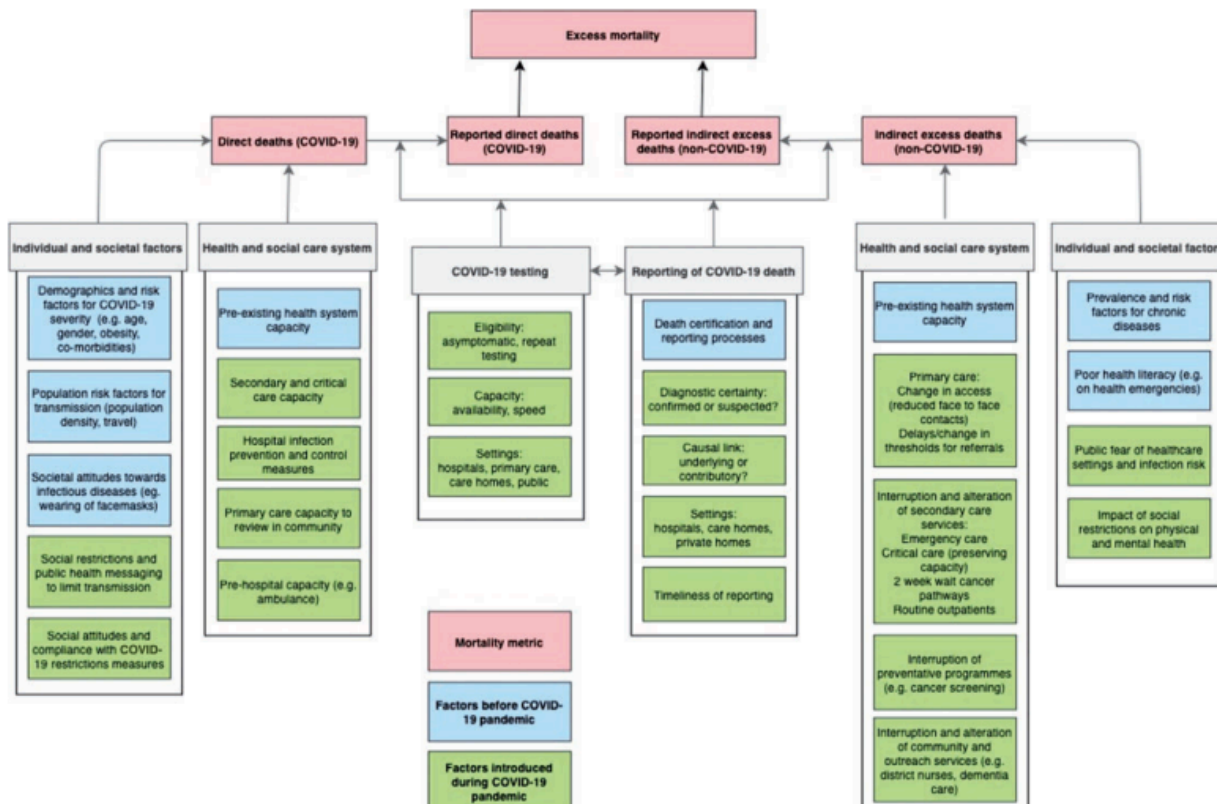
⁷⁹ PROJETO INFOGRIPE, **Resumo do Boletim InfoGripe -- Semana Epidemiológica (SE) 22 2022**. FIOCRUZ, 7 jun. 2022. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/resumo_infogripe_2022_22.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

3.3.7 Caminhos para verificar a subnotificação: mortes excedentes

“O objetivo primário e mais imediato do auxílio humanitário é evitar a morbidade e mortalidade excedentes”, dizem Checchi e Roberts (2005). A gravidade é estimada comparando as taxas de mortalidade na população durante a crise com a taxa de mortalidade observada em períodos normais. O índice resultante é a “taxa de mortalidade excedente”, as mortes que ocorreram além do esperável em tempos normais. Por ser um número geral, ela não inclui as mortes diretamente causadas por uma doença ou por tiros numa guerra, mas também as mortes que ocorreram por outras causas em decorrência da emergência – falta de leitos para pacientes cardíacos em hospitais lotados de pacientes de Covid-19, por exemplo.

Beaney *et al.* (2020) consideram esse o “padrão-ouro” para compreender como a pandemia afetou de maneira diferente os países. A mortalidade excedente numa pandemia, dizem, seria influenciada por diversos fatores, desde os problemas específicos de testagem e registro de mortes até fatores individuais e sociais (Gráfico 3.12).

Gráfico 3.12 - Fatores que impactam na mortalidade excedente de Covid-19



Fonte: Beaney *et al.* (2020)

Na crise da Covid-19, a OMS elaborou um guia informando que dados oficiais de mortalidade sempre são subestimados porque “perdem os que morreram sem testagem, dependem de o país definir corretamente a Covid-19 como a causa da morte e perdem de vista os aumentos em outras mortes relacionadas ao fato de a pandemia sobrecarregar os sistemas de saúde ou de os pacientes evitarem procurar cuidados” (OMS, 2020). Por isso, a mortalidade excedente daria conta dos efeitos diretos e indiretos da pandemia, além de mais comparável entre países com regimes de testagem e critérios de notificação diversos. Anualmente, a organização estima com um modelo matemático a mortalidade excedente global na pandemia (OMS, 2023). Na última versão, ela estimava em média 10% de subnotificação, num intervalo de 8,5% a 12,6% entre os extremos.

É necessário tomar alguns cuidados de análise e explicação do que significa esse índice, porém. “As mudanças nas mortes podem se dever ao vírus, à lotação do serviço de emergência, ao colapso dos sistemas de saúde ou ao impacto das medidas de combate ao vírus” (Spiegelhalter; Masters, 2021).

Até 2019, as estatísticas do registro civil de cada ano foram publicadas pelo IBGE sempre no final do ano seguinte. Em 20 de março de 2020⁸⁰, o Conselho Nacional de Justiça determinou que os cartórios publicassem registros de óbitos por Covid-19 e foi criado um site⁸¹ da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN). Já o IBGE, principal autoridade estatística brasileira, publicou em 6 de abril os dados preliminares dos óbitos de 2019⁸², antecipando os dados mais consolidados que sairiam só no final do ano. A fonte de ambas as iniciativas é a mesma: os cartórios. Estes, porém, não estavam prontos para atender à demanda do tempo real. Por lei, as famílias têm cinco dias para registrar um óbito. Aí, os cartórios atualizam diariamente os óbitos ocorridos nas últimas 24 horas, na última semana, no último mês e até nos meses anteriores. Além de a data do registro poder diferir da data do óbito, a digitação também não vem necessariamente na data do registro. Orellana *et al.* (2021), ao analisarem casos de óbito por Covid-19 em dados cartoriais de quatro capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Fortaleza), detectaram efeitos da desigualdade regional sobre a notificação.

⁸⁰ CNJ, **Portaria 57 - Incluir no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão o caso Coronavírus**. 20.mar.2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3252>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁸¹ ARPEN, **Portal da Transparência do Registro Civil - Especial Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/especial-covid>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁸² IBGE, **Estatísticas do Registro Civil 2019 - Resultados Preliminares para Registros de Óbitos**. 6.abr.2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27321-estatisticas-do-registro-civil-2019-resultados-preliminares-para-registros-de-obitos.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

Esse atraso, segundo Carvalho *et al.* (2021) prejudica a modelagem dos rumos da pandemia e a intervenção sobre focos. Por isso, França *et al.* (2020) recomendaram considerar suspeitos todos os óbitos de SRAG desde o final de 2019. O descompasso nos cartórios deu combustível a muitos casos de desinformação, nos primeiros meses da pandemia (ver seção 3.3.3). Ainda assim, esses dados gradualmente se tornaram mais confiáveis.

Em 13 de maio de 2020, o jornal “Folha de S.Paulo” mostrou como as desigualdades regionais impactam na atualização dos registros de cartórios⁸³. “Um dos principais problemas da plataforma é que há dados desatualizados não só das últimas semanas, mas até de anos anteriores, o que prejudica a comparação com 2020”, escreveram os repórteres. Eles também observaram que 500 mil óbitos foram excluídos por duplicação⁸⁴.

Desde as primeiras semanas da pandemia no Brasil, o epidemiologista Paulo Lotufo, da USP, procurou se aproximar de divulgadores científicos e cientistas de dados que acompanhavam os dados e distribuíam análises no Twitter, participando ativamente dos grupos informais de pesquisa criados para monitorar o estado da pandemia. Há muito tempo ele trabalha com cálculos do excesso de mortalidade para avaliar situações de incerteza no diagnóstico preciso de condições de saúde. Em artigo na “Folha” em julho de 2020, o professor descreveu as vantagens dessa estatística⁸⁵.

A subnotificação não ocorre só no Brasil. Em 26 de março de 2020, o núcleo de dados do jornal italiano “Corriere Della Sera” publicou uma análise⁸⁶ mostrando que, na cidade de Nembro, a média anual de mortes nos primeiros três meses do ano entre 2015 e 2019 era de 35. No mesmo período em 2020, foram registradas 158 mortes - 123 a mais do que a média, ou o quádruplo do número oficial de mortes atribuídas ao coronavírus até então.

⁸³ FOLHA DE S.PAULO. **Base de dados de cartórios traz falhas que impedem calcular efeito real do coronavírus no Brasil**. 13 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/05/base-de-dados-de-cartorios-traz-falhas-que-impedem-calculer-efeito-real-do-coronavirus-no-brasil.s.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁸⁴ FOLHA DE S.PAULO. **Meio milhão de mortes somem de sistema usado para monitorar Covid-19**. 14.mai.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/05/meio-milhao-de-mortes-somem-de-sistema-usado-para-monitorar-covid-19.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

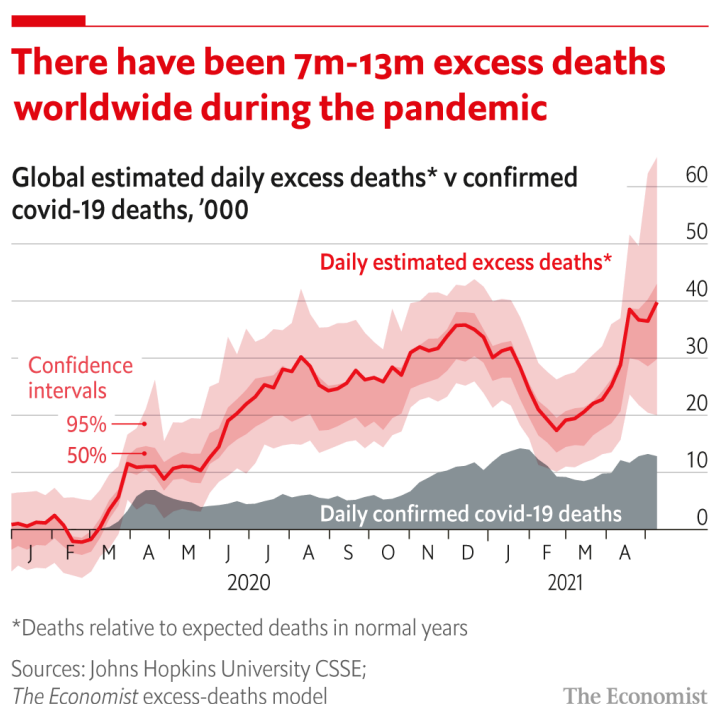
⁸⁵ FOLHA DE S.PAULO, **Contar mortes na Covid-19 é um ato de empatia**. 14.jul.2020. Em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/07/contar-mortes-na-covid-19-e-um-ato-de-empatia.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁸⁶ CORRIERE DELLA SERA. **The real death toll for Covid-19 is at least 4 times the official numbers**. 26.mar.2020. Disponível em: https://www.corriere.it/politica/20_marzo_26/the-real-death-toll-for-Covid-19-is-at-least-4-times-the-official-numbers-b5af0edc-6eeb-11ea-925b-a0c3cdbe1130.shtml. Acesso: 7 set. 2023.

A partir de 16 de abril de 2020, “The Economist” fez estimativas semanais de mortes excedentes para nove países e a cidade de Nova York⁸⁷. O modelo foi refinado ao longo do tempo. Em palestra no evento Coda.br⁸⁸, Sondre Solstag – responsável técnico pelo modelo – contou que a qualidade dos dados variava demais, desfavorecendo os países mais pobres. Por isso, ele usou machine learning – uma das principais técnicas de aprendizado estatístico dentro do campo da inteligência artificial – para estimar a subnotificação. O modelo da revista estimou que o número real de mortes no mundo seria quase o quádruplo do oficial. No Brasil, disse Solstag, a subnotificação seria relativamente baixa; na África e partes da Ásia, porém, a situação foi grave. “Os números tendem a subestimar a gravidade da pandemia justamente nos países com menos recursos disponíveis para lutar contra ela”, disse.

Em abril de 2021, a revista publicou um gráfico⁸⁹, comparando mortes confirmadas de Covid-19 às suas estimativas de médias de excesso de mortalidade, com intervalos de confiança (Gráfico 3.13):

Gráfico 3.13 - estimativa de The Economist sobre mortes excedentes



Fonte: The Economist, abril de 2021.

⁸⁷ THE ECONOMIST. **Tracking covid-19 excess deaths across countries**. 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/04/16/tracking-Covid-19-excess-deaths-across-countries>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁸⁸ ESCOLA DE DADOS, **Machine Learning no jornalismo de dados**. 2021. Disponível em: <https://escoladedados.org/coda/coda2021/machine-learning-no-jornalismo-de-dados/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁸⁹ TWITTER @THEECONOMIST'. 19 mai. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/TheEconomist/status/1395015618865340427>. Acesso em: 7 set. 2023.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS: O JORNALISMO, OS DADOS E SUAS CRISES

Há uma lacuna na formação dos jornalistas. Muitos profissionais, ao se depararem com dados, manifestam resistência usando alguma versão da expressão “desculpe, sou de humanas”. No senso comum, os dados trazem exatidão – o “indiscutível”, como diz Desrosières (1998). O matemático John Allen Paulos, porém, alerta: “fora do campo da matemática pura, essa reputação raramente é merecida”⁹⁰. A matemática, afirma ele, consegue ser exata por tratar de entes abstratos; a estatística, na análise de dados sociais, é outra coisa. Embora use matemática, ela tem por objeto a incerteza dos dados coletados por pessoas de carne e osso⁹¹.

Números são um componente dos critérios de noticiabilidade, por transmitirem uma noção de “objetividade” (Martinisi; Lugo-Ocando, 2020). Ao mesmo tempo, há cada vez mais mensurações de diversos aspectos da vida, em busca de visibilidade para pessoas, causas e produtos (Davies, 2008). Assessorias de imprensa gostam de ter números sintéticos num press-release, pois isso chama a atenção dos jornalistas. Ainda assim, a lacuna permanece.

Maier (2002) fez a “auditoria matemática” de um jornal diário dos EUA, examinando 2 mil notícias publicadas num mês. Cerca de metade envolvia algum cálculo matemático, e tendia a ter mais facilmente destaque na primeira página ou na abertura de uma editoria. Analisando três meses dessas notícias, Maier identificou erros classificados em onze categorias. “O uso de números sem questionamento, resultando em notícias com afirmações dúbias ou não apoiadas pelos dados, também foi documentado”, escreveu. O maior problema, para o autor, era a falta de ceticismo que os jornalistas manifestaram com os dados, reproduzindo-os com a mesma candura das aspas no jornalismo declaratório.

No Brasil, Souza (2009) levantou o uso de números em publicações impressas. Na segunda semana de janeiro de 2008, as edições de “O Estado de S.Paulo” tiveram em média 15% de textos com dados estatísticos. Nas editorias “Nacional” e “Vida&” (que inclui saúde e cotidiano), era em média 19%, chegando a 55,5% em 9 de janeiro. Na revista “Veja”, em que Souza tabulou todas as edições de 2008, a média era de um terço dos textos publicados.

⁹⁰ THE NEW YORK TIMES, **We’re Reading the Coronavirus Numbers Wrong**. 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/02/18/opinion/coronavirus-china-numbers.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁹¹ Embora próprio, o raciocínio deste parágrafo se baseia em leituras feitas ao longo de três décadas, incluindo Meyer (2002), Becker (2017), Harford (2020), (Spiegelhalter, 2020), Bigo *et al.* (2019), Boyle (2004) e Wiggins e Jones (2023), entre outros.

O trabalho de Souza também ouviu cinco jornalistas sobre como pensam ao usar números. Uma repórter da “Veja” disse usar “porque elas têm um número, têm um dado que você pode jogar no ato, e assim dar a notícia” e por ocupar pouco espaço: “O dado que você explica em uma linha é melhor. Essa coisa de espaço é muito forte no jornalismo”. Outro entrevistado afirmou que “O dado, o número, sempre confere uma certa ‘veracidade científica’ (por favor, note as aspas) às afirmações do texto jornalístico”.

Maier (2003) voltou à redação que estudara no ano anterior para aplicar um teste que avaliaria as competências matemáticas dos jornalistas (elaborado por Meyer, 2000). Descobriu que o problema não era de competência na matemática básica necessária para comparar grandezas na maior parte das notícias. O problema era de confiança em aplicar o raciocínio matemático em seu trabalho, especialmente entre os repórteres e ainda mais entre as mulheres (que tiveram melhores resultados no teste do que seus colegas homens). Os resultados, afirmou, mostram que o jornalismo “é um refúgio para estudantes desconfortáveis com a matemática”. A maioria dos pesquisados tinha motivos para ter mais autoconfiança. “O fato de que muitos temem a matemática, mesmo aqueles com relativamente forte desempenho em matemática na escola e no teste, casa bem com o princípio de que as pessoas são mais influenciadas por como interpretam sua experiência do que por suas conquistas”, escreveu.

Isso ajuda a resolver o paradoxo de que os jornalistas tendem a desprezar os números ainda que muitos aspectos do seu trabalho exijam apenas matemática básica, e por que tantos jornalistas aparentemente estejam convencidos de que não são ‘pessoas de exatas’, mesmo tendo tido performance adequada ou melhor do que isso no ensino médio e na universidade. (...) Isso significa que os educadores em jornalismo precisam ajudar jornalistas aspirantes e em exercício a adquirir habilidades básicas em matemática, bem como a confiança necessária para usá-las bem; uma coisa depende da outra. (Maier, 2003).

Martinisi e Lugo-Ocando (2020) analisaram o noticiário envolvendo números de saúde e criminalidade. Segundo os autores, o jornalismo tem fascínio pelo uso de números para afirmar sua própria credibilidade e, “portanto, reclamar autoridade sobre o que é verdadeiro na sociedade”. Segundo eles, o jornalismo busca números para afirmar sua autoridade no papel de instituição política.

O problema, lembram, é que esse uso é feito de maneira tão ritualística quanto a descrita por Tuchman (1972) ao descrever a maneira como se escolhe aspas para publicar visando manter uma aparência de objetividade – aquilo que no Brasil chamamos de “jornalismo declaratório”. Eles também descrevem a falta de habilidade e/ou condições de trabalho para que muitos jornalistas possam trabalhar com a análise de dados de forma crítica.

Os jornalistas atuais enfrentam imensas dificuldades de tempo e não têm a capacidade de analisar os dados brutos independentemente; para piorar, orçamentos editoriais reduzidos tornaram os ‘setoristas’, que conseguem construir conhecimento especializado, um fenômeno em declínio. (Martinisi; Lugo-Ocando, 2020).

Em sua pesquisa, que avaliou uma amostra de notícias e ouviu grupos de jornalistas e de leitores, os autores concluíram que o uso de números é associado a elementos de uma noção de objetividade, incluindo parcimônia, equilíbrio e distanciamento. Mas os jornalistas “abordam os números de maneira reativa, ao invés de proativa, deixando as estatísticas definirem a agenda”. Isso refletiria tanto uma preocupação com a objetividade quanto “a inabilidade dos jornalistas de intervir sobre esses números além de um nível descritivo”.

Consequentemente, esses números são apresentados sem pensamento crítico e sem um quadro teórico que possa permitir uma interpretação mais abrangente das estatísticas nas notícias. Paradoxalmente, essa falta de pensamento crítico (...) tem efeito negativo na entrega da qualidade, visto que os números muitas vezes são apresentados de maneira isolada, sem contexto e muitas vezes sem elaboração. (...) Apenas em algumas ocasiões as fontes estatísticas foram questionadas ou cruzadas com outras, como tantas vezes ocorre com fontes jornalísticas mais tradicionais. (Martinisi; Lugo-Ocando, 2020).

Essa busca da legitimidade por meio da quantificação ecoa os achados de Anderson (2018). Ao pesquisar a história do uso de dados no jornalismo, ele observou quatro momentos desse relacionamento, com saltos de décadas: 1920, 1960, 1990 e 2010. Segundo ele, eram momentos de transformações rápidas na sociedade, e o jornalismo buscou a autoridade simbólica dos números para se afirmar como narrador preciso e confiável. Na seção 4.1.1 falaremos sobre o jornalismo de dados, centro de sua análise.

4.1 O jornalismo como forma de conhecimento

Em estudos sociológicos sobre o jornalismo, Tuchman (1980) analisou como os jornalistas sabem o que contam ao seu público – sua epistemologia prática. Seus textos analisam os impactos do estilo noticioso, da forma de organização das redações e da relação com as fontes na escolha dos assuntos, na forma de abordagem e na própria percepção do que é ou não notícia. Segundo a autora, a informação jornalística é captada e produzida numa “teia de facticidade” em que esses elementos interagem e legitimam o que é construído como um fato noticioso. No limite, um jornalista só sabe o que lhe foi contado por alguém, talvez corroborado ou contradito por outra fonte. Tuchman aponta “rituais profissionais” para evitar acusações de parcialidade, como “ouvir o outro lado” mesmo burocraticamente. Essas praxes profissionais, diz a autora, estão no cerne do conceito tradicional de “objetividade”.

Ao longo de sua obra, Philip Meyer criticou como superficial essa noção usada na prática de um conceito considerado central para o jornalismo⁹². “Coloca um pouquinho aqui, um pouquinho ali, tentando dar a todos os lados uma chance de serem expostos ao público de massa”, criticou. Necessária, para ele, seria uma objetividade de método, mais próxima a como o conceito é usado no âmbito das ciências – dando transparência à construção da informação. Anderson (2018, p. 179), que estudou toda a obra de Meyer, acredita que a proposta, embora aponte para a possibilidade de um jornalismo com mais autonomia, esbarra na dificuldade dos jornalistas em lidar com a incerteza. Esta faz com que o “ponto de vista de lugar nenhum” da noção antiga de objetividade tenha uma virtude importante: “fazia parte de um estilo de jornalismo que reconhece e compreende seus próprios limites”.

O jornalismo, segundo Genro Filho (1989), é uma “forma de conhecimento social cristalizada no singular”. Diferente da ciência, que busca explicações universais, o jornalismo trata do singular, do que é próprio de cada pessoa, cada objeto, cada fato do dia. A novidade, para Genro, sempre se revela ao observador em sua singularidade.

O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência de que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. (Genro Filho, 1989).

Meditsch (1997) toma o fio do raciocínio do seu colega, morto em 1988, e dialoga com várias concepções de conhecimento, da sociologia à neurociência. Segundo o autor, enquanto a ciência busca a universalidade da validade do conhecimento que produz, o jornalismo busca outra universalidade – uma forma precária, que “traduz” todo tema para que qualquer cidadão possa participar do debate público. “(É) na preservação deste auditório ideal que o Jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo. Enquanto a ciência evolui reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o Jornalismo trabalha em sentido oposto.” O principal problema, observa, é a falta de transparência dos fatores que condicionam o jornalismo, desde as condições de trabalho em prazos exíguos e equipes reduzidas até os conflitos de interesses das empresas. “A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la”, escreve o professor da UFSC.

⁹² Uma de suas últimas intervenções sobre o tema antes de se aposentar, escrita em 2004, está em MEYER, Philip, 'The Next Journalism's Objective Reporting'. NIEMAN REPORTS, 15 dez. 2004. Disponível em: <https://niemanreports.org/articles/the-next-journalisms-objective-reporting/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Outro problema é a velocidade de produção da notícia, que impede tratamento aprofundado das nuances de cada tema – o que também pode ser “uma vantagem em relação a outros modos de conhecimento”. O terceiro problema seria a tendência à espetacularização da informação. O jornalismo, observa Meditsch, se dirige a pessoas que não têm, a princípio, interesse de saber sobre cada assunto; por isso, vale-se de técnicas de captação da atenção. “O problema é quando [*essas técnicas*] passam a ser utilizadas em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão”, escreve.

A partir do final da década de 1980, numa espécie de “virada mercadológica” após a censura imposta pela ditadura, as empresas de comunicação passaram a cobrir políticas públicas, como as de saúde, com um olhar de “utilidade social” e direitos de consumidor, segundo Abreu (2017). Especialmente em programas popularescos de televisão, a autora viu a “espetacularização” das reclamações populares. Esse filão do noticiário, segundo Abreu, coloca a imprensa no papel de “fiscalizadora do poder público”, uma espécie de “contrapoder”. Silva e Rasera (2013) analisaram 667 notícias sobre o SUS publicadas pela “Folha de S.Paulo” em 2008. Segundo eles, as notícias sobre o sistema focam sempre nas insuficiências (reais) de maneira irônica, sazonal, bombástica e simplista. Dessa maneira, “acaba limitando as possibilidades de ação para reverter a situação problemática denunciada, gerando um cenário de gravidade, imutabilidade e passividade”.

Patterson (2013) considera que os jornalistas são necessários “principalmente para nos ajudar a compreender o mundo dos assuntos de interesse público além da nossa experiência direta”. Esse alto ideal, diz, é, contudo, corroído pelos modelos de negócio das empresas e pelos hábitos criados pela economia da atenção. “Os jornalistas de hoje usam ferramentas de reportagem desenvolvidas há mais de um século, que eram mais adequadas às demandas daquela era do que às de hoje, quando o consenso manufaturado, as fabricações espertas e as afirmações ‘hypadas’ são ataques diários ao senso de realidade do público”, diz. Para o autor, se o meio digital tornou mais possível do que nunca produzir reportagens mais qualificadas, também abriu as comportas de um “poço infernal de desinformação”.

Patterson aponta vieses comuns que acabam por alienar parte do público e distorcer a informação, incluindo a negatividade, a celebridade, a amnésia, a intensidade artificial, debates forjados e o que no Brasil se chama “jornalismo declaratório” – o uso de aspas como informação primária. “As entrevistas libertam o jornalista da necessidade de empreender formas mais trabalhosas de investigação, e as palavras do entrevistado são tratadas como ‘fato’ desde que realmente tenham sido ditas”, escreve. O conhecimento de que o jornalismo trata seria necessariamente de segunda mão – só sabemos aquilo que nos contam.

Na prática, portanto, o jornalismo acaba lidando sempre com conhecimentos de segunda mão, de acordo com o grau de proximidade desenvolvido pelo jornalista com aquele assunto específico. Mas, na década de 1960, houve uma proposta para aumentar a autonomia do jornalismo em relação ao conhecimento que produz, por meio da análise de dados.

4.1.1 Um jornalismo sem medo dos dados

A partir do início da década de 2010, redações do Brasil e do exterior passaram a tentar adotar a moderníssima e inovadora prática jornalística do “jornalismo de dados”. Àquela altura, era um tipo de jornalismo que já vinha sendo praticado havia quatro décadas.

Em 1967, o repórter Philip Meyer, da rede de jornais Knight-Ridder, voltava a Washington depois de um ano numa bolsa em Harvard quando atendeu ao telefone num plantão. Um colega do “Detroit Free Press” pedia reforços para cobrir as revoltas raciais que literalmente incendiaram os subúrbios da cidade. Meyer se voluntariou (Soares, 2022). Após alguns dias, buscando aprofundar a cobertura, Meyer propôs uma pesquisa de opinião pública nos subúrbios para entender o que, de fato, pensavam os residentes. A pesquisa demonstrou que, ao contrário do que supunham os editoriais dos jornais, a comunidade negra de Detroit apoiava as revoltas – inclusive, quanto maior a escolaridade dos entrevistados, maior o descontentamento com a maneira como os negros eram tratados especialmente pela polícia naqueles primeiros anos após o fim das leis que segregavam escolas, restaurantes e até o transporte público pela cor da pele das pessoas (Meyer, 1967).

Essa pesquisa, que trouxe um Pulitzer para a equipe do Free Press em 1968, foi contada em detalhes por Meyer em suas obras (Meyer, 2002, 2012) e é considerada o marco inicial do que hoje chamamos de jornalismo de dados, segundo Anderson (2018), Gray *et al.* (2012), Hamilton (2018), Parasie (2022) e Soares (2022). Para Anderson, em meio à crise existencial global dos anos 60, os jornalistas buscaram maneiras alternativas de tentar contar a história do seu tempo de uma maneira mais fidedigna. Meyer diz que, se de um lado alguns excelentes escritores como Gay Talese buscaram aproximar o jornalismo da arte literária, havia espaço para tentar aproximá-lo do que de mais moderno se fazia na pesquisa em ciências sociais aplicadas (Meyer, 1991).

Em 1973, Meyer publicou a primeira edição do seu livro (a quarta é Meyer, 2002), uma espécie de manual de análise de dados para jornalistas. Nas primeiras duas edições, a obra ensinava como analisar dados utilizando cartões perfurados, como ele fizera em Detroit e em outros projetos com colegas como Don Barlett e James Steele. Na terceira e na quarta,

trazia exemplos de programação em Basic. Capítulos descrevem a lógica da análise estatística e até da teoria dos jogos. A mensagem central, enunciada nas primeiras páginas das duas últimas edições, é: “estão aumentando a aposta do que é necessário para ser jornalista”⁹³. Num mundo com uma quantidade explosiva de informações, jornalistas precisavam saber coletar dados, analisá-los e editá-los de maneira que fiquem na cabeça do leitor.

Com o surgimento dos primeiros PCs, na década de 1980, uma nova geração de repórteres que teve contato com a primeira edição em cursos de pós-graduação começou a obter fitas com dados públicos digitalizados e fazer análises em casa para suas reportagens, sem precisar perfurar cartões ou pagar uma fortuna por minutos de processamento em um mainframe IBM. Na década de 1990, a prática era conhecida como Computer-Assisted Reporting (Anderson, 2018) – o que, no Brasil, foi traduzido como “Reportagem com o Auxílio do Computador” pelos instrutores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, que levou esse tipo de técnica para redações do país inteiro.

Apesar de ser cada vez mais possível produzir jornalismo usando dados, havia barreiras entre os profissionais e nas redações que impediam sua adoção mais sistemática. Uma delas, como esperado, era a própria falta de confiança dos jornalistas com a análise de dados, já descrita por Maier (2003). Ex-alunos dos cursos de “RAC” lamentavam aos instrutores pela falta de tempo, em meio à correria da redação, para tentar aplicar essas técnicas. As redações consideravam a prática interessante e contratavam cursos, mas não incentivavam que seus repórteres a incorporassem à rotina.

Isso começou a mudar na primeira década do século, quando o incipiente jornalismo digital, somado à internet em banda larga na casa dos leitores, permitiu dar um salto no tipo de jornalismo que se fazia com análise de dados anteriormente. Se nos primeiros 40 anos os jornalistas buscavam o *lead* nos dados, a partir de 2007 levavam visualizações de dados interativas à tela dos leitores (Gray *et al.*, 2012). Um dos marcos é a criação da editoria de “Notícias Interativas” do “The New York Times”, comandada por Aron Pilhofer⁹⁴.

No Brasil, a “Folha de S.Paulo” fez uma tentativa de criar um núcleo de análise de dados vinculado à editoria de Arte, responsável pela publicação de infografias, em 2011. A experiência, não documentada, durou pouco. Em 2012, o jornal “O Estado de S.Paulo” criou uma editoria dedicada ao trabalho com dados (Träsel, 2013). A “Folha” criou sua editoria de Audiência e Dados em 2015, e em 2017 surgiu o núcleo atualmente chamado DeltaFolha.

⁹³ “They are raising the ante on what it takes to be a journalist”, no original, publicado em 1991.

⁹⁴ NEW YORK MAGAZINE. 'The New Journalism: Goosing the Gray Lady'. 9.jan.2009. Disponível em: <https://nymag.com/news/features/all-new/53344/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Quando a pandemia de Covid-19 chegou, redações ao redor do mundo precisaram repensar seu trabalho de maneira remota (Arafat; Porlezza, 2023; Araújo *et al.*, 2023; García-Avilés, 2021; Jukes; Fowler-Watt; Rees, 2022; Mellado *et al.*, 2021). A centralidade dos dados no debate aumentou a demanda por trabalhos que visualizassem os efeitos e projetassem o futuro da crise (Bisiani *et al.*, 2023; Mach *et al.*, 2021; Pentzold; Fechner, 2021; Pentzold; Fechner; Zuber, 2021).

Auväärt (2023) estudou projetos apresentados em 2021 para o Sigma Awards – principal prêmio mundial do jornalismo de dados – e observou algumas tendências. A maioria (86%) usava dados nacionais ou globais, por estarem mais facilmente disponíveis. 52% dos projetos trabalhavam com dados de vítimas, 36% tratavam do espalhamento geográfico da pandemia. Dois terços dos trabalhos citavam instituições oficiais como a fonte dos dados, e em 50% dos trabalhos a fonte era a autoridade de saúde nacional ou local.

Pesquisando a partir da Ásia, Wu (2021) problematizou a falta de crítica dos jornalistas em relação às fontes oficiais quando se trata de dados, especialmente numa pandemia como a de Covid. Segundo Wu, os dados oficiais do governo autoritário de Cingapura fizeram a ilha ser um caso elogiado pela OMS em fevereiro de 2020. Em abril, porém, surgiram “*clusters*” de infecções em dormitórios de trabalhadores migrantes. O governo oferecia números fechados que impediam uma análise mais detalhada. Sem dados detalhados, possibilidades de pauta “morriam no nascedouro”. Para o pesquisador, usar dados oficiais sem maior investigação, apenas com a aura de “objetividade” do uso de números, pode ajudar um governo autoritário a manipular a opinião pública. “Há uma necessidade urgente de jogar luz no papel de forças externas na conformação das notícias e da opinião pública, mesmo quando envolvem dados aparentemente ‘objetivos’ – relações de poder, dominância e uma luta para ser ouvido estão em jogo e precisam ser tornados visíveis”.

No Brasil, quando a Presidência tentou censurar o fornecimento de dados sobre a pandemia, as maiores empresas jornalísticas do país criaram o consórcio para divulgação diária dos números, e a coordenação do trabalho coube a jornalistas habituados a trabalhar com dados. Mas o esforço não gerou exatamente uma independência dos dados oficiais, visto que a fonte dos dados eram os boletins diários das secretarias estaduais de saúde, fonte também dos dados do governo federal. Ainda assim, o projeto foi apresentado (e aceito) como uma espécie de ato heroico de desobediência civil. Para contextualizar esse esforço, teremos de compreender as crises pelas quais as empresas passavam naquele momento.

4.2 Três crises: a imprensa na espiral da morte

A pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil com a imprensa imersa em crises existenciais dos modelos que viabilizam sua existência, gestadas ao longo de 20 anos de adaptação cambiante ao ambiente digital, no país e fora. A década anterior à chegada da Covid-19 ao Brasil foi um período de mudanças rápidas nessas três dimensões:

- A crise do **modelo de conteúdo**, acentuada pelas peculiaridades das empresas jornalísticas brasileiras e das “big techs” que venceram a economia da atenção (Bucci, 2021; Gandour, 2020; Moretzsohn, 2002; Smith, 2023);
- A crise do **modelo de negócio**, acentuada pelas peculiaridades do contexto brasileiro (Cagé, 2016; Christofolletti, 2019; Gandour, 2020; Hamilton, 2011; Meyer, 2009);
- A crise do **modelo de influência social**, acentuada pelas peculiaridades do contexto brasileiro (Christofolletti, 2019; Gandour, 2020; Meyer, 2004, 2009).

4.2.1 Crise do modelo de negócios

O modelo de negócios tradicional do jornalismo se baseia no que os economistas chamam de mercado de dupla face (Anderson; Gabszewicz, 2006; Hamilton, 2011): uma atende ao público leitor; outra, a anunciantes que pagam para atingir esse público. No século 20, os anúncios financiavam a maioria dos custos do jornalismo impresso, subsidiando o preço de capa para atrair mais leitores (Meyer, 2009). No meio digital, isso mudou: por mais de 15 anos, o conteúdo era praticamente financiado apenas por anúncios (Hamilton, 2011), depois publicações maiores passaram a cobrar assinaturas digitais.

Embora a receita publicitária digital se relacione ao volume de cliques nos *sites*, o aumento da concorrência digital – com meios de qualquer tamanho e país e com as próprias redes onde se distribui o conteúdo – derruba o preço dos anúncios, estimulando a produção de mais conteúdo de consumo rápido e popularesco para equilibrar a receita (Smith, 2023). Com anúncios mais baratos, as empresas jornalísticas passaram a aumentar seu “inventário” para competir por receita publicitária. Trata-se do número de espaços disponíveis para anúncios, às vezes alocados automaticamente conforme interesses inferidos nos registros locais do leitor⁹⁵.

⁹⁵ Não está no escopo deste trabalho desenvolver as minúcias desse modelo, mas este artigo é bastante explicativo: GOURMET ADS, **Ad Inventory**. Disponível em: <https://www.gourmetads.com/glossary/ad-inventory>. Acesso em: 7 set. 2023.

Pode-se aumentar o inventário abrindo-se mais espaços comerciais em cada texto – e por isso tantos sites de notícias parecem árvores de natal. Mas o inventário também cresce multiplicando-se o volume diário de textos, apelando aos interesses do maior número possível de leitores⁹⁶. O conteúdo impresso é limitado pelo espaço; na TV e rádio, é limitado pelo tempo. No digital, o limite é a capacidade de publicar (não necessariamente de produzir).

Embora seja bom negócio para empresas pequenas de estrutura enxuta e conteúdo popularesco de segunda mão, que geralmente produzem muito pouco conteúdo próprio e não têm pruridos de pesar a mão nos títulos e fotos, pois seu compromisso é apenas com o clique, a conta não fecha para empresas com produção própria, alto custo fixo e equipes volumosas – ou com excesso de gordura em áreas não-fim e camadas hierárquicas demais na redação, como provoca Serva (2017). Isso aprofunda a crise do modelo de negócios, que nos anos anteriores já levava a grandes rodadas de cortes de pessoal.

O fenômeno tinha sido descrito por Righetti (2008), em pesquisa que analisou os recursos essenciais necessários para empresas de jornalismo como a “Folha” – então focadas no jornalismo impresso – migrassem para o segmento eletrônico. Pela análise, que também é baseada na obra de Philip Meyer, tais empresas contavam com recursos intangíveis (como os conhecimentos acerca do processo de produção da informação e a credibilidade da marca) e tangíveis (como as competências tecnológicas), mas não conseguiam manter a receita, proveniente sobretudo dos valorosos anúncios das páginas impressas. Assim, na década de entrada na internet, a partir de 1995, a Folha perdeu 49% na sua circulação impressa, 38% dos assinantes e 18% do valor do piso salarial dos jornalistas do grupo (Righetti, 2008, p. 70).

Na frente do modelo de negócios, 2012 foi o ano em que as empresas jornalísticas brasileiras adotaram modelos de assinatura, os *paywalls*, que tornavam seu conteúdo completo acessível apenas a assinantes. A pioneira foi a “Folha de S.Paulo”⁹⁷, que seguiu o modelo adotado em 2011 pelo jornal norte-americano “The New York Times”. O público poderia ler um número fixo mensal de textos sem precisar assinar, primeiro de maneira completamente anônima (10 textos, depois 5) e depois mediante cadastro (mais 10 textos). O *paywall* é uma escolha legítima, embora impopular, de estratégia comercial, e um mês de pagamento de assinatura equivale à receita de anúncios de milhares de leitores casuais.

⁹⁶ Uma das primeiras análises desse tipo de lógica de conteúdo foi o relatório “The Goat Must Be Fed”, ou “precisamos alimentar o bode”. Disponível em: <http://www.goatmustbefed.com/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁹⁷ FOLHA DE S.PAULO. **Há 10 anos, paywall abriu caminho para transformação digital da Folha.** 27.jun.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/ha-10-anos-paywall-abriu-caminho-para-transformacao-digital-da-folha.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Enquanto as publicações com mais repórteres começaram a fechar seu conteúdo, proliferaram websites com versões enviesadas dos acontecimentos do dia para grupos específicos de simpatia política ou religiosa⁹⁸. A partir de 2013, surgiu uma rede de sites apócrifos de extrema-direita, como o “Folha Política”, com financiamento obscuro⁹⁹.

Com acesso gratuito, esses sites ganharam público nas redes sociais, após os protestos que tomaram o país, unindo versões enviesadas de notícias legítimas, informações completamente falsas e títulos sempre panfletários. Aglutinaram um público que mais tarde desembocaria no bolsonarismo. Segundo Rêgo e Barbosa (2020), esses sites ajudaram a criar o ambiente de opinião pública favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Por isso, estudiosos ressaltam a incongruência de o noticiário das grandes empresas ser bloqueado para não assinantes enquanto textos falaciosos circulam livremente. Livia Vieira considera essa uma questão ética não-resolvida inerente à lógica do paywall¹⁰⁰.

Noutro aspecto da crise do modelo de negócios da imprensa, a partir de 2014 as empresas começam a abrir suas áreas de conteúdo patrocinado, tratado internacionalmente como “anúncios nativos” (Sweetser *et al.*, 2016). É um passo além dos tradicionais “informes publicitários”: são textos, vídeos, cadernos e eventos produzidos profissionalmente por jornalistas e publicados em pacotes especiais, com relativamente pouca distinção em relação ao restante do noticiário, exceto pequenos marcadores visuais.

⁹⁸ BATISTA JR., João. **Louvor, fofoca, notícia e fake news**. piauí, 18 out. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/louvor-noticia-e-fakenews/>. Acesso em: 7 set. 2023.

⁹⁹ THE INTERCEPT BRASIL. **Partido do pré-candidato general Mourão financiou empresa que mantém site de fake news Folha Política**. 11 jul 2018. Disponível em: <http://www.intercept.com.br/2018/07/11/folha-politica-fake-news-prtb-boatos/>. Acesso em 7 set. 2023.

¹⁰⁰ VIEIRA, Livia. **Dez anos depois, paywall ainda tem questões éticas não resolvidas**. Observatório da Imprensa, 14. Mar 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa/dez-anos-depois-paywall-ainda-tem-questoes-eticas-nao-resolvidas/>. Acesso em: 7 set. 2023.

4.2.2 Crise do modelo de conteúdo

Em torno de 2010, as empresas jornalísticas passam a usar as redes sociais como meio de distribuição digital. Nos jornais impressos, a distribuição dependia de caminhões e entregadores que deixavam exemplares nas bancas e na porta de cada assinante. Na internet, a distribuição do conteúdo é feita por jornalistas, geralmente muito jovens, que cuidam de tarefas como otimização para busca, postagem em redes sociais e criação de newsletters.

Davies (2008), então repórter investigativo do “The Guardian”, pesquisou como isso ocorria em publicações do Reino Unido. Ele apelidou de “churnalismo” (do verbo “*churn*”, que significa “movimentar”) a prática enraizada em publicações tradicionais e digitais de publicar um volume imenso de notícias de qualquer origem para “alimentar o bode”¹⁰¹. Entram aí notícias de agências e até press releases, publicados na íntegra por equipes cada vez menos experientes, em que jovens jornalistas “sobem” dez ou mais itens por dia com quase zero apuração – mas o clique é rei. Davies vê esse tipo de prática como parte dos desvios éticos no escândalo de grampos que fechou o jornal “News of the World” em 2011.

Na prática, a definição do que pode ser notícia fica mais elástica, e o produto se torna cada vez mais abundante e uniformizado. Todos os sites republicam conteúdo das mesmas agências e acompanham os perfis em redes sociais das mesmas personalidades, cujas fotos ou aspas viram notícia. Se tradicionalmente a notícia sempre foi “um produto à venda” (Medina, 1988), o ambiente digital a transformou em *commodity* (Mcmanus, 2019) – um produto pouco refinado, extraído como matéria prima, com características indiferenciadas, produzido em massa¹⁰². Ao contrário da soja ou dos minérios, a notícia é uma commodity de baixo prazo de validade, sua oferta não diminui quando é consumida e quem gastou para extraí-la dificilmente ganha algo quando ela é utilizada em escala industrial.

Boczkowski e Mitchelstein (2013) estudaram as listas de notícias mais lidas em grandes sites de notícias, como medida do que os leitores consideram mais interessante, e as contrastaram aos textos com maior destaque nas homepages, como indicador do que é importante para jornalistas. O critério do leitor incluía muita fofoca, violência e cultura pop; o critério jornalístico preferia política e economia. Mesmo naqueles anos de redes sociais incipientes essa “lacuna da notícia” já sugeria certa esquizofrenia do modelo de conteúdo.

¹⁰¹ Goat Must Be Fed. Idem.

¹⁰² INVESTOPEDIA, **Commodity vs. Product: What's the Difference?**. 22 jul. 2023. Disponível em: <https://www.investopedia.com/ask/answers/021615/whats-difference-between-commodity-and-product.asp>. Acesso em: 7 set. 2023.

Visando obter o maior volume possível de pageviews, sites de empresas tradicionais criaram áreas de “notícias de entretenimento”, para caçar a atenção fugidia do maior número de leitores possíveis. Um tuíte vira um título. Uma foto chamativa só precisa de um título para ir ao ar. Foi assim que Caetano Veloso estacionou no Leblon, num marco irônico do jornalismo digital brasileiro, em março de 2011¹⁰³. A notícia surgiu do tédio de uma redatora com esse tipo de demanda, e seu relato poderia fazer parte do livro de Davies¹⁰⁴.

Também mudava a forma como os leitores consomem informação. Até 2007, quando surgiu o iPhone, o telefone celular quase só existia para conversar e enviar mensagens de texto. Antes, o consumo de notícias digitais ocorria fundamentalmente por meio de computadores, principalmente em horário comercial. Os volumes de leitura eram baixos. A inclusão digital dos brasileiros dispararia a partir de 2012, com a explosão da posse de smartphones¹⁰⁵ – que atraía pelo aplicativo Whatsapp, que permitia enviar mensagens de áudio ou vídeo, além de fotografias, a quem se quisesse. E as redes sociais estavam lá.

Isso mudou o ambiente de informação. A lógica das redes sociais para distribuir conteúdo privilegia o compartilhamento entre pessoas, mais que o critério das empresas. O produto noticioso também é fragmentado – o leitor conhece o site um link por vez, conforme o que seus amigos publicam. O Whatsapp acelerou isso. Antes dos disparos ilegais na campanha de 2018¹⁰⁶, o app foi crucial para o crescimento da popularidade de um deputado “baixo-clero” com ideias autoritárias nos anos anteriores à sua eleição.

Segundo dados compilados pelo Reuters Institute for the Study of Journalism¹⁰⁷, em seis anos o favoritismo do uso do smartphone para notícias passou de 20% para 75% dos respondentes. Manteve-se assim por mais três anos. Incluindo na análise o uso de programas de TV e publicações impressas para consumo de notícias, vê-se que o smartphone ultrapassou o impresso em 2014, o computador em 2016 e os programas de TV em 2019 (Gráfico 4.1).

¹⁰³ TERRA, **Caetano estaciona carro no Leblon nesta quinta-feira**. 13 mar. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/caetano-estaciona-carro-no-leblon-nesta-quinta-feira,41d3399ae915a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

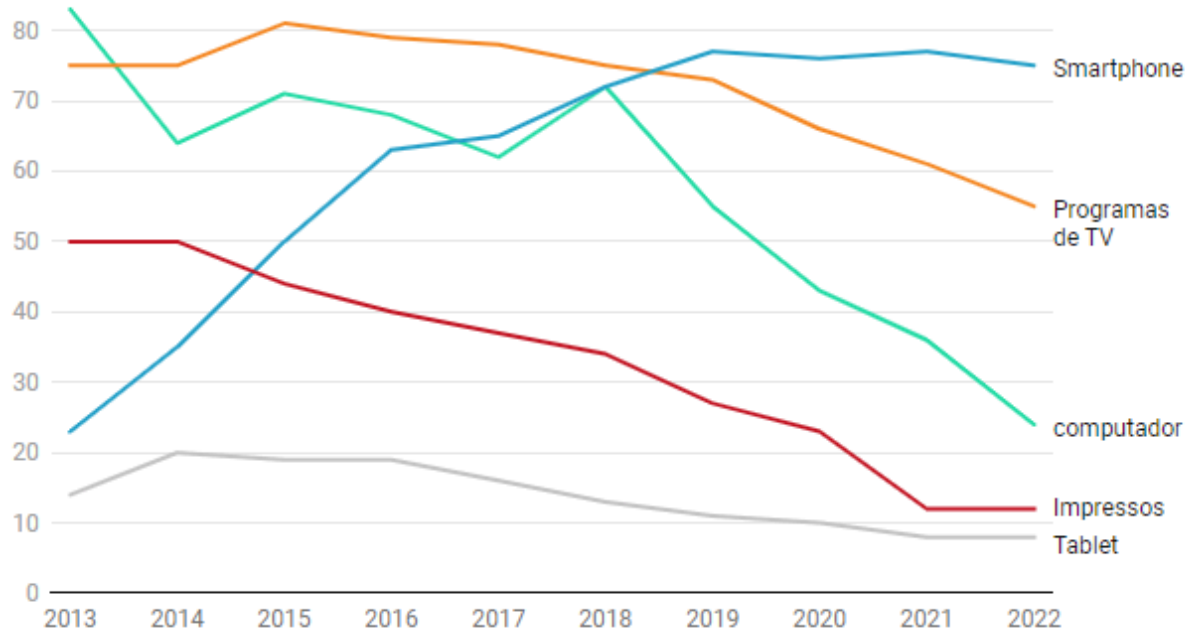
¹⁰⁴ ROXO, Elisângela, **Eu existo!**. piauí, abr. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/eu-existo/>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰⁵ SOARES, Marcelo. **'Smartphone impulsiona crescimento da internet no Brasil', diz pesquisa**. Folha de S.Paulo, 5.set.2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1915950-smartphone-impulsiona-crescimento-da-internet-no-brasil-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰⁶ CAMPOS MELLO, Patrícia, **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**. Folha de S.Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰⁷ REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, **Digital News Report 2023 - Brazil**. 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/brazil>. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 4.1 - Artefatos usados pelos leitores para ler notícias digitais



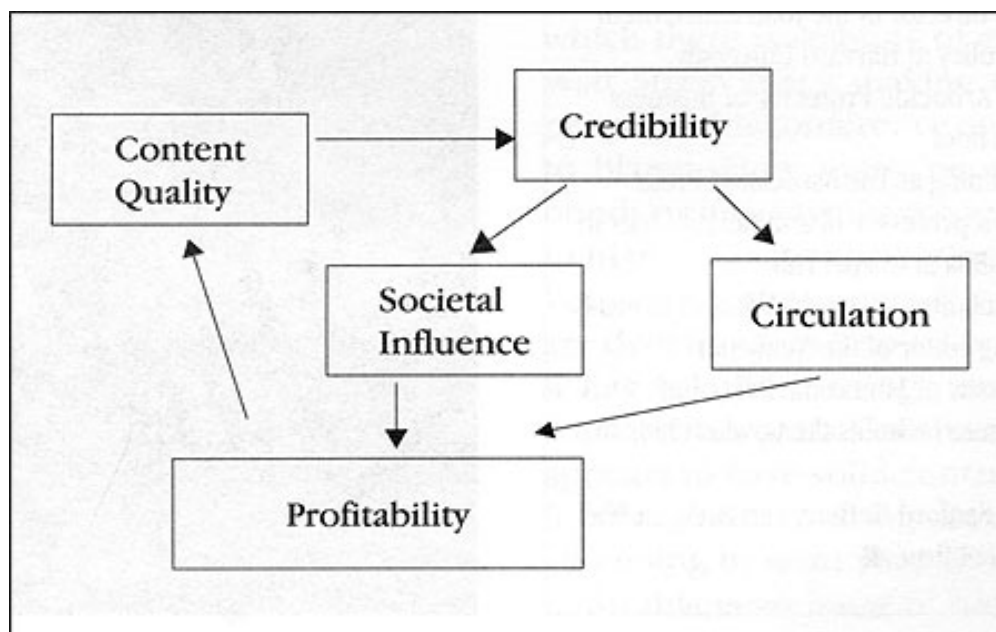
Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism 2022

Enquanto isso, o impresso caiu de 50% para 12% na preferência dos leitores, no Brasil. O que cresceu muito no período foi o uso de redes sociais como principal fonte de notícias. Em 2021, elas superaram a TV no Brasil como local de descoberta de notícias. Baseadas nos critérios de popularidade, engajamento e indicação, a distribuição de notícias por meio das redes sociais tende a privilegiar critérios completamente diferentes dos tradicionalmente adotados pelos jornais – enfatizando um noticiário sobre pessoas e cultura popular, de consumo rápido, imediato, visual e não raro estridente. Nas redes sociais, os leitores tendem a ser alvejados com mais e mais informações sobre aquilo que o algoritmo já sabe que lhes interessa, o que reduz a possibilidade de descobrir novos assuntos de interesse.

4.2.3 Crise do modelo de influência social

Com isso, veio uma crise do modelo de influência social da imprensa. Meyer (2004) descreve esse modelo, criado na década de 1970 por Hal Jurgensmeyer, da rede Knight Newspapers. Segundo ele, uma empresa jornalística tem influência comercial, que está à venda na forma de anúncios, e social, que decorre do jornalismo publicado e não se espera que esteja à venda. Sua eficácia depende da credibilidade, da qualidade do jornalismo dessas empresas e da relação entre elas e os seus públicos. Meyer resume assim (Gráfico 4.2):

Gráfico 4.2 - Modelo de influência de Hal Jurgensmeyer



Fonte: Meyer (2004).

A qualidade, diz Meyer, é erodida quando as empresas, em declínio do negócio, adotam a “colheita da posição de mercado” descrita por Porter (2004). Corta-se custos agressivamente para manter margens, contando com a força da marca. Os leitores demoram a perceber, mantendo a assinatura por fidelidade à marca. Isso desacelera a queda do público – mas ela continua, até que manter a empresa funcionando deixe de ser um negócio atraente. Esse mecanismo, que leva dos cortes à perda de público e desta a novos cortes, sangrando credibilidade, foi apelidado por ele de “espiral da morte” (Meyer; Zhang, 2002).

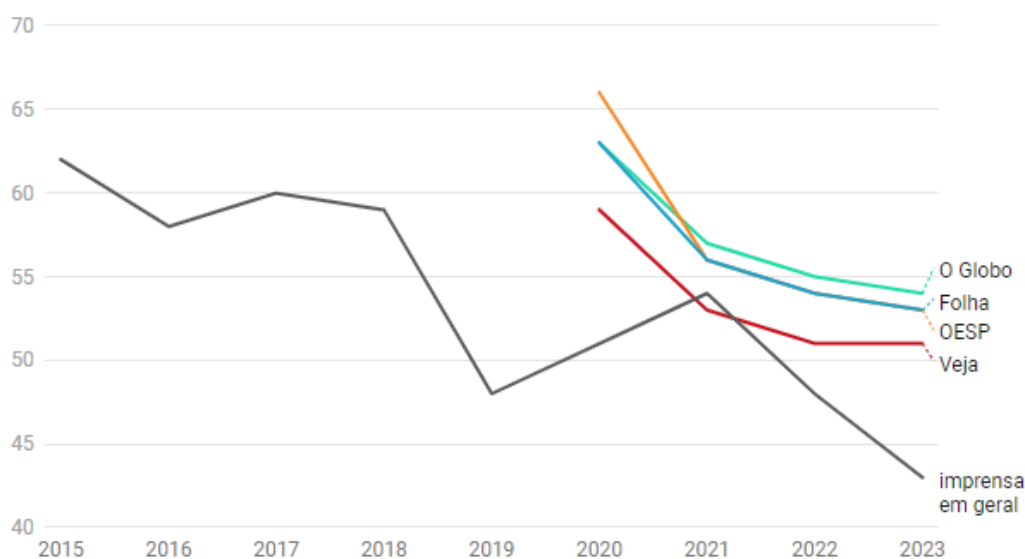
Paralelamente, as redes sociais desintermediaram a relação entre o público e as instituições que são notícia. Torcedores de futebol não precisam esperar notícias sobre seu time escritas no tom mais imparcial possível se podem acompanhar diretamente o que compartilham com paixão o clube e seus atletas. Da mesma maneira, marcas de produtos, órgãos públicos, celebridades e políticos passaram a falar diretamente com seus públicos.

Gandour (2020) observa o declínio das empresas de mídia brasileiras, que cortam pessoal e perdem circulação na "espiral da morte" descrita por Meyer. Concomitantemente, ele vê aumento da popularidade do que é publicado diretamente pelas fontes governamentais, nas redes sociais, desintermediando a informação com mensagens de cunho propagandístico e/ou personalista. Ex-executivo de importantes meios de comunicação brasileiros, o autor vê os cortes como inevitáveis frente a um cenário desfavorável.

Isso, em parte, ilumina o resultado da eleição de 2018, quando um extremista teve a maioria dos votos sendo agressivo com os meios de comunicação. Contava com as redes sociais (Piaia; Alves, 2020), onde é fácil direcionar conteúdos às preferências de públicos segmentados. No governo, zombava da imprensa em coletivas improvisadas no palácio do Alvorada, onde seus apoiadores hostilizavam jornalistas (Médola; Guerreiro, 2022).

Como resultado, segundo o Digital News Report do Reuters Institute¹⁰⁸, a confiança nas notícias no Brasil caiu de 62% para 43% em cinco anos. A pior queda viera em 2019, quando o governo hostil à imprensa tomou posse. A confiança nas notícias, como mostra o gráfico, cresceu durante a pandemia de Covid-19 e voltou a cair em seguida, chegando ao seu nível mais baixo em 2023. Embora os maiores jornais tenham níveis de confiança mais altos do que a média do setor, essa confiança também caiu nos últimos anos.

Gráfico 4.3 - Confiança na imprensa em geral e em marcas específicas



Fonte: Reuters Institute Digital News Report 2023. Elaboração própria (2023).

¹⁰⁸ REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, **Digital News Report 2022 - Brazil**. 2022. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/brazil>. Acesso em: 7 set. 2023.

4.3 A Folha de S.Paulo e suas crises

O jornal “Folha de S.Paulo” foi escolhido para análise porque, além de ser um dos diários de referência do país, documenta desde 1985 sua preocupação com o uso de dados quantitativos em seu conteúdo. O projeto editorial daquele ano (“Novos Rumos”)¹⁰⁹ diz:

Temos que modificar a nossa mentalidade com relação a quadros, mapas, gráficos e tabelas. Até aqui eles vinham sendo utilizados como complemento eventual do texto. Agora eles passam a ser considerados como o meio de expressão sintética e veloz por excelência. **A rigor, tudo o que puder ser dito sob a forma de quadro, mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto.** (...). Precisamos de menos declarações e de mais fatos comprovados; de **menos listas de impressões e de mais levantamentos –apoiados em dados e estatísticas, sempre que possível– capazes de transmitir ao leitor um quadro geral e preciso do que está sendo tratado.** (Folha, 1985. Grifos do autor.)

Em 1988, novo projeto editorial¹¹⁰ considerava a infografia uma marca do jornal. Formar equipes para esse jornalismo analítico seria um desafio. Em 1997, referenciando as mudanças no ambiente digital¹¹¹, o projeto via dificuldades dos profissionais em interpretar “mananciais estatísticos, em que nem sempre é fácil separar o relevante do incidental”.

Na década de 1990, o jornal buscou instrutores mexicanos para ensinar análise de dados no seu programa de treinamento. Em 2011, o jornal manteve um repórter de dados por alguns meses na editoria de Arte (infografia). Em 2015, foi criada a editoria de Audiência e Dados, dando status oficial e alguma equipe àquele jornalista, que unia em suas atribuições a análise de audiência e o apoio à produção de reportagens com análise de dados¹¹². Em 2017, foi criada uma estrutura dedicada à análise de dados para fins jornalísticos, o DeltaFolha.

Por três décadas, desde 1991, quando passou a ser auditado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), o diário teve a maior circulação dentre os jornais de referência brasileiros. “Jornais de referência” são títulos cujas equipes geram a maior parte do noticiário que publicam (Gandour, 2020); esse conteúdo pauta o debate público e grande parte da imprensa. Não têm necessariamente as maiores circulações: essas, nos anos 90, passaram a ser de jornais populares, voltados a esporte, crime e entretenimento (Christofoletti, 2019).

¹⁰⁹ FOLHA DE S.PAULO. **Novos Rumos.** 1985. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-anteriores/1985-novos-rumos.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹¹⁰ FOLHA DE S.PAULO, **A hora das reformas.** 1988. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-anteriores/1988-a-hora-das-reformas.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹¹¹ FOLHA DE S.PAULO. **Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático.** 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc170805.htm>. Acesso em 7 set. 2023.

¹¹² As experiências de 2011 ao início de 2016 são do autor. O Portal dos Jornalistas noticiou a criação da editoria. PORTAL DOS JORNALISTAS, **Folha cria editoria de Audiência e Dados.** 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/folha-cria-editoria-audiencia-dados-br>. Acesso em: 7 set. 2023.

Poucos jornais no mundo contam com tantos livros e outros estudos a seu respeito quanto a “Folha”, e esse material permite entender algumas escolhas editoriais. As próximas subseções se baseiam nessa bibliografia e em dados públicos sobre o negócio da empresa. O propósito é situar o título nas crises do jornalismo e identificar padrões estruturais que possam iluminar a interpretação do material que será analisado na seção 5.

4.3.1 Transformação do modelo de negócios

Por mais de 80 anos, a “Folha” foi primordialmente um jornal impresso, adotando o modelo de negócios tradicional da imprensa: mercado de dupla face (financiado em parte por anunciantes e em parte por leitores), circulação paga com assinaturas e venda em bancas. Na euforia do Plano Real, as grandes empresas de comunicação brasileiras investiram em dólar, incluindo a expansão da TV por assinatura. O grupo Folha até ensaiou disputar a privatização de empresas telefônicas em sociedade com Unibanco e Odebrecht (Pinto, 2012).

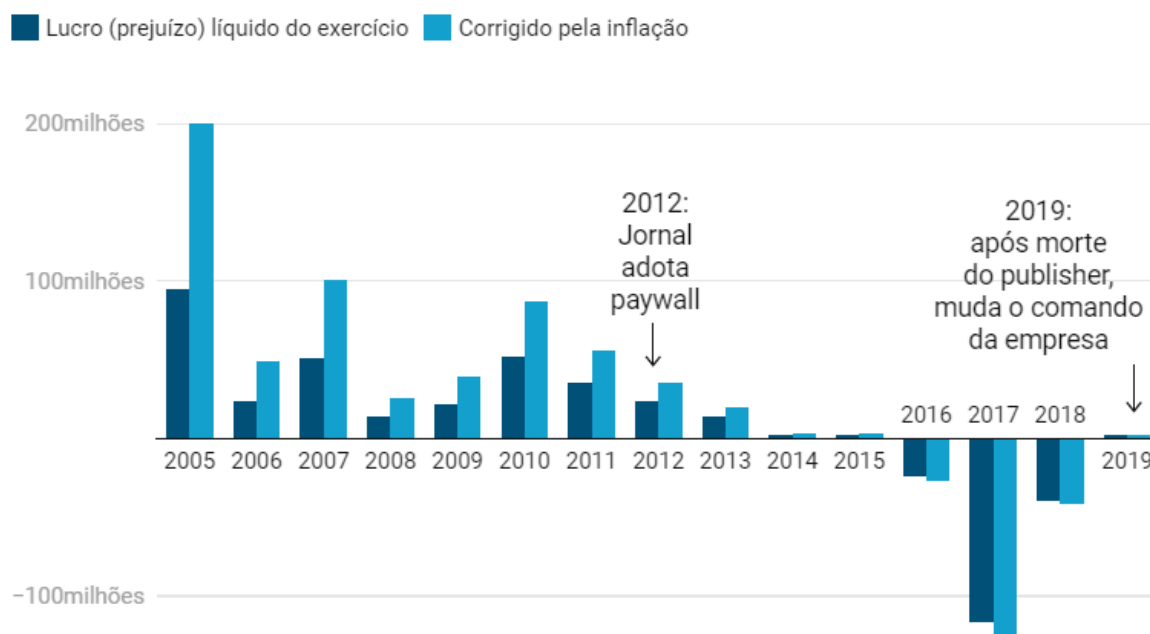
Na contramão do resto do mundo, onde já se reduzia o investimento no impresso, usou-se no Brasil o câmbio artificialmente em paridade com o dólar para modernizar parques gráficos. A “Folha” inaugurou em 1996 rotativas que permitiam imprimir todas as páginas em cor. Serva (2017) diz que a compra de rotativas no Brasil no período adiou a falência de fabricantes. Ao oferecer brindes na edição dominical, suas tiragens ultrapassaram o milhão de exemplares em algumas edições (Pinto, 2012; Serva, 2017; Silva, 2005), mas a medida pouco expandiu o público. Silva (2005) observa que nessa época os jornais e a TV, buscando esse novo mercado consumidor que ainda tinha sérias deficiências educacionais, passaram a apelar ao sensacionalismo. Em sua avaliação, isso pode ter afastado leitores mais sofisticados.

Na virada do século, além de três jornais – Folha, “Agora” e “Notícias Populares” –, acrescidos do “Valor Econômico”, em sociedade com o grupo Globo, fazia parte do grupo o portal Universo Online (UOL). Criado em joint-venture com o grupo Abril, que deixou a sociedade em 2003, a área de conteúdo do UOL se desenvolveu paralelamente à da “Folha”, embora esta publicasse no portal uma versão digital do jornal e o site “Folha Online”.

Em 2001, o estouro da bolha das empresas de tecnologia, somado a dívidas em dólar, inicia uma série de cortes na imprensa. Foi o primeiro prejuízo do jornal em quatro décadas, segundo Pinto (2012). A disparada do dólar, na campanha eleitoral de 2002, piora a crise – o jornal devia R\$ 290 milhões, com 80% da dívida dolarizada. O maior dos cortes até então, em 2004, eliminou 85 vagas nas redações do grupo. Segundo Silva (2005), essas demissões “afetaram especialmente os salários mais altos, pagos aos profissionais mais competentes”.

Levaria seis anos até pagar as dívidas (2008) e voltar a fazer investimentos (2010). O jornal passou a investir em aplicativos móveis e numa operação de vídeo, a “TV Folha” (Pinto, 2012). Assumiu a direção de redação o jornalista Sérgio Dávila. Prejuízos, ao menos no balanço, só viriam a partir de 2016, ano de cortes mensais na equipe (Gráfico 4.4).

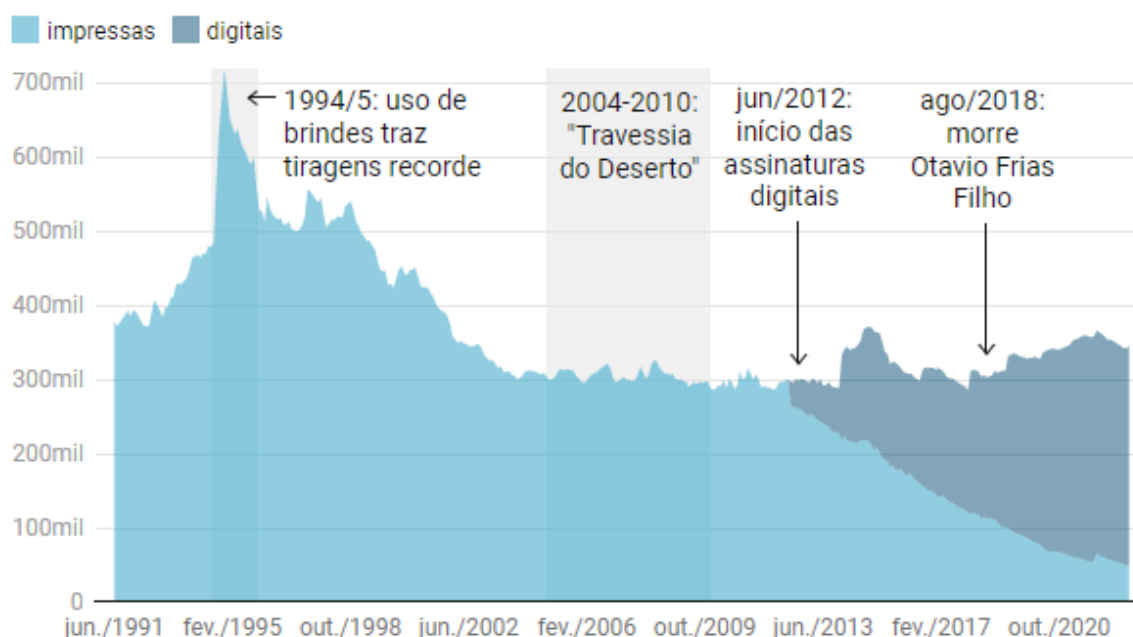
Gráfico 4.4 - Resultado líquido da Folha, ano a ano (2005-2019)



Fonte: Balanços do jornal publicados no Diário Oficial do Estado. Cifras corrigidas pelo IPC-A (2023).

Como mencionado anteriormente, a “Folha” foi o primeiro jornal do país a adotar, em julho de 2012, assinaturas digitais no modelo “paywall”. A redação passa a acompanhar a audiência. Embora impopular, a cobrança pelo conteúdo digital é comercialmente legítima. Um mês de assinatura digital a R\$ 30 equivalia à receita publicitária de 2 mil leitores casuais a um CPM de R\$ 15. Concorrentes diretos, “O Globo” e “O Estado de S.Paulo”, ofereceram assinaturas digitais em seguida. O Instituto Verificador de Comunicação (IVC) mostra uma longa queda nas assinaturas impressas. O gráfico abaixo mostra a participação de assinaturas impressas e digitais no total de assinantes do jornal desde 1991.

Gráfico 4.5 - Evolução mensal dos assinantes da Folha por tipo



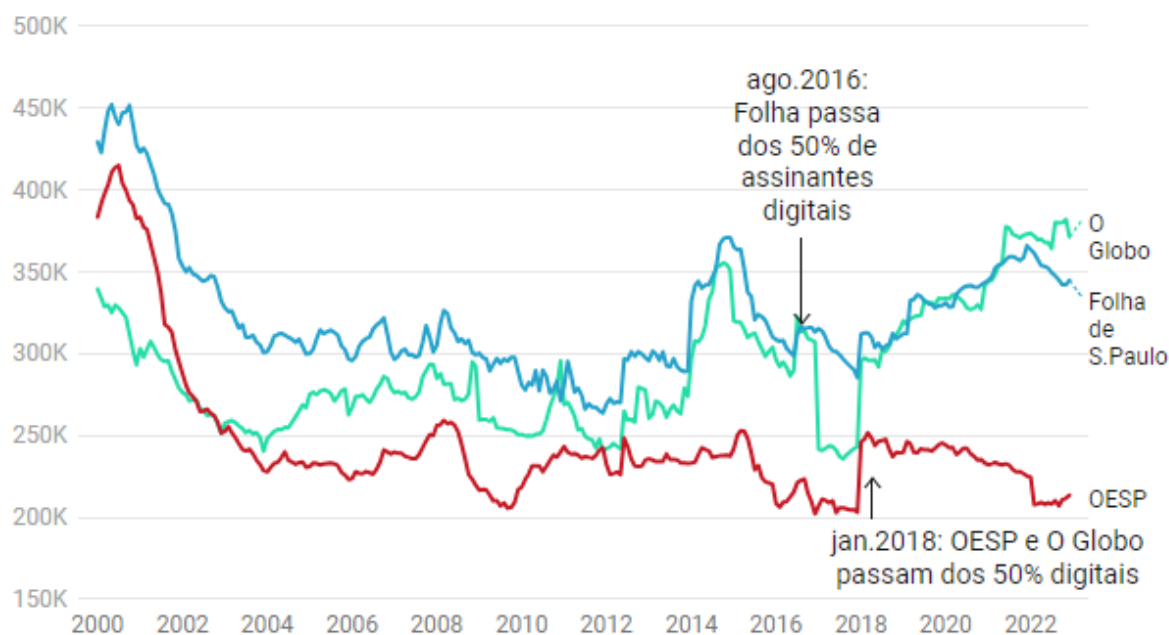
Fonte: Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Elaboração própria (2023).

Ao final de 2022, o total de exemplares impressos entregues era 12,5% do que havia duas décadas antes. A transição tem impacto na receita, pois as assinaturas digitais custam menos da metade do preço mensal da impressa. Além disso, tradicionalmente o custo por mil leitores de um anúncio impresso era mais alto do que o de anúncios digitais (cujo preço cai com o aumento da concorrência online)¹¹³. Com menos circulação impressa, é preciso gerar muito mais visualizações de notícias digitais para tentar compensar.

Padrões semelhantes ocorreram nos concorrentes diretos, “O Estado de S.Paulo” e “O Globo”. A Folha tinha em dezembro de 2022 86% de assinantes digitais, contra 83% de “O Globo” e 71% do “Estado”. Em 2022, “O Globo” liderou a circulação todos os meses.

¹¹³ ADWEEK, **Falling CPMs and Demand Produce Slowest-Moving Upfront Market in Years**. 2023. Disponível em: <https://www.adweek.com/convergent-tv/falling-cpms-demand-slowest-moving-upfront-market-in-years/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 4.6 - Comparação do total de assinaturas dos jornais de referência



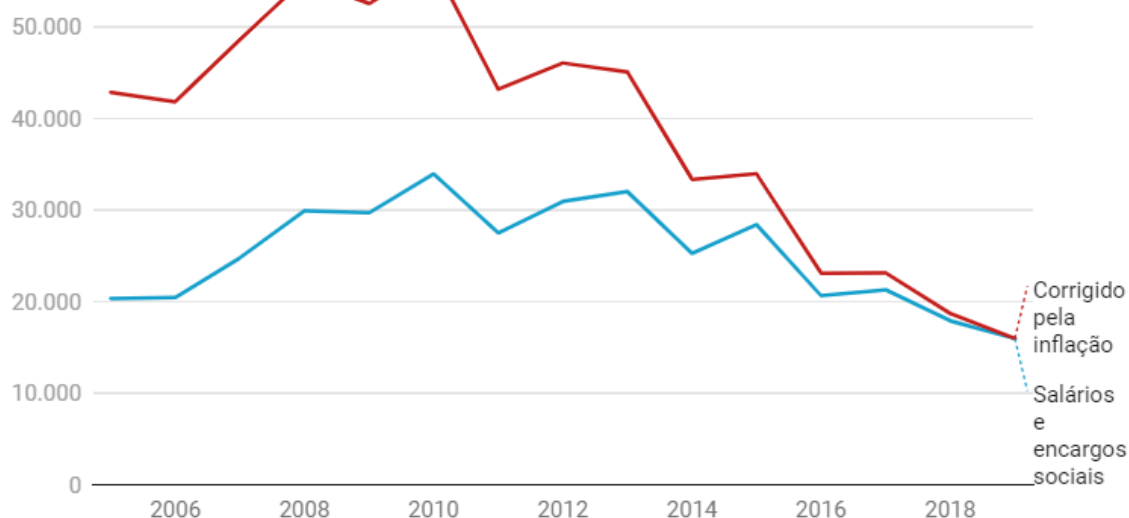
Fonte: Instituto Verificação de Comunicação (IVC). Elaboração própria (2023).

Não há informações documentadas sobre o encolhimento da redação ao longo do tempo. Entre 2013 e 2018, o projeto “A Conta dos Passaralhos” localiza 138 cortes noticiados nas equipes da Folha¹¹⁴. Isso não leva em conta os desligamentos a pedido, as substituições de profissionais mais experientes por recém-formados, demissões pontuais e o que houve depois de 2018, especialmente após a fase mais restritiva da pandemia. Mas é possível ver a evolução do montante pago em salários nos balanços do jornal, publicados no Diário Oficial do Estado. Como são números globais, não são segmentados por tipo de profissional ou departamento. Não só a redação sofreu cortes, embora alguns dos mais altos contracheques estejam lá.

Em termos nominais, o jornal informou em 2019 que gastava 21,5% menos com salários e encargos do que em 2005. Só que houve inflação. Corrigindo pelo índice IPC-A, a queda real no gasto com salários e encargos em 14 anos teria sido de 62,7% (Gráfico 4.7). Para Meyer e Kim (2003) cortar pessoal se relaciona à queda futura na circulação, sendo um indicativo de corte da qualidade. É o caminho da “espiral da morte” (Meyer; Zhang, 2002).

¹¹⁴ VOLT DATA, 'A Conta dos Passaralhos'. 2017. Disponível em: <https://passaralhos.voltdata.info/busca.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

Gráfico 4.7 - Gastos da Folha com salários e encargos sociais, ano a ano (R\$ 1000)



Fonte: Balanços da empresa publicados no Diário Oficial e corrigidos pelo IPC-A. Elaboração própria (2023).

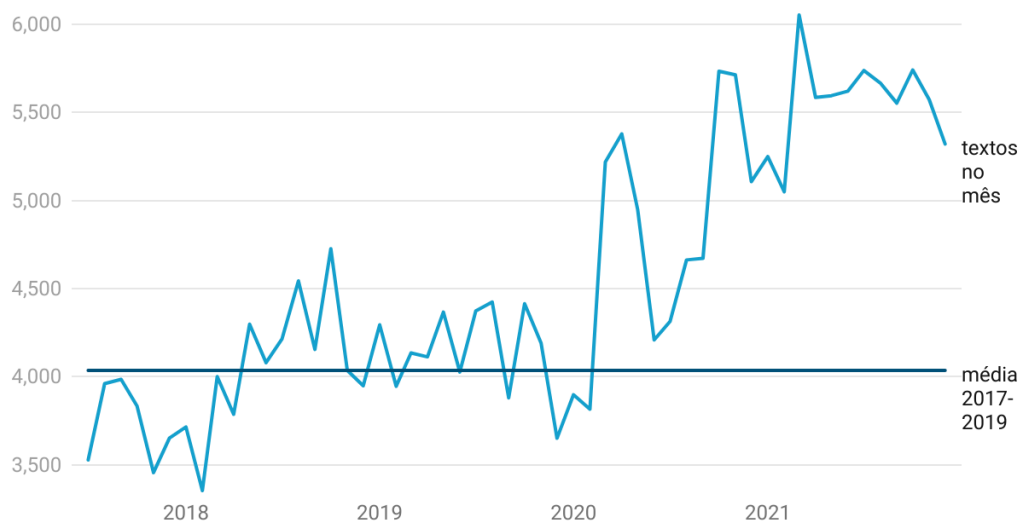
4.3.2 Transformação do modelo de conteúdo

Quando a Covid-19 chegou ao Brasil, a “Folha” era muito diferente do jornal que se destacou nas “Diretas-Já” (1983) e no impeachment do ex-presidente Fernando Collor (1992). O público pagante lia em telas um produto feito por menos jornalistas, com mais de 150 notícias diárias em texto e vídeo, com muitas notas curtas e “declaratórias”. Cobria mais celebridades do que esporte, e a cobertura de ciência e saúde havia reduzido.

Essa mudança começou em 2010, após a saída da crise decretada em 2004. No intervalo de baixo investimento, a dieta informativa do brasileiro se diversificou. Surgiram sites e blogs para todos os gostos de opinião e estilo de vida. Redes sociais se popularizaram, primeiro com o Orkut e em seguida com o Facebook e Twitter. Em 2004, a internet no Brasil era elitizada – estava nas escolas e locais de trabalho, mas no domicílio era bem mais rara e lenta. Em 2005, segundo o IBGE, eram 13,7% dos lares. As redes sociais já se consolidavam em 2010, mas isso não se refletia em grande audiência para os principais sites de notícias.

Para caçar esse público e os cliques que pingam receita publicitária, multiplicou-se o conteúdo. Segundo monitoramento das notícias publicadas diariamente pela “Folha” entre 2017 e 2022, aumentou o número de textos publicados no site. Se a média entre julho de 2017 e dezembro de 2019 ficava em torno de 4 mil textos mensais, abril de 2020 teria a publicação de mil textos a mais - um aumento de 25% na produção (Gráfico 4.8).

Gráfico 4.8 - Textos publicados pela Folha, mês a mês



Fonte: Noticiário publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023)

O número não conta a história inteira. Cresceu em proporção o noticiário sobre celebridades. Em 2011, quando Caetano Veloso estacionou no Leblon, a Folha estreou a seção digital “F5”, de notícias de entretenimento. O volume de pageviews da seção representa uma fatia substancial da audiência do jornal, usada como argumento comercial no mercado publicitário. No noticiário político, Gehrke *et al.* (2023) apontam alta concentração do “jornalismo declaratório”, a prática de publicar notícias centradas em frases ditas por alguém.

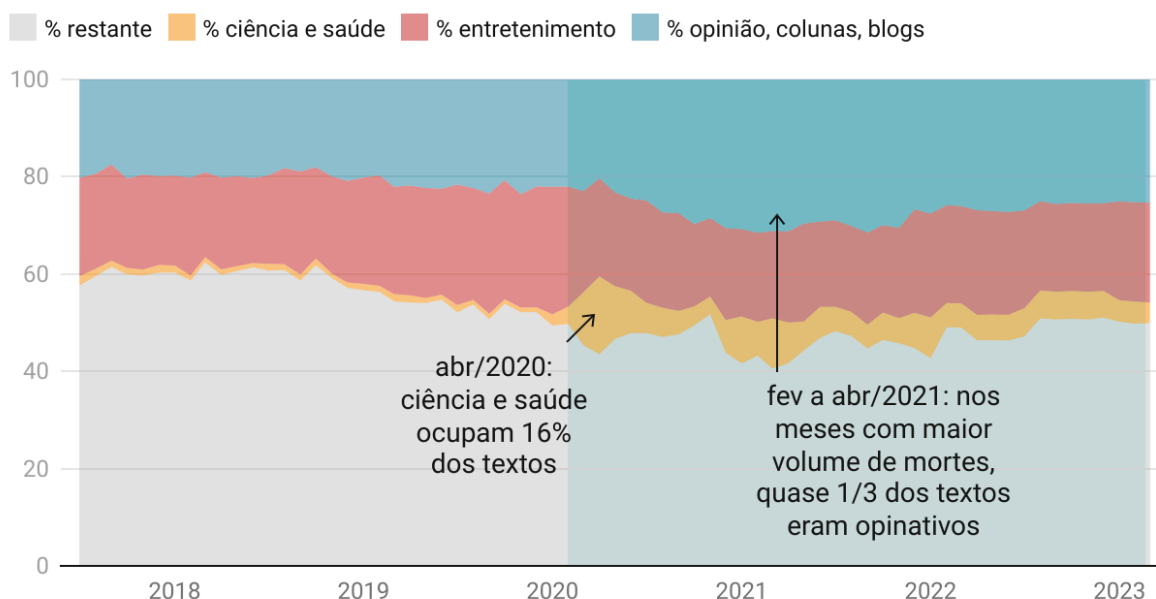
A cobertura de ciência e saúde minguou. Embora o jornal fosse pioneiro em abrir espaço fixo para o jornalismo científico, com equipe especializada organizada em editorias de Ciência e Saúde desde 1989, a década anterior à pandemia viu o tema perder espaço e equipe. Em 2013, as equipes foram fundidas; depois, foram absorvidas pela editoria “Cotidiano”, que além de tratar de questões municipais, educação, saúde pública e segurança também absorveu a estrutura esportiva. Na prática, mesmo mantendo alguns repórteres especializados, o noticiário perdeu especialização em ciência e saúde nos anos anteriores à pandemia. O último Manual da Redação da Folha, de 2021, continua tratando "ciência e ambiente" e "saúde" como eixos temáticos independentes, com especificidades próprias¹¹⁵

Em dez.2019, antes que um vírus misterioso surgisse na China, o jornal publicou 11 textos de ciência e 25 de saúde. Em abril de 2020, depois que a pandemia já havia chegado ao país, seriam publicados 6 de ciência e 851 de saúde (Gráfico 4.9).

¹¹⁵ No eixo temático "saúde", o Manual da Redação da Folha (2021) passou a trazer as definições de Covid-19 e de Coronavírus entre os verbetes que devem ter amplo conhecimento dos jornalistas.

Gráfico 4.9 - Proporção de textos mensais na Folha por assunto

Cobertura de ciência e saúde ocupava menos de 2% dos textos mensais antes da pandemia



Fonte: Noticiário publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023)

Dispararam os textos opinativos. Com o sucesso na pandemia das “lives” do biólogo Atila Iamarino, ele ganhou uma coluna. Ao mesmo tempo, o jornal dava espaço ao financista Hélio Beltrão, que em sua coluna de economia discorria sobre as supostas virtudes da cloroquina. Por motivos diferentes, os dois perderam seus espaços fixos no final de 2022.

4.3.3 Crise do modelo de influência social

No início de 2020, o jornal passou a cobrir a crise da Covid-19. Em junho, quando o governo federal tentou censurar a divulgação de dados, o jornal se uniu a outras empresas de mídia num consórcio para coletar os dados estaduais. Em 2021, o jornal aceitou publicar um anúncio do lobby da cloroquina. A CPI da Covid-19 revelou que, ao contrário de outros jornais que publicaram o mesmo anúncio, a “Folha” deu um generoso desconto: enquanto o jornal regional “Zero Hora” recebeu R\$ 282 mil, a “Folha” levou R\$ 78 mil¹¹⁶. A ombudsman foi ácida: “é desanimador combater desinformação na página par e disseminá-la na ímpar”¹¹⁷.

¹¹⁶ ÚLTIMO SEGUNDO. **Produtora de ivermectina pagou anúncios de kit Covid e atua no gabinete paralelo.** 17 jul. 2021. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-07-17/vitamedic-produtora-kit-covid-anuncios-tratamento-pre-coce-gabinete-paralelo.html>. Acesso em 7 set. 2023.

¹¹⁷ LIMA, Flávia. **Mais uma vez, a cloroquina.** Folha de S.Paulo, 28 fev. 2021. Em <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/flavia-lima-ombudsman/2021/02/mais-uma-vez-a-cloroquina.shtml>. Acesso em 7 set. 2023.

Segundo o Reuters Institute¹¹⁸, a “Folha” ficava apenas atrás do grupo Globo e do jornal “O Globo” entre as marcas noticiosas com maior desconfiança do público entrevistado. Desde o início da pandemia, a confiança na Folha caiu de 63% para 53% e a desconfiança subiu de 19% para 27% (ver gráfico 2.16). Os concorrentes diretos tiveram índices similares.

Em resumo:

- Na crise de modelo de negócio, a Folha (como os outros jornais de referência) investiu tardiamente no jornalismo digital e viu suas receitas e circulação caírem vertiginosamente. Embora não haja dados seguros sobre o volume dos cortes de profissionais, os balanços revelam cortes profundos, em valores atualizados pela inflação, nas despesas da empresa com pessoal.
- Na crise de conteúdo, os cortes de pessoal provavelmente impactam na qualidade. A proporção de notícias de ciência e saúde estava bastante reduzida nos meses anteriores à pandemia, ainda que o número total de notícias publicadas tenha aumentado.
- Na crise de influência social, o jornal foi um dos principais alvos do ex-presidente negacionista e seus apoiadores. Em 2023, para tentar captar novos assinantes, passou a oferecer um pacote especial de reportagens exclusivas sobre o futuro do bolsonarismo.
- Com toda essa situação, as crises provavelmente impactaram na capacidade do jornal de produzir um noticiário mais crítico a respeito da contagem de mortes de Covid-19.

¹¹⁸ REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, **Digital News Report 2023 - Brazil**. 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/brazil>. Acesso em: 7 set. 2023.

4.4 Conectando os dois capítulos teóricos

Na seção 3, resgatamos conceitos da sociologia da quantificação, que explica por que os dados são influenciados pelo seu contexto. Entre o fato a que os dados se referem e o uso do número no debate público, há várias transformações para que o dado possa ser comparado a outros, perdendo-se detalhes importantes ao longo do caminho.

No caso dos números de Covid-19, o ambiente político complicou essa situação, o que tornaria a subnotificação uma pauta constante. O tema foi coberto nos primeiros meses da pandemia, mas sumiu quando as empresas jornalísticas assumiram discursivamente o protagonismo de que o governo abriu mão na divulgação dos dados. Para se apresentarem como portadoras de informações “mais confiáveis” do que as do governo federal, não era conveniente questionar se os números estavam ou não completos.

Se os dados estão no debate público, onde o jornalismo tem papel relevante, é preciso lidar bem com eles. Como se viu nestas últimas seções, as condições de produção do jornalismo levam a uma leitura rasa e sensacionalista dos fatos em geral – agravada pela falta de conforto com os números. A dificuldade, não raro causada por falta de autoconfiança, dos jornalistas em lidar com números vira um empecilho para a plena realização do seu potencial como forma de conhecimento, consequência também das limitações materiais do setor.

Essa situação é agravada num momento em que o jornalismo passa por crises em seus modelos de negócios, conteúdo e influência social, descritas neste capítulo. Com a receita publicitária em queda, muitas empresas cortam equipe, perdendo profissionais qualificados ou sobrecarregando os restantes, tirando-lhes o tempo necessário para fazer um trabalho mais aprofundado de apuração. Isso causa perda de qualidade, que leva à perda de credibilidade e influência social. Pelo modelo da influência descrito por Philip Meyer, esse desinvestimento na qualidade piora as condições de viabilidade do negócio.

Por fim, avaliamos como essas crises se manifestam no jornal “Folha de S.Paulo”, que desde a década de 1980 adotou como um de seus diferenciais a intenção de trabalhar melhor com dados quantitativos. No momento em que a Covid-19 chegou, o jornal estava mais fragilizado do que nunca antes, com uma equipe reduzida precisando enfrentar as condições adversas de trabalho trazidas pela pandemia para todos os setores. Foi nessas condições que foram produzidas as notícias que serão analisadas na seção 5.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa analisa como o noticiário sobre os dados de mortes de Covid-19 na Folha leva em conta as incertezas embutidas nesses dados, em busca da subnotificação. Vamos analisar o noticiário dos primeiros 12 meses em que o Brasil registrou mortes de Covid-19. Foram coletadas todas as notícias mencionando essas mortes publicadas pelo jornal (seção 3.1), e serão analisadas em detalhes as notícias que questionam os dados, citando subnotificação.

A questão central que orienta a pesquisa é esta:

Q1: Como a imprensa brasileira compreendeu e explicou a incerteza inerente aos dados de Covid-19?

Neste trabalho, analisou-se a cobertura do jornal “Folha de S.Paulo”, escolhido pelos motivos citados na seção 4.3, no primeiro ano de mortes de Covid-19 no Brasil. Embora seja apenas um dentre vários jornais brasileiros com alta tiragem, seu noticiário muitas vezes pauta o restante da imprensa e o debate de autoridades, além de ser reproduzido por outras publicações. Desde 1985, o jornal documenta em seus projetos editoriais a preocupação com o uso de dados quantitativos no noticiário. O recorte escolhido sobre a incerteza inerente aos dados é a questão da subnotificação. A questão está apoiada em duas hipóteses:

H1: O noticiário sobre os dados de morte traz pouco escrutínio sobre as condicionantes e as próprias definições dos dados. As sutilezas aparecem externamente ao que se publica rotineiramente, quando uma fonte publica um estudo. Essas ideias, porém, não entram nas rotinas de observação dos dados quando pertinente ao assunto.

H2: A criação do consórcio de imprensa, que fez um levantamento diário de casos de Covid-19, ajudou a barrar a tentativa do governo de censurar a divulgação dos dados. Apresentado como “mais correto que o dado oficial”, isso *reduziu* o escrutínio sobre como são produzidos os números de mortes de Covid-19. Com isso, o questionamento da subnotificação aparecerá menos ou desaparecerá a partir do consórcio.

Para analisar o período escolhido, vemos quatro fatias de três meses a partir do registro da primeira morte de Covid-19 no Brasil. Segundo Camargo *et al.* (2021), o início da vacinação mudou o discurso em torno dos dados, priorizando o avanço na imunização.

- No primeiro “trimestre” (mar./mai.2020), debatia-se o que é a Covid-19. A doença era pouco conhecida, faltavam testes e a subnotificação era uma questão. O estudo Epicovid (Mesenburg *et al.*, 2021), estimou por amostragem a subnotificação de casos ativos, numa pesquisa semelhante às eleitorais, aplicando testes sorológicos para estimar a prevalência subjacente da doença.
- No segundo “trimestre” (jun./ago.2020), o tema foi a disputa pelos dados e o aumento da desconfiança com o governo. Os dados foram “pacificados” politicamente, pois a alternativa era a censura do governo. Em reação, as empresas jornalísticas formaram um consórcio para captar esses dados. Discursivamente, apresentavam esse dado secundário (obtido com governos estaduais) como “mais confiável” do que o oficial.
- No terceiro “trimestre” da Covid-19 (set./nov.2020), houve forte redução nos números conhecidos de infecções e mortes. Cidades ensaiaram a reabertura das escolas e outros serviços. Espera-se encontrar aqui um debate quase nulo sobre a subnotificação e queda no interesse do público pelo noticiário sobre a Covid-19.
- No quarto “trimestre” (dez.2020/fev.2021), o fim de ano gera aglomerações e os casos voltam a subir. É marcante no período a falta de oxigênio em Manaus, em janeiro. Em março, as mortes atingem picos mais altos que na primeira onda. Ainda assim, espera-se encontrar pouco debate sobre a subnotificação. Em dezembro, uma falha no sistema que registra os dados de Covid-19 causa um “apagão” federal por semanas. As definições devem seguir tratadas no noticiário como estabelecidas.

Esse é o noticiário de onde foram coletadas as notícias a serem avaliadas de maneira qualitativa. Para a análise quantitativa, coletou-se também o noticiário até o final de fevereiro de 2022, caso seja necessária alguma comparação. Por isso, os números na seção “Coleta” se referem à amostra inteira. Nesse noticiário, analisaremos em separado um tipo específico de notícia comum no período: o “balanço do dia”, texto padronizado informando quantos registros de mortes e novos casos foram adicionados no Brasil a cada dia. No restante do noticiário serão observadas fontes e presença ou não de elementos de questionamento da definição do que conta como uma morte de Covid-19.

5.1 A coleta dos dados

A coleta dos dados do noticiário da Folha foi usou um “raspador” programado na linguagem Python¹¹⁹. “Raspadores” (“scrapers”, no original) são programas que automatizam a coleta de informações em páginas da internet, permitindo a busca a partir de parâmetros que descrevam onde o dado deve ser coletado. O código simula o uso que uma pessoa faria da página, mas com muito mais rapidez e precisão do que ocorreria manualmente com uma equipe inteira.

Segundo Mitchell (2018), usa-se raspadores quando o site não facilita a extração de dados estruturados. O código precisa levar em conta as características específicas da estrutura das páginas onde se queira buscar informações.

Automatizou-se a busca de notícias cujo texto contivesse as seis combinações possíveis para os termos mais comuns relacionados a mortes (mortes, óbitos) e à pandemia (covid, srag e coronavírus) – em minúsculas, para evitar conflito de grafias.

5.1.1 A busca

Pela estrutura do site da Folha, as URLs de busca têm uma forma específica que facilita a raspagem do conteúdo (Tabela 5.1):

Tabela 5.1 - Estrutura da URL de busca

<https://search.folha.uol.com.br/search?q=mortes+covid&site=todos&sd=01/01/2020&ed=28/02/2022&periodo=personalizado&sr=26>

Elemento	Significado
https://search.folha.uol.com.br/search	Área de busca do site
?q=mortes+covid	Query (?q=) com duas palavras-chave separadas pelo sinal de soma. Para aparecer na busca, o texto precisa conter as duas palavras.

Continua na página seguinte...

¹¹⁹ O código feito para a coleta das notícias usadas na análise desta pesquisa pode ser observado em <https://colab.research.google.com/drive/1D1onhYJWxD1WHC6A2KhOLtrxcWpuDeYO#scrollTo=C7AtqAcpIOyj>.

...continuação da Tabela 5.1

Elemento	Significado
<code>&site=todos</code>	É possível buscar só as notícias do jornal Agora ou só de uma editoria específica, por exemplo. Como as redações são unificadas, optou-se por buscar em todas.
<code>&sd=01/01/2020&ed=28/02/2022&periodo=personalizado</code>	O site oferece a opção de buscar por um período padronizado (último dia, semana, mês, ano) ou personalizado, em que o interessado informa a faixa de datas relevantes. Optamos por este.
<code>&sr=26</code>	Cada página tem 25 resultados. A página 2 começa no resultado 26, a página 3 no resultado 51 e daí por diante.

Fonte: Elaboração própria (2023).

O código abre cada página de resultados da busca e coleta o link de cada notícia apresentada, checando se já existem na base para não haver sobreposição. Cada página tem até 25 notícias. Quando uma URL não está na base, o robô a acrescenta. Foram feitas seis buscas, e não há links repetidos incluídos. Assim, foram buscadas as notícias entre 1º.jan.2020 e 31.mar.2022 com estas combinações de palavras-chave:

- mortes+covid (3428 resultados)
- mortes+srag (115)
- mortes+coronavirus (8431)
- obitos+covid (1658)
- obitos+srag (107)
- obitos+coronavirus (3705)

Somando-se cada busca em separado, teríamos 17.444 resultados. Mas há resultados repetidos – uma notícia pode usar todas as palavras buscadas. E, como a busca rastreia menções textuais, pode coletar muitas notícias que tenham pouco a ver com o que se busca coletar. Excluídos os resultados duplicados, chegamos a 12.875 URLs. Todos esses resultados foram salvos numa planilha, para o caso de ser necessário voltar a eles após a depuração. Uma segunda fase do código coletou, para cada texto, o título, a data de publicação, a editoria em que foi publicado e a íntegra do texto.

5.1.2 Editorias e filtragem

A editoria foi extraída da URL. É geralmente o segundo elemento, podendo variar de acordo com o tipo de conteúdo (“F5”, por exemplo, tem um padrão de URL diferente):

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/por-que-salvar-vidas-ou-a-economia-na-crise-do-coronavirus-e-um-falso-dilema.shtml>

Para colunistas e partes específicas do noticiário, também foi coletada a “subeditoria”, subdivisão do tema geral:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2020/07/o-que-mais-detesto-no-brasil-de-hoje-e-tentar-explicar-sua-bocalidade.shtml>

Isso é importante porque em algumas editorias têm chance ínfima de discorrer sobre o que conta como uma morte de Covid-19 no Brasil – é o caso de F5 (entretenimento), Esporte, Mercado e Mundo. Embora essas editorias tenham tratado de casos de Covid fora do país, mortes de artistas e suspensão de produções culturais e partidas esportivas devido à doença, além dos impactos da crise nos mercados financeiros, não era ali que seria encontrado o debate epidemiológico sobre a contagem de casos e mortes. Mantivemos os textos de equilíbriosaude, cotidiano, poder, colunas, opiniao, ilustrissima e blogs. Nessas editorias aparece o debate sobre os dados de morte no Brasil.

A partir daqui, usamos uma abordagem não probabilística por propósito ou relevância, estratégia proposta por Sampaio e Lycarião (2021, p. 76) quando se “precisa, pelo propósito da pesquisa e pela natureza mesma da população estudada, descartar boa parte do material do texto inicialmente coletado, justamente por ele não possuir relevância dentro do escopo de interesse previamente definido”.

Como a amostra original foi extraída por palavra-chave presente em qualquer parte do conteúdo, a maioria dos textos não era pertinente à pesquisa. Visando reduzir a amostra e sob o risco de perder algo relevante, aplicamos aos títulos o critério da busca, numa sub-amostra apenas com as URLs com palavras-chave relacionadas à morte (“morte*”, “óbito*”, “letal*”, “mortal*”, “fatal*”, “enterr*”, “cemit*”, “sepult*”, “iml*”, “autops*”, “necrop*”) e ao vírus (“coronavírus”, “pandemia”, “covid”, “epidemia”; asteriscos indicam que o código aceita variantes da mesma palavra, como “enterro” e “enterrado”).

Com esse critério, a amostra caiu para 1.389 textos. Ainda passaram títulos como queda de mortes no trânsito durante a pandemia, que foram eliminados manualmente. Com isso, restaram 1.210 textos, dos quais se extraiu mais metadados relevantes. Durante a análise, caso as referências linkadas nos textos pertinentes apontem para trabalhos que não estavam na amostra, incluiremos esses textos (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 - Textos coletados por editoria, após filtragem

Editoria	Textos
equilibrioesaude	911 (26% da amostra anterior)
cotidiano	175 (9% da amostra anterior)
colunas	95 (6% da amostra anterior)
poder	21 (3% da amostra anterior)
opinio	3 (1% da amostra anterior)
ilustríssima	3 (1% da amostra anterior)

Fonte: Elaboração própria (2023).

5.1.3 Coleta de metadados e classificação por tipo

Dessa amostra, extraímos título, data de publicação, nome do autor e a íntegra de cada texto. Uma nova rodada de código visitou cada URL para obter essas informações nas notícias. Todos os textos têm título e data. Apenas 470 textos estão assinados.

A classificação de textos jornalísticos por gênero é um tema tradicional dos estudos de jornalismo no Brasil, representado pela prolífica obra do pioneiro José Marques de Melo (um dos mais recentes é Melo e Assis, 2010). Não faz parte do escopo deste trabalho, mas para operacionalização da análise usamos a mais simples divisão: notícias de um lado, opinião de outro. Neste trabalho, essas classificações também foram divididas.

O gênero “coluna” é opinativo, mas inclui colunas de notas noticiosas, reclassificadas como “colunas de notas”. As colunas com maior número de textos na amostra eram Mônica Bergamo, Painel e Painel S/A. Monica Bergamo trouxe em março de 2020 a notícia de que a Fiocruz viu aumentarem internações de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no Brasil, sugerindo casos de Covid-19 não confirmados por testes diagnósticos.

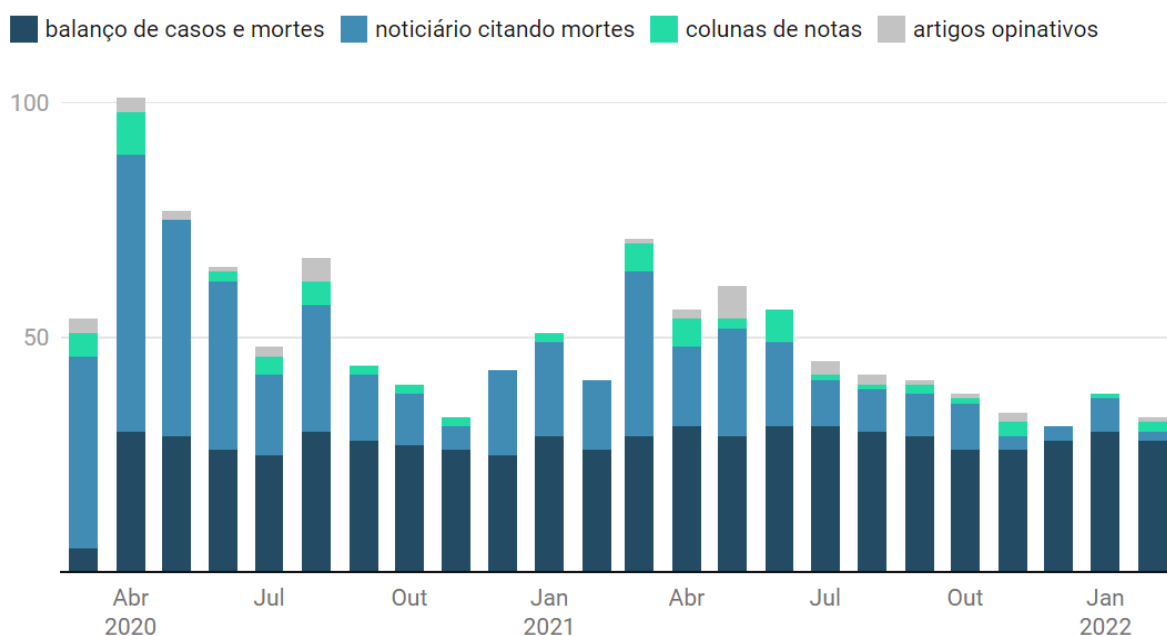
Também dentre as notícias, analisamos em separado o “balanço do dia”, notícias diárias que informam quantas novas mortes e casos foram registrados. O texto é praticamente sempre o mesmo, mudando apenas algo no título, os próprios números – e muito pouco além disso. Uma fração ínfima desses textos é assinada, e a assinatura ocorria especialmente nos primeiros meses da pandemia – ou seja, pouco há de autoral nesse trabalho, que, no entanto, compreende nada menos do que 54% dos textos coletados (Tabel 5.3).

Tabela 5.3 - Quantidade de textos por tipo

Tipo de texto	Quantidade
Notícias de balanço	654
Notícias	455
Colunas de notas	65
Colunas e artigos (inclui Ilustríssima)	36

Fonte: Elaboração própria (2023).

Gráfico 5.1 - Notícias da Folha citando mortes de Covid-19, por mês



Fonte: Noticiário publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023).

5.1.4 Audiência dos textos

Há uma produção robusta de estudos sobre “*news avoidance*” durante a pandemia, ou seja, sobre como os leitores cansaram do noticiário e passaram a evitá-lo (De Bruin *et al.*, 2021, Ytre-Arne; Moe, 2021; Schäfer; Aaldering; Lecheler, 2023). Alguns desses estudos propõem que a perda de interesse no noticiário pode estar associada à menor adesão às medidas de distanciamento social necessárias para desacelerar o contágio. Mesmo não fazendo parte dessa vertente, ainda assim é interessante para este estudo buscar medidas indiretas de interesse do leitorado pelo noticiário sobre os dados da pandemia.

Embora dados detalhados de audiência sejam geralmente tratados com sigilo pelas empresas, é possível obter alguma medida de popularidade dos textos nos compartilhamentos em redes sociais, cujos dados são parcialmente públicos. Para uma medida indireta do interesse pela notícia, usamos a ferramenta Sharedcount¹²⁰, que extrai compartilhamentos, comentários e reações (curtidas e “carinhas”¹²¹) de URLs no Facebook.

A “Folha” deixou de atualizar sua página na rede social entre fev.2018 e jul.2021 por considerar que o site diminuía a visibilidade de conteúdo jornalístico ao priorizar interações entre pessoas. Nos primeiros 16 meses da pandemia, o compartilhamento de notícias da Folha no Facebook partia de leitores que queriam repassar a informação ou comentá-la com seus conhecidos. Esses dados permitem verificar que textos despertaram mais interesse dos leitores sem que o jornal os promovesse diretamente em suas redes sociais.

Os textos coletados tiveram 465 mil compartilhamentos no período inteiro da coleta, além de 600 mil comentários e 2,2 milhões de reações. A lista dos dez mais compartilhados sugere interesse em acompanhar a postura negacionista do governo frente aos dados e às incertezas sobre como enfrentar o vírus, além de quais grupos eram mais afetados.

¹²⁰ Disponível em: <https://www.sharedcount.com/>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹²¹ Berger (2016) analisa os fatores que fazem notícias serem mais compartilhadas em redes sociais.

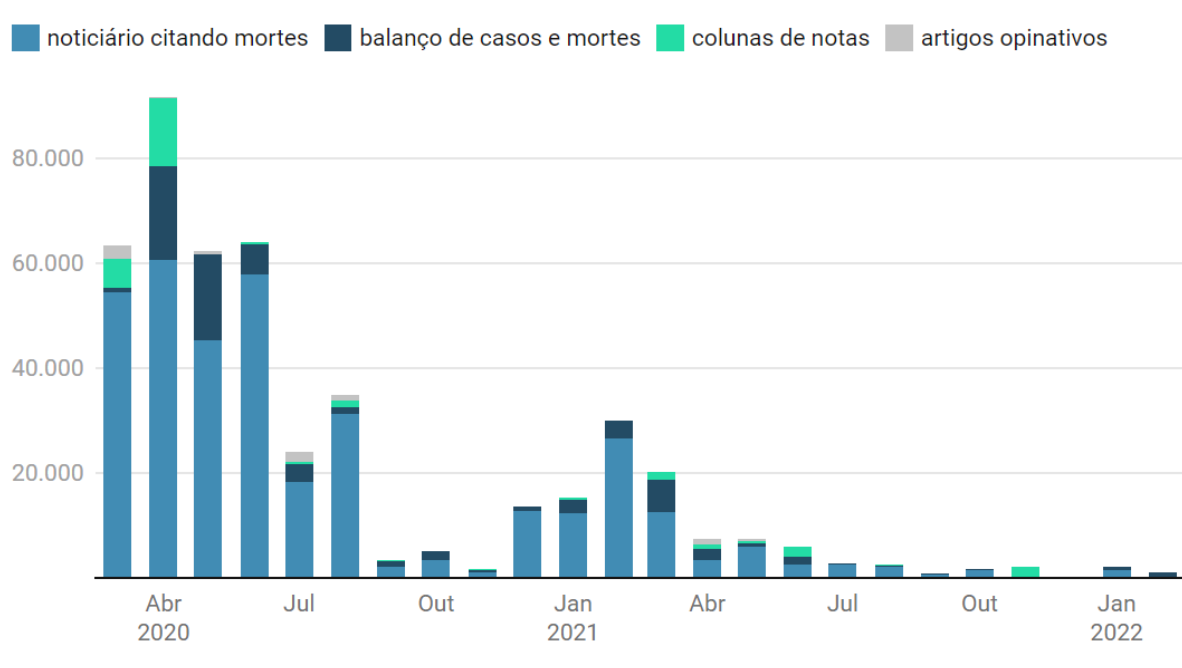
Tabela 5.4 - Notícias sobre mortes mais compartilhadas no Facebook

Título	Compartilhamentos	Comentários	Reações
governo deixa de informar total de mortes e casos de covid-19; bolsonaro diz que é melhor para o brasil - 06/06/2020	25.085	51.553	145.450
sepultadores pedem prioridade da categoria na vacinação contra a covid-19 em sp - 02/02/2021	22.071	33.529	266.340
isolamento radical contra coronavírus pode salvar 1 milhão de vidas no brasil, aponta estudo - 27/03/2020	19.058	12.954	90.316
estados e municípios no país relatam subnotificação gigantesca de casos - 02/04/2020	15.411	7.720	46.004
modelo usado pela casa branca projeta 5.000 mortes diárias por covid-19 no brasil em agosto - 06/06/2020	14.745	9.605	45.423
bolsonaro troca churrasco por moto aquática no dia em que país atinge 10 mil mortes por coronavírus - 09/05/2020	11.250	58.054	69.668
caso único, brasil passa de 200 mortes de grávidas e puérperas por covid-19 - 29/07/2020	10.567	5.837	69.936
são paulo já tem uma morte por hora por causa do coronavírus - 31/03/2020	10.559	16.949	67.351
mortes por covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público - 09/08/2020	9.965	2.919	43.815
cemitérios de são paulo têm ao menos 30 enterros por dia de mortos com suspeita de covid-19 - 01/04/2020	9.320	8.331	34.795

Fonte: Elaboração própria (2023).

Na outra ponta, 21 textos não tiveram compartilhamento algum. São balanços do número de casos e mortes no segundo semestre de 2021. Somando-se os compartilhamentos de notícias que citam mortes a cada mês, ficamos assim (Gráfico 5.2):

Gráfico 5.2 - Compartilhamentos de textos citando mortes, por mês



Fonte: Elaboração própria (2023), com base em Sharedcount

5.2 Classificação dos textos

Como queríamos observar elementos presentes nas notícias, criamos códigos que pesquisavam os dados obtidos para gerar algumas variáveis booleanas (verdadeiro/falso) indicando a presença ou não de certas palavras no título ou no texto. São elas:

- Menções a morte no título (**morte_tit**) e no texto (**morte_tex**)
- Menções a subnotificação (**subnot_tit** e **subnot_tex**)
- Menções à Síndrome Respiratória Aguda Grave (**srag_tit** e **srag_tex**)
- Menções ao Consórcio de Meios (**consor_tit** e **consor_tex**)
- Menções a “ondas” da Covid-19 (**onda_tit** e **onda_tex**)
- Menções a “dados” (**dados_tit** e **dados_tex**)
- Menções a projeções (**projecao_tit** e **projecao_tex**)
- Menções a modelos (**modelo_tit** e **modelo_tex**)

Em reportagens sobre dados, é importante observar o quanto elas os analisam a fundo. A partir de uma classificação de Lowrey e Hou (2021), analisamos como os textos tratam a leitura dos dados. Os autores veem dependência excessiva de dados governamentais e baixo questionamento das categorias que descrevem os dados (“escrutínio inconsistente”). Os projetos analisados tendem a “retratar eventos como métricas abstratas”, “usar fontes de dados indeterminadas” e “pouca evidência aberta e acessível de escrutínio dos dados”. Para estudar a profundidade e originalidade da análise numa amostra de trabalhos de jornalismo de dados, os autores usaram cinco categorias: frequência de fontes locais, uso de construtos como taxas, uso de casos da vida real, escrutínio dos dados e uso primordial de dados oficiais. Outros cinco critérios avaliam o contexto de produção dos textos e a independência analítica: entrevistas com especialistas, uso de infografia, tentativa de projeção do futuro, análise própria e dados originados em estudos. Como este trabalho analisa a cobertura dos dados de mortes na pandemia, não necessariamente jornalismo de dados, foram feitas adaptações.

O uso de dados locais foi buscado na leitura dos textos, bem como os casos da vida real, a análise própria dos dados e o uso de infografias. Na variável **abstraction**, entram menções a cálculos simples com os dados, os “construtos abstratos” de Lowrey e Hou: “por milhão” (19), “por cem mil” (211) e “média móvel” (524). A variável **paper** coleta notícias que cite estudos, pré-prints e relatórios.

A variável **scholar** foi dividida em menção a pesquisadores (**pesquisador_tex**), a especialistas (**especialista_tex**) e a instituições de pesquisa (**instituicao_tex**). A variável **scrutiny** virou menção à subnotificação (**subnot_tex**).

Em tempos de disputa de audiência digital, em que o título é a vitrine, foram incluídos três indicadores: descrições superlativas, nas variáveis **recorde_tit** e **superlativo_tit**, o uso de números redondos como marcos (**redondo_tit**) e a menção de “nas últimas 24 horas” no título, na variável **24h_tit**. Podemos chamá-las de variáveis de atenção. Nas reportagens que mencionam subnotificação, o texto foi lido para extrair a informação de como ela é descrita.

6 ANÁLISE

A maioria do noticiário coletado sobre números de mortes de Covid-19 se concentra no noticiário padronizado como “balanço do dia”, até junho de 2020 ligado às divulgações diárias do governo federal e depois baseado no consórcio de veículos de imprensa¹²². Neste capítulo, vamos procurar nos textos de balanço e nos restantes a maneira como os jornalistas da “Folha de S.Paulo” compreenderam e explicaram a subnotificação.

Na seção anterior, foi explicitada a questão central de pesquisa: “Como a imprensa brasileira, aqui representada pelo jornal Folha de S.Paulo, compreendeu e explicou a incerteza inerente aos dados de Covid-19, aqui representados pelos dados de mortalidade?”. As hipóteses tratam do baixo escrutínio dos dados no noticiário do jornal, em que pese contar com uma equipe especializada e fazer parte do consórcio de veículos de imprensa.

Antes de aprofundarmos a questão da subnotificação, analisaremos os textos de balanço do dia. Além de serem o espaço fixo para comunicar as novidades trazidas pela coletiva diária instituída pelo ministro Luiz Henrique Mandetta no início da pandemia, eles compõem a maior fatia dos textos coletados. Como são notícias-commodity (Mcmanus, 2019) que todos os concorrentes também terão, têm aspectos peculiares.

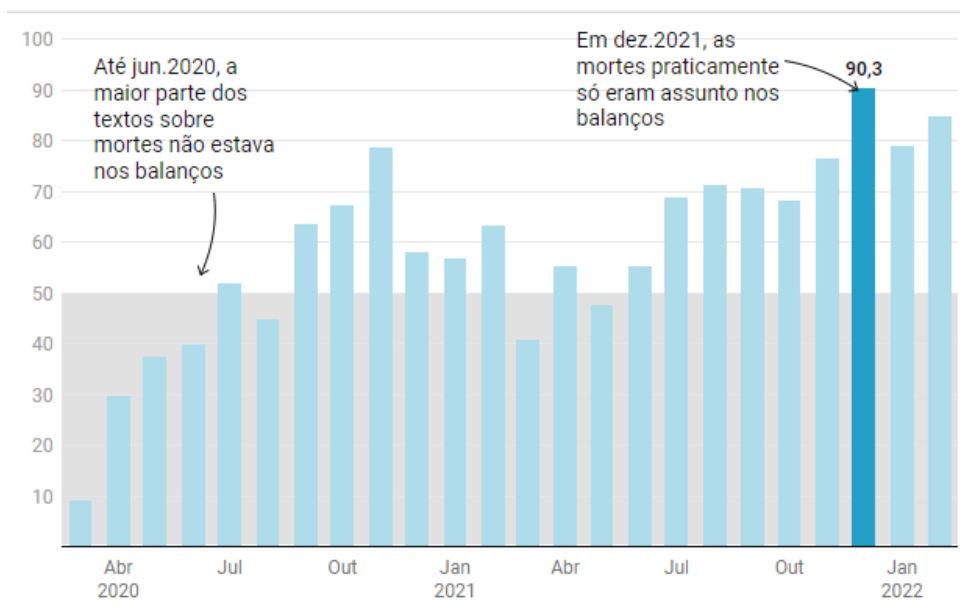
Na segunda subseção é que analisaremos como a equipe do jornal compreendeu e explicou a questão da subnotificação, e como as menções variaram ao longo do tempo. Nos textos de balanço do dia, já apareciam algumas indicações de como o governo da vez explicava a subnotificação. Mas também serão analisados outros textos citando o tema.

6.1 O balanço do dia

O tipo mais comum de textos na amostra é o que, por falta de rótulo melhor, chamamos de “balanço do dia”. São textos muito semelhantes entre si, que relatam o número de casos e mortes anunciados pelo governo em um dado dia. São uma constante, publicados à base de mais ou menos um por dia. Sua estrutura é simples e pode ser resumida assim: “Brasil registra X novas mortes de Covid nesta quinta-feira”. Nos primeiros meses da pandemia, seria possível ler “Brasil tem novo recorde e ultrapassa Y mil mortes nesta sexta” (Gráfico 6.1).

¹²² Estavam no grupo Folha, UOL, O Estado de S.Paulo e os veículos de comunicação do grupo Globo (G1, TV Globo, O Globo e CBN).

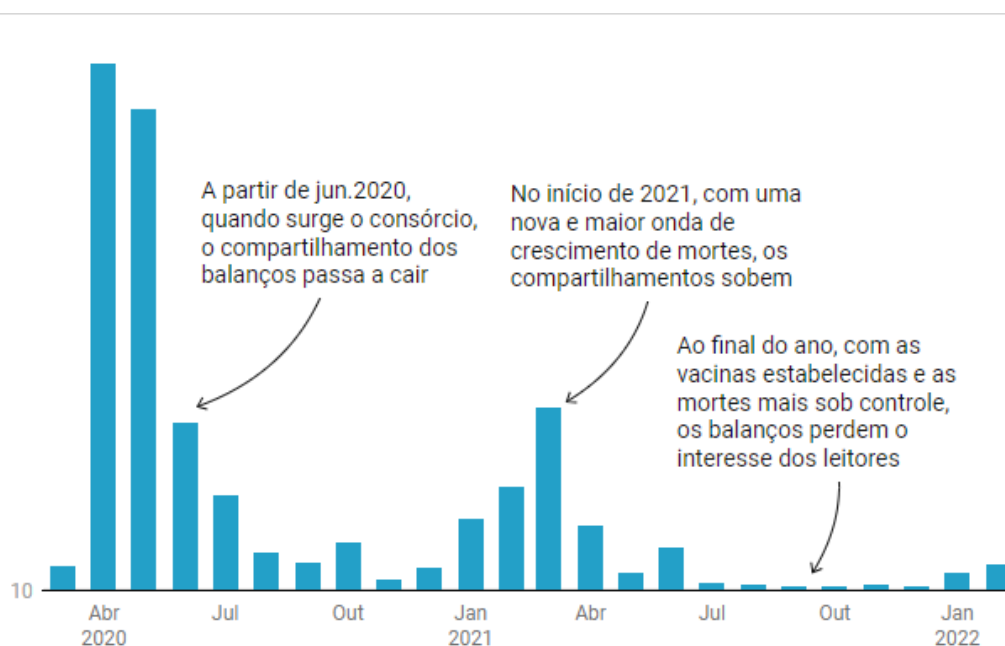
Gráfico 6.3 - Proporção de textos de balanço por mês



Fonte: Notícias publicadas no site da Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023).

A padronização prosseguiu mesmo depois que os leitores perderam o interesse. O compartilhamento dos balanços começa a cair em jun.2020 e se mantém baixo até o fim do ano. Volta a subir quando a volta das férias e das atividades presenciais faz disparar as mortes nos primeiros meses da vacinação.

Gráfico 6.4 - Compartilhamentos no Facebook dos textos de balanço do dia



Fonte: Elaboração própria, com base em Sharedcount (2023).

Os dados mostram uma queda no compartilhamento de textos de balanço no Facebook a partir de jun.2020, quando ocorre a disputa de protagonismo entre imprensa e governo pela narrativa em torno dos dados. Isso pode se dever a dois fatores:

- 1) **De ordem prática:** para valorizar o trabalho do consórcio de empresas de mídia, concorrentes podem ter dado mais fôlego ao compartilhamento dos seus textos de balanço em suas páginas no Facebook. Como a “Folha” não atualizava sua página no período, seus compartilhamentos dependiam do interesse dos leitores. Se ela não atualiza e os outros sim, pode ter aumentado o compartilhamento deles. Essa hipótese poderia ser checada por meio da coleta de textos de balanço de concorrentes. Não é o caso aqui.
- 2) **Interesse dos leitores:** será que houve, já no auge da disputa pela narrativa numérica, uma saturação do assunto, tornando os leitores desinteressados? Os textos, vale lembrar, eram sempre semelhantes na estrutura, atualizando só o número do dia. Mas havia espaço para chamar a atenção nos títulos, pelo uso de expressões como “bate recorde” e “ultrapassa a marca”. Vamos analisar esse elemento discursivo na próxima seção.

6.1.1 “Recordes” e a disputa pela atenção com títulos superlativos

Num livro sobre o uso da lógica argumentativa na historiografia, Fischer (2014 [1970]) catalogou falácias de uso corrente na historiografia. Ele as classificou em três grandes grupos: de inquirição, de explicação e de argumentação. Cada grupo é subdividido em dois níveis, e os temas são nomeados com fino senso de humor. Sua análise se presta bastante bem à avaliação de textos jornalísticos. No grupo das falácias de inquirição e significância factual, o autor propõe a “falácia prodigiosa”, que “confunde sensação com significância”.

É a ideia errônea de que a tarefa do historiador é descrever portentos e prodígios, e eventos fabulosos, estupendos, fantásticos, extraordinários, desconcertantes e monstruosos – e, além disso, que quanto mais fabuloso, estupendo etc. um evento for, mais histórico e memorável ele se torna (Fischer, 2014, p. 70).

Fischer compara essa prática ao que a imprensa fazia quando faltava assunto na guerra do Vietnã. “Um esforço imenso era feito para estabelecer um ‘primeiro’ ou ‘maior’ ou ‘menor’ no lead do artigo de jornal. Supunha-se que o lide clássico do não-evento de uma operação infrutífera poderia dizer que um comandante canhoto, ‘pela primeira vez’ teria levado um batalhão a campo” (Fischer, 2014, p. 71).

Se nos anos 1970 era impossível saber se dava certo o uso dessa falácia narrativa, na crise da Covid-19 isso já não era um problema. Para saber se um título chamou a atenção do público, observava-se métricas de audiência diretas (via Google Analytics) ou indiretas (pelas redes sociais). Os títulos dos balanços mais compartilhados no Facebook sugerem que sim, ao menos nos meses iniciais: enunciados prodigiosos, com seus recordes e marcas redondas, atraíram muitos leitores (Tabela 6.1). Dos 15 textos de balanço com mais de 5 mil compartilhamentos, sete usam a palavra “recorde”. Seis são dos primeiros três meses.

Tabela 6.1 - “Recordes” e números redondos por ordem de compartilhamentos

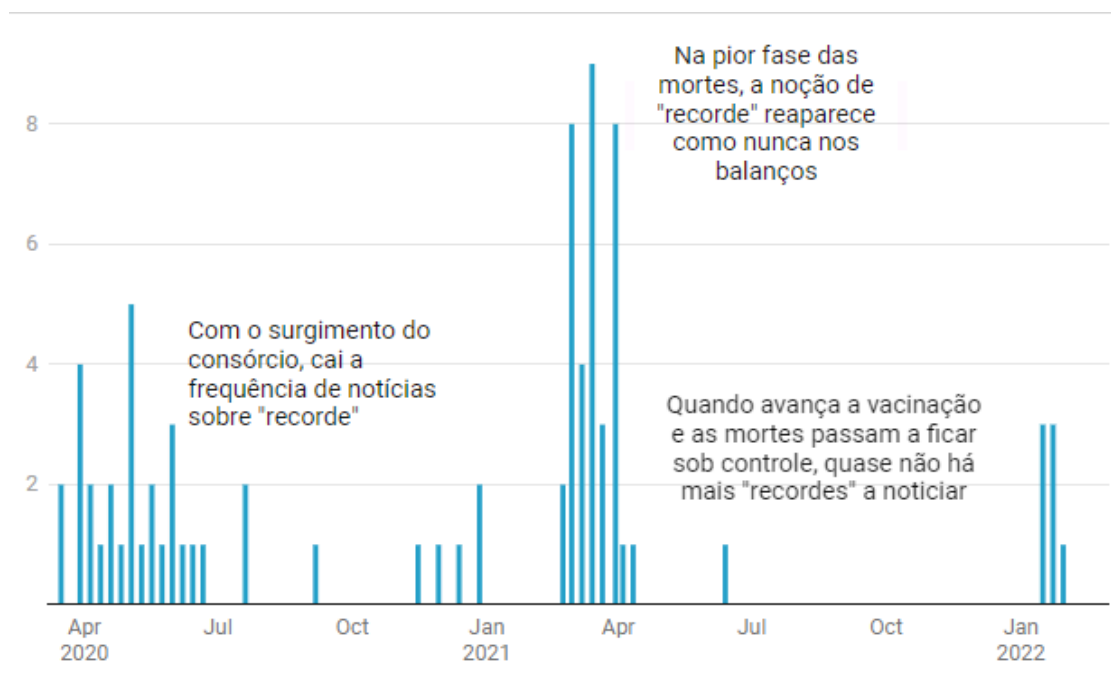
Titulo	Data	Shares
Brasil ultrapassa a marca de mil mortes diárias por coronavírus	19.mai.2020	45.935
Brasil bate recorde de mortes por coronavírus em 24 h, com 474, e passa o total da China	28.abr.2020	42.912
Brasil bate recorde e registra 204 novas mortes por coronavírus em 24h	14.abr.2020	22.762
Brasil registra 600 novas mortes por coronavírus em 24h e bate recorde	5.mai.2020	22.303
Brasil chega a 300 mil mortos por Covid-19 apenas 75 dias depois de registrar 200 mil	24.mar.2021	17.443
Em dia de recorde de mortes por Covid-19 no Brasil, Bolsonaro fala contra uso de máscaras	25.fev.2021	13.802
Brasil chega à maior média móvel de mortes por Covid-19 em 6 meses	29.jan.2021	13.006
Brasil bate recorde com mais de 400 mortes por coronavírus em 24h; total passa de 3.000	23.abr.2020	10.380
Brasil registra 881 novas mortes por coronavírus em 24h e bate recorde	15.mai.2020	10.307
Brasil tem 615 novas mortes por coronavírus, bate recorde e se torna o 6º com mais óbitos	6.mai.2020	8.260
Brasil supera 40 mil mortes por Covid-19, revela consórcio jornalístico	11.jun.2020	8.037
Brasil chega a 2 milhões de infectados pelo novo coronavírus	16.jul.2020	7.877
Brasil registra 751 novas mortes por coronavírus em 24h e bate recorde	8.mai.2020	7.240
Brasil chega a 150 mil mortos sem saber real dimensão da Covid-19	10.out.2020	6.955

Fonte: Elaboração própria (2023).

Dos 306 textos de balanço no primeiro ano da pandemia, 47 títulos falam em “recorde” (15%). A palavra, comum no esporte, foi tão repetida que se desgastou – quando há crescimento rápido de mortes, um recorde é só a véspera do próximo. Na semana de 3.mai.2020, o jornal destacou recordes na terça, quarta e sexta, com dois títulos lembrando que em semana de recorde o presidente quis fazer um churrasco. Antes, foram mais sete “recordes”. Na primeira semana de março de 2021, o jornal alardeou recordes de terça a sexta.

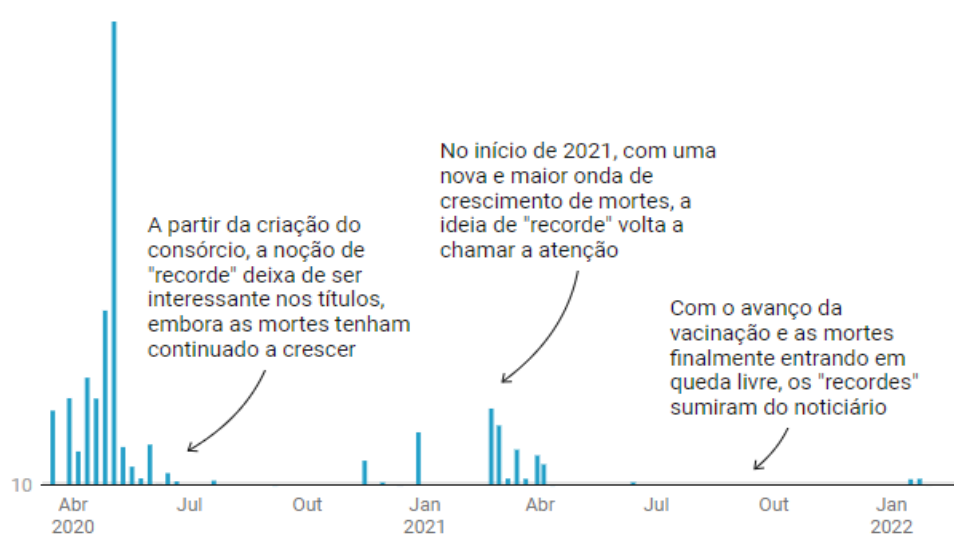
Embora o recorde de 1.840 mortes em 3 de março de 2021 fosse o triplo do “recorde” de 600 mortes em 5 de maio de 2020, o texto mais antigo teve 2.728 compartilhamentos e o mais novo teve 214 – menos de um décimo.

Gráfico 6.5 - Volume de notícias com “recorde” no título, por semana



Fonte: Notícias publicadas no site da Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023).

Gráfico 6.6 - Compartilhamentos de balanços com “recorde” no título, por semana



Fonte: Elaboração própria, com base em Sharedcount (2023).

Essa abordagem hiperbólica pode ser temporariamente eficaz nas redes sociais, mas é problemática. Um guia de identificação de dados suspeitos no debate público alerta:

Uma maneira fácil de fazer uma estatística parecer impressionante é usar superlativos: ‘o melhor’, ‘o maior’, ‘o mais’, ‘novo recorde’ e por aí vai. Superlativos implicam comparação; ou seja, sugerem que alguém mediu dois ou mais fenômenos e determinou qual é o mais significativo. Mas muitas vezes os superlativos não passam de hipérbole, exageros extravagantes que buscam apenas impressionar. Pode não haver uma comparação real; na verdade, as pessoas podem não ter como concordar em uma base apropriada para comparação. (Best, 2008).

Pelos dados do Sivep-Gripe, o dia com mais mortes foi 29 de março de 2021 (3.688 óbitos). Àquela altura, 62 “recordes” haviam sido noticiados. Se “recordes” fossem relevantes para entender o andamento da pandemia, o leitor foi enganado 62 vezes. Àquela altura de 2021, porém, era cada vez mais difícil a adesão a medidas de distanciamento social.

O uso da palavra caiu com a criação do consórcio de imprensa, que uniformizou a maneira como as grandes empresas – e as pequenas que copiam o conteúdo delas ou seguem sua abordagem – tratavam os números da Covid-19. Estudos sobre o consórcio não citam orientação nesse sentido, mas jornalistas que participaram da coordenação do esforço tinham experiência suficiente para evitar esse erro.

6.1.2 “Nas últimas 24h” e o chavão acima da informação

Uma característica da cobertura da pandemia foi a frequência com que os números foram informados. No início desta pesquisa, verificamos como foi a cobertura dos dados de casos e mortes na pandemia de “Gripe Suína”, H1N1 ou “Influenza A”, entre 2009 e ago.2010. Não houve regularidade; os números eram esporádicos e menos assustadores. O Datasus conta 2.232 mortes de influenza¹²³. Maciel-Lima *et al.* (2015) observaram a cobertura paranaense daquela pandemia, vendo números discrepantes e indícios de subnotificação. Afirmam: “não se pode falar da extensão da pandemia da gripe A (H1N1) em 2009, mas apenas referir-se à presença do vírus no mundo, pois não há dados que indiquem, de fato, a real dimensão do problema” (pg.278). O Sivep-Gripe foi criado a partir da crise do H1N1.

A recência é um critério de noticiabilidade. O ocorrido hoje é “mais quente”, no jargão jornalístico, do que fatos anteriores. Tuchman (1980) observou como jornalistas rotinizam a informação; Harcup e O’neill (2001) perceberam que eventos repetidos na frequência de atualização de uma publicação eram “mais noticiáveis” do que a evolução lenta

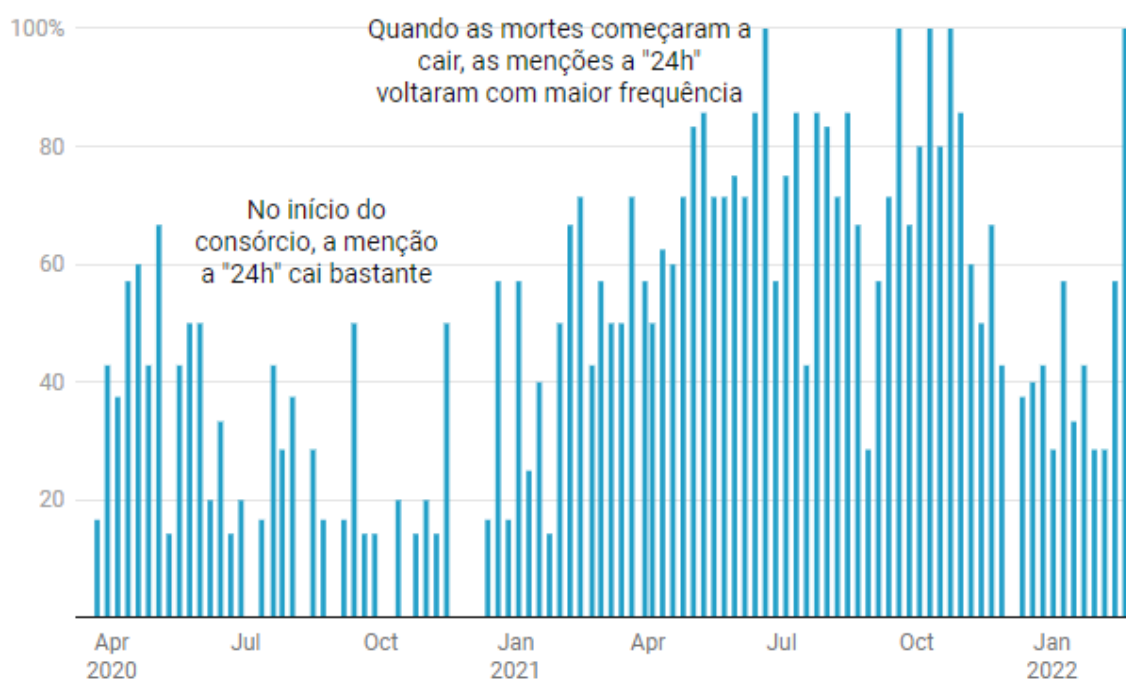
¹²³ DATASUS. **Tabnet**. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/influbr.def>. Acesso em: 7 set. 2023.

das mudanças na sociedade, e por isso a indústria das relações públicas cria eventos com frequência artificial. Moretzsohn (2002) vê um “fetiche da velocidade” nas homepages e portais e o “tempo real” como imperativo comercial. No entanto, entre a pandemia encerrada em 2010 e a iniciada em 2020, o ambiente de informação se transformou. As redes sociais se tornaram uma das principais maneiras de levar notícias ao público, acelerando essa tendência.

Os dados anunciados sempre incluem óbitos confirmados e contabilizados “nas últimas 24 horas”, mas parte ocorreu dias ou até meses antes, pela demora no diagnóstico. Nos finais de semana, como as equipes de saúde trabalham em plantão, parte dos números acumulava. Em notícias de balanço os repórteres às vezes lembram disso, embora raramente com destaque. Na tentativa de reduzir os números oficiais, o governo federal tentou utilizar esse “bug” epistemológico para contar só mortes ocorridas e contabilizadas no mesmo dia.

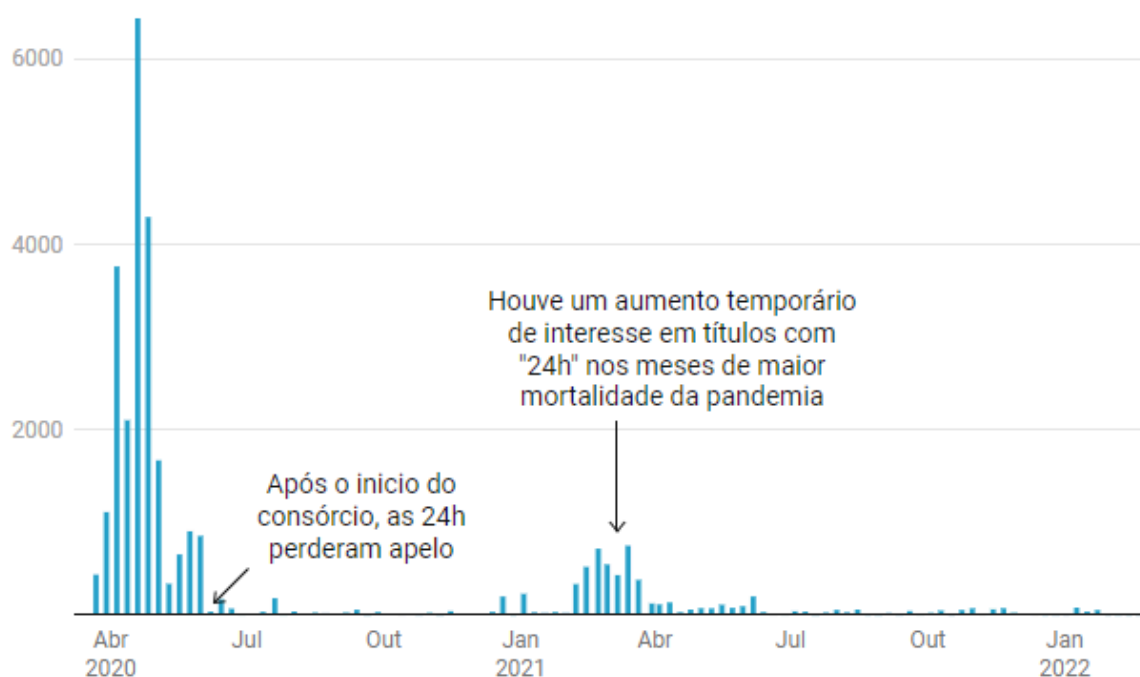
Foi comum no início que o jornal usasse o bordão “ocorridas nas últimas 24h” em títulos, mesmo com as fontes avisando que não era bem assim. Com o consórcio, a proporção despencou – impossível saber se foi uma orientação. Em 2021, quando as mortes voltaram a subir após as festas de fim de ano, voltaram as menções às “últimas 24h” (Gráficos 6.7 e 6.8).

Gráfico 6.7 - proporção de títulos de balanço citando “24h”, a cada semana



Fonte: Notícias publicadas no site da Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023).

Gráfico 6.8 - Compartilhamentos de títulos de balanço citando “24h”, a cada semana



Fonte: Elaboração própria (2023), com base em Sharedcount

Se por um lado as menções às “24 horas” dão um senso de urgência, por outro não ajudam a qualificar a informação publicada. A ideia era usada como chavão, construção padronizada de uma maneira de descrever um fato. Não é impossível que essa forma de enunciar a temporalidade tenha dado ideias de maquiagem dos números ao governo da vez.

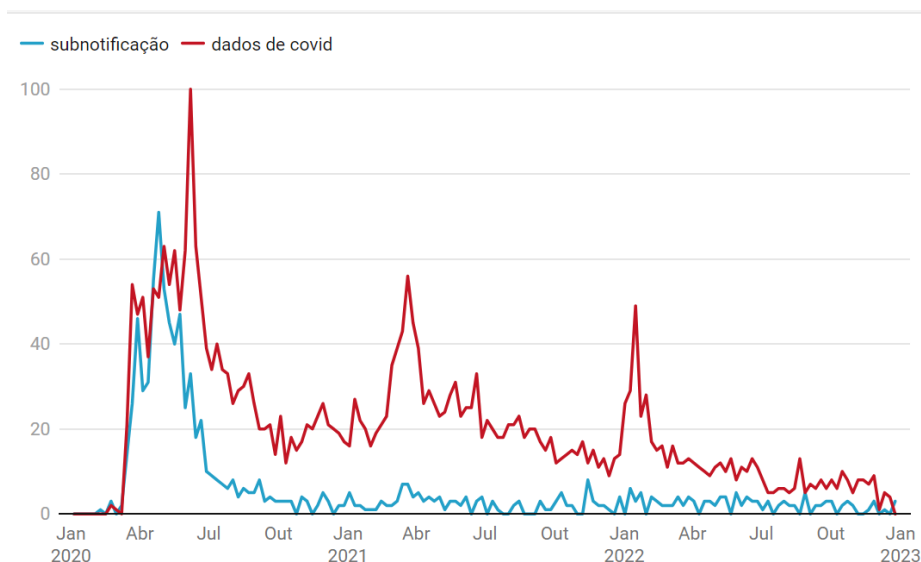
6.2 Em busca da subnotificação

Até certo ponto, é possível considerar que a subnotificação é comum e esperada. Sendo a Covid-19 uma doença nova em seus primeiros meses, esse ponto vai mais longe do que no registro usual de nascimentos e mortes. Sequer havia padronização internacional sobre critérios de confirmação de uma morte até o Brasil enterrar 2 mil vítimas da pandemia.

Era esperado que a subnotificação entrasse no debate público e acadêmico – ainda mais se o governo ativamente dava sinais de querer maquiagem números. Embora o debate acadêmico continue, a subnotificação soçobrou no debate público. Dados de pesquisas no Google, na ferramenta Google Trends, mostram que, nos primeiros meses, o interesse por dados de Covid-19 e por “subnotificação” andavam juntos.

Isso muda em junho, quando é criado o consórcio. O Google não fornece o volume absoluto de buscas, apenas um índice de base 100 que indica o máximo de buscas pelo termo no período pesquisado (Gráfico 6.9).

Gráfico 6.9 - Pesquisas por “subnotificação” e “dados de Covid” no Google



Fonte: Google Trends, dados semanais. Elaboração própria (2023)

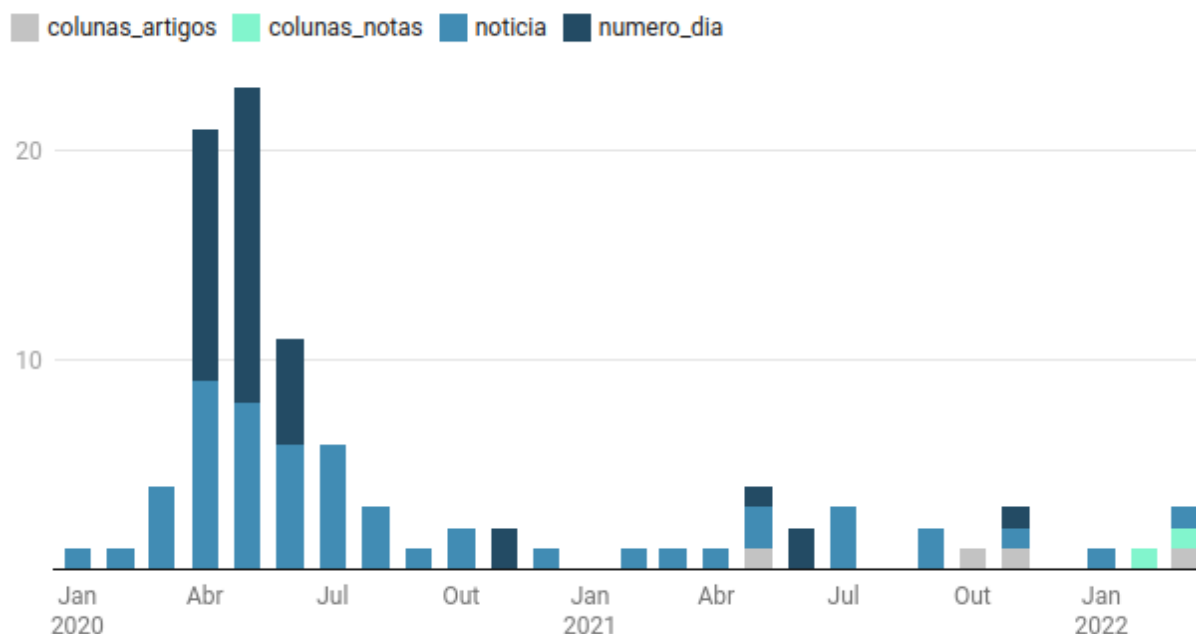
Consultada em comparação direta, a palavra “subnotificação” nunca atingiu o pico de interesse a que “dados de Covid” chegaria em junho. Em outubro, quatro meses após a tentativa de censura, as buscas pelos dados estavam em cerca de 20% do volume máximo, enquanto o interesse nas buscas pela subnotificação havia caído a pouco acima de zero.

Naqueles primeiros meses cheios de incerteza, Sousa-Pinto *et al.* (2020) avaliaram a possibilidade de utilizar o Google Trends para estimar de maneira indireta o espalhamento da doença. Chegaram à conclusão de que era impossível, pois os dados captados pela ferramenta, ou seja, a curiosidade do público por sintomas respiratórios, tinham mais correlação com o volume de cobertura daquelas palavras na imprensa do que com as tendências epidemiológicas captadas pelas autoridades sanitárias.

No noticiário publicado pela “Folha”, as menções à “subnotificação” também caem a partir de junho de 2020¹²⁴, concomitantemente às buscas pelo termo e simultaneamente à criação do consórcio de veículos de imprensa.

¹²⁴ Antes de decidir centrar a análise apenas na “Folha de S.Paulo”, experimentou-se uma análise apenas das menções à subnotificação também no noticiário publicado pelos jornais “Valor Econômico” e “O Globo”, com resultados semelhantes.

Gráfico 6.10 - Textos citando subnotificação, por mês

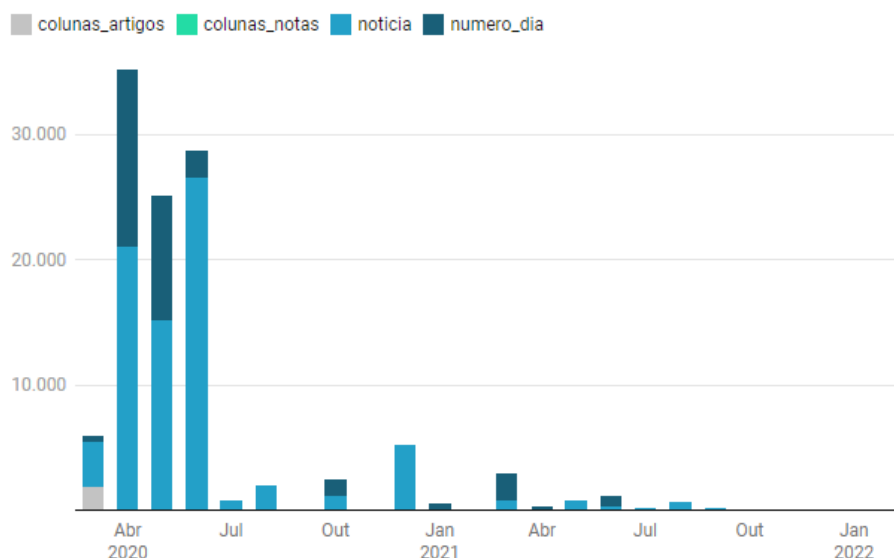


Fonte: Notícias publicadas no site da Folha de S.Paulo. Elaboração própria (2023).

Ao todo, 112 textos da Folha sobre dados de mortes citaram “subnotificação” no período analisado. Eles se concentram principalmente nos três primeiros meses, e em grande parte nos textos de balanço do dia. Depois de junho, eles escasseiam.

O compartilhamento desses textos perde o viço em junho. Embora a maioria das menções à subnotificação esteja nos textos de balanço, a maioria dos compartilhamentos está nas notícias, que podem trazer análises de especialistas a respeito.

Gráfico 6.11 - Compartilhamento de textos citando subnotificação, por mês



Fonte: Sharedcount. Elaboração própria (2023).

6.2.1 A subnotificação nos textos de balanço

Se os balanços do dia são o espaço mais frequente dos dados de mortes, e o que mais mencionou a questão da subnotificação, vale ver como compreendem e explicam o tema.

Gráfico 6.12 - Textos de balanço citando subnotificação



foram compilados pelo consórcio entre Folha, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo, G1 e UOL, em balanço divulgado às 20h desta segunda-feira (22). (Folha, 6. jul. 2020)

O fato de o texto citar o “balanço divulgado às 20h desta segunda-feira (22)” num dia 6 é mais um marcador de que os textos de balanço basicamente repetem textos anteriores, apenas mudando o número. Os trechos a repetir ficam a cargo do repórter encarregado naquele dia. (Nos primeiros meses, os textos ainda são assinados; depois, deixam de sê-lo.)

Nos textos de balanço, a subnotificação só entra de passagem – como um apelido da demora na confirmação de casos e na integralização dos registros em hospitais. Nas gestões Mandetta e Teich, os dados eram apresentados em entrevistas coletivas diárias, e a equipe do ministério fazia observações sobre a interpretação dos números. Pazuello, que assumiu o ministério em maio, acabou com as coletivas.

Em abril e maio de 2020, na gestão Teich, 19 textos citam o “represamento”, termo favorito do governo para explicar a demora na entrada de números no sistema. Ele aparece em contexto semelhante ao de “subnotificação”. É assim que ele aparece:

O ministério, porém, tem informado que o número real de casos tende a ser maior, já que são testados apenas os casos graves, de pacientes internados em hospitais, e há casos represados à espera de confirmação (3.abr).

O ministério, porém, tem informado que o número real de casos tende a ser maior, já que só pacientes internados em hospitais fazem testes e há casos represados à espera de confirmação (14.abr).

Horas após a fala do ministro, a pasta divulgou dados que mostram um possível represamento no processamento dos casos segundo o ministério, o país soma 1.269 mortes ainda em investigação (23.abr).

Após a entrada de Pazuello no governo, nenhum texto de balanço voltou a usar a palavra “represamento” até dezembro de 2020, depois do primeiro apagão do sistema.

Trata-se do maior registro de mortes desde 12 de novembro (926), momento em que os dados sofriam com oscilações e represamento (o que levava a números muito elevados ou muito baixos) devido a problemas no sistema do ministério da saúde após um ataque cibernético. (15.dez).

Nos dias 5 e 6 de janeiro de 2021, o “represamento” reaparece:

[...] além disso, o dado é afetado pelo represamento de notificações que ocorreu em decorrência dos feriados recentes (5.jan).

Não é nas menções à subnotificação nos textos de balanço, portanto, que se estão esclarecimentos sobre sua existência. Esses textos não têm caráter analítico: são só registros.

6.2.2 Nas colunas e artigos

A reputação construída pelo jornal “Folha de S.Paulo” faz com que atraia artigos opinativos de especialistas e autoridades. Alguns têm ou tiveram espaço próprio no jornal – incluindo, entre abril de 2020 e dezembro de 2022, o biólogo Atila Iamarino. O infectologista Éspér Kallás, diretor do Centro de Pesquisas Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, também teve espaço fixo no jornal, entre abril de 2020 e novembro de 2022. Alguns jornalistas contratados pela casa – incluindo ex-editores do caderno de Ciência, como Marcelo Leite, Reinaldo José Lopes e Vinicius Torres Freire – escrevem colunas em espaço fixo. Esta pesquisa identificou 36 textos opinativos que falavam em mortes de Covid-19. Apenas quatro tocam no tema da subnotificação. Só um o desenvolve – sem usar a palavra.

Em 14.jul.2020, Paulo Lotufo, da Faculdade de Medicina da USP, publicou o artigo “Contar mortes na Covid-19 é um ato de empatia”, onde explicava quais tipos de comparação de números faziam sentido. O artigo defende o uso da taxa de mortalidade excedente para estimar o real impacto de uma pandemia. “Contar as mortes com critérios científicos é a melhor forma de honrar aqueles que partiram”, afirma. Ele não cita o termo “subnotificação”, mas a ideia está lá.

Em 11.ago.2020, Kallás aponta em sua coluna padrões variáveis de notificação entre países. Na Ásia, por exemplo, a notificação estaria proporcionalmente muito mais baixa do que na Europa. Ele pondera causas biológicas, como a possível imunidade prévia daquelas populações ao vírus, e sugere causas comportamentais. Não entra no tema do registro.

Em outubro de 2021, meses após o pico de mortes, Atila Iamarino escreveu a coluna “Como estacionamos em 600 mil mortes na pandemia”. Entra no tema já no primeiro parágrafo, citando que se for considerada a subnotificação o Brasil teria passado de 700 mil mortos. Ele lembra as medidas do governo para sabotar o combate ao vírus, inclusive a compra de vacinas, e estima quantas mortes haveria sem elas. Não há análises sobre as causas da subnotificação, apenas menção às estimativas do seu tamanho.

No mês seguinte, Vinicius Torres Freire observava o aumento nas mortes de Covid-19 em São Paulo, lembrando que na semana anterior o Estado havia propagandeado um dia com zero mortes – efeito de problemas de registro, não de vitória contra o vírus. “Era bobagem propagandística precipitada, um erro estatístico e uma interpretação errada dos registros administrativos”, escreveu Vinicius, pouco depois de ponderar se a subnotificação havia ou não aumentado em outros Estados. Aqui também não há maior análise sobre a subnotificação, apenas menção ao fato de que ela tem padrões regionais desconhecidos.

6.2.2.1 Colunas de notas

As colunas de notas são textos noticiosos, e não opinativos, que reúnem pequenas notícias num espaço fixo assinado por um mesmo jornalista da casa. Só a jornalista Mônica Bergamo tem notas na amostra. Como depende das fontes, sem análise própria dos dados, também foi essa a coluna que publicou a informação originalmente passada pelo governo estadual de São Paulo sobre o “dia sem mortes”, criticada por Vinicius Torres Freire.

A primeira nota que ajudou a esclarecer a dinâmica da subnotificação foi publicada em 26 de março de 2020, mas tratava de internações: “Brasil tem explosão de internações por problemas respiratórios, diz Fiocruz”. Foi a primeira vez em que surgiu no noticiário o tema das suspeitas de Covid-19 registradas com a classificação provisória de SRAG. O texto também aponta falta de testagem dos pacientes internados.

Em fevereiro de 2022, o texto “Mortalidade da Covid é 60% maior entre homens negros do que a média na cidade de SP, diz estudo” cita relatório do Instituto Pólis sobre diferenciais demográficos nas mortes. Mesmo dois anos após o início da pandemia, o texto coloca a dificuldade de acesso a testes como um fator limitador do que se sabe a respeito da extensão da pandemia e como uma possível causa de subnotificação.

6.2.3 Nas notícias e reportagens

São os textos apurados por repórteres, de acordo com um tema pautado externamente (como novidades informadas por algum centro de pesquisa) ou internamente (após avaliação de alguém da equipe). Segundo Lage (2003), a notícia trata de fatos pontuais e a reportagem traz contextos que relacionam fatos, explorando e interpretando implicações e antecedentes. Para além dos textos de balanço do dia, foram noticiados estudos, projeções, decisões governamentais e análises de perfis espaciais/demográficos de crescimento de casos. Eventuais entrevistas com especialistas também entrariam nesta categoria.

6.2.3.1 As notícias mais compartilhadas

Na amostra de notícias coletadas para este trabalho, destacamos as 12 mais compartilhadas pelos leitores no Facebook. Metade é dos três primeiros meses da doença no Brasil, uma é do mês com mais mortes (março de 2021) e a mais recente é de agosto de 2021, quando São Paulo retomava as atividades presenciais e adotava medidas que afetavam a coleta de dados (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 - As 12 notícias mais compartilhadas sobre subnotificação

Título	Dia	Shares
governo deixa de informar total de mortes e casos de covid-19; bolsonaro diz que é melhor para o brasil	2020-06-06	25.085
estados e municípios no país relatam subnotificação gigantesca de casos	2020-04-02	15.411
brasil já pode ter superado 220 mil mortes por covid-19, mostra levantamento	2020-12-25	5.255
casos de covid 19 e mortes crescem mais onde comércio foi reaberto em sp	2020-05-22	2.880
especialistas preveem mais de 100 mil mortes por coronavírus no brasil	2020-05-21	2.101
Nove em cada dez casos de Covid-19 não são detectados no Brasil, diz estudo	2020-03-26	1.496
dados do governo indicam 140% a mais de mortes por covid no país	2020-05-31	1.282
brasil supera 100 mil mortes pela covid 19 sem sinal de quando pandemia acabará	2020-08-08	1.144
com pandemia, sp registra 25% de mortes a mais entre negros e 11,5% entre brancos em 2020	2021-03-19	825
posts distorcem dados de 2019 e 2020 para negar as mais de 100 mil mortes por covid 19	2020-08-16	817
gestão doria deixa de contar casos confirmados e mortes por covid em escolas 30/08/2021 educação folha	2021-08-30	776
ministério vai mudar critérios para contagem de mortes por covid 19, diz novo secretário 06/06/2020	2020-06-06	753

Fonte: notícias publicadas no site da Folha de S.Paulo. Das 20 mais compartilhadas, foram excluídas notícias cujo assunto central não eram os dados de Covid-19. Elaboração própria (2023).

Vamos observar o que diz cada um desses textos para entender de que maneira o jornal compreendeu e explicou a questão da subnotificação.

A primeira é de 6.jun.2020, quando o governo tirou o destaque dos totais de casos e mortes. A metodologia que tentou implementar afetaria a contagem publicamente destacada de mortes, por não contabilizar as que ocorreram do dia anterior para trás e cuja confirmação demorou por algum motivo:

A pasta vai passar a divulgar apenas os números de mortes e casos de infecção pelo coronavírus registrados nas últimas 24 horas, o que resultaria em números muito inferiores aos atuais. (...) O governo também deixou de divulgar o total de casos em investigação para a doença (...) o Ministério da Saúde afirma que o formato usado desde o início da pandemia não oferece uma representação do ‘momento do país’, posição que contrasta com a da maioria dos especialistas. (Folha, 6.jun.2020).

Segundo nota do governo, o horário de publicação dos boletins, que havia passado das 17h às 19h e às 22h, “favorecia a subnotificação”. Mas o horário é uma convenção, que usa os dados mais completos disponíveis até ali e usa o restante no dia seguinte. Embora o texto fale em “maioria dos especialistas”, ninguém é citado e a ideia não é desenvolvida.

O segundo mais compartilhado tratava da subnotificação de casos – primeiro passo da subnotificação de mortes. Está referenciado em vários balanços, quando citam a possibilidade de subnotificação. Segundo o texto, em 20 de março o ministro Mandetta solicitou que todos os casos suspeitos fossem notificados, mas isso nunca aconteceu assim.

Em alguns estados e municípios, chega-se a 1 caso informado para cada 30 ou mais episódios em que pacientes podem estar doentes sem que as ocorrências sejam reportadas em nível federal. (...) A falta de kits para testes e a inexistência de portaria para determinar quais casos são considerados confirmados ou suspeitos têm feito com que muitos doentes não entrem nas estatísticas (...) Na falta de portaria, os médicos que reportam os casos se guiam por notas técnicas da vigilância epidemiológica de seus municípios ou estados, que diferem umas das outras —impedindo que haja dados nacionais homogêneos. (Folha, 2.abr.2020).

O texto traz a ideia importante de que a contagem é diferente entre os Estados, mas isso nunca foi incorporado à rotina de leitura dos dados. Segundo a reportagem, em março Brasília notificava apenas casos de SRAG, que levavam à internação. Em abril, passou a notificar casos leves, de síndrome gripal. Em Recife, o movimento foi oposto – a notificação era mais ampla e ficou mais restritiva. Como faltavam testes, eles eram aplicados apenas nos casos mais graves. Sem a testagem, os casos não eram detectados. E o texto conclui:

Procurado formalmente pela reportagem, o Ministério da Saúde não respondeu o pedido de entrevista nem às perguntas enviadas por email. Um assessor de comunicação disse que a pasta tem passado orientações o tempo todo para estados e municípios e que eles têm autonomia para tomar decisões dependendo da situação epidemiológica em que se encontram. Disse ainda que as orientações têm mudado

com a dinâmica da epidemia. Mas não houve resposta sobre se a pasta determinará ou não, em portaria, a padronização para a comunicação de casos suspeitos. (Folha, idem).

A terceira notícia mais compartilhada saiu no Natal de 2020, quando o Brasil voltava de um apagão do sistema de notificações. Era um levantamento da Vital Strategies, ligada à Bloomberg Philantropies, fonte de dez notícias e reportagens entre julho de 2020 e janeiro de 2022. Cinco falam em subnotificação. Os consultores analisaram microdados de SRAG divulgados pelo próprio governo (e que também eram usados por repórteres do jornal) e estimaram o tamanho da subnotificação que os dados permitiam inferir¹²⁵:

O Brasil já pode ter ultrapassado a marca de 220 mil mortes pelo novo coronavírus. (...) Levantamento da Vital Strategies —organização global composta por especialistas e pesquisadores com atuação junto a governos— estima a omissão de quase 33 mil mortes no balanço. Esses casos entraram nas estatísticas como SRAG (síndrome respiratória aguda grave) sem uma causa específica. No entanto, esses pacientes que foram a óbito tinham três ou mais sintomas clínicos de Covid. Com isso, mesmo que os testes dessem negativo, os casos deveriam ter sido diagnosticados como suspeitos, segundo protocolo da OMS. (Folha, 25.dez.2020).

O jornal entrevistou a pesquisadora-sênior Fátima Marinho, que explicou:

A gente precisa ter um critério que defina casos de Covid-19. Com certeza a gente não está identificando todos os casos de morte pela doença nem todos os casos. Há mortes de pacientes por Covid-19 em casos não especificados, isso não tenho nenhuma dúvida. Temos ao menos 20% a mais de mortes do que está sendo divulgado hoje (Folha, idem)

A essa altura, a subnotificação era tema raro no noticiário. O gráfico 6.10 mostra que esta foi a única notícia daquele mês com a palavra. Em novembro foram duas menções nos textos de balanço do dia, em meio ao apagão do sistema. Em janeiro de 2021, zero.

6.2.3.2 *O vaivém do governo*

Parte relevante das dúvidas sobre os dados veio da postura do então governo, que tentou negar e maquiar a dimensão do problema da pandemia. Em maio, quando o Ministério da Saúde começou a publicar no OpenDataSUS uma versão aberta dos dados do Sivep-Gripe, base que reúne dados de cada paciente internado com sintomas respiratórios, a equipe de jornalismo de dados da Folha mostrou que o número de mortes até então, considerados os casos de SRAG, poderia ser quase o dobro do que constava dos dados oficiais¹²⁶.

¹²⁵ Análise semelhante dos mesmos dados foi publicada pelo autor no jornal “O Globo”, em 21 de junho de 2020.

¹²⁶ FOLHA DE S.PAULO, **Dados do governo indicam 140% a mais de mortes por Covid no país**. 31 mai. 2020. Disponível em:

A diferença ocorre por causa da data contabilizada: a pasta divulga diariamente o número de óbitos de acordo com o dia em que são notificados, não quando ocorreram, como na base utilizada pela reportagem. Como há atraso na notificação, por demora no resultado dos testes ou por questões burocráticas, mortes ocorridas em abril entraram na conta do mês de maio ao serem divulgadas pelo ministério. E assim por diante, parte das mortes em maio poderá ser registrada apenas em junho. A mesma fonte de informações do Ministério da Saúde analisada agora pela Folha indica que outras 6.339 mortes também podem ser atribuídas à Covid-19. (...) Esses mais de 6 mil óbitos provavelmente foram causados pela Covid-19, porque estão acima da média histórica, mas não foram atribuídos oficialmente ao vírus (o país notadamente tem dificuldades com testes). (Folha, 31.mai.2020)

No início de junho, com a segunda mudança de ministro, o governo começou a atrasar o anúncio dos dados do dia; o chefe do governo ficava incomodado quando os números saíam no “Jornal Nacional”, na TV Globo, toda noite. Aí, vieram mudanças na equipe; o empresário Carlos Wizard Martins seria o secretário de ciência e tecnologia do ministério. À Folha, ele questionou a contagem de mortes e anunciou mudanças. O jornal reproduziu frases suas repetindo boatos negacionistas. Ao final da série de afirmações de Wizard (mais tarde revelado como um dos artífices do “gabinete paralelo” do Ministério da Saúde¹²⁷), a repórter apresenta uma rápida contemporização sobre os critérios:

Especialistas, porém, afirmam que a baixa testagem de casos no país tem apontado para um cenário na contramão do citado por Wizard —o da subnotificação de registros. Equipes anteriores também informavam que a espera pelo resultado de testes, parâmetro exigido para confirmação, era o motivo para o atraso na contabilização de mortes. (Folha, 6.jun.2020).

No mesmo dia, o governo deixou de informar o número total de mortes e casos de Covid-19¹²⁸. Por alguns dias, a página só mostrou os números das últimas 24h, sem casos acumulados. O plano era contar apenas mortes ocorridas e registradas no mesmo dia.

O presidente confirmou a mudança na metodologia de divulgação sobre vítimas da Covid-19 —que pode significar, na prática, a divulgação de números de mortes menores—, engrossando as críticas de que o governo pretende manipular dados da pandemia. A pasta vai passar a divulgar apenas os números de mortes e casos de infecção pelo coronavírus registrados nas últimas 24 horas, o que resultaria em números muito inferiores aos atuais. (...) O governo também deixou de divulgar o total de casos em investigação para a doença, que até quinta-feira (4) era de 4.159. As mudanças ocorrem após dois dias seguidos com recorde de mortes e divulgação tardia dos números. (Folha, 6.jun.2020).

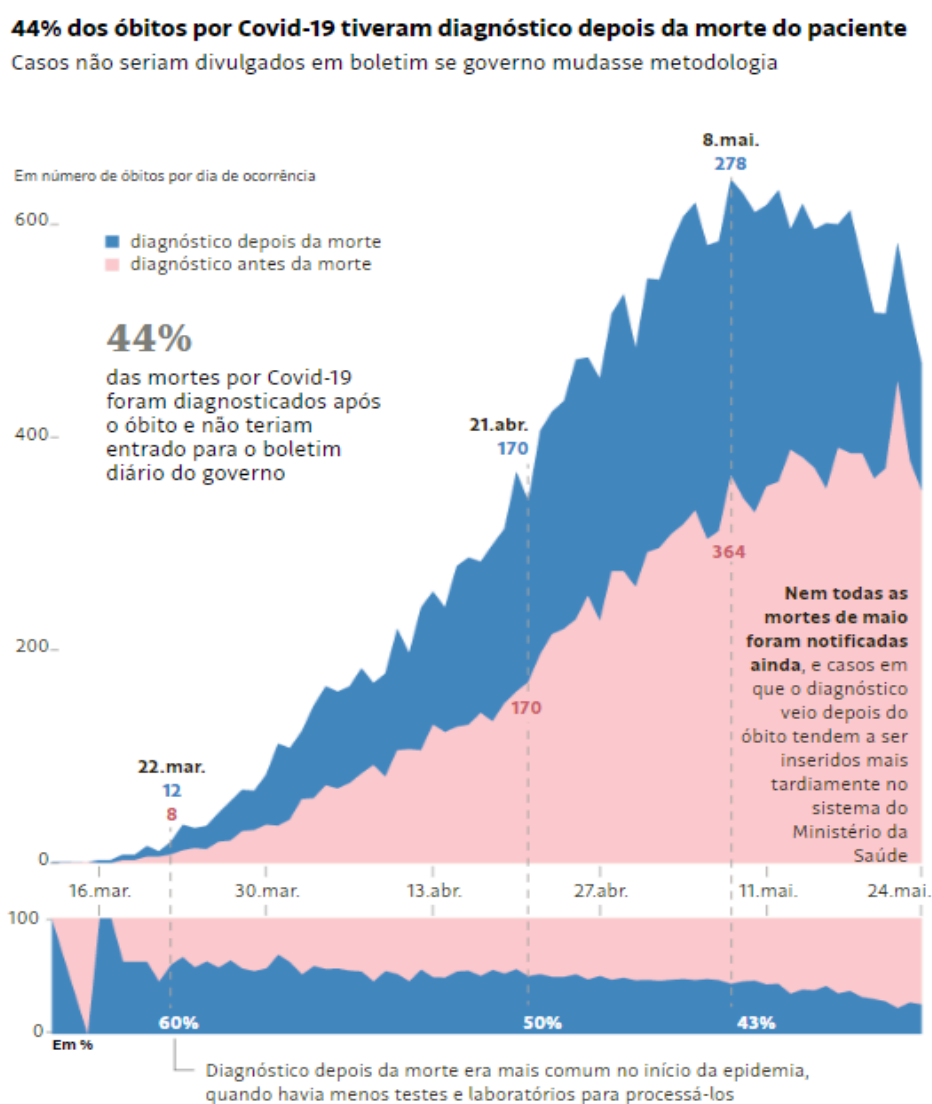
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/dados-do-governo-indicam-140-a-mais-de-mortes-por-covid-no-pais.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹²⁷ SOARES, Marcelo, **Evidências em Debate**. Lagom Data, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://lagomdata.com.br/evidencias/>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹²⁸ FOLHA DE S.PAULO, **Governo deixa de informar total de mortes e casos de Covid-19; Bolsonaro diz que é melhor para o Brasil**. 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/governo-deixa-de-informar-total-de-mortes-e-casos-de-covid-19-bolsonaro-diz-que-e-melhor-para-o-brasil.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Com essa informação, a equipe de jornalismo de dados da “Folha” buscou estimar qual teria sido o impacto na contagem de mortes caso essa medida estivesse valendo antes¹²⁹. A fonte utilizada para a análise foram os dados do Sivep-Gripe, tornados públicos pelo Ministério da Saúde por meio do site OpenDataSUS no final de maio de 2020. A reportagem era acompanhada de um gráfico resumindo as observações:

Figura 6.1 - Estimativa da Folha sobre impacto de mudança de critério do governo



Fonte: Folha de S.Paulo, 11.jun.2020.

¹²⁹ FOLHA DE S.PAULO, **Método defendido pelo governo deixa de fora de boletim 44% das mortes por Covid-19.** 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/06/metodo-defendido-pelo-governo-deixa-de-fora-de-boletim-44-das-mortes-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Estimativa feita pela Folha com base em registros do Sistema de Vigilância da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) mostra que, em 44% das mortes por Covid-19 registradas até o último dia 24, o resultado do exame diagnóstico só ficou pronto depois que o óbito havia acontecido. São mortes que, portanto, não entrariam no balanço do Ministério da Saúde. Além disso, há um descompasso entre a data da morte, o resultado do teste e a efetiva notificação dos casos, processo burocrático que por vezes leva alguns dias, especialmente quando há finais de semana e feriados. Esse atraso aumenta a porcentagem de mortes que só são contabilizadas dias depois e que só posteriormente entrariam no sistema de divulgação do ministério, ficando inicialmente de fora do boletim diário. Com isso, há o risco de que se tenha a falsa impressão de que os óbitos estão em queda e medidas de prevenção sejam relaxadas indevidamente, aumentando a contaminação. (Folha, 11.jun.2020).

Em julho, o epidemiologista Wanderson de Oliveira, secretário de vigilância em saúde quando o ministro era Mandetta, disse à repórter Natália Cancian que em março a pasta estimava mais de 100 mil mortes até setembro¹³⁰, e foi o que ocorreu. Questionado sobre se houve pressão para mudar a divulgação dos dados quando estava no governo, Wanderson respondeu: “Igual aconteceu, não”. Ali, o ministro era interino, um general que considerava os números de mortes importavam menos que a estimativa problemática de “recuperados”:

O Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo em número de pacientes recuperados, registrando mais de dois milhões de brasileiros curados, afirmou. (Folha, 8.ago.2020).

Aqui, a contagem de mortes já estava “pacificada”. O consórcio de veículos de imprensa era reconhecido como portador de números “mais confiáveis” que os oficiais, mas o tema da subnotificação sumiu do radar. Os números de morte vinham caindo, ainda que tivesse havido um apagão no sistema que concentra os dados em novembro de 2020.

Em março de 2021, quando nova onda de mortes se ergueu no país, o governo tentou mais uma mudança nos dados. Agora, com entraves burocráticos: exigia informações como CPF, número do cartão nacional do SUS e a nacionalidade de pacientes com Covid-19. Isso, segundo a Folha, fez com que o número de mortes contabilizadas despencasse¹³¹:

A mudança alterou drasticamente o registro de óbitos em São Paulo. Na terça, o número de mortes chegou a 1.021. Nas últimas 24 horas, despencou para 281. A Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo enviou ofício ao ministério questionando a mudança nos critérios de registro de mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave no sistema Sivep Gripe, onde estão incluídos doentes com Covid-19. (Folha, 24 mar. 2021).

¹³⁰ FOLHA DE S.PAULO. **Em março, Ministério da Saúde já projetava 100 mil mortes por Covid-19, diz ex-secretário.** 1º jul.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/07/em-marco-ministerio-da-saude-ja-projetava-100-mil-mortes-por-covid-19-diz-ex-secretario.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹³¹ FOLHA DE S.PAULO, **Ministério da Saúde muda sistema e número de mortos por Covid-19 despencou artificialmente.** 24.mar.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/monicabergamo/2021/03/ministerio-da-saude-muda-sistema-e-numero-de-mortos-por-covid-19-despenca-artificialmente-em-sp.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Dessa vez, a mudança foi suspensa no mesmo dia.

6.2.3.3 Problemas de registro

Para tentar atender à demanda por dados atualizados sobre óbitos, a associação que reúne os cartórios do Brasil criou um portal de transparência. Com problemas estruturais causando a demora na entrada de dados num país tão desigual quanto o Brasil, o portal sempre estava com os últimos dias desatualizados. Isso criou oportunidades de desinformação para os governistas. Ao usar dados cartoriais, a Folha incluía ressalva sobre a desatualização. Em abril, ao noticiar mortes suspeitas de Covid registradas em São Paulo¹³², o jornal explicou:

Os números atuais podem ser ainda maiores, segundo a Arpen, porque a lei prevê um prazo para registro de até 24 horas do falecimento, podendo ser expandido para até 15 dias em alguns casos. Já a norma do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) prevê que os cartórios devem enviar seus registros à central nacional em até oito dias. (Folha, 2.abr.2020)

O Ministério da Saúde, sob Mandetta e Teich, reconhecia a demora. Reportagem de abril apontava discrepâncias entre os Estados¹³³. Em 13 de maio, a equipe de dados analisou as 518 cidades na base dos cartórios, mostrando deficiências¹³⁴. “Foi verificada uma variação tão grande de mortes (...) que o cálculo do impacto da Covid-19 ficou prejudicado”, diz o texto. O trabalho mostra a desigualdade na manutenção dos registros entre as cidades.

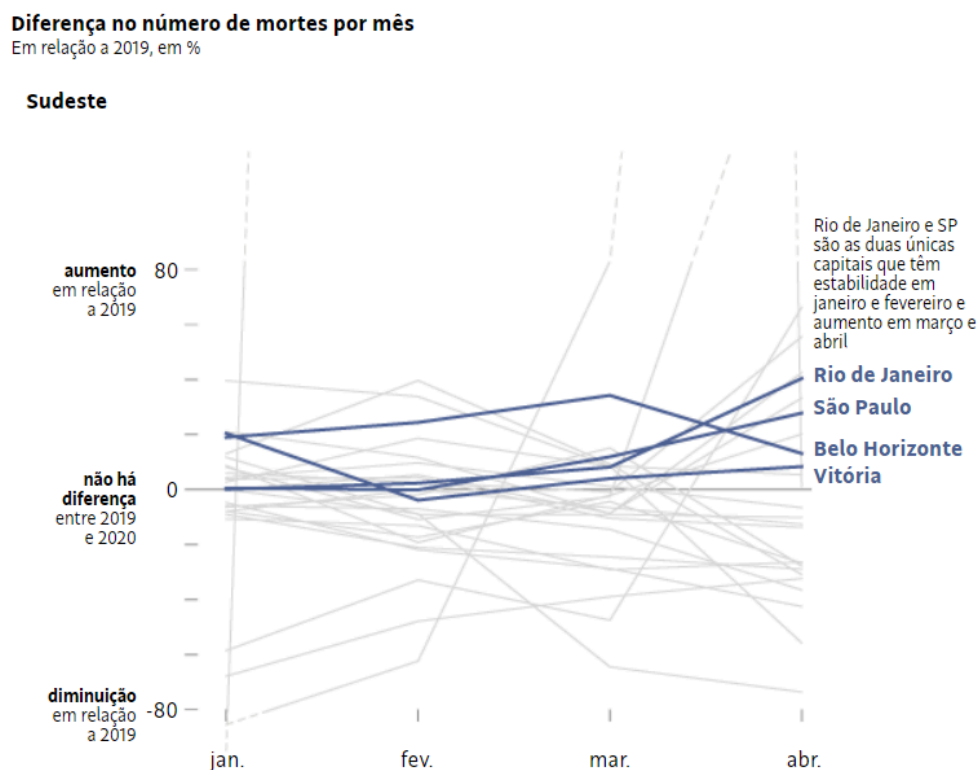
No país há mais de 7.500 cartórios, e eles têm ritmos diferentes para alimentar a base. (...) “Você tem realidades diferentes no Brasil inteiro. Há cidades com saúde e educação melhores. Com cartório é a mesma coisa. De um modo geral, nos grandes centros [a alimentação da base] é melhor”, diz Luis Carlos Vendramin, vice-presidente da associação. O problema também não se limita aos meses de março e abril de 2020. “Alguns estados possuem cronogramas específicos para fazer envios retroativos ao portal, atualizando dados de meses e anos anteriores”, diz a entidade. (Folha, 13.mai.2020).

¹³² AGORA SÃO PAULO. **Cartórios da capital paulista registraram 152 mortes suspeitas de coronavírus.** 2.abr.2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/04/cartorios-da-capital-paulista-registraram-152-mortes-suspeitas-de-coronavirus.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹³³ FOLHA DE S.PAULO. **Mortes por coronavírus chegam a demorar até um mês para confirmação.** 27.abr.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/mortes-por-coronavirus-chegam-a-demorar-ate-um-mes-para-confirmacao.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹³⁴ FOLHA DE S.PAULO. **Base de dados de cartórios traz falhas que impedem calcular efeito real do coronavírus no Brasil.** 13 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/05/base-de-dados-de-cartorios-traz-falhas-que-impede-m-calcular-efeito-real-do-coronavirus-no-brasil.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Figura 6.2 - Avaliação do número de mortes excedentes por mês nos cartórios



Fonte: Folha de S.Paulo, 13.mai.2020.

Enquanto isso as mortes cresciam, e com elas a pressão sobre o governo e a insistência dos apoiadores em negar os números. O Brasil era em junho de 2020 o país com a maior quantidade de checagens publicadas de boatos sobre fraude na contagem de mortes¹³⁵. É impossível avaliar o quanto circularam boatos a respeito do assunto, mas o número de checagens permite inferir o peso que eles tiveram no período.

Parte desse peso veio porque a desinformação passava pelas altas autoridades da república: em março, o então presidente repetiu na TV o boato mais infame sobre os óbitos: o de que a morte de um borracheiro pernambucano, no trabalho, teria sido registrada como Covid-19 para inflar dados¹³⁶. Segundo o político, governos estaduais queriam inflar os números para pleitear mais recursos federais. Em nota, Pernambuco informou que os óbitos só entravam para a estatística quando confirmados por teste da vigilância epidemiológica

¹³⁵ FOLHA DE S.PAULO, **Brasil lidera desinformação sobre número de casos e mortes por Covid-19 no mundo.** 10.jun.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/brasil-lidera-desinformacao-sobre-numero-de-casos-e-mortes-por-covid-19-no-mundo.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹³⁶ FOLHA DE S.PAULO, **Bolsonaro endossa notícia falsa para dizer que estados inflam mortes por coronavírus.** 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/bolsonaro-endossa-noticia-falsa-para-dizer-que-esta-dos-inflam-mortes-por-coronavirus.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

estadual. Àquela altura, nenhum dos seis óbitos confirmados era de um homem da idade do “borracheiro” no hospital citado. A Folha registrou as versões da secretaria e do hospital.

Em julho, um site enganoso afirmou que a pandemia estaria em declínio porque o Brasil teria zerado o excesso de mortes. O texto atribui o dado à base da Arpen. O texto publicado da Folha, elaborado pelo projeto Comprova, cita deficiências do dado cartorial.

Ocorre que a publicação não poderia ter levado em conta um período que se encerrava tão perto da data de publicação do texto. Isso porque os dados foram retirados do Portal da Transparência, do Registro Civil, que demora 14 dias ou mais para ser atualizado. (Folha, 24.jul.2020).

Outra checagem do projeto Comprova, no mês seguinte, tinha tema semelhante: textos enganosos que distorciam dados de 2019 e 2020 para negar que o Brasil tinha ultrapassado as 100 mil mortes de Covid-19¹³⁷. A crítica se baseava num número menor de mortes por outras causas, como acidentes de trânsito, registradas em cartórios. A checagem também abordava a questão pelo ponto de vista dos prazos de registro em cartórios.

O Portal da Transparência informa que “a atualização pelos registros de óbitos lavrados pelos Cartórios de Registro Civil obedece a prazos legais”. Esse prazo leva em conta que “a família tem até 24 horas após o falecimento para registrar o óbito em cartório que, por sua vez, tem até cinco dias para efetuar o registro de óbito. Considera que o cartório tem ainda oito dias para enviar o registro à Central Nacional de Informações do Registro Civil, que atualiza o portal. No total, oficialmente, são 14 dias. A Lei de Registros Públicos prevê exceções que podem aumentar esse prazo. Como destacou a Agência Lupa, se o local da morte ficar a mais de 30 quilômetros de um cartório, a família pode registrar o falecimento em até três meses. O que acontece na prática, como o Comprova já verificou, é que mortes ocorridas há muito mais de duas semanas continuam sendo atualizadas no sistema do Portal. Há óbitos ocorridos em 2019 que ainda estão entrando na plataforma. (Folha, 16.ago.2020)

Os dados dos cartórios eram mais detalhados do que os dos governos, permitindo procurar pistas sobre possível subnotificação após algum tempo. Em 6.jul, o jornal usou esses dados numa reportagem sobre o aumento das mortes em casa atribuídas a “causas naturais”¹³⁸. O jornal cita o epidemiologista Jesem Orellana, da Fiocruz Amazônia, que encontrou excesso de mortalidade de 53% em relação ao ano anterior nesses casos. O excesso de mortalidade geral estava em 44%. Foram analisados São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza.

¹³⁷ FOLHA DE S.PAULO. **Posts distorcem dados de 2019 e 2020 para negar as mais de 100 mil mortes por Covid-19.** 16.ago.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/posts-distorcem-dados-de-2019-e-2020-para-negar-as-mais-de-100-mil-mortes-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹³⁸ FOLHA DE S.PAULO, **Mortes em casa cresceram 53% durante pandemia em quatro capitais brasileiras.** 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/mortes-em-casa-cresceram-53-durante-pandemia-em-quatro-capitais-brasileiras.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

“Mortes em casa ou em via pública por causas naturais, por princípio, são quase todas evitáveis. São um indicador clássico de déficit ou precariedade da atenção à saúde. Em tempos de pandemia, mortes dessa natureza atestam falhas graves no planejamento e implementação de ações”, analisa Orellana. As quatro capitais tiveram uma explosão desses óbitos principalmente no fim de abril e início de maio, quando viveram suas piores fases da doença. Foi nessa época que os sistemas de saúde do Amazonas, do Ceará e do Rio de Janeiro colapsaram. (...) “Os números mostram a dificuldade do acesso ao atendimento tanto para quem tem Covid quanto para outros pacientes. Os infartos, acidentes vasculares etc. continuaram acontecendo. Também indicam que muita gente ficou com medo de buscar os serviços de saúde”, afirma o epidemiologista Diego Ricardo Xavier, da Fiocruz fluminense. (Folha, 6.jul.2020).

Os registros oficiais de mortes de Covid-19 contabilizam apenas mortes em que o paciente teve diagnóstico confirmado. Quem morreu em casa não foi atendido no hospital e, portanto, raramente teria diagnóstico. Os especialistas entrevistados observam que não se pode supor que todas essas mortes excedentes tenham sido de Covid-19.

6.2.3.4 Problemas de diagnóstico

Desde março de 2020, a “Folha” sabia que a Fiocruz monitorava internações por SRAG como casos suspeitos de Covid-19¹³⁹. Quando os microdados do Sivep-Gripe foram liberados, a equipe de dados tentou identificar quantos óbitos poderiam ser da doença sem confirmação e, depois, quantos casos foram confirmados após o óbito e não apareceriam na metodologia proposta pelo governo. Essa noção, porém, pouco apareceu nos balanços do dia.

Uma noção mais comum no noticiário foi a da relação entre a escassez de testes e a subnotificação. Em 26 de março, ela aparecia por meio de um estudo da *London School of Hygiene and Tropical Medicine*¹⁴⁰, com base em um modelo matemático:

Segundo os pesquisadores, o Brasil detecta, em média, 11% dos casos sintomáticos de Covid-19. Ou seja, apenas uma em cada dez pessoas que carregam o vírus e demonstram algum sintoma foi registrada pelo governo. A taxa é maior do que a da Itália, que identifica cerca de 6%, e menor que a da Coreia do Sul, que identifica em média 83% dos casos. A estratégia do país asiático para o combate ao novo coronavírus tem sido considerada referência. (...) Para Antônio Augusto Moura da Silva, médico epidemiologista e professor da Universidade Federal do Maranhão, a taxa de identificação talvez seja até inferior a 10%. O médico explica que a demora em chegar à conclusão sobre a causa da morte em casos suspeitos de infecção por coronavírus faz com que o número de casos identificados esteja atrasado em relação à realidade. (Folha, 26.mar.2020).

¹³⁹ FOLHA DE S.PAULO, **Brasil tem explosão de internações por problemas respiratórios, diz Fiocruz**. 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/brasil-tem-explosao-de-internacoes-por-problemas-respiratorios-diz-fiocruz.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

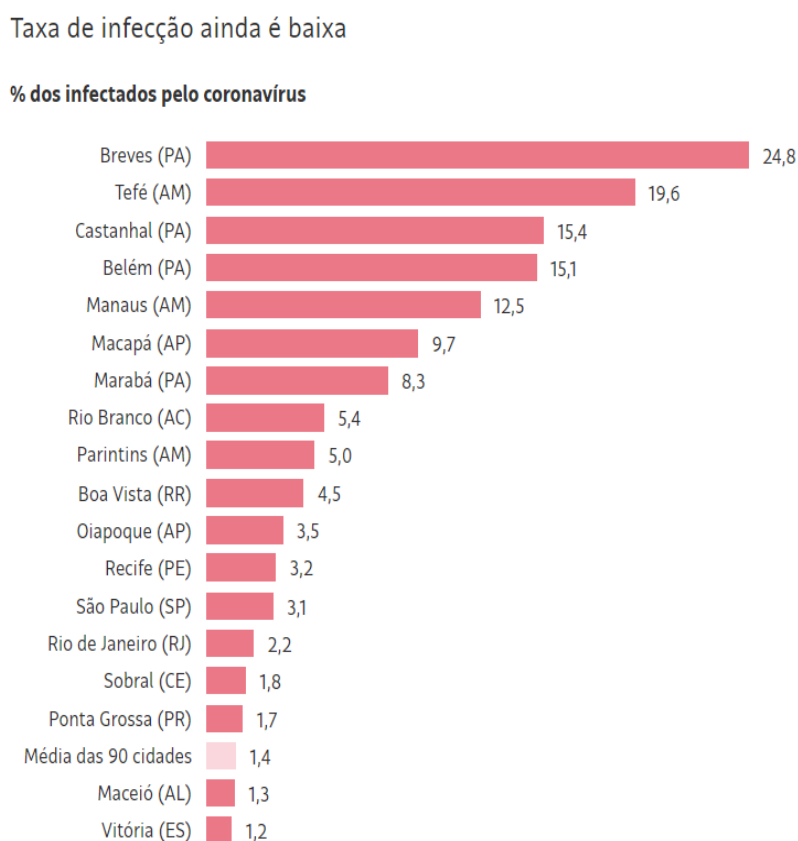
¹⁴⁰ FOLHA DE S.PAULO, **Nove em cada dez casos de Covid-19 não são detectados no Brasil, diz estudo**. 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/nove-em-cada-dez-casos-de-covid-19-nao-sao-detectados-no-brasil-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

O estudo EpiCovid, dirigido por Pedro Hallal – na época reitor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) e colunista da Folha entre março de 2021 e maio de 2022 –, tentou estimar a subnotificação no Brasil usando uma pesquisa amostral com aplicação de testes sorológicos. Foi bem coberto pela Folha. Em maio de 2020, seus resultados eram relatados por Vinicius Torres Freire¹⁴¹, com a ressalva de que as proporções deveriam ser maiores do que as calculáveis por meio de dados oficialmente divulgados:

[A] pesquisa verificou se as pessoas tinham anticorpos para a doença —pode se tratar de um infectado assintomático, ou quase isso. Nas estatísticas oficiais, contam-se casos confirmados, pessoas com sintomas evidentes da doença que foram testadas. (Folha, 25.mai.2020).

As maiores proporções de infectados entre os pesquisados, segundo o estudo, estava em municípios da região Norte do Brasil:

Figura 6.3 - Proporção de infectados por município no estudo Epicovid



Fonte: Folha de S.Paulo, 25.mai.2020.

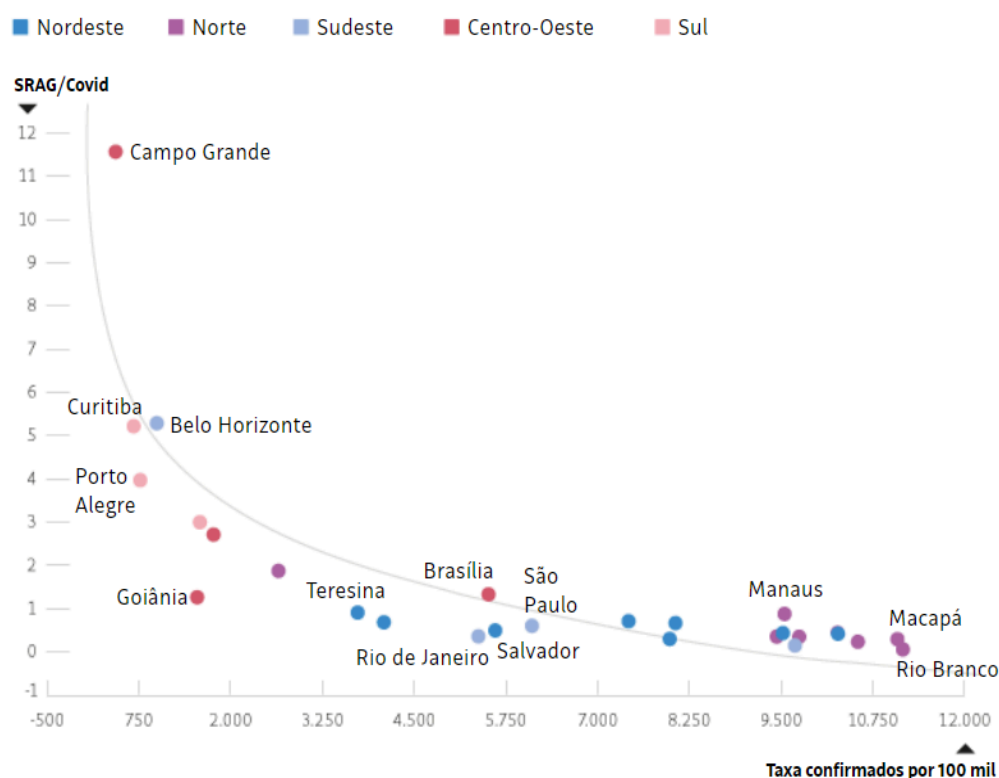
Em 2 de junho, a repórter Flávia Faria analisou os microdados do Sivep-Gripe para verificar a possível subnotificação de óbitos causados pela doença em casos em que os

testes foram feitos fora do prazo ideal. A repórter chegou a 6 mil casos possíveis¹⁴². No dia 9, reportagem deste autor¹⁴³, com os mesmos dados, viu que capitais que notificaram poucas mortes por Covid-19 chegavam a informar até 12 vezes mais óbitos por SRAG¹⁴⁴. Uma das incluídas era Belo Horizonte (MG). Na época, o governador mineiro vendia o Estado como uma exceção mundial no combate à doença; na verdade, os testes estavam racionados e, portanto, menos casos eram confirmados.

Figura 6.4 - Comparando taxa de mortes de Covid e proporção de óbitos SRAG

Capitais que “vencem” a Covid “perdem” para a SRAG

Dados se referem ao dia 31 de maio; mudança na atribuição de mortes anteriores influi no dado



Fonte: Folha de S.Paulo, 9.jun.2020.

Essa reportagem saiu às vésperas do anúncio do consórcio, mais ou menos quando o jornal esqueceu a subnotificação. As reportagens que citavam o tema, dali para a frente, foram feitas a partir de análises da consultoria Vital Strategies, ligada à Bloomberg

¹⁴² FOLHA DE S.PAULO. **Subnotificação de 6.000 mortes por coronavírus pode ter sido causada por falha em testes.** 2.jun.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/subnotificacao-de-6000-mortes-por-coronavirus-pode-ter-sido-causada-por-falha-em-testes.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁴³ Único trabalho deste autor a entrar na amostra.

¹⁴⁴ SOARES, Marcelo. **Capitais com poucas mortes por Covid-19 têm até 12 vezes mais óbitos por doença respiratória.** Folha de S.Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/mortes-por-sindrome-respiratoria-nas-capitais-chegam-a-quase-12-vezes-as-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Philantropies, usando exatamente a mesma fonte de dados das duas reportagens acima. As análises, feitas por especialistas acadêmicos, eram divulgadas periodicamente em boletins.

A primeira saiu em dezembro, quando a consultoria detectou 33 mil mortes por SRAG sem causa específica além dos casos confirmados de Covid-19¹⁴⁵ – uma subnotificação de 17,6%, apenas com pessoas que já estavam atendidas no sistema de saúde. A coordenadora do estudo observou que aqueles pacientes tinham todos os sintomas, moravam em áreas com alta concentração de casos, mas faltava confirmação. E atribuiu isso à falta de coordenação por parte do Ministério da Saúde. Em março de 2021, o grupo avaliou mortes de bebês. Com os mesmos padrões de diagnóstico, elas seriam o dobro do oficialmente conhecido¹⁴⁶. No mesmo mês, com o Afro-Cebrap, a consultoria mostrou que em São Paulo o excesso de mortes entre pessoas negras era superior ao verificado entre pessoas brancas¹⁴⁷. Em maio, a consultoria estimava que a subnotificação verificável em dados oficiais ocultava até 30% das mortes¹⁴⁸. Em setembro de 2021, com dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), estimou as mortes com causas mal definidas na pandemia: um salto de 40%¹⁴⁹.

Todas essas notícias são mais tradicionais. Embora o jornal tivesse a capacidade de produzir esse tipo de análise com sua equipe, preferiu utilizar material gerado externamente.

¹⁴⁵ FOLHA DE S.PAULO. **Brasil já pode ter superado 220 mil mortes por Covid-19, mostra levantamento.** 25.dez.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/12/brasil-ja-pode-ter-superado-220-mil-mortes-por-covid-19-mostra-levantamento.shtml>. Acesso em: 7. set. 2023.

¹⁴⁶ FOLHA DE S.PAULO, **Mortes de bebês com Covid no Brasil em 2020 podem ter sido o dobro do registrado, dizem pesquisadores.** 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/03/mortes-de-bebes-com-covid-no-brasil-em-2020-podem-ter-sido-o-dobro-do-registrado-dizem-pesquisadores.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁴⁷ FOLHA DE S.PAULO. **Com pandemia, SP registra 25% de mortes a mais entre negros e 11,5% entre brancos em 2020.** 19.mar.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/com-pandemia-sp-registra-25-de-mortes-a-mais-entre-negros-e-115-entre-brancos-em-2020.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁴⁸ FOLHA DE S.PAULO. **Subnotificação dos casos de Covid esconde até 30% das mortes, mostra estudo.** 4.mai.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/05/subnotificacao-dos-casos-de-covid-esconde-ate-30-das-mortes-mostra-estudo.shtml>>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁴⁹ FOLHA DE S.PAULO, **Mortes por causas mal definidas saltam 30% na pandemia de Covid.** 25.set.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/09/mortes-por-causas-mal-definidas-crescem-30-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

6.2.4 “A Folha não lê a Folha”

O título desta seção vem de um bordão jocoso usado em críticas internas e colunas publicadas pelos jornalistas que ocuparam o cargo de ombudsman do jornal¹⁵⁰. O padrão se repete sempre: um repórter ou uma editoria publicam isoladamente, de maneira episódica, informações importantes para o contexto de uma situação, mas o restante da cobertura não incorpora esse contexto. Os problemas do mundo, enfim, nem sempre cabem nos limites que uma editoria definiu como sendo da sua conta. Se uma informação saiu antes, o jornal considera que não é nova e por isso não tomará um “furo”, mas não raro as relações entre os fatos ficam invisíveis. Conectar lé e cré fica sendo problema do leitor, caso tenha interesse.

No caso da subnotificação de mortes durante a pandemia de Covid-19, o noticiário da Folha de S.Paulo teve três comportamentos:

- Nos balanços diários, o jornal anotou os dados das fontes. No início da pandemia, quando Mandetta era ministro da Saúde, havia observações esporádicas sobre os atrasos no registro, e isso era chamado de subnotificação.
- Pontualmente, saíram reportagens sobre questões estruturais que impactavam na subnotificação. Incluíam aspectos como a falta de padronização de procedimentos entre Estados e municípios por falta de coordenação do governo federal. Também se noticiou estudos com metodologias para estimar quantos casos de Covid-19 estavam registrados com causa mal definida. Essas noções não se incorporaram ao noticiário fora desses espaços esporádicos.
- Nos primeiros três meses da pandemia, a equipe de jornalismo de dados fez reportagens esquadrinhando bases que organizavam informações oficiais, em busca da subnotificação. Esse esforço submergiu com a criação do consórcio de imprensa, do qual o jornal fazia parte. A subnotificação só voltou a aparecer esporadicamente, pela mão de uma consultoria utilizada como fonte.

Adaptando essas observações à matriz de desconhecimento proposta na seção 3, é possível organizar a maneira como o jornal cobriu a subnotificação da seguinte maneira:

¹⁵⁰ Durante a pandemia, a frase apareceu numa crítica publicada pela então ombudsman Flávia Lima sobre o uso em algumas notícias de informações sobre a questão sanitária que já haviam sido descartadas como sensacionalistas em outras notícias do mesmo jornal, Vide LIMA, Flávia. **Sensacionalismo na pandemia**. Folha de S.Paulo, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/12/sensacionalismo-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

Tabela 6.3 - Matriz de desconhecimento da subnotificação no noticiário da Folha

Sabemos que	
<p>“Known Unknowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O paciente foi examinado mas houve falha de diagnóstico ou registro 	<p>“Known Knowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Casos que foram diagnosticados, contabilizados e divulgados
<p>“Unknown Unknowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fronteira do conhecimento científico sobre a doença, muito maior em março de 2020 do que em março de 2023 	<p>“Unknown Knowns”</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Casos que já chegaram ao conhecimento do sistema de saúde, mas ainda não foram contabilizados pelas autoridades, ou que ficam ocultos sob causas mal definidas

Não sabemos que

Fonte: Elaboração própria (2023).

As notícias que tratam só dos dados oficialmente anunciados formam a maioria do que foi publicado, com os balanços do dia. Os 654 balanços são “*known knowns*”, casos bem conhecidos. Também estão no quadrante 296 notícias que não problematizam os dados.

Prevalência menor tem o quadrante da parte da incerteza que sabemos existir, os “*known unknowns*”, o que sabemos não saber. É o terreno da política pública, que pode orientar a uniformização de testagem, diagnóstico e registro. Sem visibilidade na cobertura, a mudança depende do espírito público dos envolvidos. As mortes podem ser subnotificadas por má testagem ou outras falhas estruturais no diagnóstico, incluindo pressões sobre equipes de saúde ou do registro civil. Como visto anteriormente neste capítulo, isso aparece de passagem nos balanços do dia e é desenvolvido em poucas reportagens. No entanto, elas escasseiam a partir de junho, quando é criado o consórcio de veículos de imprensa.

Duas bases de dados abertas pelo governo foram usadas por pesquisadores e repórteres especializados em dados em busca de indícios de casos subnotificados que, de alguma forma, chegaram ao sistema de saúde. Os “*unknown knowns*”, ou o que não sabemos saber, são reportagens que exploram o Sivep-Gripe e o Sistema de Informações sobre Mortalidade, em busca de óbitos com características Covid mas que, por terem sido registrados com causas mal definidas, não entraram nos balanços diários. Nos primeiros

meses, a Folha fez reportagens sólidas, com sua equipe de dados ou colaboradores, mas elas pararam após a criação do consórcio de veículos de imprensa. Meses depois, as menções a estudos assim apareceram na boca de fontes, especialmente a consultoria Vital Strategies.

Já os “*unknown unknowns*” são a incerteza total, ocupando o lugar simbólico da fronteira do conhecimento. No início da pandemia, quando a doença era uma ilustre desconhecida, quase tudo estava nessa categoria; conforme era descoberto, passava a outras.

A cobertura sobre a subnotificação se dissipou após a criação do consórcio. A definição do que contava como uma morte de Covid-19 não estava devidamente pacificada, pois o consórcio surgiu e a subnotificação desapareceu no momento de maior disputa dessa definição, quando o governo procurou censurar os dados existentes. Houve uma vitória da sociedade, com o governo desistindo de censurar os números, mas também se deixou de debater as insuficiências dos dados publicados, pacificando artificialmente a definição. Como a amostra tem apenas jornal do consórcio, sem documentação das orientações do grupo, não se pode afirmar que o consórcio tenha abafado o debate da subnotificação. Mas, se o grupo de empresas se apresentava como portador da melhor versão dos dados, é possível supor que o tema da incompletude dos dados seria visto como delicado pelas chefias.

Assim, a compilação de dados estaduais representaria o posicionamento das empresas perante o governo federal. Abreu (2017) mostrou que a cobertura de saúde sempre teve uma chave de defesa do consumidor, de demandar do Estado o que ele deveria fazer e não faz. Por outro lado, uma tomada de posição política tolera pouco a incerteza. É mais forte dizer “estes são os dados que o governo quer esconder” do que “estes são os dados que o governo quer esconder, mas veja bem: eles são incompletos”. Ir mais a fundo nas insuficiências dos dados existentes também implicaria abrir uma nova frente de tensão, desta vez com os Estados - que eram, ao fim e ao cabo, a verdadeira fonte dos dados.

O que isso representou em termos do combate à pandemia no Brasil é um tema interessante para futuras pesquisas.

7 DISCUSSÃO: O USO DECLARATÓRIO DOS DADOS

“Não perguntar o que de fato significa uma estatística é uma falha de empatia” (Tim Harford, 2020).

Nos meses de maior incerteza sobre a extensão da Covid-19, os números foram um campo de batalha importante e mal compreendido. A falta de orientação federal clara sobre os critérios sobre mortes (ou orientações conflitantes entre o ministro e o seu chefe) permitiu que cada Estado, município, unidade de saúde ou no limite cada profissional de saúde aplicasse o critério que julgasse mais adequado de acordo com a circunstância.

Paradoxalmente, os números da Covid-19 foram tratados pela imprensa como importantes o suficiente para continuar sendo divulgados diariamente, com a regularidade da previsão do tempo, mas não para serem checados em sua integridade com mais afínco – especialmente após o início da principal iniciativa das grandes empresas jornalísticas brasileiras para organizar os dados frente à tentativa do governo de escondê-los. Este estudo demonstrou como os números foram tratados de maneira “declaratória” a partir de então.

O tratamento declaratório é geralmente acrítico em relação ao assunto de que se está falando. Tratar dos dados implicava uma justificada crítica ao governo de plantão, que visava abafar o debate público a respeito das dimensões da pandemia e desacreditar as medidas de mitigação adotadas por Estados e municípios, com o apoio de decisões do Supremo Tribunal Federal. Mas o dado que era o objeto do levantamento, em si, passou a ser geralmente aceito como chegava a partir da criação do consórcio. Não se questionava as diferenças entre os critérios de notificação adotados em diferentes Estados. Não se questionava onde estaria ocorrendo a subnotificação, ou mesmo quais os efeitos disso, a menos que uma fonte externa trouxesse esses questionamentos. Mais ou menos como se bastasse a crítica negacionista e desmoralizante feita pelo então presidente e a mera existência dos dados, imperfeitos como necessariamente são, bastasse como crítica política.

Isso é insuficiente para a qualificação do debate público, e em grande parte é possível atribuir a esse momento o acomodamento da definição dos dados no estado que se tinha no quarto mês da pandemia. Até hoje, o Brasil não adotou sequer o código internacional de doenças criado para acompanhar casos de Covid Longa, ou as complicações de longo prazo que se manifestam em pacientes que já tiveram Covid-19¹⁵¹.

¹⁵¹ Villacis et al (2023), “Prevalência e principais manifestações do long Covid”. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 2, p.4843-4863, mar./apr., 2023 DOI:10.34119/bjhrv6n2-032

Podemos comparar as duas pandemias estudadas neste trabalho, e de várias maneiras a cobertura de 1918 se destaca pela sofisticação num tempo em que até o telégrafo era luxo e a saúde pública era incipiente.

Nos primeiros anos da república, quando a influenza chegou aos portos brasileiros, não havia praticamente nenhuma estrutura de vigilância sanitária. No entanto, apesar de todo esse avanço, vários elementos da história se repetiram nas duas pandemias. A padronização do cuidado e da coleta de dados ficou em grande parte a cargo dos governos estaduais. O governo da vez quando chegou a Covid-19¹⁵² tentou enfrentar a pandemia como se fez no Rio de Janeiro de 1918, tentando censurar os números. Assim como em 1918, foi preciso da ajuda da sociedade civil para refinar a informação que se tinha disponível. Na falta dos escoteiros de há um século, houve uma profusão de iniciativas que se mantiveram sempre alerta. Mas a maior surpresa mesmo foi em relação ao jornalismo.

A imprensa de 2020 era indiscutivelmente mais moderna do que a de 1918. Não se compara: os repórteres são mais escolarizados, os meios técnicos são muito mais avançados, temos acesso a muito mais informação de ao redor do mundo, o jornalismo de dados é uma realidade. No entanto, ela parou de investigar a subnotificação no mês em que a disputa pelos dados estava mais acirrada. Em 1918, repórteres cariocas fizeram tocaia na porta de cemitérios de madrugada em busca de sepultamentos sigilosos e “O Combate” insistiu até depois do fim declarado da pandemia em comparar com lupa as causas de morte de anos diversos para localizar casos não declarados. Aqui, depois de junho, o principal jornal do país se contentou em compilar informações, numa inédita iniciativa colaborativa entre empresas, e aguardar que alguma fonte externa questionasse os dados oficiais.

Se em 1918 a imprensa era o ponto privilegiado de circulação dos grandes debates da opinião pública, em 2020 uma série de crises conectadas – de modelo de negócio, de modelo de conteúdo e de modelo de influência social (seção 3.2) – fez com que ela precisasse disputar legitimidade numa arena pública expandida e caótica, onde o interesse *do* público tem mais tração do que o interesse público (Boczkowski; Mitchelstein, 2013).

Nessa arena, viabilizada pelas redes sociais, governos e figuras públicas dispensavam a intermediação da imprensa (Gandour, 2020). Falavam diretamente aos cidadãos, ou a parte deles, de maneira institucional ou personalíssima, tentando até moldar a realidade às suas próprias prioridades.

¹⁵² É deliberado, sim, que o nome do inquilino do Alvorada, do governante de plantão, do ocupante do mais alto cargo da república, do então chefe de Estado, não tenha sido escrito ao longo do texto. Não deve fazer falta. Caso reste dúvida sobre qual era o nome desse senhor, basta olhar os títulos de notícias citadas que o mencionam, que não foram alterados; infelizmente, aparece trinta vezes.

Com recursos, pessoal e mobilidade muito mais reduzidos do que de costume, a imprensa precisava legitimar seu papel perante a opinião pública. Uma maneira fácil de assumir esse papel poderia vir por meio da organização dos dados que o governo tentava ocultar. Anderson (2018) propõe que é justamente em tempos de maior incerteza social que o jornalismo mais recorre à autoridade dos números, à aura de “indiscutível” (Desrosières, 1998) que eles trazem, para se legitimar como uma fonte de informação confiável – apesar das deficiências de formação e autoconfiança dos jornalistas citadas por Maier (2003) e Martinisi e Lugo-Ocando (2020). No caso brasileiro, pequenas organizações ganharam relevância mostrando ser factível.

Assim, tal como no Brasil do início da redemocratização, o uso de informações sobre insuficiências do poder público no tocante ao atendimento à saúde poderia ser usado pela imprensa para, discursivamente, ocupar o lugar de um “contrapoder” (Abreu, 2017). Para isso, no ponto mais tenso do debate sobre os dados, criou-se o consórcio de imprensa, uma colaboração inédita entre grandes empresas de comunicação (Barbosa; Goulart de Andrade; André Oliveira Cony, 2022). Ela foi anunciada simultaneamente a duas iniciativas exatamente semelhantes, uma do conselho de secretarias estaduais de saúde e outra da Câmara dos Deputados (que nunca foi mais longe do que o *tweet* de Rodrigo Maia).

A imprensa conhecia e utilizava as iniciativas da sociedade civil. Todas teriam interesse em colaborar de maneira mais próxima com as empresas de comunicação, mas estas preferiram fazer o mesmo trabalho institucionalmente – e apresentaram o dado, discursivamente, como mais ou menos de produção própria e “mais confiável” do que o dado do governo (o que seria impossível, porque a fonte era a mesma). Nesse sentido, vale pensar no consórcio de imprensa como uma forma de posicionamento político do setor, atuando como contrapoder e tentando voltar a reclamar parte do seu papel na opinião pública, disperso na fragmentação informativa das redes sociais e corroído pelas três crises pelas quais passava.

Ao mesmo tempo, desapareceu o trabalho de investigação própria da subnotificação, exatamente no momento de maior questionamento dos dados por parte do poder. Praticamente sumiram até as menções à existência da subnotificação, que faz parte da própria noção de coleta de dados.

Por que isso ocorreu, justamente no momento de maior tensão sobre os dados, e especialmente num momento em que a imprensa como instituição se colocou como guardião da transparência dos dados de saúde? Não foi por falta de competência para fazê-lo, e certamente não por não dar importância ao assunto.

Ao avaliar este trabalho, Vanessa Higgins trouxe um excelente questionamento nesse sentido: se o debate na imprensa em torno dos dados não tinha necessariamente como centro a qualidade dos dados, se os números eram apresentados de maneira mais rotinizante do que analítica e se o interesse do público nesses números caía constantemente, o que de fato esse debate agendava? Uma possibilidade aventada em resposta é que essa iniciativa tinha como sua mensagem central o fato de que as empresas de mídia estavam fornecendo os dados que o governo de plantão queria ocultar.

Alguns elementos dessa possibilidade podem ser observados no noticiário analisado neste estudo, que abrange apenas uma das empresas do consórcio.

Até o início de junho de 2020, a “Folha de S.Paulo”, cujas reportagens foram analisadas aqui, produziu trabalhos aprofundados sobre as deficiências dos dados do sistema de saúde e cartórios. Essas reportagens desapareceram com a criação do consórcio. Mais tarde, quando começaram a vir da academia os primeiros estudos mais alentados a respeito da subnotificação, esses estudos de terceiros viraram notícia.

Neste trabalho, a análise do noticiário da “Folha de S.Paulo” que mencionava mortes e subnotificação identificou os seguintes padrões:

- Após os primeiros meses da pandemia, quando tudo era novidade, as menções a mortes passaram a se concentrar cada vez mais em uma notícia altamente padronizada, atualizada diariamente com os novos números divulgados pelo governo ou gerados pelo consórcio, que chamamos de “balanço do dia”, com títulos geralmente padronizados, abusando de chavões como “nas últimas 24 horas” (o que não era bem assim) e muitas vezes usando marcadores superlativos como “recorde” e “ultrapassa a marca” em busca de atenção do público com o que Fischer (2014:1970) chamou de “falácia prodigiosa”;
- O interesse do público por esse tipo de conteúdo, estimado por meio de compartilhamentos na rede social Facebook, caiu ao longo do tempo, conforme caíam as mortes. Em tempos de aumento de mortes, voltava a subir o interesse, mas nunca ao mesmo ponto do início da pandemia – mesmo quando ela atingiu sua pior fase, em 2021. Títulos superlativos costumavam atrair maiores índices de leitura, em média, mas as dezenas de “recordes” do começo de 2020 receberam muito mais interesse do público do que o dia em que realmente houve o maior número de mortes, em março de 2021;
- O interesse na ideia de subnotificação entre o público, estimado por meio de pesquisas no Google Trends, caiu a partir da criação do consórcio de veículos

de imprensa. Em paralelo, a cobertura de subnotificação também caiu. Sousa-Pinto *et al.* (2020) veem relação entre menor cobertura da imprensa e menor curiosidade do público em buscas;

- Embora o jornal tivesse colunistas de ciência qualificados para avaliar a subnotificação, o tema raramente apareceu nos textos opinativos;
- As notícias de “balanço do dia” frequentemente mencionavam subnotificação nos primeiros meses da pandemia, geralmente associada a medidas técnicas como o atraso ou “represamento” da digitação de registros e muitas vezes a partir da fala de técnicos do Ministério da Saúde quando este era comandado por Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Com o comando do ministério posto sob o coturno de um general que obedecia a todas as ordens do chefe, e em seguida com a criação do consórcio de veículos de imprensa, as menções à noção de subnotificação desapareceram desse tipo de notícia;
- No noticiário geral, cobriu-se bem as implicações da tentativa do governo de mudar a metodologia de contagem de mortes, tanto no noticiário mais político, referente aos atores envolvidos na tentativa de censura, quanto em reportagens aprofundadas a partir dos dados disponíveis. O jornal dispunha de uma equipe qualificada para analisar os dados, mas essa linha de investigação desapareceu a partir da criação do consórcio.

Então, na prática, o noticiário passou a cobrir os números de maneira “declaratória”, apelido usado no Brasil para o tipo de noticiário que cobre aspas de autoridades e celebridades. A fala é anotada e “Fulano diz que” vira notícia, não importa se o que Fulano disse é que Beltrano beijou Sicrana ou que cloroquina cura Covid-19. O esforço de compilação dos números, factível até por entidades muito pequenas¹⁵³, era basicamente o de copiar e colar as tabelas das secretarias. A partir disso foram criados gráficos engenhosos e o Brasil aprendeu o conceito de média móvel, mas as lacunas dos números, geradas pela falta de orientação federal, continuaram – sem questionamento e às vésperas de uma onda de mortes ainda pior do que a primeira.

Mais ainda, passados quase quatro anos do início da pandemia, não há debate sobre quantos casos existem de “Covid longa” no Brasil. Embora essa condição, que implica numa série de sequelas para os pacientes que um dia tiveram Covid, seja conhecida e debatida

¹⁵³ O estúdio de inteligência de dados *Lagom Data*, do autor, tinha duas pessoas fazendo isso, no segundo semestre de 2020. Não precisava de mais do que isso. Os formatos de publicação dos dados por parte dos Estados já tinham se tornado mais facilmente automatizáveis graças à competição gerada pelo Índice de Transparência da Covid-19, o que facilitava muito o trabalho.

pontualmente, o país não adotou sequer o código internacional que permite identificar quantos casos existem dela no país e quais são os seus contornos. Participantes de grupos de estudo da Fiocruz, ligada ao governo federal, relataram ao autor que estão tateando no escuro, e essas demandas sequer têm ressonância no debate público. Tim Harford diria que falta empatia.

Há ainda uma questão de fundo, quase em sentido contrário, que este trabalho não consegue resolver – e sequer é o seu escopo, mas depois de lida em páginas centenárias ela não deixou de perturbar este autor. Veio da pena pseudônima de “Carl Ayle”, após todo o esforço investigativo do jornal “O Combate”: *“em última análise, que vantagem pública pode resultar da notícia dos casos verificados e óbitos ocorridos?”*.

Nos primeiros meses da pandemia, podemos supor que a escalada de “últimas 24h” e “recordes” tenha estimulado o cumprimento das medidas sanitárias. Mas, repetidos com a regularidade da previsão do tempo, os números viram parte da paisagem e perdem a atenção do leitor. Assim, as pessoas voltaram às ruas e o segundo vagalhão, antes da vacina chegar a todos, foi pior que o primeiro. O terceiro, graças à vacina, foi menor.

Mas era possível fazer muito melhor? Existem diversas propostas possíveis, mas todas dependem de um sistema de incentivos diferente do que hoje está vigente nos meios de comunicação tradicionais, imersos que estão em suas três crises. O fundamental, porém, seria que, ao menos na fatia do noticiário que trata da saúde pública, se levasse mais a sério o interesse público (um conceito em si difícil de definir) do que o ambiente estridente das redes sociais. Ainda que, durante os longos meses de distanciamento social, esse fosse todo o ambiente de opinião pública que estava funcionando.

Os incentivos a que respondem os meios de comunicação comerciais, porém, dificultam essa medida óbvia de interesse público. A crise do financiamento das empresas jornalísticas fez com que elas cortassem vorazmente suas equipes, o que implica cortes na qualidade. Para aparecerem no ambiente altamente concentrado de circulação de notícias em redes sociais, as empresas perderam a vergonha de apelar ao sensacionalismo e a títulos tendenciosos que visam apenas caçar cliques. Para brigar por uma fatia um pouco menos miserável do bolo publicitário, essas empresas multiplicaram o volume de material publicado mesmo com redução de pessoal, incluindo principalmente textos opinativos e “notícias de entretenimento” – qualquer coisa que cace cliques. Saúde pública não é exatamente isso. Quando é, geralmente isso diz respeito a aspectos que atendam ao critério sensacionalista.

Tal dilema não é novo. Na década de 1980, Philip Meyer escreveu sobre a responsividade dos meios de comunicação à saúde pública. Dizia ele: “se os valores noticiosos levam a visões distorcidas do que importa no atendimento à saúde, o público leitor

e espectador vai se preocupar com as coisas erradas e demandar mais informação sobre elas”. No caso da Covid-19 no Brasil, a imprensa entrou com muito mais avidez no debate sobre a cloroquina e outros remédios ineficientes propostos por líderes populistas do que no debate sobre a subnotificação dos dados. Notícias e artigos opinativos sobre promessas vazias de milagres apelavam muito mais ao ambiente das redes sociais do que material mais analítico.

Usar os dados de maneira rasa para propagandear a própria importância dos meios de comunicação acaba sendo uma estratégia eficaz nas redes sociais. Mas o debate público sai empobrecido com a noção declaratória do que é utilizar os dados no jornalismo. Perdem ainda mais as pessoas mais atingidas pela desigualdade no atendimento à saúde, como os idosos das periferias e os ribeirinhos. Não precisa ser assim. Mas, considerando-se as tendências atuais da imprensa, talvez seja tarde demais para esperar que essa qualificação do debate público venha dos grandes meios de comunicação, a esta altura já preocupados com outra coisa.

Mas, no mesmo momento em que estas linhas são escritas, há notícias de uma nova pneumonia misteriosa registrada na China. É possível que não seja nada tão grave e mundial como ocorreu no final de 2019, e realmente precisamos torcer por isso. Mas, caso essa doença se torne um problema global, dificilmente podemos considerar que as empresas jornalísticas tradicionais tenham aprendido algo com os últimos quatro anos. Precisamos contar com os independentes – que têm ainda menos recursos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. DE. **Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- AGRANONIK, M.; JUNG, R. O. Qualidade dos sistemas de informações sobre nascidos vivos e sobre mortalidade no Rio Grande do Sul, Brasil, 2000 a 2014. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1945–1958, maio 2019.
- ANDERSON, C. W. **Apostles of certainty: data journalism and the politics of doubt**. New York, NY: Oxford University Press, 2018.
- ANDERSON, S. P.; GABSZEWICZ, J. J. Chapter 18 The Media and Advertising: A Tale of Two-Sided Markets. Em: **Handbook of the Economics of Art and Culture**. [s.l.] Elsevier, 2006. v. 1p. 567–614.
- ANOREG-PR. **Mortes até 14 anos têm maior sub-registro e subnotificação em 2020, diz IBGE. Anoreg-PR**, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.anoregpr.org.br/mortes-ate-14-anos-tem-maior-sub-registro-e-subnotificacao-em-2020-diz-ibge/>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ARAFAT, R.; PORLEZZA, C. Exploring News Innovations, Journalistic Routines, and Role Perceptions during the COVID-19 Pandemic: A Case Study of Egyptian Journalists. **Journalism Studies**, p. 1–22, 3 abr. 2023.
- ARAÚJO, R. et al. Journalists during COVID-19: Perceptions of Negative Impacts on Portuguese Journalism. **Journalism Practice**, p. 1–14, 24 jul. 2023.
- ASHBAUGH, DAVIDG. *et al.* ACUTE RESPIRATORY DISTRESS IN ADULTS. **The Lancet**, v. 290, n. 7511, p. 319–323, ago. 1967.
- AUVÄÄRT, L. Fighting COVID-19 with data: An analysis of data journalism projects submitted to Sigma Awards 2021. **Central European Journal of Communication**, v. 15, n. 3(32), p. 379–395, 24 fev. 2023.
- BALL, J. **Post-truth: how bullshit conquered the world**. London: Biteback Publishing, 2017.
- BALSALOBRE, S. R. G. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento**. [s.l.] Editora UNESP, 2010.
- BARATA, R. B. Epidemiologia e políticas públicas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, n. 1, p. 3–17, mar. 2013.
- BARBOSA, J.; VICTORIA, D. **Módulo de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades (MOPECE) - Vigilância em saúde pública**. Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_4.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BARBOSA, M.; GOULART DE ANDRADE, A. P.; ANDRÉ OLIVEIRA CONY, M. Cenas dos próximos capítulos: a criação do consórcio de imprensa. **Razón y palabra**, v. 26, n. 114, p. 17, 2022.

BAYERLEIN, M. *et al.* Populism and COVID-19: How Populist Governments (Mis)Handle the Pandemic. **Journal of Political Institutions and Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 389–428, 2021.

BEANEY, T. *et al.* Excess mortality: the gold standard in measuring the impact of COVID-19 worldwide? **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 113, n. 9, p. 329–334, set. 2020.

BECKER, H. S. **Evidence**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2017.

BERGER, J. **Contagious: why things catch on**. First Simon&Schuster trade paperback edition ed. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2016.

BERMAN, E. P.; HIRSCHMAN, D. The Sociology of Quantification: Where Are We Now? **Contemporary Sociology: A Journal of Reviews**, v. 47, n. 3, p. 257–266, maio 2018.

BERQUÓ, E.; GONÇALVES, M. “A Invasão de óbitos no município de São Paulo”. Cebrap, 1974.

BERTOLLI FILHO, C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. Santa Ifigênia, São Paulo, SP: Paz e Terra, 2003.

BERTOLLI FILHO, C. Estratégias jornalísticas no noticiamento de uma epidemia: a Gripe Espanhola em São Paulo. **História da Saúde: Olhares e Veredas**, n. Instituto de Saúde, 2009.

BERTOLLI FILHO, C. A gripe espanhola foi um negócio lucrativo: historiografia e publicidade nos jornais de 1918. **Cadernos de História da Ciência**, v. 14, n. 2, 30 abr. 2021.

BERTUCCI, L. M. Epidemia em papel e tinta: a gripe espanhola nos jornais de São Paulo. **Khronos**, n. 6, p. 11, 19 dez. 2018.

BEST, J. **Stat-spotting: a field guide to identifying dubious data**. Berkeley: University of California Press, 2008.

BIGO, D.; ISIN, E.; RUPPERT, E. **Data Politics: Worlds, Subjects, Rights**. 1. ed. London: Routledge, 2019.

BISIANI, S. *et al.* The Data Journalism Workforce: Demographics, Skills, Work Practices, and Challenges in the Aftermath of the COVID-19 Pandemic. **Journalism Practice**, p. 1–21, 23 mar. 2023.

BOCZKOWSKI, P. J.; MITCHELSTEIN, E. **The news gap: when the information preferences of the media and the public diverge**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2013.

BOYLE, D. **The Sum of Our Discontent: Why Numbers Make Us Irrational**. 1ª edição ed. New York: Texere, 2004.

BUCCI, E. **Existe democracia sem verdade factual? Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

BUCCI, E. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. Belo Horizonte: Autentica, 2021.

CAGÉ, J.; GOLDHAMMER, A. **Saving the media: capitalism, crowdfunding, and democracy**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press/Harvard University Press, 2016.

CAIRO, A. **The truthful art: data, charts, and maps for communication**. San Francisco, CA: New Riders, 2016.

CAMARGO, A. D. P. R.; MOTTA, E. D. S. M. G.; MOURÃO, V. L. A. Números emergentes: temporalidade, métrica e estética da pandemia de Covid-19. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 2, p. 311, 31 ago. 2021.

CARVALHO, C. A. D. *et al.* Delay in death reporting affects timely monitoring and modeling of the COVID-19 pandemic. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, p. e00292320, 2021.

CHAKRAVARTTY, A. Scientific Realism. Em: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2017 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2017.

CHECCHI, F.; ROBERTS, L. **Interpreting and using mortality data in humanitarian emergencies: a primer for non-epidemiologists**. London: Overseas Development Institute, 2005.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

COSTA, M. R. DA; MARCOPITO, L. F. Mortalidade por causas mal definidas, Brasil, 1979-2002, e um modelo preditivo para idade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 5, p. 1001–1012, maio 2008.

DALCOMO, M. **Um tempo para não esquecer: a visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2021.

DAVIES, N. **Flat earth news: an award-winning reporter exposes falsehood, distortion and propaganda in the global media**. London: Chatto & Windus, 2008.

DE BRUIN, K. *et al.* News Avoidance during the Covid-19 Crisis: Understanding Information Overload. **Digital Journalism**, v. 9, n. 9, p. 1286–1302, 21 out. 2021.

DESROSIÈRES, A. **The politics of large numbers: a history of statistical reasoning**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998.

DESROSIÈRES, A. How Real Are Statistics? Four Possible Attitudes. **Social Research**, v.

68, n. 2, p. 339–355, 2001.

DUARTE, D. E.; BENETTI, P. R. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, v. 24, n. 60, p. 98–138, ago. 2022.

ESPELAND, W. N.; STEVENS, M. L. A Sociology of Quantification. **European Journal of Sociology**, v. 49, n. 3, p. 401–436, dez. 2008.

FISCHER, D. H. **Historians' fallacies: toward a logic of historical thought**. 48th print of Harper Torchbook ed. publ. 1970 ed. New York: Harper Perennial, 2014.

FONG, M. W. *et al.* Nonpharmaceutical Measures for Pandemic Influenza in Nonhealthcare Settings—Social Distancing Measures - Volume 26, Number 5—May 2020 - Emerging Infectious Diseases journal - CDC. [s.d.].

FRANÇA, E. B. *et al.* Óbitos por COVID-19 no Brasil: quantos e quais estamos identificando? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200053, 2020.

FRANÇA, E. B. *et al.* Measuring misclassification of Covid-19 as garbage codes: Results of investigating 1,365 deaths and implications for vital statistics in Brazil. **PLOS Global Public Health**, v. 2, n. 5, p. e0000199, 5 mai. 2022.

FRIENDLY, M.; WAINER, H. **A history of data visualization and graphic communication**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2021.

GALHARDI, C. P. *et al.* Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. suppl 2, p. 4201–4210, out. 2020.

GANDOUR, R. **Jornalismo em retração, poder em expansão: a segunda morte da opinião pública: como o encolhimento da imprensa e o uso crescente de redes sociais por governantes podem degradar o ambiente informativo e prejudicar a democracia**. São Paulo, SP: Summus editorial, 2020.

GARCIA, G. “Acabou matéria do Jornal Nacional”, diz Bolsonaro sobre atrasos na divulgação de mortos por coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/dados-do-coronavirus-bolsonaro-defende-excluir-de-balanco-numero-de-mortos-de-dias-anteriores.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GARCÍA-AVILÉS, J. A. Journalism as Usual? Managing Disruption in Virtual Newsrooms during the COVID-19 Crisis. **Digital Journalism**, v. 9, n. 9, p. 1239–1260, 21 out. 2021.

GARFINKEL, HAROLD. “Good” Organizational Reasons for “Bad” Clinical Records | **BibSonomy**. Disponível em: <https://www.bibsonomy.org/bibtex/1c945fe19654e4fe0bec663685e899501/referrator>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GEHRKE, M. Os elementos de transparência no jornalismo guiado por dados. 2021.

GEHRKE, M. *et al.* All the President’s Lies: How Brazilian News Media Addressed False and

Inaccurate Claims in Their Titles. **Journalism Practice**, p. 1–18, 20 fev. 2023.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1989.

GOULART, A. DA C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101–142, abr. 2005.

GRAY, J. *et al.* (EDS.). **The data journalism handbook**. 1st ed ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2012.

HAMILTON, J. T. **All the News That's Fit to Sell: How the Market Transforms Information into News**. [s.l.] Princeton University Press, 2011.

HAMILTON, J. T. **Democracy's Detectives: The Economics of Investigative Journalism**. Reprint edição ed. Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Press, 2018.

HARCUP, T.; O'NEILL, D. What Is News? Galtung and Ruge revisited. **Journalism Studies**, v. 2, n. 2, p. 261–280, jan. 2001.

HARFORD, T. **How to Make the World Add Up: Ten Rules for Thinking Differently About Numbers**. [s.l.] The Bridge Street Press, 2020.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

IBGE, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Estudo complementar à aplicação da técnica de captura-recaptura: estimativas desagregadas dos totais de nascidos vivos e óbitos: 2016-2019**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101927>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ISER, B. P. M. *et al.* Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 3, jun. 2020.

JOHN BARRY. **A Grande Gripe**. São Paulo: Intrínseca, 2020.

JOHNSON, S. **The Ghost Map: The Story of London's Most Terrifying Epidemic--And How It Changed Science, Cities, and the Modern World**. Illustrated edição ed. New York: Riverhead Books, 2007.

JUKES, S.; FOWLER-WATT, K.; REES, G. Reporting the Covid-19 Pandemic: Trauma on Our Own Doorstep. **Digital Journalism**, v. 10, n. 6, p. 997–1014, 3 jul. 2022.

KAMEDA, K. *et al.* Testing COVID-19 in Brazil: fragmented efforts and challenges to expand diagnostic capacity at the Brazilian Unified National Health System. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. e00277420, 2021.

KOOPMAN, C. **How we became our data: a genealogy of the informational person**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3. ed ed. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2003.

LEONELLI, S. **A pesquisa científica na era do Big Data: cinco maneiras que mostram como o big data prejudica a ciência, e como podemos salvá-la**. Tradução: Carla Cristina Munhoz Xavier. Rio de Janeiro: Editoro Fiocruz, 2022.

LI, R. *et al.* Substantial undocumented infection facilitates the rapid dissemination of novel coronavirus (SARS-CoV-2). **Science**, v. 368, n. 6490, p. 489–493, maio 2020.

LIMA, R. B. DE *et al.* Investigation of garbage code deaths to improve the quality of cause-of-death in Brazil: results from a pilot study. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, n. suppl 3, p. e19004.supl.3, 2019.

LIMA, O. P.; CARRIERI, A. DE P. A contabilidade de óbitos e a organização social da morte no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, p. 355–373, 13 jul. 2020.

LOWREY, W.; HOU, J. All forest, no trees? Data journalism and the construction of abstract categories. **Journalism**, v. 22, n. 1, p. 35–51, jan. 2021.

MACH, K. J. *et al.* News media coverage of COVID-19 public health and policy information. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 8, n. 1, p. 1–11, 28 set. 2021.

MACIEL-LIMA, S. M. *et al.* The impact that the influenza A (H1N1) pandemic had on news reporting in the state of Paraná, Brazil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 1, p. 273–291, mar. 2015.

MADRID CASADO, C. M. **Fisher, la inferencia estadística: probablemente sí, probablemente no**. Barcelona: RBA, 2014.

MAIER, S. R. Numbers in the News: a mathematics audit of a daily newspaper. **Journalism Studies**, v. 3, n. 4, p. 507–519, jan. 2002.

MAIER, S. R. Numeracy in the Newsroom: A Case Study of Mathematical Competence and Confidence. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 80, n. 4, p. 921–936, dez. 2003.

MANDETTA, L. H.; NUNES, A. C. **Um paciente chamado Brasil: Os bastidores da luta contra o coronavírus**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, Brasil: Objetiva, 2020.

MARTINISI, A.; LUGO-OCANDO, J. A. **Statistics and the Quest for Quality Journalism: A Study in Quantitative Reporting**. London, UK; New York, NY, USA: Anthem Press, 2020.

MATHERS, C. *et al.* Counting the dead and what they died from: an assessment of the global status of cause of death data. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 83, n. 3, p.

171–177, 16 mar. 2005.

MCMANUS, J. H. Commodification of News. Em: VOS, T. P. *et al.* (Eds.). **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. 1. ed. [s.l.] Wiley, 2019. p. 1–5.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**. 6. ed. [s.l.] Summus editorial, 1988.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Cursos da Arrábida - Universidade de Verão: BOCC, 1997. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MÉDOLA, A. S. L. D.; GUERREIRO, T. M. T. Cercados, o documentário: entre fatos e mentiras, entre imprensa e discursos. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, p. e2022118, 2022.

MELLADO, C. *et al.* Sourcing Pandemic News: A Cross-National Computational Analysis of Mainstream Media Coverage of COVID-19 on Facebook, Twitter, and Instagram. **Digital Journalism**, v. 9, n. 9, p. 1261–1285, 21 out. 2021.

MELO, J. M. DE; ASSIS, F. DE (EDS.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

MESENBURG, M. A. *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis e covid-19: resultados do estudo Epicovid-19 Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 38, 2 jun. 2021.

MEYER, P. **The People Beyond 12th Street: a survey of attitudes of Detroit negroes after the riot of 1967**. Detroit Free Press, 1967. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/s3.documentcloud.org/documents/2070181/detroit1967.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MEYER, P. **Mathematics Competency Test for Journalists**. School of Journalism and Mass Communication The University of North Carolina at Chapel Hill, 2000. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20011218000650/http://www.unc.edu:80/~pmeyer/carstat/mathtestquestions.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MEYER, P. **Precision journalism: a reporter's introduction to social science methods**. 4th ed ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

MEYER, P. The Influence Model and Newspaper Business. **Newspaper Research Journal**, v. 25, n. 1, p. 66–83, jan. 2004.

MEYER, P. **The vanishing newspaper: saving journalism in the information age**. 2nd ed ed. Columbia: University of Missouri Press, 2009.

MEYER, P. **Paper route: finding my way to precision journalism**. Bloomington, IN: iUniverse, 2012.

MEYER, P.; KIM, M. **Above-Average Staff Size Helps Newspapers Retain Circulation**. Rochester, NY, 2003. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=1591391>. Acesso em:

10 abr. 2023.

MEYER, P.; ZHANG, Y. **Anatomy of a death spiral: newspapers and their credibility**, 1 set. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228960330_Anatomy_of_a_death_spiral_newspapers_and_their_credibility. Acesso em: 10 abr. 2023.

MILANEZI, JACIANE. **“Eu não vou parar por causa de uma raça”: a coleta da raça/cor no SUS. Dados**, 4 jun. 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/coleta-da-raca-cor-no-sus/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MITCHELL, R. E. **Web scraping with Python: collecting more data from the modern web**. Second edition ed. Sebastopol, CA: O’Reilly Media, 2018.

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2002.

MURARO, A. P. *et al.* Óbitos por condições de saúde posteriores à COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 331–336, fev. 2023.

NEIVA, M. B. *et al.* Brazil: the emerging epicenter of COVID-19 pandemic. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 53, p. e20200550, 2020.

NETO, M. *et al.* Lessons from the past in the present: news from the Spanish flu pandemic to COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 1, p. e20201161, 2022.

NEUFELD, P. M. Memória médica: a Gripe Espanhola de 1918. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 52, n. 3, 2020.

NIQUINI, R. P. *et al.* SRAG por COVID-19 no Brasil: descrição e comparação de características demográficas e comorbidades com SRAG por influenza e com a população geral. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, p. e00149420, 2020.

OLIVEIRA, A. T. R. DE (ED.). **Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

OMS. **Global excess deaths associated with the COVID-19 pandemic**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/global-excess-deaths-associated-with-the-COVID-19-pandemic>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OMS. **Global excess deaths associated with COVID-19 (modelled estimates)**. Disponível em: <https://www.who.int/data/sets/global-excess-deaths-associated-with-covid-19-modelled-estimates>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Emergência dos dados: Como o Índice de Transparência da Covid-19 impulsionou a abertura de dados da pandemia no Brasil**, 2021. Disponível em: https://ok.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Ebook_EmergenciaDados_OKBR.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

ORELLANA, J. D. Y. *et al.* Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00259120, 5 fev. 2021.

PARASIE, S. **Computing the news data: journalism and the search for objectivity**. New York: Columbia University Press, 2022.

PATTERSON, T. E. **Informing the news: the need for knowledge-based journalism**. New York: Vintage Books, A Division of Random House LLC, 2013.

PENAFORTE, T. As epistemes políticas da Covid-19: construções e referentes. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 49–61, 28 abr. 2023.

PENTEADO, S. M. P. **Subnotificação de óbitos infantis no sistema de informação sobre mortalidade (SIM): uma análise comparativa com o registro dos agentes de saúde**. 2003.

PENTZOLD, C.; FECHNER, D. Probabilistic Storytelling and Temporal Exigencies in Predictive Data Journalism. **Digital Journalism**, v. 9, n. 6, p. 715–736, 3 jul. 2021.

PENTZOLD, C.; FECHNER, D. J.; ZUBER, C. “Flatten the Curve”: Data-Driven Projections and the Journalistic Brokering of Knowledge during the COVID-19 Crisis. **Digital Journalism**, v. 9, n. 9, p. 1367–1390, 21 out. 2021.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3 ed. 1 reimpressão ed. Campinas: Edusp, 2004.

PETTY, W.; GRAUNT, J.; HULL, C. H. **Economic Writings. Together With the Observations Upon the Bills of Mortality, More Probably by John Graunt; Volume 1**. [s.l.] Legare Street Press, 2022.

PIAIA, V.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 3, p. 135–154, set. 2020.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro a Dilma**. São Paulo, SP: Três Estrelas, 2011.

PINTO, A. E. DE S. **Folha**. São Paulo, SP: Publifolha, 2012.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. 1a. edição ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

RENDGEN, S. **History of Information Graphics**. Multilingual edição ed. Köln: Taschen, 2019.

RIBEIRO, B. M. S. S.; ROBAZZI, M. L. C. C.; DALRI, R. D. C. M. B. Violência causada aos profissionais de saúde durante a pandemia da COVID-19. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 4, n. 2, p. 115–124, 18 ago. 2021.

RODRIGUES, R.; COSTA, H. **A política contra o vírus: Bastidores da CPI da Covid**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2022.

RODRIGUES, G. M. A.; OLIVEIRA, V. E.; LABANCA, M.; FERRARI, S. Brazil and the Fight Against Covid-19: Strengthening state and municipal powers. Em: **Comparative Federalism and Covid-19**. [s.l.] Routledge, 2021.

ROSLING, H.; HÄRGESTAM, F. **Hur jag lärde mig förstå världen: memoarer**. Andra upplagan, första tryckningen ed. Stockholm: Natur & Kultur, 2017.

SALSBURG, D. **Lady Tasting Tea: How Statistics Revolutionized Science in the Twentieth Century**. Illustrated edição ed. New York, NY: Holt McDougal, 2002.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. [s.l.] Enap, 2021.

SANTOS, A. M. DOS *et al.* Excess deaths from all causes and by COVID-19 in Brazil in 2020. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 71, 29 out. 2021.

SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. 1980.

SARACCI, R. **Epidemiology: a very short introduction**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

SCHÄFER, S.; AALDERING, L.; LECHELER, S. “Give Me a Break!” Prevalence and Predictors of Intentional News Avoidance During the COVID-19 Pandemic. **Mass Communication and Society**, v. 26, n. 4, p. 671–694, 4 jul. 2023.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M.; BURTON, V. **A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

SCOTT, J. C. **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. Veritas paperback edition ed. New Haven, CT London: Yale University Press, 2020.

SENRA, N. **O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005.

SERVA, L. **A desintegração dos jornais**. [s.l.] Reflexão, 2017.

SILVA, C. E. L. DA. **Mil dias: seis mil dias depois**. São Paulo, SP: PubliFolha, 2005.

SILVA, G. M.; RASERA, E. F. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 61–76, 14 ago. 2013.

SILVEIRA, M. H.; LAURENTI, R. Os eventos vitais: aspectos de seus registros e

inter-relação da legislação vigente com as estatísticas de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 7, n. 1, p. 37–50, mar. 1973.

SINHA, D. **Pandemic, governance and communication: the curious case of COVID-19**. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2022.

SLAUTER, W. Write up Your Dead. **Media History**, v. 17, n. 1, p. 1–15, 1 fev. 2011.

SMITH, B. **Traffic: genius, rivalry, and delusion in the billion-dollar race to go viral**. New York: Penguin Press, 2023.

SOARES, M. 50 anos de precisão. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 30, p. 40–45, 2022.

SOUSA-PINTO, B. *et al.* Assessment of the Impact of Media Coverage on COVID-19–Related Google Trends Data: Infodemiology Study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 8, p. e19611, 10 ago. 2020.

SOUZA, G. DE. **A conotação dos dados estatísticos pela mídia impressa**. Dissertação—[s.l.] Faculdade Cásper Líbero, 2009.

SPIEGELHALTER, D. J. **The art of statistics: learning from data**. Paperback edition ed. UK: Pelican Books, 2020.

SPIEGELHALTER, D. J.; MASTERS, A. **Covid by numbers: making sense of the pandemic with data**. United Kingdom: Pelican an imprint of Penguin Books, 2021.

SWEETSER, K. D. *et al.* Native Advertising as a New Public Relations Tactic. **American Behavioral Scientist**, v. 60, n. 12, p. 1442–1457, nov. 2016.

Tempestade perfeita: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

TRÄSEL, M. **Aprendendo a se deixar guiar por dados: a formação dos jornalistas da equipe Estadão Dados**. Em: GLOBAL INVESTIGATIVE JOURNALISM CONFERENCE. 2013. Disponível em: <https://ijec.org/2014/02/07/learning-to-be-guided-by-data-the-training-of-journalists-team-estadao-data-portuguese/>. Acesso em: 24 jun. 2023

TUCHMAN, G. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660–679, jan. 1972.

TUCHMAN, G. **Making news: a study in the construction of reality**. First Free Press paperback ed ed. New York: Free Press [u.a.], 1980.

VASCONCELOS, A. M. N. Qualidade das estatísticas de óbitos no Brasil: uma classificação das Unidades da Federação. Encontro Nacional De Estudos Populacionais (12). **Anais...** Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1001/966>. Acesso em: 24 jun. 2023

VILLELA, D. A. M.; GOMES, M. F. DA C. O impacto da disponibilidade de dados e

informação oportuna para a vigilância epidemiológica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00115122, 25 jul. 2022.

VIZEU, R. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro, Brazil: Harper Collins, 2019.

WALDVOGEL, B. C.; FERREIRA, C. E. D. C. Estatísticas da vida. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3–4, p. 55–66, dez. 2003.

WARD, M. **Quantifying the World: UN Ideas and Statistics**. [s.l.] Indiana University Press, 2004.

WEISBERG, H. I. **Willful Ignorance: The Mismeasure of Uncertainty**. 1ª edição ed. Hoboken, New Jersey: Wiley, 2014.

WERNIMONT, J. **Numbered Lives: Life and Death in Quantum Media**. Illustrated edição ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2019.

WIGGINS, C.; JONES, M. L. **How data happened: a history from the age of reason to the age of algorithms**. First edition ed. New York, NY: W. W. Norton & Company, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Guidelines for Certification and Classification (Coding) of COVID-19 as Cause of Death**. Disponível em: <[https://www.who.int/publications/m/item/international-guidelines-for-certification-and-classification-\(coding\)-of-covid-19-as-cause-of-death](https://www.who.int/publications/m/item/international-guidelines-for-certification-and-classification-(coding)-of-covid-19-as-cause-of-death)>. Acesso em: 20 jun. 2023.

WU, S. Data “Objectivity” in a Time of Coronavirus: Uncovering the Potential Impact of State Influence on the Production of Data-Driven News. **Digital Journalism**, v. 9, n. 9, p. 1303–1320, 21 out. 2021.

YTRE-ARNE, B.; MOE, H. Doomscrolling, Monitoring and Avoiding: News Use in COVID-19 Pandemic Lockdown. **Journalism Studies**, v. 22, n. 13, p. 1739–1755, 3 out. 2021.

APÊNDICE A - UMA CRONOLOGIA DA COVID-19

Abaixo, reunimos alguns marcos cronológicos dos dois primeiros anos da pandemia de Covid-19. Eles estão classificados com um código de cores para classificar o tipo de acontecimento. A base foi construída a partir da linha do tempo oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁵⁴, do histórico publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)¹⁵⁵, da linha do tempo do jornal norte-americano “The New York Times”¹⁵⁶, da compilação de frases feita pelo site de notícias Poder360¹⁵⁷ e outros documentos consultados ao longo da pesquisa. Esta linha do tempo não pretende abarcar todo o fenômeno da Covid-19, atendo-se principalmente aos fatos mais pertinentes ao tema desta dissertação: a definição dos critérios do que conta ou deixa de contar como uma morte de Covid-19. As entradas podem estar marcadas com estas etiquetas:

E Efeméride

D Dados

BR Governo brasileiro

OMS Regras OMS

B Falas e ações do presidente

Antes da chegada ao Brasil: dez.2019 a fev.2020

E 27.dez.2019 - Autoridades da província de Wuhan, na China, informam que 27 pessoas, que frequentavam o mercado de frutos do mar de Huanan, adoeceram com um vírus misterioso semelhante a uma pneumonia¹⁵⁸.

E 3.jan.2020 - Após dias de acusações de censura, autoridades de Wuhan informam que há 44 pacientes em observação. Em Hong Kong, surgem outros cinco casos. Está descartada a hipótese de que o vírus seja o da influenza, o da gripe aviária ou qualquer outra doença respiratória conhecida. A notícia chega à CNN três dias depois¹⁵⁹.

E 10.jan.2020 - Um morador de Wuhan é o primeiro paciente a morrer com o vírus¹⁶⁰.

¹⁵⁴ <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#!>

¹⁵⁵ <https://www.paho.org/pt/Covid-1919/historico-da-pandemia-Covid-19>

¹⁵⁶ <https://www.nytimes.com/article/coronavirus-timeline.html>

¹⁵⁷ <https://www.poder360.com.br/brasil/de-gripezinha-a-cloroquina-o-discurso-alinhado-de-trump-e-bolsonaro/>

¹⁵⁸ <https://www.reuters.com/article/us-china-health-pneumonia/chinese-officials-investigate-cause-of-pneumonia-outbreak-in-wuhan-idUSKBN1YZ0GP>

¹⁵⁹ <https://www.cnn.com/2020/01/06/health/china-pneumonia-intl-hnk/index.html>

¹⁶⁰ <https://www.nytimes.com/2020/01/10/world/asia/china-virus-wuhan-death.html>

OMS 17.jan.2020 - OMS alerta que o vírus ainda é praticamente desconhecido mas que poderão surgir novos casos internacionais

E 20.jan.2020 - Xi Jinping reconhece epidemia na China

E 21.jan.2020 - Primeiro caso anunciado nos Estados Unidos, em Washington

E 22.jan.2020 - China coloca Wuhan em lockdown - confinamento compulsório da população para tentar reduzir a transmissão do vírus.

OMS 23.jan.2020 - OMS considera cedo demais para declarar emergência global de saúde.

E 24.jan.2020 - França confirma o primeiro caso na Europa

E OMS 30.jan.2020 - OMS declara emergência global de saúde

E 2.fev.2020 - Nas Filipinas, um homem de 44 anos é o primeiro paciente de Covid-19 a morrer fora da China

E BR 6.fev.2020 - Decretado estado de emergência para conter o coronavírus no Brasil. A lei cria normas para quarentena e medidas de combate ao vírus¹⁶¹.)

E 7.fev.2020 - Morre de Covid-19 o médico chinês Li Wenliang, censurado pelo governo por ter sido um dos primeiros a tentar alertar sobre o vírus

OMS 11.fev.2020 - OMS propõe o nome Covid-19 para a doença, visando evitar referências a países (como na “gripe espanhola”) ou animais (“gripe aviária”), utilizando um acrônimo de COronaVirus Disease e o ano do surgimento (2019)

E 14.fev.2020 - Morre na França a primeira vítima da Covid-19 na Europa, um turista chinês

D 23.fev.2020 - Disparam os casos na Itália, especialmente na região da Lombardia. Dez cidades entram em lockdown

Primeiros três meses no país: março a junho de 2020

E BR 26.fev.2020 - Confirmado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, um homem paulista de 61 anos que tinha estado na Itália

E 29.fev.2020 - Primeira morte de Covid-19 confirmada nos Estados Unidos (outras duas ocorreram antes, mas a confirmação só veio depois)

E BR 11.mar.2020 - DF impõe medidas de distanciamento social, começando por escolas

OMS 11.mar.2020 - OMS decreta pandemia

BR 12.mar.2020 - Comitiva de Jair Bolsonaro volta de visita aos EUA com mais de 20 membros infectados. Acontece a primeira morte relacionada à Covid-19 no Brasil. ([CNN](#), 2020).

¹⁶¹ BRASIL, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BR 13.mar.2020 - Ministério da Saúde regulamenta critérios de isolamento para casos suspeitos ou confirmados

E 15.mar.2020 - EUA recomenda evitar aglomerações com mais de 50 pessoas

E BR 16.mar.2020 - SP impõe distanciamento social

E BR 17.mar.2020 - RJ impõe distanciamento social

E BR 17.mar.2020 - São Paulo e Rio registram as primeiras mortes conhecidas de Covid-19

BR D 19.mar.2020 - Prevent Sênior registra 5 mortes de Covid-19 e passa a ser investigada pela prefeitura por não informar que tinha pacientes com a doença

E BR 20.mar.2020 - Pandemia de Covid-19 é declarada oficialmente no Brasil, em pronunciamento do Ministério da Saúde, que cita casos de transmissão comunitária.

D 21.mar.2020 - Roraima é o último Estado brasileiro a registrar casos de Covid-19

BR 21.mar.2020 - Governo determina serviços essenciais que não podem fechar. Entre elas, estão: assistência à saúde, assistência social, segurança pública, defesa nacional, transporte, telecomunicações e internet, fornecimento de água, coleta de esgoto e lixo, fornecimento de energia elétrica e gás, iluminação pública, serviços de entrega, serviços funerários, controle de substâncias radioativas, vigilância sanitária, prevenção e controle de pragas, serviços postais, fiscalização ambiental, fornecimento de combustíveis e atividades médico-periciais.

B 24.mar.2020 - Em pronunciamento, Bolsonaro chama Covid-19 de “gripezinha”, fala em “histeria” e pede a volta da normalidade. Pelo oitavo dia, brasileiros fazem panelaço

B 25.mar.2020 - 25 dos 27 governadores assinam nota criticando Bolsonaro e se comprometendo a manter medidas de distanciamento. Dissidentes são Zema RO e RR

26.mar.2020 - EUA são líderes mundiais em número de casos

D 28.mar.2020 - Brasil passa de 100 mortes. Primeiro morto no Piauí é o ex-prefeito Antonio Nonato Lima Gomes, do município de São José do Divino

D 28.mar.2020 - Estudo do Imperial College projeta 1,15 milhão de mortes no Brasil se nenhuma medida de isolamento for adotada

30.mar.2020 - Atila no Roda Viva. A exibição, realizada ao vivo, bate recordes de audiência do programa desde julho de 2018¹⁶². Em menos de 24 horas, o vídeo da entrevista bateu 1 milhão de visualizações no YouTube¹⁶³.

¹⁶²

<https://telepadi.folha.uol.com.br/entrevista-com-biologo-no-roda-viva-e-a-maior-desde-edicao-com-bolsonaro-em-2018/>

¹⁶³

https://cultura.uol.com.br/noticias/1174_em-menos-de-24h-roda-viva-com-Atila-iamarino-bate-1-milhao-de-visualizacoes-no-youtube.html

D 2.abr.2020 - Um milhão de casos confirmados em 171 países e seis continentes, com 51 mil mortes no mundo inteiro.

6.abr.2020 - Boris Johnson na UTI

D 8.abr.2020 - Mortes confirmadas de Covid-19 no Brasil (800) superam as de dengue e H1N1 em 2019

E 10.abr.2020 - Adolescente de 15 anos é o primeiro ianomâmi a morrer de Covid-19

D 10.abr.2020 - Entra em colapso o hospital Maida Aziz, referência no tratamento da Covid-19 em Manaus

D 14.abr.2020 - Anunciado estudo EpiCovid-19. Tocantins é o último Estado brasileiro a registrar uma morte

E BR B 16.abr.2020 - Bolsonaro demite Luiz Henrique Mandetta, que até então era Ministro da Saúde. O motivo da demissão seria uma suposta defesa de Mandetta de medidas de combate à pandemia que não eram endossadas pelo Planalto, como o isolamento social.

E OMS D 20.abr.2020 - OMS publica critérios para determinar quando uma morte foi causada pela Covid-19 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). São consideradas mortes de Covid-19 aquelas onde a doença é a causa subjacente em casos suspeitos e confirmados. Onde a Covid-19 não é a causa direta, não conta. Mas àquela altura outros países já contavam diferente.

E D 21.abr.2020 - Autópsias confirmam duas mortes de Covid-19 nos EUA ocorridas antes do dia 29 de fevereiro

BR 22.abr.2020 - Nelson Teich, o novo ministro da Saúde, defende plano para saída do isolamento social

BR D 23.abr.2020 - Teich diz não ser possível interpretar os dados e saber se a doença está piorando. Para ele, é preciso “ter ações”.

D 26.abr.2020 - Mortes no mundo ultrapassam as 200 mil

BR D 27.abr.2020 - Teich anuncia que pasta vai começar a acompanhar mortes registradas em cartórios

D B 28.abr.2020 - Com 474 mortes no dia, Brasil ultrapassa as 5 mil mortes, ficando com um índice superior ao da China. Questionado, Bolsonaro responde: “E daí?”

D 5.mai.2020 - Estudo mostra que o vírus havia chegado à França em dezembro de 2019

BR 6.mai.2020 - MS anuncia ampliação da política de testagem

E BR D 8.mai.2020 - MS altera metodologia de contagem dos óbitos

D 9.mai.2020 - Brasil tem 10 mil mortes. Congresso decreta luto oficial de 3 dias. José Antônio Dias Tóffoli, então presidente do Supremo, pede união entre poderes e políticas baseadas na ciência. O Executivo não se manifesta

B 11.mai.2020 - Presidente inclui indústrias, construção, salões de beleza e academias de ginástica entre atividades essenciais. Estados e municípios, decide STF, podem ignorar

BR B 14.mai.2020 - Bolsonaro edita MP que isenta agentes públicos de responsabilidade por erros cometidos no combate à pandemia. Mais tarde, o STF limitou os efeitos dessa medida

BR 14.mai.2020 - Instituído gabinete de crise do SUS

D 15.mai.2020 - Apib informa que 38 povos indígenas já haviam sido afetados pela Covid-19, com ao menos 92 mortes confirmadas.

E BR 15.mai.2020 - Nelson Teich pede demissão.

D 16.mai.2020 - Brasil tem 15 mil mortes

B 19.mai.2020 - Live do presidente: “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda tubaína”

BR B 20.mai.2020 - Sem base científica, Brasil amplia usos da cloroquina na gestão do Ministro da Saúde interino, o general Eduardo Pazuello. Termo de responsabilidade assinado pelo paciente

D 21.mai.2020 - Estudo da Fiocruz mostra que 7,8 milhões de brasileiros não têm acesso a tratamento adequado contra a Covid-19

D 22.mai.2020 - Brasil se torna o segundo país com maior número de casos no mundo, atrás apenas dos EUA. 20 mil mortes

D 27.mai.2020 - EUA ultrapassam 10 mil mortes. SP anuncia plano de reabertura. Brasil tem 25 mil mortes

B 31.mai.2020 - Protestos contra Bolsonaro em SP e RJ. O presidente passeia de cavalo no DF em protesto contra o STF

2.jun.2020 - Cidades começam a relaxar restrições, Opas recomenda cautela

E D BR 3.jun.2020 - Boletim do governo atrasa, MS alega problemas técnicos. Dia de recorde de óbitos

D 4.jun.2020 - Com 34 mil mortes, Brasil ultrapassa Itália e se torna o terceiro país com mais mortes de Covid-19. Oficialmente horário do boletim passa das 19h para as 22h. Essa decisão dificulta o uso dos dados pela imprensa nacional, em especial no principal noticiário noturno do país, o Jornal Nacional da TV Globo, que costuma ir ao ar por volta das 20h30.

E B 5.jun.2020 - “Acabou notícia no Jornal Nacional”. Ameaça deixar a OMS, seguindo Trump

EDBRB 6.jun.2020 - Governo tira do ar plataforma de dados, dizendo que é para adequar

EDBR 7.jun.2020 - MS anuncia nova plataforma. Dados a partir de 28 de abril ficam inacessíveis no e-SUS

ED 8.jun.2020 - Criação do consórcio de imprensa, em que diversos veículos de mídia nacional se unem para coletar dados diretamente com a secretarias de saúde e divulgar um dado paralelo ao do Ministério da Saúde, atuando de forma colaborativa. Congresso anuncia que vai fazer monitoramento, mas desiste em seguida. Primeiros números do consórcio têm 4 mil casos e 150 mortes a mais que os dados do governo

EDBR 9.jun.2020 - O então Ministro da Saúde interino, general Pazuello, confirma interesse em mudar a forma de registro dos óbitos, contando apenas na data da morte do paciente mesmo que retroativamente. Após decisão do STF, Ministério da Saúde volta a apresentar dados completos no painel

EB 11.jun.2020 - Bolsonaro pede que seguidores invadam hospitais públicos e de campanha para verificar se leitos estão ocupados

BR 15.jun.2020 - MS informa que vai ampliar o uso da cloroquina, no mesmo dia em que os EUA tomam decisão no sentido oposto

ED 16.jun.2020 - PNAD Covid-19 mostra que 10.5% da população brasileira apresentou ao menos um de 12 sintomas associados à Covid-19

ED 19.jun.2020 - Brasil tem um milhão de casos

ED 20.jun.2020 - Brasil tem 50 mil mortes

EBR 22.jun.2020 - Começam os testes da vacina da Astra-Zeneca no Brasil

DBR 27.jun.2020 - MS anuncia que a primeira morte de Covid-19 aconteceu em 12 de março, na verdade. Era uma mulher de 57 anos, em São Paulo

30.jun.2020 - União Europeia reabre fronteiras

D 30.jun.2020 - MS informa que metade de todas as mortes registradas de Covid-19 ocorreram em junho

Segundo e terceiro trimestres no Brasil: julho a dezembro de 2020

E 7.jul.2020 - Jair Bolsonaro tem teste positivo. Em São Paulo, o governador e o prefeito da capital anunciam a suspensão de grandes eventos públicos, como o Réveillon da Paulista, até que haja vacina. Agremiações carnavalescas defendem o cancelamento da festa de 2021.

3.ago.2020 - Ao comentar as 150 mil mortes de Covid-19 nos EUA, Trump diz: “È o que é”

ED 8.ago.2020 - Brasil tem 100 mil mortos de Covid-19

16.ago.2020 - EUA começam planos de distribuição da vacina

D 22.ago.2020 - 800 mil mortes no mundo

E D 26.ago.2020 - Com seis meses de Covid-19 no Brasil, 3.6 milhões de casos e 116 mil mortes. Subnotificação é reconhecida

E BR 16.set.2020 - Pazuello vira o ministro oficial

BR 19.set.2020 - Brasil adere ao Covax Facility

22.set.2020 - 200 mil mortes nos EUA

E D 28.set.2020 - um milhão de mortes no mundo

2.out.2020 - Trump tem teste positivo para Covid-19

E D 10.out.2020 - 150 mil mortes confirmadas no Brasil

BR 19.out.2020 - Testes preliminares do Butantã mostram segurança da Coronavac. Ministério pretende comprar 46 milhões de doses para começar imunização em janeiro

BR 23.out.2020 - Anvisa autoriza importação da Coronavac, em meio a polêmicas

24.out.2020 - Andrzej Duda, presidente da Polônia, testa positivo

5.nov.2020 - Inglaterra tem seu segundo lockdown

17.nov.2020 - FDA nos EUA autoriza o primeiro teste para aplicação doméstica

E D 18.nov.2020 - EUA tem 250 mil mortes

E D BR novembro de 2020 - Falha no sistema de dados no Brasil

2.dez.2020 - Reino Unido aprova vacina da Pfizer

8.dez.2020 - Começa vacinação no Reino Unido

11.dez.2020 - EUA aprovam vacina da Pfizer

E D 14.dez.2020 - EUA tem 300 mil mortes

18.dez.2020 - FDA nos EUA aprova vacina Moderna (Brasil nunca aprovou)

20.dez.2020 - Londres entra em lockdown severo

Quarto e quinto trimestres no Brasil: janeiro a junho de 2021

E D BR 7.jan.2021 - Brasil registra o segundo maior número de mortes diárias. 200 mil mortes confirmadas

E D BR 15.jan.2021 - Na volta das festas, Brasil volta a perceber aumento de mortes. Manaus entra em colapso e falta oxigênio. Nova variante localizada

E BR 17.jan.2021 - Anvisa aprova uso emergencial da Coronavac. São Paulo aplica a primeira dose, sob protesto do governo federal.

E D BR 27.jan.2021 - Brasil tem 1 milhão de vacinados

E D BR 25.fev.2021 - 250 mil mortes

E D 9.mar.2021 - Um ano depois do início da pandemia no Brasil, o saldo de mortes já supera o da epidemia de Aids, ultrapassando os 280 mil mortos¹⁶⁴.

E BR 15.mar.2021 - Queiroga toma posse no lugar de Pazuello

E D BR 24.mar.2021 - País atinge 300 mil mortes. O número de vacinados seguia baixo - menos de 5% da população estava vacinada até este momento¹⁶⁵.

E D BR 10.abr.2021 - 350 mil mortes

E D BR 26.abr.2021 - Mortes nos primeiros 4 meses do ano já superam todo o ano de 2020

E BR 27.abr.2021 - Começa a CPI da Covid-19

E D BR 29.abr.2021 - 400 mil mortes no Brasil

6.mai.2021 - Variante P.1.2 em circulação no RJ

Sexto e sétimo trimestres no Brasil: julho a dezembro de 2021

28.jul.2021 - Variante delta é ameaça global. Mortes de Covid-19 no mês superam as de julho de 2020, pior mês do ano anterior

E D BR 6.ago.2021 - 50% dos brasileiros tomaram ao menos uma dose de vacina

9.set.2021 - Delta é a principal variante em circulação em São Paulo

E D BR 28.out.2021 - Brasil atinge 600 mil mortes de Covid-19

E 25.nov.2021 - OMS identifica variante Ômicron

E D 30.nov.2021 - Novembro é o mês com menos mortes de Covid-19 desde abril de 2020
dezembro de 2021 - Sistema de dados sai do ar por um mês

E D BR 28.dez.2021 - 80% dos brasileiros têm ao menos a primeira dose da vacina

Oitavo ao 11º trimestres no Brasil: janeiro a dezembro de 2022

E D 31.jan.2022 - Brasil registra mais casos de Covid-19 em 2022 do que no primeiro semestre de 2021, em parte devido a uma melhor política de testagem

E BR 23.mai.2022 - Revogados decretos de emergência sanitária

2023

¹⁶⁴

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/03/em-um-ano-Covid-19-ja-matou-mais-brasileiros-do-que-a-aids-em-quase-quatro-decadas.shtml>

¹⁶⁵

<https://oglobo.globo.com/rio/em-projecao-da-fiocruz-vacinacao-de-toda-populacao-do-rio-levaria-mais-de-2-anos-no-ritmo-atual-24925307>

ED 28.jan.2023 - Fim do consórcio de veículos de imprensa

ED BR 27.mar.2023 - Brasil atinge 700 mil mortes de Covid-19. Graças à vacinação, o intervalo entre as 600 mil e as 700 mil foi menor do que qualquer salto anterior de 100 mil.

E 5.mai.2023 - OMS declara fim da emergência global de saúde com a Covid-19. Apesar do otimismo, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da organização, alertou, porém, que o vírus continua existindo e matando.

APÊNDICE B - COMPARAÇÃO DE CRITÉRIOS DE MORTE

Embora a primeira morte de um paciente de Covid-19 tenha sido confirmada em 10 de janeiro de 2020, a OMS só publicou os seus critérios oficiais em 20 de abril, mais de três meses depois. A partir dos textos consultados, preparamos este quadro comparativo de critérios do que conta como morte de Covid-19 em diversos países.

OMS

Contam como mortes de Covid-19 os casos em que a doença é a causa direta da morte, tanto nos casos confirmados ou nos suspeitos¹⁶⁶. Casos em que a Covid-19 não é a causa direta da morte não são considerados. Beaney et al (2020) lembram que a definição do órgão veio apenas em abril, quando muitos países já tinham começado a registrar mortes com seus próprios critérios.

Rússia

Contam apenas os casos confirmados por uma autópsia em que a Covid-19 é a causa direta da morte. Segundo Beaney et al (2020), “isto leva a significativa subnotificação”. Em julho de 2020, a Rússia tinha um dos maiores volumes de casos de Covid-19 no mundo, mas a taxa de fatalidade por caso era baixa (só 1,7%).

Espanha

Contam apenas pessoas que morreram em hospitais e tiveram a doença confirmada por um teste de reação de cadeia polimerase (PCR) ou de anticorpos. Beaney et al (2020) observam que isto deixa de fora da contagem um número significativo de vítimas que morreram em comunidades ou em casas de repouso.

Bélgica

Tem uma das mais amplas definições, que inclui todos os casos suspeitos. “As mortes em casas de repouso na Bélgica respondem por cerca de metade de todas as mortes excedentes, mas apenas 26% das mortes em casas de repouso foram confirmadas como sendo

166

https://www3.paho.org/col/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2360-guidelines-cause-of-death-Covid-19-20200420-en&category_slug=Covid-19&Itemid=688

de Covid-19, levando a uma possível sobrecontagem em relação a outros países”, dizem Beaney *et al.*

Reino Unido

As contagens oficiais são feitas por departamentos diferentes, que adotam critérios diferentes. O Department of Health Social Care e o National Health Service England (equivalente do SUS) contam apenas as mortes em que a pessoa teve um teste positivo. O Office for National Statistics (equivalente do IBGE) também contabiliza todos os casos em que a Covid-19 é mencionada no atestado de óbito como uma das causas da morte.

Em março de 2020, os testes eram restritos a pacientes que chegavam ao hospital em estado mais grave. Gradualmente, a testagem comunitária foi aumentada, com o governo enviando autotestes pelo correio. “Por semanas adentro da pandemia, particularmente fora de hospitais, muitos pacientes que morreram com características clínicas consistentes com a infecção de Covid-19 ficaram sem teste”, dizem Beaney *et al.*, considerando “igualmente plausível” a subnotificação e a sobrecontagem das mortes de Covid-19.

EUA

Cada Estado pode ter uma definição diferente do que conta como uma morte de Covid-19 – e mudar essa definição ao longo do tempo. Em Massachusetts, por exemplo, a definição foi atualizada em março de 2022¹⁶⁷. Até então, contavam todas as mortes que citassem a Covid-19 no atestado como uma das causas, além de todas as mortes de pessoas que tivessem tido um teste positivo nos 60 dias anteriores, no caso de a doença não constar do atestado. Desde março de 2022, o teste positivo precisa ter no máximo 30 dias.

¹⁶⁷ <https://www.mass.gov/news/department-of-public-health-updates-Covid-19-death-definition>